

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IVANICE TEIXEIRA SILVA ORTIZ



Belo Horizonte

2020

IVANICE TEIXEIRA SILVA ORTIZ

MEUS FILHOS E MINHAS “CRIAS”: ESCRAVOS “DE LEITE E DE PÉ” NO SEIO DA FAMÍLIA, NA ROTA DO TRÁFICO E NA LUTA PELA LIBERDADE (CAETITÉ, ALTO SERTÃO, 1830-1871)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby.

Belo Horizonte

2020

981.42	Ortiz, Ivanice Teixeira Silva
O77m	Meus filhos e minhas “crias” [manuscrito] : escravos
2020	“de leite e de pê” no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871)/ Ivanice Teixeira Silva Ortiz. - 2020.
	220 f. : il.
	Orientador: Douglas Cole Libby.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1.História – Teses. 2.Escravidão – Teses. 3.Caetité (BA) História - Teses. I. Libby, Douglas Cole. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.




UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"Meus Filhos e Minhas Crias: Escravos de Leite e de Pé No Seio da Família, Na Rota do Tráfico e Na Luta Pela Liberdade (caetitê, Alto Sertão, 1830-1871)"

Ivanice Teixeira Silva Ortiz


Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dr. Douglas Cole Libby - Orientador
UFMG


Prof. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca
UFMG


Prof. Dr. Eduardo França Paiva
UFMG


Prof. Dr. Renato Franco
UFF


Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende
UFF

Belo Horizonte, 28 de maio de 2020.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa é a soma de sacrifícios e deleites. Tudo é experimentado com intensidade. E nada é possível sem a colaboração generosa de companheiros de estrada. Foi para eles, dentro e fora da academia, que escrevi esta tese.

À minha mãe, Maria Regina, pela parceria de sempre. Sem sua ajuda as viagens, as horas de estudo e os dias na universidade não seriam possíveis. Não há na História nenhuma temporalidade capaz de abarcar o amor que lhe tenho. Gratidão eterna.

Aos meus filhos e marido, pela paciência e compreensão. Trabalhei nessa trajetória acadêmica com famílias e crianças, enquanto os meus filhos cresciam, muitas vezes, com a ausência física da mãe. Amor eterno por vocês.

À minha avó Nélia, inspiração para todas as minhas pesquisas. Da matriarca da família estendo os agradecimentos a todos os meus familiares sertanejos e caetiteenses.

À dona Graça e a seu Expedito, por me acolherem com amor nas terras de Minas Gerais. Um abraço especial para a família Coimbra.

Às minhas amigas arqueólogas, Suze e Naty. Vocês adicionaram amizade e diversão à minha caminhada na UFMG.

À tia Lila, que abriu as portas para meu ingresso na universidade quando pagou a minha inscrição no vestibular. Olha, como caminhei depois disso! Gratidão eterna.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão e auxílio. Em especial: Cléria, Simone, Olinto, Josimar, Cida, Sandra, Salatiele, Yolanda, Lauristênia, Kátia e Carla.

Aos funcionários dos arquivos em Salvador e Caetité. Abraço especial a Vinícius, Andrade e Rosália. Abraço a Aurélio pela correção gramatical de alguns capítulos.

Aos funcionários do arquivo eclesiástico em Caetité e, em especial, ao padre Osvaldino Barbosa.

Aos meus amigos Tharles, Adriano e Luís Resende, companheiros de caminhada, sempre solícitos.

Aos meus colegas de doutorado, muito obrigada pelas discussões, contribuições e carinho.

Ao meu orientador, Douglas Libby, pela atenção, gentileza e agilidade nas correções. Contigo aprendi algo muito maior que a pesquisa: o respeito pelo trabalho e tempo dispensado pelo outro. Nunca esquecerei as palavras proferidas na aula da apresentação do projeto na disciplina de pesquisa. Elas me guiaram o tempo todo. O primeiro passo para uma caminhada profícua é a certeza de que alguém confiou e confia em você. Gratidão...muito obrigada!

Aos funcionários do programa de pós-graduação em História da UFMG. Em especial: ao secretário Maurício; e aos professores: Eduardo França Paiva e Vanicléia Silva Santos.

À UNEB, e ao campus XVIII, pela licença para o doutorado. Um abraço aos alunos e funcionários. Gratidão especial: Joceneide Cunha e Francisco Cancela.

À professora Maria Belma Gumes Fernandes pela correção do texto.

À Michele Soares pela formatação do texto.

A todos os professores que compuseram a banca para a avaliação da tese.

A todos, mencionados ou não, minha gratidão eterna!

RESUMO

Este estudo analisa as experiências de convívio das crianças e jovens escravos em Caetité, Alto Sertão da Bahia, entre 1830-1871. O cenário da pesquisa é uma região com tradição na agricultura do algodão, na produção de alimentos e na criação de gado. Uma área de fluxo comercial e populacional constante, com destaque para as rotas de tropeiros que se deslocavam do Alto Sertão para os currais do São Francisco e Recôncavo Baiano. O recorte temporal situa-se no momento auge das políticas do fim do tráfico internacional, do crescimento do tráfico interno, e se encerra com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, quando a nova geração de filhos de mulheres escravas passou a nascer livre. O trabalho identificou e quantificou as crianças e jovens no cativeiro. Refletiu os significados das redes de sociabilidades para a vida desses pequenos cativos. Transitou na perspectiva de entendê-los na dinâmica social e econômica de Caetité. Esses elementos possibilitaram constatar: os tipos de famílias em que estavam inseridos; a força da desagregação familiar com o comércio interno de escravos; a luta diária pela sobrevivência; os rituais cristãos a que estavam submetidos; e o papel assumido na sociedade e na instituição da escravidão. Para a composição da pesquisa foi feito o intercruzamento de fontes variadas, em especial as cartoriais e eclesiásticas.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Criança. Caetité.

ABSTRACT

This study analyses life experiences of children and young people as slaves in Caetité, a city placed in the high backlands of Bahia, from 1830 to 1871. The research took place in a region with tradition of agricultural cotton plantation, food production and cattle breeding. The city had constant trading and populational flows with routes of troopers which went from High backlands to the pens of São Francisco and Reconcavo Baiano. Research time frame was placed from the height of policy against international slave trade and internal development of slavery traffic to the promulgation of the Free Womb Law in 1871 when new generation of children of slaves were born free. The research identified and quantified children and young people in captivity and reflected the meaning of networks of sociability to those little captives. It went through the perspective to understand them in economic and social dynamics of Caetité. All these elements brought the possibility to note the kind of families they were inserted, the power of familiar breakdown with internal slave trade, their daily struggle for survival, the Christian rituals they were submitted, and their role play in society and in slavery institution. Crossing varied sources from registry offices and church documents was particularly done in the way to make this research.

KEY-WORDS: Slavery. Children. Caetité.

LISTAS DE FIGURA

Figura 1- Casa de negros de Johann Moritz Rugendas.....	15
Figura 2 - Cidade de Caetité na segunda metade do século XIX.....	33
Figura 3- Pirâmide etária.....	56
Figura 4- Vestimentas das crianças final do século XIX e começo XX.....	70
Figura 5- Lápide com o termo <i>Innocente</i>	130
Figura 6- Enterro de um negrinho.....	131
Figura 7 -Igreja da Matriz de Sant'Anna e seu adro.....	133
Figura 8- Parte interna da Matriz de Sant'Anna com túmulos.....	134
Figura 9- Capela de São Sebastião e o cemitério na Fazenda Hospício.....	134
Figura 10 - Corpo da Capela de São Sebastião com lápides no solo.....	135
Figura 11- Urnas funerárias para o sepultamento de crianças no fim dos Oitocentos e começo dos Novecentos.....	136
Figura 12- Criança sem caixão, amortalhada de branco ou de rosa.....	137

LISTA DE MAPA

Mapa 1- Antiga Vila de Caetité.....	34
Mapa 2- Recorte do território (1840)	35
Mapa 3- Distâncias de comunidades vizinhas.....	35
Mapa 4- Estradas e caminhos entre Monte Alto e Caetité.....	36

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Ofícios dos escravos.....	44
Gráfico 2- Montante dos bens.....	51
Gráfico 3- Número de escravos por posse.....	52
Gráfico 4- Faixa etária dos escravos (1830-1860)	53
Gráfico 5- População batizada segundo a cor/qualidade.....	55
Gráfico 6- População de cor batizada.....	56
Gráfico 7- Filhos das escravas Balbina e Sebastiana.....	96
Gráfico 8- Filhos de Victoriana e seus destinos com a morte da proprietária.....	117
Gráfico 9- Alforrias e suas justificativas.....	144
Gráfico 10- Formas mais comuns de concessão das alforrias.....	157
Gráfico 11- Crianças escravas alforriadas segundo o sexo.....	161
Gráfico 12-Cor/qualidade dos alforriados nos cartórios.....	161
Gráfico 13- - Percentual geral dos escravos negociados.....	190
Gráfico 14-Projeção das vendas dos escravos de 0-15 anos por sexo	192
Gráfico 15- Projeção de crescimento dos preços dos escravo.....	193
Gráfico 16- Projeção de crescimento dos preços das escravas.....	193

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Escravos: média do menor e maior preço em réis por faixa etária e sexo.....	47
Quadro 2- Escravos: menor e maior preço por faixa etária e sexo.....	48
Quadro 3- Faixa etária dos escravos africanos mais jovens.....	58
Quadro 4- Pais dos filhos legítimos segundo as categorias encontradas.....	59
Quadro 5-Genitores / filhos e suas categorias.....	60
Quadro 6- Filhos naturais Caetité (1830-1860)	62
Quadro 7- Naturalidade/ Categoria.....	66
Quadro 8- Procedência dos testadores arrolados em Caetité.....	76
Quadro 9- Casais de padrinhos das crianças escravas: filhos legítimos.....	92
Quadro 10- Casais de padrinhos das crianças escravas: filhos naturais.....	92
Quadro 11- Perfis dos casais segundo a naturalidade.....	99
Quadro 12- Casais segundo a condição jurídica.....	100
Quadro 13-Disposições testamentárias sobre os escravos.....	114
Quadro 14- Motivações para as alforrias.....	158
Quadro 15- Média de preços das alforrias.....	160
Quadro 16- Média de preços por idade e sexo de crianças e jovens.....	194
Quadro 17- Operações realizadas com um mesmo escravo.....	195

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Produtos e valores.....	40
Tabela 2- Africanos segundo os termos de identificação.....	52
Tabela 3- Idade dos africanos.....	53
Tabela 4 - Crianças e jovens cativos.....	54
Tabela 5- Distribuição dos escravos até os 14 anos.....	57
Tabela 6 - Faixa etária dos africanos batizados em Caetité(1830-1860)	58
Tabela 7- Ofícios dos escravos.....	64
Tabela 8- Faixa etária dos escravos da posse de Ângelo Custódio Vilas Boas.....	67
Tabela 9- Número de africanos e crioulos batizados em Caetité (1830-1860)	81
Tabela 10- Escravos: filhos legítimos e naturais.....	95
Tabela 11- Alguns destinos dos escravos encontrados nos testamentos.....	118
Tabela12 - População escrava comercializada- 0 aos 15 anos.....	191

SUMÁRIO

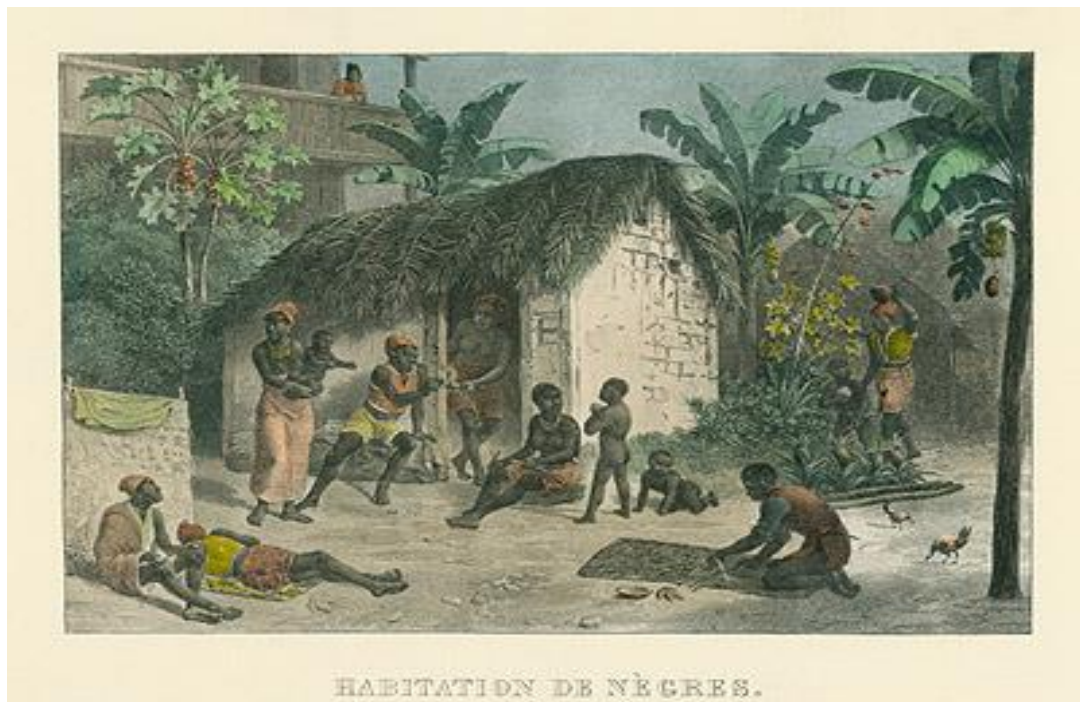
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 A criança e a historiografia	18
1.2 O objeto.....	22
1.3 Métodos e fontes.....	25
1.4 A estrutura dos capítulos.....	27
2 CAPÍTULO 1- ESCRAVOS E SENHORES DE UMA “PRAÇA PROVIDA DE NEGÓCIOS E DE LAVOURA”	29
2.1 O território e os caminhos.....	30
2.2 A lavoura e a criação de animais.....	39
2.3 Os ofícios dos moradores livres e cativos.....	43
2.4 Os preços dos cativos.....	46
2.5 Senhores de escravos.....	50
2.6 A população no livro de batismo.....	54
2.7 As categorias das crianças segundo a qualidade/cor.....	58
2.8 A posse de Ângelo Custódio Vilas Boas: um espaço de convívio das crianças e jovens cativos.....	63
3 CAPÍTULO 2 “CRIADOS ENTRE OS SEUS”: AS REDES DE SOCIABILIDADES EM TORNO DO PEQUENO ESCRAVO	70
3.1 Os proprietários dos escravinhos: o ângulo do testamento.....	73
3.2 Os companheiros no cativeiro.....	80
3.3 Os padrinhos.....	83
3.4 Os pais do cativeiro.....	95
3.5 Quando os pais também são os proprietários.....	103
4 CAPÍTULO 3- QUANDO A MORTE CHEGA, QUAL É O SEU LUGAR?	109
4.1 O destino do pequeno cativo na iminência da morte do testador.....	112
4.2 “Aqui jaz o inocente”: a morte da criança escrava.....	119
4.3 O tratamento dado a criança morta.....	128
5 CAPÍTULO 4 “COMO SE DE VENTRES LIVRES NASCESSEM”: OS FILHOS DAS ESCRAVAS E AS “CRIAS” DO CATIVEIRO	139
5.1 As designações de cor/qualidade.....	141
5.2 “Sob os santos óleos”: as condições para as alforrias.....	143
5.3 A liberdade: os indícios cartoriais.....	149
5.4 A tipologia das cartas.....	156
5.5 A alforria e a paternidade nas cartas e nos testamentos.....	162
6 CAPÍTULO 5 “DEUS LHE FAÇA BOM PROVEITO, ISTO EM SINAL DE BOA ARREMATACÃO”: CRIANÇAS E JOVENS CATIVOS NO MERCADO DE ESCRAVOS	166
6.1 O contexto do tráfico em breves linhas.....	171
6.2 Os comerciantes e os caminhos.....	180
6.3 A composição demográfica.....	185
6.4 Os escravos negociados.....	189
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	199

8 FONTES	204
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, o alemão Johann Moritz Rugendas reproduziu na litografia “A Senzala” uma habitação com crianças escravas em diferentes faixas etárias. Essa litografia, associada aos estudos que desenvolvi sobre família e escravidão em Caetité, me impuseram a necessidade de direcionar o olhar para esse grupo de escravos em especial. Cheguei à conclusão de que, nos documentos onde as crianças não tinham poder de fala, existiam vestígios importantes sobre suas experiências. Todos eles muito difíceis de serem rastreados, no entanto, fundamentais para a compreensão da escravidão no sertão da Bahia. Negligenciá-los seria um erro.

Figura 1- Casa de negros de Johann Moritz Rugendas.



Fonte: Casa de Negros: In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Culturas Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra64789/casa-de-negros>. Acesso em: 16 mar.2018.

A primeira etapa da vida dos escravos, aquela correspondente aos primeiros anos de vida, sempre foi difícil de ser rastreada. Muitas vezes, o caminho possível para a sua leitura adveio das impressões impregnadas do olhar europeu, em textos e litografias de viajantes como Rugendas. Em muitos desses registros sobre a população no cativeiro, crianças escravas apareceram, recorrentemente, inseridas no convívio harmonioso da grande família patriarcal, brincando ou distraíndo os senhores. Como “crias”, foram descritas fora do casamento, geradas

em um ambiente de devassidão, submetidas a escravos adultos tiranos e donas carinhosas que lhes impuseram os perfis de mimadas¹.

As descrições em texto ou imagens das crianças brasileiras nos diferentes ambientes e eventos, retratadas a princípio pelos viajantes e, mais recentemente pela historiografia, ainda estão com as lentes voltadas para os grandes centros populacionais da colônia e do império, como o Rio de Janeiro, Salvador e cidades de economia aurífera. Pouco se viu da vastidão do interior do Brasil, como o sertão da Bahia, um espaço onde os navios não ancoraram com as “crias de leite ou de pé”, mas onde as mães e seus filhos nasceram, cresceram e arremataram laços com a comunidade. Lugares como Caetité, onde a Câmara sugeriu indenizações por captura de moleque em mocambo ou estrada;² onde Maria, inocente, natural de Custódia, escrava de Dona Angélica, foi sepultada em 1840³ e que Florêncio, filho legítimo de Francisco e Antônia, escravos de João José da Silva Dourado, foi batizado no dia 18 de janeiro de 1831⁴.

O olhar deste trabalho se volta para essas pessoas em tenra idade, vigiadas, batizadas, sepultadas, comercializadas ou localizadas no seio das famílias. Direciona-se na contramão de qualquer concepção que as via como seres rudes, inócuos, improdutivos ou acessórios supérfluos no universo da propriedade, ou mesmo “entre os seus”. Coaduna com a percepção de Mary Del Priore⁵ de que todas as atividades realizadas pelas crianças no lazer, no trabalho e na aprendizagem foram desenvolvidas em uma experiência coletiva com personalidade.

Desse modo, esta pesquisa apresenta a criança escrava além do anonimato dos dados demográficos ou da imagem de brinquedo de seus proprietários. A vê-la sob o prisma da percepção da valorização expresso por Julita Scarano, para quem: “há nas entrelinhas, uma ou outra maneira de mostrar que lhe davam valor, era a continuação da família, gozava do afeto dos seus, participava dos acontecimentos [...]”.⁶ Negligenciar isso, seria incorrer na concepção de sua descrição como “peso morto” construída, principalmente, pelas teorias amparadas nas *plantations* e reproduzidas, por exemplo, no verbete sobre a criança escrava em Clóvis Moura,

Criança escrava. Era a criança que já vinha da África na condição de escrava, como “cria”, ou que nascia no Brasil de mãe escrava. Em ambos os casos, era

¹ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989.

² CAETITÉ. Atas da Câmara de Vereadores, Termo de Vereação (1810-1815). Cx 01. Caetité: APMC, p. 38.

³ CAETITÉ. Livro de óbito, 1830-1850. Caetité: APMC, 1830/1850.

⁴ CAETITÉ. Livro de Registro de Batismo da Cúria da Matriz de Caetité, 1828-1831. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana, 1828/1831. p.79

⁵ PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 84.

⁶ SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p.107.

um peso quase morto dentro dos valores do modo de produção escravista, pois seu senhor tinha de sustentá-la até que fosse útil como máquina de trabalho⁷

A inquietação de entender o papel da criança e do jovem escravo no sertão baiano, ainda mais distante dos centros comerciais de escravos, é o anseio maior deste estudo. O cenário sertanejo desta pesquisa corresponde à área de Caetité, antigo povoado erguido nos arredores dos sítios que serviram de ponto de pouso e descanso das tropas que seguiam para Goiás, Minas Gerais e a cidade de Salvador, nas adjacências das áreas auríferas de Rio de Contas.

O interstício entre 1830 e 1871 é o recorte temporal do trabalho. Ele foi delimitado a partir do acervo documental disponível, e porque nesse interstício entre a década de trinta e setenta os moradores da região viveram a conjuntura do fim do tráfico internacional, o crescimento do tráfico interno e importantes mudanças econômicas e políticas. Nesse período, Caetité já se havia consolidado como importante entreposto da economia e da política baiana. Apresentava um crescimento vegetativo importante, elevava-se à categoria de cidade e resolvia questões sobre a nova delimitação da sua circunscrição urbana. Durante essas quatro décadas, as atividades econômicas majoritárias, como o cultivo do algodão e a pecuária, perderam espaço para a produção e o comércio de gêneros alimentícios, impondo aos moradores novos desafios de mercado. O fim do tráfico internacional e a emergência do tráfico interno impulsionaram a venda de cativos da região para as plantações de café em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. As mudanças legais sobre o tráfico afetaram diretamente o cotidiano dos cativos das pequenas e médias posses ao apresentar com mais veemência a violência de desenraizamento, o que contribuiu para alterar o cotidiano dos pequenos cativos⁸.

Então, como pensá-los em uma vila onde a posse de um escravo aferia *status*, mas, sobretudo, significava uma importante complementação da mão de obra e garantia de capital para um futuro incerto? Do ponto de vista da família, como vê-los no seio dos extensos laços parentais e sociais, nascidos e criados entre os seus, ou, por outro lado, afastados bruscamente pelo tráfico? Qual a importância da sua presença em uma região onde o escravo africano não podia suprir a demanda de mão de obra com facilidade? Essas inquietações guiam o trabalho e permitem adentrar no universo das relações entre senhores e escravos, além de contribuir para a ampliação dos estudos da escravidão no sertão, onde não há um trabalho específico sobre esse grupo (crianças e jovens) do cativo.

⁷ MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2013. p.118.

⁸ Ver: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p.63-68; PIRES, Maria de Fátima Novaes. Travessias a caminho – tráfico interprovincial de escravos, Bahia e São Paulo (1850-1880). *Revista África*, v. 4, n. 08, p. 63-78, jul/dez, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/4390/2767>. Acesso em 10 mar. 2018.

1.1 A criança e a historiografia

O estudo das representações das práticas infantis tem fomentado um maior interesse na nova historiografia e vem apontando formas diferenciadas da condição de criança e da infância. A obra de história social da família e da criança de Philippe Ariés, o avanço da demografia nos estudos da família, as novas fontes, abordagens e perspectivas metodológicas da História Social contribuíram incisivamente para a ampliação dos estudos⁹.

Essa inserção do tema na historiografia também acompanha as preocupações contemporâneas com a exploração do trabalho infantil e com as discussões dos movimentos políticos em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Logo, os novos trabalhos sobre a infância destacam: a violência no cotidiano da criança, a educação formal e informal, a morbidade e mortalidade, os índices de natalidade e legitimidade, o abandono e o trabalho infantil.

As discussões também transitam pelo sentido da infância e o uso de suas categorias. Segundo Renato Franco, a infância é uma “construção percebida de forma extremamente variável”. Ela deve ser pensada segundo a experiência histórica¹⁰. Mary Del Priore argumenta que, durante a colônia e o império brasileiro, na mentalidade coletiva a infância “era um tempo sem maior personalidade, um momento de transição”. No entanto, na prática, ao atentar-se para o cotidiano, sempre houve o tempo de brincar, o de aprender e o de trabalhar. Tudo isso acontecia inserido em uma teia social ampla¹¹.

Mas, se há uma discussão posta sobre a infância, já é consenso que a falta de referências mais evidentes das crianças na documentação oficial não significa sua desvalorização ou esquecimento. Sensível a essa realidade, trabalhos como os de Maria Lúcia Mott, Jeanne Castro, Júlia Scarano e Aparecida Aissar, e subsequentes como os de Heloísa Maria Teixeira, Maria de Fátima Neves, Ione da Silva Jovino, Francisco Pilotti e Irene Rizzini, Marcos Freitas e Mary Del Priore estenderam a discussão com abordagens específicas sobre a criança¹².

⁹ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981

¹⁰ FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p.37-39.

¹¹ DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____(org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 84.

¹² MOTT, Maria Lúcia Barros. A criança escrava na literatura de viagem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 57-68, 1979. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1665>. Acesso em: 16 fev. 2018. AISSAR, Aparecida da Glória; CASTRO, Jeanne Berrance de; SCARANO, Júlia Maria Leonor. A mortalidade entre os filhos de trabalhadores pretos e brancos estrangeiros numa região cafeeira paulista: 1875-1930. *Revista de História*. USP. Vol.46 n.94, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132018>. NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. *Infância de*

As crianças cativas, em especial, foram gradativamente tomando uma projeção mais particular nas análises sobre a escravidão, o que outrora cabia aos adultos e, mais recentemente, aos ingênuos. Sob o alicerce da História da Família, os estudos sobre as crianças cresceram no silêncio dos documentos, cada dia mais longe da displicência do leitor e do pesquisador, e da constante premissa da produtividade adulta¹³.

Elas apareceram nas obras de Gilberto Freyre. Na casa-grande do engenho apresentada por Freyre, os vestígios das crianças cativas e libertas encontravam-se entrelaçados no cotidiano da família extensa constituída pelos senhores, suas famílias, escravos e agregados inseridos numa relação paternalista. Uma integração social possível pelas laços de dependência, pela relativa amenidade das relações senhor e escravo e empatia das raças, o que permitiu e favoreceu a miscigenação. Nesse contexto, obras dos viajantes como Debret e de Rugendas, são apresentadas como registros que mostram crianças escravas como figuras inseridas no convívio harmonioso, brincando ou distraindo os senhores nessa grande família patriarcal¹⁴.

A partir de 1960, os intelectuais revisionistas de Freyre inseriram a escravidão no universo de mercado do capitalismo e destacaram a violência do cativo. Negaram ao cativo o papel ativo, por ser, nesse modelo de produção, uma vítima. Nessa vertente, as crianças seriam seres que viveriam condições anômicas, assim como seus pais, e nunca lhes poderiam desabrochar valores que lhes permitissem mobilidade social, caso vivessem fora do cativo. Afirmaram que, embora para o contexto de fim de tráfico tenha havido um afrouxamento que

faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. PILOTTI, Francisco 7 RIZZINI, Irene. *A arte de governar criança*: a história de políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/ Universidade Santa Úrsula/ Amais Editora, 1995. RIZZINI, Irene (org). *Olhares sobre a criança no Brasil*: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: USU/Amais, 1997. DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. Ver também: Muaze, Mariana Ferreira de Aguiar. *A descoberta da infância*: a construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial. Dissertação de (Mestrado em História), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. A infância como categoria histórica: reflexões metodológicas. *Revista de Educação em Questão*. 69 (2): 220-248. Jul./dez:1996. FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto: Campo das Letras, 2006. FREITAS, Marcos Cezar (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

¹³ Sobre esse olhar dos viajantes, novas leituras foram feitas por pesquisadores como Maria Lúcia Mott, Maria de Fátima Neves e Renato Pinto Venâncio. Eles apresentaram, a partir das fontes deixadas por viajantes e artistas como Debret, as impressões desses observadores sobre as crianças negras no Brasil. Nessa leitura, os pesquisadores destacaram a presença materna e apontaram que as “crias” compartilhavam com as mães várias atividades; mencionaram um mercado para as crianças africanas e crioulas, citaram a preocupação com a reprodução natural e, já sob o exercício da Lei do Ventre Livre, mostraram estimativas que apresentavam o crescimento do número de enjeitados nas rodas dos expostos e Casas de Misericórdia. MOTT, 1979. MOTT, Maria Lúcia Barros; NEVES, Maria de Fátima; VENANCIO, Renato Pinto. A escravidão e a criança negra. Negros brasileiros. *Ciência Hoje*, Brasília, v. 8, n.48, 1998.

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*: formação da família sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

permitiu um maior número de nascimentos, a criança escrava não era desejada. Para os senhores, elas eram um custo à dinâmica econômica do sistema, e para as mães escravas, significavam a manutenção da escravidão para seus filhos. A vida sexual entre os escravos corresponderia às necessidades físicas e não à procriação¹⁵. O sistema não teria dado aos escravos a possibilidade de constituírem relações familiares e de parentesco, portanto a resistência à escravidão não estaria nas relações familiares, mas nas estratégias diretas contra o regime escravista.

A partir de 1980, sobretudo pós 1988, com o centenário da Abolição, os enfoques dos trabalhos começam a ser modificados. O predomínio de pesquisas com análises econômicas é alterado com a presença de novos trabalhos que transitam no campo das mentalidades, da história social e cultural, com novos suportes teóricos e novas fontes. O escravo do anonimato passou à condição de agente histórico em obras de autores como João José Reis (1998), Sidney Chalhoub (1990), Sheila Faria¹⁶ e Stuart Schwartz¹⁷. Emergem daí trabalhos sobre a família, mobilidade social e liberdade.

Entre os trabalhos que despontam entre o final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX, com o olhar mais específico para a infância, está o de Maria Lúcia Mott¹⁸ “A criança escrava na literatura de viagem” e “A Escravidão e a criança negra” também de Mott em parceria com Maria de Fátima Neves e Renato Pinto Venâncio¹⁹. A partir da leitura oitocentista dos relatos de viajantes, artistas, fotógrafos e romancistas, os pesquisadores apresentaram as impressões desses observadores sobre as crianças negras no Brasil. Destacaram a presença materna e apontaram que as “crias” do cativo compartilhavam com as mães várias atividades. Mencionaram um mercado para as crianças africanas e crioulas, citaram a preocupação com a reprodução natural, e já sob o exercício da Lei do Ventre Livre, mostraram estimativas que apresentavam o crescimento do número de enjeitados nas rodas dos expostos e Casas de Misericórdia.

¹⁵ Esta abordagem aparece em trabalhos da denominada Escola Sociológica Paulista como o de: FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Editora Ática, 1978. 2 v.; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed., São Paulo: UNESP, 1997.

¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

¹⁷ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

¹⁸ MOTT, 1979; 1998.

¹⁹ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988.

O abandono e dados sobre natalidade, morbidade e trabalho infantil aparecem em trabalhos como os de Renato Franco, Maria Luíza Marcílio e Renato Pinto Venâncio e de Iraci Del Nero da Costa, este com ênfase na abordagem demográfica. Dados sobre fecundidade, mortalidade infantil, “adestramento” e a relação entre o aprendizado e o preço da criança escrava foram discutidos por José Roberto de Góes e Manolo Florentino.²⁰

Nesta perspectiva do olhar sobre as crianças também recorreremos às pesquisas de Heloísa Maria Teixeira, que refletiu sobre a criança cativa e ingênua na dinâmica do trabalho e nas pequenas posses. Já o trabalho de Tarcísio Botelho, que pensa a criança e o jovem no Brasil Imperial, através das listas nominativas para a província de Minas Gerais, complementou nossas inquietações sobre a reprodução natural e permitiu balizas importantes para a reflexão sobre a compreensão das etapas etárias para o advento do trabalho infantil, bem como apoio metodológico para pensarmos a configuração dos dados demográficos. O itinerário bibliográfico caminhou ainda com Maria de Fátima Neves, que trabalhou a criança brasileira no século XIX, com foco em São Paulo, e destacou a violência no cotidiano da criança escrava. Perpassa ainda pela discussão de Rômulo Andrade, que problematizou, através de escrituras de compra e venda de escravos da Zona da Mata mineira, estratégias senhoriais, a desagregação familiar e o valor da criança no tráfico²¹.

Na historiografia baiana, meu ponto de referência sobre o estudo dos pequenos escravos e de suas redes de sociabilidades, como a família, se assentou nos trabalhos de Isabel Cristina Ferreira dos Reis, Maria Cristina Luz, Kátia Mattoso e Stuart Schwartz²². Esses trabalhos estão voltados, exclusivamente, para a dinâmica da escravidão em Salvador e no Recôncavo Baiano, o que nos permite contribuir para estudos comparativos sobre a escravidão entre os sertões e o

²⁰ Ver: FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2014; MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Papyrus, 1999. COSTA, Iraci del Nero da Costa; KLEIN, Herbert S. LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP, 2009. GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

²¹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A não- infância: crianças como mão-de-obra em Mariana*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *O trabalho de criança e jovem no Brasil Imperial: Minas Gerais, 1831-1832*. *História Questões & Debates*. V.39. n.2, p.191-202.2003. ANDRADE, Rômulo. *Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)*. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, 4, (1): 93-104, 1998.

²² PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, p. 159-183, 2005. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21091/13682>> Acesso em 10 mar. 2018. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. Schwartz, 1988.

litoral. Destacamos o pioneirismo dos trabalhos de Kátia Mattoso²³: “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)” e “Ser escravo no Brasil”, que abordam também o cotidiano da criança escrava, condições de nascimento, morbidade e trabalho²⁴. Já Maria Cristina Luz Pinheiro²⁵ priorizou uma abordagem que se preocupou em mostrar que as crianças não constituíram um fardo para os senhores, foram desde cedo aproveitadas em vários serviços. Para ela não importava a idade, e sim mostrar que não eram cargas inúteis para os senhores, pois começavam a trabalhar muito cedo. Enfatizou também que a ideia da infância lúdica, longe do ofício, não foi uma realidade em Salvador.

Além dessa bibliografia sobre a criança, caminhamos por todos os capítulos com o apoio de referências específicas sobre os temas problematizados como: a região e sua população, a família, a alforria, a morte e o tráfico.

1.2 O objeto

Um objeto de estudo que tem na instituição escravista a criança e o jovem cativo como seu principal alvo de abordagem e, por meio deles, a pretensão de que a mesma instituição seja descrita, suscita esclarecimentos sobre sua expressividade e sobre as categorias adotadas. Na documentação eclesiástica pesquisada, é latente a presença desses pequenos escravos aferida por números que os quantificam entre os sujeitos batizados, alforriados e negociados. Eles também apareceram nos testamentos, nos inventários e nos livros de óbitos. Essa onipresença permite vestígios para pensá-los nas condições socioeconômicas da sociedade em que estavam inseridos, ou seja, em seu contexto histórico, respeitando os limites impostos pela documentação.

Neste trabalho, as etapas das vidas desses sujeitos em estudo correspondem àquelas compreendidas entre o nascimento e os catorze anos de idade. Foram definidas respeitando a lógica documental, os discursos religiosos e legais da época. As discussões transitam até a maioridade religiosa, civil, e aquela chamada por Kátia Mattoso de terceira maioridade, definida pelo início de uma atividade econômica produtiva²⁶.

²³MATTOSO, Kátia de Queirós. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, mar./ago., 1988.

²⁴ Ver também: MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.128.

²⁵ PINHEIRO, 2005.

²⁶ MATTOSO, 1988. p.42.

Não se pretendeu discutir a infância, mas condutas, conceitos e o lugar social que a sociedade sertaneja de Caetité, à época de escravidão, atribuiu a uma determinada faixa etária²⁷. No entanto, o alargamento da faixa etária até os catorze anos, quando ainda são chamados, por exemplo, de crioulinhos, respeitou a distinção entre os sujeitos nas diferentes fontes. A pesquisa não se isentou da discussão de “infância curta” demarcada, sobretudo, pela iniciação no mundo do trabalho, mas ponderou sobre outros marcos definidores das idades e dos lugares sociais segundo os indícios revelados nas fontes²⁸. Kátia Mattoso, quando problematizou a criança como ser social, preocupou-se com as definições, conceitos e se fez a pergunta: “o que se entende por criança?”. Ela chegou à conclusão de que as categorias de idades usadas para livres e cativos eram as mesmas, embora para os cativos uma diferença significativa se apresentasse com o ingresso na vida ativa – a entrada compulsória no mundo do trabalho²⁹. Sobre essa maioria para o mundo do trabalho ela destacou:

[...]nos parece muito mais importante que as outras duas porque não somente é a própria à condição escrava como também indica claramente que, tratando-se de criança, o divisor de águas entre infância e adolescência colocava-se bem antes dos doze anos, porque assim exigiam os imperativos de ordem econômica e social³⁰.

O termo criança foi adotado por toda a tese por uma questão metodológica. A opção pela palavra criança se impôs para facilitar o olhar do leitor para o sujeito da pesquisa e, embora pareça um empréstimo anacrônico, pois não está presente nos primeiros códigos jurídicos do Império português, a exemplo das Ordenações Filipinas em vigor no Brasil até 1890, não esteve ausente das fontes no exercício do período estudado³¹.

²⁷ Renato Franco pontua sabiamente que “a percepção da infância está diretamente ligada à experiência histórica, às circunstâncias econômicas e às condições sociais de cada comunidade”. FRANCO, 2014, p.37. Ver sobre os significados de infância no Capítulo 1: “Infância, ocupação, assistência”.

²⁸ Há na historiografia trabalhos que delimitam a idade de 14 anos na categoria criança para a distribuição dos sujeitos nas tabelas, a exemplo de José Flávio Motta, Stuart Schwartz e Cristiane Miranda; ou aos 11 anos de idade como mostram Manolo Florentino e José Roberto Góes e Kátia Mattoso. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 276-281; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 291-294; ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. Campinas: Unicamp, 2004. p.65-70. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: _____. *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 209-219. MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978. p.162.

²⁹ MATTOSO, 1988, p, 39

³⁰ Ibid., p 42.

³¹ Ordenações Filipinas. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/11ind.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Todas as nomenclaturas pertinentes a essas pessoas, na faixa etária definida pela pesquisa, foram discutidas em todos os capítulos mediante o significado conferido pelos discursos presentes nos documentos, respeitando a tipologia e o contexto de sua empregabilidade. Seguindo esse princípio metodológico guiado pelas fontes, o estágio da vida dessas pessoas, expresso pela faixa etária proposta neste estudo, do nascimento aos catorze anos, respeitou ainda as especificidades do gênero. As idades tinham marcos que delimitavam de forma diferenciada, em alguns momentos, os meninos das meninas, a exemplo do casamento. Essa seleção do grupo em estudo foi pensada ainda mediante a presença de nomenclaturas específicas, ou mesmo pela ausência delas em associação com outros vestígios que definiram as pessoas nas faixas etárias do recorte proposto. A configuração em andamento segue a seguinte delimitação:

- Nos trâmites cristãos do casamento, doze para as meninas e catorze para os meninos;
- No mundo do trabalho mais especializado, como a labuta na lavoura e o aprendizado de um ofício mecânico, a partir dos sete ou dos dez anos;
- Nos inventários, a partir de uma descrição da criança diferenciada em relação ao adulto pela ausência da especialidade, valor atribuído ou identificação da mãe. Essas características denotaram a ideia de outra etapa da vida na lógica física ou da razão;
- No comércio de escravos, em que a diferença recaiu no percentual a ser pago mas igualmente negociável;
- Nos trâmites jurídicos e cartoriais como menor a ser tutelado, acolhido ou educado³².

Nenhum desses critérios apontados na pesquisa esteve enviesado pela concepção atual de direito³³. Em todos os documentos que balizam os critérios adotados na pesquisa, os sujeitos foram citados com nomenclaturas específicas, entre elas: párvulos, inocentes, expostos, incógnitos, enjeitados, crianças e anjinhos nos registros eclesiásticos; crias, menores, órfãos, filhos, meninos ou escravinhos nos cartoriais. Adicionaram-se muitas vezes nos registros diminutivos, como cabrinha ou crioulinho.

As nomenclaturas e os documentos mostram que escrever sobre essas pessoas na faixa etária proposta por este trabalho é deparar com critérios que vão além da distinção jurídica que

³² A instituição do Juízo de Órfãos, de origem portuguesa, usou o termo menor para todos os que tinham até 25 anos de idade (até 1831) e para o resto do XIX até 1990 até os 21 anos de idade. CARDOSO, José Carlos da Silva. Enredos da vida: a organização das famílias porto-alegrenses por meio da justiça (início do século XX). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi. et al. *História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 264-290.

³³ O ser dotado de inteligibilidade própria só foi institucionalizado em 1924 com a primeira Carta de Direitos Universais da Criança. FRANCO, 2014, p. 37.

as definiu em dois grupos, livres e escravizados. Significa flertar com o termo criança e outros similares definidos em diferentes grupos etários numa constante condição provisória. Essa transição aparece nos cativos que serão adultos mais rápido ou mais lentamente, aqueles que perderão o estado de natureza da pureza peculiar a um período, ou aqueles sujeitos que já podem “andar por si”. As condutas com esse público nessa transitoriedade, que é o tempo de ser criança, são silenciosas, mas existentes, e passam a estáticas com o advento da morte quando, segundo Luiz Lima Vailati, a observação sobre a criança é privilegiada³⁴.

Essas condutas, práticas e discursos sobre esses sujeitos sociais, atestados pelos documentos de batismo, óbito, alforria, compra e venda, testamento e inventário foram construídos pelo clero, pais, proprietários e juízes de órfãos. Eles impuseram uma diversidade de leitura ou transitoriedade de natureza dessas pessoas, pois houve formas diferenciadas de concebê-las em comparação ao adulto ou a partir de determinadas características da “infância” em si mesma. Segundo Vailati:

Ora, os historiadores são conscientes de que grande parte do que se produz sob o nome de “história da infância” é menos o estudo da experiência de ser criança ao longo do tempo (ainda que haja propostas válidas nesse sentido) do que dos sentimentos, valores, conceitos e comportamentos que a sociedade atribui a uma determinada faixa etária³⁵.

Enfim, a reflexão sobre os pequenos cativos foi costurada com os dados encontrados nos documentos elaborados pelos adultos, isso porque o sujeito social da pesquisa não deixou registro sobre si. Em todos os capítulos a opção foi, sempre que possível, nomear os sujeitos, compor parte de suas trajetórias e descrevê-los como agentes sociais inseridos em redes de solidariedades com as quais conseguiram atenuar as agruras da escravidão ou os desafios da vida em liberdade. Para isso, o método indiciário permitiu interpretar os dados dos documentos que foram levantados no contexto social de sua produção para a compreensão dos signos apresentados³⁶.

1.3 Métodos e fontes

As pesquisadoras Eni de Mesquita Samara e Maria Helena Machado mostraram que o interesse pela História Social e por temas pouco explorados, como aqueles que focalizam as

³⁴ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* São Paulo: Alameda, 2010. p.49.

³⁵ VAILATI, 2010, p.23.

³⁶ GINZBURG, Carlo. “*Sinais: raízes de um paradigma indiciário*”. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.152.

minorias sociais, fomentou a recuperação do processo histórico e de um novo conhecimento da realidade brasileira³⁷. Os historiadores passaram a se debruçar sobre as fontes a partir de novos olhares, ou, como bem observou Maria Helena Machado, “têm sido desafiados a reavaliar as fontes documentais disponíveis sob uma nova perspectiva”³⁸. A importância dos documentos censitários já tão destacada por pesquisadores por todo o Brasil, reafirma a observação de Robert Slenes de que sua análise de forma independente, ou em conjunto com outras fontes, amplia as interpretações além do olhar branco³⁹. A nossa abordagem será costurada em consonância com essa historiografia, pois, além de permitir ver o escravo como agente histórico, possibilita-nos aportes metodológicos para perscrutá-lo além das plantations do Sudeste ou do Recôncavo Baiano, observando as especificidades locais e regionais.

As fontes consultadas para a pesquisa foram exploradas através de um longo trabalho solitário nos acervos históricos e eclesiásticos de Salvador e Caetité. Percorri 12 mil assentos de batismos, 2.119 de casamentos e 9 livros de tabelionato, dos quais compilei 369 cartas de alforrias, 418 escrituras de compra e venda, 49 de doação, 87 de débito e hipoteca e 11 de habilitação e reconhecimento de filhos. Uma centena de inventários e testamentos, além de documentos de vereação, do governo da província e fotografias. Essa documentação acumulada e analisada por longos e difíceis anos nos permitiu demonstrar alguns detalhes das relações familiares, econômicas e sociais dos sujeitos pesquisados.

Os documentos do judiciário, disponíveis nos arquivos públicos de Salvador e Caetité, contribuíram para entender a família escrava, a situação da criança com a partilha e o tráfico, apontar dados da condição física, bem como perfis das posses e proprietários. Com os acervos paroquiais, a coleta de dados foi feita nos livros de registro de casamento e batismo da Catedral de Nossa Senhora Santana da Arquidiocese de Caetité. Essas fontes possibilitaram a reconstituição de famílias e de algumas redes sociais das crianças, permitiram também analisar o compadrio. Também recorreremos ao Recenseamento Geral do Império de 1872, às posturas municipais da vila de Caetité, às atas de vereações da Câmara Municipal e à legislação eclesiástica vigente. Essa documentação apoiou o estudo com a análise da normatização, da contextualização e ações e demandas do poder público local. Todas as outras fontes: cartas de alforria, escrituras de compra e venda, hipotecas, batismo e documentos do legislativo

³⁷ SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”*. São Paulo: Humanitas; MACHADO, Maria Helena P.T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988.

³⁸ MACHADO, 2008, p.144.

³⁹ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.35-52.

coletados, fichados, organizados foram usados para a análise quantitativa e qualitativa. Outro procedimento metodológico basicamente consistiu no cruzamento de dados das distintas fontes documentais e bibliográficas.

1.4 A estrutura dos capítulos

O capítulo 1, “*Escravos e senhores de uma “praça provida de negócios e de lavoura”*”, apresenta o espaço socioeconômico de Caetité, inserindo-o no perfil econômico mais amplo da Bahia a partir das suas atividades produtivas e da sua população. A ênfase recaiu na paisagem agrária e urbana de Caetité construída com o advento das atividades mercantis, da policultura e da pecuária.

Traçamos ainda os perfis das posses e das fortunas, discutimos os preços de produtos e escravos, e analisamos os usos das categorias de identificação das crianças escravas. Apresentamos a população rastreada nos inventários e nos registros de batismo. E, para fechar o capítulo, demonstramos os elementos da discussão do capítulo em uma propriedade da região.

No segundo capítulo, “*Criados entre os seus*”: *as redes de sociabilidades em torno do pequeno escravo*”, transitamos pelas redes de pessoas que cercam as crianças e os jovens cativos. Identificamos a composição familiar sanguínea e espiritual. Para isso identificamos os perfis dos padrinhos e pais das crianças.

No terceiro capítulo, “*Quando a morte chega, qual é o seu lugar?*”, refletimos sobre as condições sanitárias e epidemiológicas, sobre as características do ritual fúnebre, sobre a terminologia empregada ainda no ventre da mãe, após nascer ou ao morrer. Mapeamos os destinos dos cativos a partir das disposições dos testamentos na hora da morte do proprietário. No geral, esse capítulo aponta traços gerais sobre a saúde e a morte da criança.

No capítulo seguinte, “*Como se de ventres livres nascessem*”: *os filhos das escravas e as “crias” do cativo*”, analisamos o contexto das alforrias, seus significados e formas de aquisição. A carta de liberdade foi um aspecto importante das relações no cativo em Caetité. Ela suscitou a seguinte discussão: se a sua concessão para o grupo em estudo, ou seja, as crianças, foi uma prerrogativa do senhor, como afirmou Manoela Carneiro Cunha; uma concessão senhorial, como postulado por Roberto Guedes; uma forma de resistência, apontada por Sílvia Lara; ou uma emancipação individual ou negociada, como se referiu João José Reis⁴⁰.

⁴⁰ CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: _____ *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.126. GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP,

Como pensá-la sob esses critérios, quando os bons serviços, a resistência, a desobediência, o cativoiro dos pais e os ofícios não lhes competiam como os argumentos mais comuns para as alforrias? As crianças receberam as alforrias por serem crias? Por serem filhos?

No último capítulo, “*Deus lhe faça bom proveito, isto em sinal de boa arrematação: crianças e jovens cativos no mercado de escravos*”, falamos sobre o comércio de escravos. Discutimos os reflexos do fim do tráfico internacional, o aumento das vendas e a dinâmica dos preços com o crescimento do tráfico interno. Transitamos pelas políticas locais para a situação, e demonstramos como o tráfico fragilizou famílias com o comércio de crianças.

século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 35, p. 83-141, jan-jun, 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21127>. Acesso em: 09 mar. 2018. LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.345. REIS, João José. *Domingos Sodré- um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 83-223.

2 CAPÍTULO 1

ESCRAVOS E SENHORES DE UMA “PRAÇA PROVIDA DE NEGÓCIOS E DE LAVOURA”

No dia 31 de maio de 1831, Lusia deu à luz os filhos gêmeos: Gervásio e Protásio. Mãe e filhos foram escravos na posse de Manoel Rodrigues Ladeia, tradicional dono de escravos, terras e animais. Os vestígios documentais sobre os dois meninos indicam que viveram, aproximadamente, quarenta anos nessa mesma posse. Gervásio, quando adulto, se casou com uma companheira de cativo e, possivelmente, adicionou à posse mais cativos e, à sua família, mais parentes sanguíneos. Seu irmão Protásio, aos 40 anos de idade, foi citado oficialmente como solteiro. Os dois cresceram numa posse com mais de 30 escravos, composta por uma maioria de escravos crioulos e com a presença de muitas crianças⁴¹.

Na mesma década do nascimento dos gêmeos, em uma posse com atividades produtivas e aspectos demográficos semelhantes, a escrava Bárbara também concebeu seus filhos Clemência e Salvador. No final da década de 1840, Clemência foi descrita no inventário de seu proprietário Ângelo Custódio Villas Boas como escrava de casa; e Salvador, aos 14 anos de idade, como alfaiate⁴².

Todos esses escravos cresceram e andaram pelas terras altas do sertão onde se localizava Caetitê. Trabalharam, assim como seus pais e avós, desde muito cedo, com as atividades agropastoris. Sobreviveram às ameaças de morte precoce na infância e ao mercado de escravos. Os laços de família em que estavam inseridos, as relações estabelecidas com os proprietários e as funções que assumiram nas posses contribuíram para que vivessem, como tantos outros cativos, os instigantes anos entre 1830-1870.⁴³

O interstício entre 1830 e 1870, período em que nasceram, viveram os primeiros anos de suas vidas e chegaram à vida adulta no cativo, se notabilizou por mudanças importantes nos campos econômico e político. Elas estavam relacionadas aos ciclos de secas (1845, 1850 e 1860), às novas políticas na instituição escravista e às transformações de antigos arraiais em novas vilas. Esse quadro foi agravado por questões técnicas nas lavouras tradicionais e pelas oscilações dos preços de produtos importantes como o algodão e a carne.

⁴¹SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Manoel Rodrigues Ladeia*. Classificação: 03/1191/1660/03. Salvador: APEB.

⁴²SALVADOR. Seção Judiciária. Séries Inventário. *Ângelo Custódio Vilas Boas*. Classificação: 01/1201/1670/12. Salvador: APEB, 1849.

⁴³ A palavra infância está aplicada aqui para facilitar a leitura, embora na tese tenhamos optado por refletir as idades e os termos aplicados em cada documento para aqueles indivíduos que estavam numa condição de natureza transitória em relação ao adulto.

Mas o saldo mais latente desses emblemáticos anos recaiu sobre a mão de obra. O panorama do fim do tráfico internacional e a emergência das leis sobre o trabalho escravo incidiram, sobretudo, nos perfis das posses e nos preços dos cativos da região. Essa realidade configurou posses de médio a grande porte, com escravos em diferentes faixas etárias, exatamente como aquelas em que viviam os dois gêmeos e a família de Bárbara. Nelas, havia um número promissor de escravos muito jovens, africanos sempre mais velhos, e homens e mulheres crioulos em plena fase reprodutiva. No outro extremo dos perfis das posses estavam os proprietários que possuíam um número pequeno de escravos e aqueles que detinham mais de quarenta cativos.

Os escravos estavam distribuídos por todo o território de Caetité e, na maioria das vezes, exerceram múltiplas funções nas propriedades em que serviam. Independentemente do perfil da posse, o cativo foi, entre os bens arrolados nos inventários, aquele que permaneceu em franca valorização. Desde a década de 1830 o seu preço permaneceu em uma curva ascendente e constante para todas as faixas etárias.

Portanto, para entender o contexto das posses, o chão social das pessoas citadas até aqui, e tantas outras no decorrer da tese, este capítulo busca direcionar a lupa ao panorama mais geral do município de Caetité, uma região tradicional no ramo agropecuário, na realização de negócios e no uso do trabalho escravo. Acreditamos que entender esse lugar nas conexões regionais e provinciais é também incidir o olhar sobre o seu perfil escravista.

Para fechar a discussão sobre a região, analisamos “in loco” traços gerais e aspectos peculiares de uma posse escrava, com a intenção de refletir sobre os elementos da escravidão no Alto Sertão da Bahia entre 1830-1871 e, conseqüentemente, sobre o dia a dia de uma criança cativa sertaneja.

2.1 O território e os caminhos

Desde o século XVIII, os relatórios dos sertões, encomendados pelas autoridades coloniais, destacavam as vantagens econômicas da região do Alto Sertão, onde estava localizada Caetité. As condições climáticas, as propriedades do solo, a geografia do lugar e o perfil mestiçado da população sertaneja eram citados como fatores adequados para a prática de atividades agropastoris.

Os sítios de Caetité foram descritos, nesses relatórios sobre os sertões, como lugares de boa água, bons pastos, bastante gado e “grande roça e horta com laranjeiras, limões e toda a

hortaliça”⁴⁴. Essa descrição do lugar com ênfase nas atividades agrícolas também apareceu mais tarde, na segunda metade do século XIX, nos diários do engenheiro Teodoro Sampaio. Ele, além de confirmar a lavoura e a pecuária como atividades fecundas nas propriedades rurais de Caetité, descreveu a região com porte de “corte do sertão” e “empório comercial” que é destes sertões apartados [...] o centro irradiante de uma viação ordinária e bastante activa”⁴⁵.

Esses sítios e fazendas instalados por todo o termo territorial de Caetité contribuíram para destacá-la como praça comercial do Alto Sertão e da Bahia. As criações de gados vacum e cavalari, associadas à produção de gêneros alimentícios, permitiram a manutenção das famílias na região e a consolidação de Caetité como espaço de provisão de comestíveis. O alcance de mercado se expandiu com a lavoura do algodão, produto importante na pauta da exportação da Província.

A produção de bens agrícolas, além de fomentar uma importante praça de negócios, comportou um tradicional ponto de parada para as tropas que atravessavam a Bahia. Casas comerciais e fazendas com suas “vendinhas” serviam de local de descanso para esses tropeiros e caixeiros-viajantes que realizavam negócios com todo tipo de mercadoria. Os documentos da fazenda de Campo Seco, no termo de Caetité, citam a região como área de pouso no caminho para aqueles tropeiros que seguiam para Goiás e Minas Novas de Araçuaí, ou que trafegavam por rotas estabelecidas para Salvador e Piauí⁴⁶.

Esse papel estratégico assumido no percurso dos tropeiros, associado às atividades agropastoris, possibilitou um fluxo constante de mercadorias que consolidou a posição de Caetité como um mercado de exportação e importação no Alto Sertão. Isso fez com que, no primeiro decênio do século XIX, os moradores da região justificassem a ascensão de arraial para vila, alegando seus aspectos econômicos como fatores decisivos para a mudança:

[...] sendo a situação e limites d’aquelle Arraial o termo mais próprio para a plantação de algodão e criação de gados vacum e cavalari, que por isso presentemente abunda em um vultoso giro de negocio, com sua indivisível importação de fazendas europeas e exportação de gêneros do paiz [...]⁴⁷.

⁴⁴ Joaquim Quaresma Delgado foi um dos encarregados desses relatórios. Ele passou pela região com a função de identificar e relatar distâncias e povoações para elaboração de mapas sobre os sertões. NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonietta (orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões baianos*. Salvador: Editora Arcadia, 2007. p.93.

⁴⁵ SAMPAIO, Teodoro Dr. *O Rio S. Francisco – trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina*. 1879-80. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. p.112.

⁴⁶ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigos: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p.8;34.

⁴⁷ Termo de Criação da Vila do Príncipe e Sant’ Anna de Caetité. SILVA, Pedro Celestino da. *Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité*. Bahia: Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia, n. 58, 1932. p.110.

Assim, na primeira década dos Oitocentos, Caetité foi elevada à categoria de vila e, na segunda metade do mesmo século, à de cidade. A ascensão político-administrativa, atrelada ao crescimento nos negócios, se contrapunha à decadência das regiões auríferas vizinhas, outrora tão importantes para a economia da Província⁴⁸. Essa situação de crise das áreas auríferas e de apogeu dos negócios em Caetité seguia descrita em ofícios encaminhados à capital da Província. O objetivo era angariar mudanças administrativas e benefícios para os moradores. Segundo os documentos da Câmara de Caetité, vilas auríferas vizinhas, como a de Livramento, sofriam com a imigração, revoluções frequentes, “estado de impopulação e decadência”, “má qualidade dos terrenos, baixa produção de víveres e comércio paralítico”, situação oposta à de Caetité, que apresentava um crescimento populacional, grande comércio, “toda qualidade de vida” e “perfeita tranquilidade”⁴⁹.

Ponderados os exageros das autoridades de Caetité, imbuídas da vontade de implementar melhorias locais, há nos documentos cartoriais indicativos que corroboram a realidade descrita. Alguns moradores que legaram testamento e inventários na região de Caetité, eram oriundos de localidades auríferas na Província de Minas Gerais ou das Lavras Diamantinas. Essas pessoas passaram a residir em Caetité para efetuar negócios ou saldar dívidas das famílias contraídas nas antigas áreas de morada. Nesses documentos apareceram também terras negociadas com moradores de Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, que buscavam aventurar-se nas atividades agrárias de Caetité. Somavam-se a esse novo grupo de moradores pessoas provenientes de outras paragens do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas e Sergipe⁵⁰. Essas pessoas passaram a residir na sede ou no campo, onde eram proprietários ou rendeiros de terras.

Se o campo de Caetité atraiu novos moradores pelos pastos, pela qualidade da terra e pelas boas águas, a sede da vila/cidade se destacou pela urbanização, pelas feiras, boas moradas, praças e igrejas tradicionais como a de Sant’Anna e a de São Benedito.

⁴⁸ Entre essas regiões auríferas estavam os municípios atuais de Rio de Contas e Livramento de Nossa Senhora.

⁴⁹ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. Governo da Provincial, maço 1276. Salvador: APEB, 1833, p.12. Ver sobre as condições dessa região aurífera em: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

⁵⁰ Censo de 1872. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>. Acesso em: 24 out. 2019.

Figura 2 - Cidade de Caetité na segunda metade do século XIX.



Fonte:Disponível em:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon832167/icon832167.jpg1867. Acesso em: 7 out. 2019.

As terras que abarcavam a sede e os distritos, até os anos de 1830, se estendiam das margens da Província de Minas Gerais às proximidades das vilas litorâneas do Sul da Bahia. A sua formatação territorial e jurídica era a seguinte: a vila de Caetité e os distritos e arraiais de Canabrava, Umburanas, Minas, Bom Jesus, Barra, São Felipe, Conquista e Poções.

Mapa1- Antiga Vila de Caetité.



Fonte: Disponível em: <http://www.caetite.ba.gov.br/a-historia/>. Acesso em: 10 fev.2018

Em 1840, parte desses arraiais e distritos assumiram sua autonomia política e saíram juridicamente dos limites de Caetité. Esses desmembramentos impuseram querelas administrativas de caráter municipal e de domínio da área de atuação de algumas freguesias. Reclamações no pleito das freguesias foram estabelecidas entre a região de Santo Antônio da Barra e a nova Vila de Rio do Pardo, compreendida parte em Minas Gerais e parte no termo de Caetité. As notificações que aportavam na Câmara eram amparadas sob a alegação de que os moradores não se sentiam espiritualmente ligados a Minas Gerais⁵¹. As querelas sobre a jurisdição municipal recaíam em fazendas tradicionais, como a fazenda Contendas, que ficaram circunscritas ao território da nova vila de Monte Alto⁵². As reclamações dos moradores incidiam sobre a suposta violência praticada pelas autoridades dessa nova vila⁵³.

Mesmo com os desmembramentos, a configuração do termo territorial de Caetité a partir dessa década ainda era extensa, mas se havia reduzido aproximadamente à metade.

⁵¹ SALVADOR. Provincial, maço 1214. Salvador: APEB, 1835/1839. p.1,2.

⁵² Ver sobre Monte Alto: MIRANDA, Figueiredo Rosângela. “*Em diligência de se libertar*”: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia - termo de Monte Alto (1810 1888). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

⁵³ SALVADOR. Provincial. *Ofício 3*. Maço 1276. Salvador: APEB. 1842.

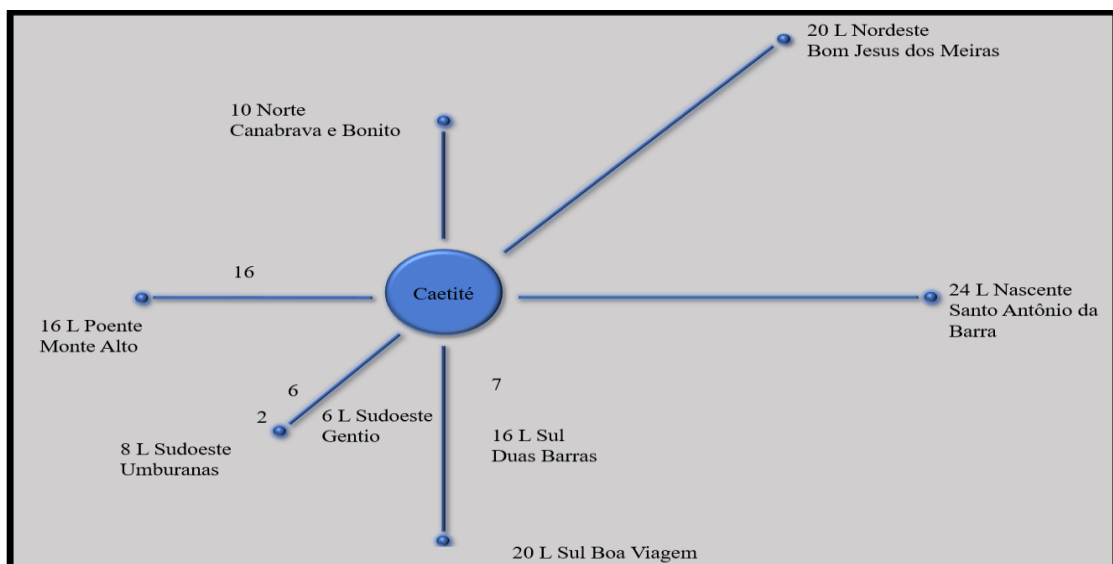
Mapa 2- Recorte do território (1840)



Fonte: Disponível em: <http://www.caetite.ba.gov.br/a-historia/>. Acesso em: 10 fev.2018.

No final da década de 60 e início dos anos 70, em uma documentação enviada ao governo provincial, as autoridades da Câmara descreveram as distâncias em léguas entre os atuais e antigos distritos:

Mapa 3- Distâncias de comunidades vizinhas.



Fonte: SALVADOR. Seção de Arquivos Colonial/Provincial. *Ofício 13*. Governo da Província, maço1276, postura 7/8/1869. Salvador: APEB, 1833,1872. p.3. Representação adaptada.⁵⁴

⁵⁴ As distâncias estão representadas em léguas (L).

seguia ou retornava em direção ao Recôncavo, Salvador, Rio de Contas e Minas Novas. Comercializava-se de tudo: azeite, vinhos, chita fina, garrafas de água da Inglaterra, vidros de óleo de amêndoa, pentes, aparelhos de jantar com detalhes em marfim, cambraia, lenços franceses, objetos em ouro e prata, ferragens, bacalhau, pedras, aguardente, algodão (com ou sem caroço), milho, farinha, carne verde e do sertão e animais cavalariço e vacum e rapadura. Também realizavam o comércio intrarregional de escravos.

Os artigos importados, citados acima, chegavam ao porto de Salvador e eram encaminhados diretamente ao sertão ou, mais corriqueiramente, ao Recôncavo Baiano e, de lá, para Caetité. No sentido contrário seguiam os produtos oriundos do sertão para o litoral e regiões portuárias:

[...] os mercados para onde exportam estes produtos são, para o algodão os portos de São Felix e Valença, donde são importados os gêneros de produção estrangeira para o consumo do Município, destinando-se os demais produtos ao comércio das lavras do Paraguaçu⁵⁵.

Esses caminhos do sertão para o Recôncavo ou Minas Gerais eram agitados pelo fluxo constante de pessoas e produtos. Segundo Isnara Pereira Ivo, o que se via era um cotidiano repleto de misturas e diálogos culturais. A pesquisadora, ao estudar os “homens de caminho”, desmitificou a ideia de atraso e isolamento dos sertões da Bahia⁵⁶. Kátia Mattoso destacou que essa gente tecia uma rede de intercâmbio cultural e de produtos variados para os dois extremos: litoral e o sertão⁵⁷. Entre esses viajantes e comerciantes estava José Joaquim Ribeiro, Joaquim Inácio de Sousa Barrem e Lúcio Barbosa da Cunha. O primeiro, um português que se deslocou para Caetité para tratar de negócios com o algodão. As cargas desse produto, retiradas das fazendas da região, ele enviava para o porto de São Félix no Recôncavo⁵⁸. Joaquim Inácio de Sousa Barrem saiu da “Cidade da Bahia” e também foi para Caetité para realizar negócios. No rol de seus gastos apareceram despesas com as seguintes fazendas: “ganga francesa”, sedinha lavrada, chita francesa, brim, lenços e baeta⁵⁹. Lúcio Barbosa da Cunha saiu de Minas Gerais para Caetité com o objetivo de realizar o comércio de bestas e muars. Ele vendia esses animais

⁵⁵SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 8*; Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1866.p.1,2 e 3.

⁵⁶ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

⁵⁷ MATTOSO, Kátia Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978. p.245.

⁵⁸ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *José Joaquim Ribeiro*. Classificação: 02.589.1041.06. Salvador: APEB, 1834.p.4.

⁵⁹SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Joaquim Inácio de Sousa Barrem*. Classificação: 1834-45. 02.557.1064.04. Salvador: APEB, 1834.

a prazo e dividia os lucros com os proprietários nas duas províncias. Os escravos utilizados por ele transitavam com frequência entre a Bahia e Minas Gerais. Assim, como os chefes das tropas, ou outros cativos tropeiros, traziam para a região um leque de informações de tudo o que acontecia na capital da Província, no Recôncavo Baiano ou em outras províncias⁶⁰.

A logística desse transporte era onerosa e cheia de dificuldades. A circulação nessas vias terrestres irregulares dependia, para sua menor ou maior agilidade, da qualidade e experiência da tropa recrutada para a viagem. As condições das estradas e a geografia da região eram descritas pelos viajantes com matas e capoeiras que impunham um desgaste importante aos animais e tropeiros. Além das condições estruturais dos caminhos, adicionavam-se os perigos dos assaltos. Tudo isso entrava na balança para a aferição do valor da viagem, que já contava com os seguintes elementos: os preços dos animais, as quantidades das arrobas a serem transportadas, distâncias e tempo do percurso a serem percorridos. As conexões eram, portanto, estabelecidas com preços que ponderavam os custos, os riscos e as distâncias em léguas:

Que as vias de transporte são terrestres sendo principais estradas para o mercado de São Felix e Valença as que se conhecem por a denominação de Maracás e Paraguassú; cuja distancia, a partir da cabeça do termo é de cento e doze legoas a 120 legoas de terreno irregular e alternadamente coberto de matas e capoeiras banhando esta extensão por um rio Paraguassú e por outros o de Contas para o mercado da Chapada a principal estrada é a que conta diretamente por um terreno montanhoso da cabeça do termo ao comercio da Vila de Santa Isabel, mediando a distancia de 45 legoas, onde muito se ve que se estabeleça um ramal da futura estrada até a ponte da mesma vila...os veículos de transportes atuais são as costas dos animais muares, cujo preço ordinário é de 160\$00 a 200\$00 e que carregam de 6 a 7 arrobas, fazendo a marcha de 5 legoas por dia, sendo o termo de frete o de 450 rs na razão de cada legoa.⁶¹

O município de Caetité não contava com redes fluviais navegáveis para escoamento de seus produtos. Por isso as condições das estradas eram pautas frequentes das discussões na Câmara. Solicitava-se do governo provincial melhoramento e ampliação da malha terrestre, construção de pontes no caminho para o Recôncavo entre Cachoeira e São Félix ou a abertura de outras estradas que partissem de Caetité e ligassem até as margens do rio São Francisco. A estratégia era permitir a participação de Caetité na navegação estabelecida naquela região. O mesmo se pedia em relação às estradas que seguiam para o lado oposto em direção a Minas

⁶⁰ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Lucio Barbosa da Cunha*. Classificação: 184502.562.1013.05. Salvador: APEB.

⁶¹ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 8*; Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1866.p.1,2 e 3.

Gerais. Nesse caso, as reivindicações recaíam, sobretudo, em solicitações de pontes próximas à Fazenda Rio do Antônio, onde passava a estrada que vinha do Rio Pardo e Minas Gerais⁶².

Se os percursos para os deslocamentos das mercadorias eram entraves para os lucros dos comerciantes, essas mesmas condições permitiram a sonegação de impostos. A Câmara tentava a todo custo otimizar e taxar a entrada e saída dos produtos pelas estradas de Caetité. Os mecanismos de controle iam desde a instituição de pesos e medidas em ferro ou chumbo padronizados, proibições de exportação de víveres em épocas de crise alimentícia e licenças para negociações. Previa \$400 réis por cada animal muar não carregado que passasse ou entrasse no território para ser vendido, \$500 por cada animal cavalariço não carregado, \$400 por novilha ou vaca. Também eram cobrados \$500 por cada animal carregado de gêneros alimentícios trazidos de outra província, \$400 por cada carga de fumo denominada de “Bae pendency”, três cordas ou “Setubal”, \$820 réis sobre cabeça de gado vacum para consumo no matadouro, açougue ou curral⁶³. Para cada casa de comércio \$400 réis anuais⁶⁴.

O fluxo de negócios e a extensão do território não permitiam o real controle dos fiscais, principalmente sobre os atravessadores que negociavam gado, aguardente, farinha, escravos e víveres de primeira necessidade⁶⁵. Tampouco dos “homens de assalto” indicados para o controle do tráfico de produtos nas estradas de Caetité. No entanto, todos esses problemas das vias terrestres e os desvios dos produtos não foram impedimentos para que, entre os anos de 1838 e 1841, as contas da Câmara fossem lançadas com notificação de saldos positivos para os anos subsequentes⁶⁶. O saldo positivo da Câmara se assentava em uma produção rural que dava lucro, mobilizava feiras e integrava a economia regional.

2.2 A lavoura e a criação de animais

As roças cultivadas em Caetité eram basicamente de legumes, hortaliças e grãos. Plantava-se milho, arroz vermelho, feijão preto, banana, mandioca, café, mamona, cana, algodão e trigo. Do campo também saíam os derivados importantes para a mesa do sertanejo: a farinha de mandioca, o fubá de milho, a rapadura e a aguardente da terra. Alguns desses produtos, com pesos, medidas e valores, aparecem na tabela abaixo:

⁶² SALVADOR. Seção Judiciária. Testamentos. *Caetité, 1830-1870*. Salvador: APEB, 1830/1870.

⁶³ CAETITÉ. Fundo Câmara. Atas de sessões, maço 1, cx 1. Caetité: APMC, 1841. p 206, 206.

⁶⁴ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 8*. Governo da Província, maço 1276, Salvador: APEB, 1866.

⁶⁵ CAETITÉ. Fundo Câmara. *Atas de sessões*, maço 1, cx 1. Caetité: APMC, 1840.

⁶⁶ CAETITÉ. Fundo Câmara. *Atas de sessões*. Caetité: APMC, 1838/1842.

Tabela 1- Produtos e valores

Produto	Preços e medidas/peso
Algodão com caroço	1\$000 a 1\$ 872 (arroba)
Algodão descaroçado	1\$336 a 6\$500 (arroba)
Uma rês	7\$600 a 20\$000
Animal de carga	79\$00 a 73\$125
Carne verde	\$200 a \$210 (quilograma)
Farinha	\$ 640 (quarta)
Arroz	\$500 (prato)
Feijão	4\$00 (quarta)
Milho	2\$00 (quarta) e 200\$000 (alqueire)
Açúcar	\$500 (libra)
Café	280\$000 (alqueire)

Fonte: Inventários, testamentos, documentos do governo da Província da Bahia.

A produção no campo estava distribuída por várias propriedades com diferentes estruturas e tamanhos. Ela se estendia desde os sítios que mantinham uma organização do trabalho familiar associado ao trabalho cativo, até as fazendas maiores, que tinham estruturas mais específicas para a produção de grandes lavouras e seus derivados. Nessas propriedades, mais bem estruturadas, concentravam-se instrumentos como: prensas, descaroçadores, rodas de fiar, teares, rodas de farinha, fornos, engenhos, alambiques e moinhos. Joaquim José da Silva, por exemplo, negociava arrobas de algodão em caroço e em lã e dispunha, na sua propriedade, além da roça de algodão, de instrumentos como descaroçador, balança e prensa. Ele também tinha os animais e bruacas para o transporte do algodão⁶⁷.

O transporte, as intempéries climáticas, problemas na emissão de moedas e oscilações nos mercados externos afetaram os preços de alguns dos principais produtos da região⁶⁸. As questões internas relacionadas ao domínio das terras também influenciaram a produção no campo. Foi muito comum a fragmentação das propriedades entre os herdeiros, característica que, muitas vezes, impediu o desejo de beneficiamento e levou à desvalorização dos preços. Essa situação também era comum a outros bens, como os escravos.

As pautas dos problemas no campo se ampliaram com os problemas técnicos na produção da lavoura. Entre eles estavam: a ausência de pessoal para agrimensura, atraso dos engenhos ainda movidos a bois e utilização de teares manuais nas roças de algodão.

Os produtores de algodão buscaram inovar suas roças com o cultivo de cana, de café e também de trigo. A farinha de trigo, por ser um artigo importado e comprado no mercado da

⁶⁷ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Joaquim José da Silva*. Classificação: 02.10896.166501. Salvador: APEB, 1843.

⁶⁸ MATTOSO, 1978.

capital, chegava à praça de Caetité com valores que a colocavam no patamar dos produtos caros para o consumo. Os produtores clamavam ao governo provincial o estímulo à produção do trigo sob o argumento de que seria bom introduzir a cultura em Caetité, “pois já era conhecida a experiência de alguns lavradores desse saudável alimento”. O mesmo ocorreu em relação à cana, para a qual citavam a existência de pequenas fábricas de açúcar.⁶⁹

O trigo, o café e a cana foram gêneros apontados como saída para a crise da tradicional cultura do algodão. A produção do algodão explodiu no final do século XVIII e início do XIX e declinou muito a partir do terceiro decênio do Oitocentos, sobretudo com a concorrência do algodão produzido nos Estados Unidos. Importantes problemas técnicos também afetaram a produção:

Principal ramo de produção agrícola era o algodão que de tempos a esta parte tem escaçado de sorte que os cultivadores o vão como que abandonando para darem-se a outras culturas, como o café, e a cana-de-açúcar, sendo quase impossível individuar a causa dessa progressiva diminuição, a não ser pela doença, cujos sintomas parecem identificar-se com os daquela que ultimamente afetado as vinhas de Portugal⁷⁰.

Os produtores que não abdicaram da produção do algodão alertavam sobre as questões climáticas com irregularidades das chuvas e as consequências dessa situação para a lavoura. Solicitavam a inserção de espécies mais resistentes às condições do tempo e às doenças. O resultado na produção se refletia em safras menores e com menor qualidade, algumas suficientes apenas para a produção de roupas para a população mais pobre dentro e fora do termo de Caetité:

A cultura do algodão foi outrora uma das fontes da riqueza deste Município pela exportação em grande escala e facilidade do vestuário dos escravos, trabalhadores e pessoas mais pobres. Atualmente ninguém planta algodão pro via da escassez continua das últimas colheitas, para uns a explicação pela maior irregularidade das estações de então para cá, e outros pela má qualidade das sementes, que predispõe a planta a não frutificar à ligeira alteração ao tempo. Solicita a introdução de algumas espécies que mais resista as alterações das estações para reanimar tão útil colheita⁷¹.

Ainda no campo estava a criação de gado, outra vertente da economia de Caetité. Homens livres e cativos possuíam animais cavalares e vacum. Pessoas com terras em outras

⁶⁹ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 2*. Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1858. p.1,2e 3.

⁷⁰ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 2*. Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1858. p.1,2e 3.

⁷¹ SALVADOR, 1858, p.1,2e3.

regiões também sabiam desse nicho de negócios na região e mantinham animais e propriedades em Caetité. João Antônio Pinheiro de Azevedo, por exemplo, tinha terras em Minas Gerais, no lugar chamado Januária, onde criava 250 reses e, em Caetité, onde tinha mais 30⁷².

Esses animais cavalar e vacum eram usados para transporte, força motriz de engenhos e, sobretudo, como alimento ou produção de couro. Caetité era uma das três zonas de produção de carne da Bahia, produto apreciado verde ou como carne do sertão:

A terceira zona de Caetité, também produz sofrivelmente gados mas sofrendo os mesmos inconvenientes, e obstáculos já notados acontece ser muito mais habitada do que todas as outras, e por isso, é ali que o gado é mais caro do que em outra parte da província, sendo seus principais mercados os lugares das Lavras Diamantinas⁷³.

Os preços dos gados vacum e cavalar eram estimados a partir dos custos com o transporte, com a alimentação e com perdas ocorridas com as estiagens, contrabandos e assaltos. Na década de 1840 já era recorrente a necessidade de ajustes na atividade pecuarista para o mercado. Proprietários e governo local solicitavam o aperfeiçoamento de produtores de animais com a implementação de conhecimentos veterinários por meio da criação de aulas para esse fim. Além disso, queixavam-se da qualidade da ração e das raças criadas em seus pastos. Segundo eles, elas se encontravam em “degeneração”⁷⁴.

O ponto de passagem das boiadas mais movimentado era o que saía do rio São Francisco e seguia já no termo de Caetité por Pajeú e Bom Jesus. Os caminhos nessa rota para as boiadas eram abundantes em água e madeira, itens importantes para as paradas dos animais:

[...]entra neste Município na Ladeira do Pajeú a 5 legas desta Vila. Esta estrada é subdividida em duas a quem da dita ladeira 2 legoas, seguindo huma direção da Vila de Rio de Contas e a outra do Arraial do Bom Jesus. A primeira destas estradas atravessa este Municipio só na extensão de 12 legoas, que se contam da referida ladeira do Pajeú as Porteiras, onde entra o Município de rio de Contas. Nesta extensão da estrada he por toda a parte abundante de agua de sorte que não passam legoas sem boas e cômodas aguadas e só num ano extraordinariamente seco poderia haver falta de agua...A outra estrada que procura o Arraial do Bom Jesus pés com o Município acima de 30 legoas, e também é abundante de agua , não é igual a outra mais com tapagem dá para guardar o grande volume de chuva. São mais notáveis dessa região os ...São Pedro, do Junco o Junco o Rio gavião e outros menores. Por toda parte há abundância de madeira, pedras, necessárias para estaca⁷⁵.

⁷² SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 8*; Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1866.

⁷³ MATTOSO, op. cit, p.256.

⁷⁴ SALVADOR, 1858, p.1,2e3.

⁷⁵ Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 11*. Governo da Provincial, maço 1275. Salvador: APEB, 1846.

O trabalho com o gado exigia das fazendas da região a especialização de trabalhadores como vaqueiros, arrieiros e tropeiros. Alguns escravos se especializaram nesses ofícios ainda muito jovens. Mas, o mais comum foi o exercício do trabalhador na lavoura.

2.3 Os ofícios dos moradores livres e cativos

A mão de obra escrava esteve presente em todas as áreas da economia de Caetité. Os escravos atuaram nos setores voltados para o mercado local, regional e externo. Atenderam às necessidades do trabalho no comércio, na pecuária e na agricultura.

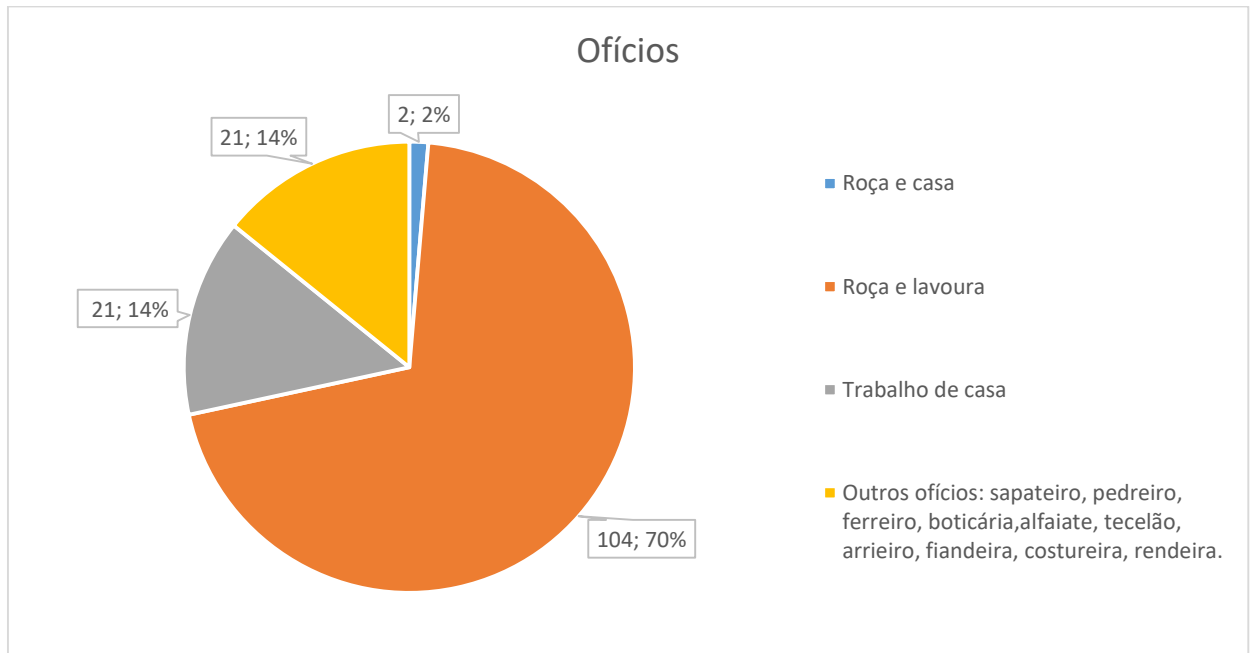
A lavoura foi a área mais citada na identificação do trabalho exercido por trabalhadores escravos e livres de Caetité. Na ordem das profissões arroladas na junta de qualificação, apareceu em primeiro lugar a lavoura, depois os negócios e, só então, os demais ofícios: funileiro, carpinteiro, pedreiro, vigário, alfaiate, professor de primeiras letras, porteiro, coletor, carcereiro, fogueteiro, músico e caçador⁷⁶.

Nos inventários, o “trabalho de lavoura” também prevaleceu. No caso dos cativos, as ocupações na casa ou no campo estavam correlacionadas, muitas vezes, ao sexo do cativo. A tipologia e a função foram as seguintes: a) roça/campo: lavoura, roceiro, carpina, vaqueiro, tropeiro e arrieiro; b) casa: cozinheira, engomadeira e pajem; c) ofícios especializados: ferreiro, sapateiro, pedreiro, rendeira, tecelã, fiandeira, costureira, alfaiate e boticária.

As menções às ocupações dos escravos adultos não constituíram uma regra nos inventários e, excepcionalmente, apareceram para jovens e crianças. O fato de o maior número de trabalhadores da região estar diretamente envolvido com a lavoura talvez fosse algo notório que dispensasse ou levasse a negligenciar a informação sobre a função exercida na propriedade. Como também acreditamos que o fato de os escravos da região exercerem múltiplas funções nas posses em que trabalhavam também tenha contribuído para negligenciar essa informação da ocupação nos inventários.

⁷⁶ CAETITÉ. Fundo Câmara- Junta de Qualificação. *Séries Atas eleitorais*. Caetité: APMC, 1849-1853.

Gráfico 1- Ofícios dos escravos



Fonte: Inventários de Caetité, 1830-1870.

Embora o quadro de ofícios desempenhados pelos escravos fosse praticamente exclusivo aos adultos, em plena força produtiva, não se pode deduzir que as crianças e jovens cativos, nas diferentes faixas etárias, vivessem só para o lúdico ou na ociosidade. O que também se estendia aos escravos mais idosos, muito frequentes nas posses. A ociosidade não era pauta na vida sertaneja, os lucros dos proprietários e a sobrevivência na caatinga presumiam o trabalho frequente e incessante com o advento das frequentes estiagens.

E mesmo que não existam registros quantitativamente expressivos para inseri-los diretamente no mundo do trabalho, acreditamos que as crianças e os jovens cativos participassem, em proporções menores, das principais atividades produtivas da região. As mãos pequenas podem ter sido usadas com frequência nas hortas, na colheita do algodão e do café, nos afazeres domésticos e na lida com os pequenos animais. No Manual do Agricultor Brasileiro, de Carlos Augusto Taunay, publicado em 1839, há uma recomendação sobre a colheita de algodão e o trabalho das crianças:

A colheita do algodão não se faz ordinariamente com aquela delicadeza que a lã requer para conservação da sua alvura. Os negros pegam sem cuidado nas cápsulas e atiram com elas a esmo nos samburás ou cestos. Parecia-nos mais acertado, ainda que se gastasse algum tempo a mais, que se separasse nesta mesma ocasião o fruto das cascas, trabalho que as crianças e mulheres

podiam fazer no pé da árvore, enquanto os negros despissem os ramos altos. (Grifo nosso).⁷⁷

Nesse caso, como apontou Maria Cristina Luz Pinheiro, a exigência da ordem econômica e social escravista não pode ser negligenciada e, em algum lugar ou momento, o trabalho do pequeno cativo foi acionado:

A definição da idade em que a criança escrava tornava-se força produtiva, ou mesmo quando ela começava a desempenhar algumas tarefas, se aos quatro, cinco, aos sete, ou aos doze anos, tinha pouca importância diante das exigências da ordem econômica e social escravista. Importa-nos verificar que a criança não era uma carga inútil para os senhores e que podia começar a trabalhar muito cedo. Essa era a lógica do sistema escravista⁷⁸.

O trabalho das crianças foi registrado em outras praças com maior riqueza de detalhes. Nas freguesias de Salvador, Maria Cristina Luz registrou percentuais muito mais ilustrativos de atividades urbanas e rurais das crianças. Ela chegou à conclusão de que, na Freguesia da Sé, 31,10% das crianças estavam associadas a algum tipo de atividade de trabalho e, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, 63,5%. A maioria dessas pessoas foram arroladas em atividade de lavoura ou doméstica. Heloísa Teixeira encontrou em Mariana o registro de crianças como pajem, pastor, candeeiro, servente, copeiro e ajudante de lavoura⁷⁹.

A historiografia vem apontando, nos vestígios documentais, que as crianças escravas eram treinadas ainda muito pequenas. Segundo José Góes e Manolo Florentino, a “pedagogia senhorial” impôs aos pequenos cativos “suplícios, humilhações e grandes agravos”⁸⁰. Se ponderarmos essa assertiva sobre o treinamento, é possível que algumas crianças de Caetité, quando atravessavam a faixa dos 7 anos, fossem encaminhadas para o trabalho na lavoura, na pecuária ou mesmo em funções mais especializadas como tropeiro, vaqueiro, fiandeira, rendeira e cozinheira. Encontramos escravos entre os 8 e os 16 anos que lidavam com costura, que fiavam e faziam renda e que precisaram de alguns anos de aprendizagem do ofício. Logo, foram iniciados desde cedo nas atividades. Esses cativos podem ter sido ensinados por escravos muito

⁷⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (org.) Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.137.

⁷⁸ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888”. *Afro-Ásia*, Salvador, n.32, p.159-183, 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21091/13682>. Acesso em: 10 mar. 2018. p. 173.

⁷⁹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 70.

⁸⁰ GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p.185.

próximos, o que não afastava acidentes e problemas de saúde impostos pelo trabalho, mas que ajudava a evitar alguns suplícios⁸¹.

As poucas referências aos ofícios encontrados na documentação ocorreram com crianças acima de 7 anos. Foram citados o trabalho na lavoura ou o trabalho em casa. Entre os ofícios mais especializados apareceram os de rendar, costurar e pastorear. Achados importantes porque os inseriram no mundo do trabalho, mas quantitativamente insuficientes para definir padrões de ofícios para os pequenos escravos. Não nos parece tão salutar essa ausência do ponto de vista da espécie da atividade, já que há fortes indícios de que o caminho da lavoura e do trabalho com os animais eram os mais propensos. Quanto à faixa etária, não encontramos dados que apontem ou neguem com segurança o que já foi posto pela historiografia sobre o trabalho de crianças: de que os filhos de escravos começassem a trabalhar aos sete ou oito anos, ou de que o serviço mais pesado ocorresse também a partir dessa faixa etária⁸².

As atividades exercidas por escravos mais jovens encontrados nos documentos não permitem assumir posições sobre a relação do preço da criança no mercado. Isso comporia mais um item no “jogo de variáveis dos preços” dos escravos, citado por Kátia Mattoso⁸³. No entanto, há evidências de aumento progressivo nos valores estimulados por outras variantes. Nessa segunda metade do século XIX, período contemplado nesta pesquisa, o cativo passou a ser o bem de maior valor, independentemente da faixa etária. O crescimento vertiginoso nos preços tomou fôlego com o advento do fim do tráfico internacional. O mercado do tráfico foi determinante para a disposição maior de escravos para a venda, principalmente pela difícil concorrência com os lucros apresentados nas paragens do Sudeste. Essa situação favoreceu o incentivo à reprodução, a oferta de escravos muito jovens ao mercado, e possivelmente, a ampliação deles nas atividades agropastoris.

2.4 Os preços dos cativos

O preço do escravo foi um fator relevante para a compreensão da economia de Caetité. No entanto, há de se registrar que os preços sofriam influências diversas como: oferta e demanda no mercado, pressões das circunstâncias econômicas locais, provinciais e internacionais, questões logísticas ou relativas às condições físicas dos escravos. Observamos,

⁸¹Encontramos apenas um escravo de 8 anos de idade com a indicação de que estava quebrado da virilha.

⁸²MATTOSO, op. cit., p. 95.

⁸³MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.77-78.

no interstício em estudo (1830-1871), que as crises agrícolas locais somadas ao incremento do comércio interno dos escravos, contribuíram de forma significativa para a alteração dos preços dos cativos e para à disposição no mercado de faixas etárias específicas.

No período em estudo, a curva do preço sempre esteve ascendente para todas as faixas etárias, embora os escravos adultos do sexo masculino fossem, proporcionalmente, mais caros. Os dados da tabela abaixo ponderam médias dos maiores e menores preços encontrados nos inventários:

Quadro 1- Escravos: média do menor e maior preço em réis por faixa etária e sexo.

Período	Idade	Adulto				Criança/Jovem				Idoso	
		16-19 anos	20-29 Anos	30-39 anos	40-49 anos	Até 2 anos	3-5 anos	6-9 anos	10-15 anos	50+	60+
1830	<P	200	260	120	250	50	100	120	120	100	40
	>P	280	300	280	300	100	200	280	280	200	-
1840	<P	450	300	400	200	80	150	150	150	150	80
	>P	500	700	480	450	150	350	350	400	350	100
1850	<P	500	700	400	400	100	200	300	700	200	120
	>P	800	1:000	1:000	550	200	350	900	900	500	120
1860	<P	700	1:000	800	600	150	200	350	450	250	100
	>P	1:000	1:100	1:100	850	300	500	800	1:000	700	300

Fonte: Inventários de Caetité, 1830-1870.

Quadro 2- Escravos: menor e maior preço por faixa etária e sexo.

Período	Escravos					
	Idade/sexo	Até 2 anos	3-5anos	6-9 anos	10-15 anos	
1830	<P	H	50	100	120	200
		M	50	100	180	200
	>P	H	100	150	280	280
		M	100	150	260	250
1840	<P	H	100	200	150	160
		M	80	130	150	150
	>P	H	150	350	400	500
		M	100	250	300	450
1850	<P	H	100	180	300	275
		M	50	180	120	200
	>P	H	200	350	900	800
		M	150	300	800	1:000
1860	<P	H	100	175	350	300
		M	100	200	250	250
	>P	H	300	500	1:000	1:000
		M	300	500	1:000	1:100

Fonte: Inventários de Caetitê, 1830-1870. As letras na tabela: (P) = preço e (H)= homem e (M) mulher.

Quando priorizamos na análise os escravos entre 2 e 5 anos de idade, a variação da margem entre os preços é menor que entre os adultos, mas chega a duas vezes em 1850 e três vezes em 1860. Entre os cativos de 6 e de 15 anos a média das diferenças foi semelhante à ocorrida com os adultos. Sobre os escravos com idade entre os 16 e os 29 anos, pode-se dizer que os preços subiram em média duas vezes mais em 1850 e quatro vezes em 1860. Entre os idosos, o acréscimo no preço incidiu em diferenças menores, mas também em uma escala ascendente.

Esses números possibilitaram deduzir, como observou Heloísa Teixeira, que as crianças, “apesar de não desempenharem a mesma produtividade de um adulto, eram vistas como mão de obra potencial”⁸⁴. A valorização dos preços das crianças ocorreu em decorrência das conjunturas instaladas com o fim do tráfico internacional, que ampliou a procura por escravos nas propriedades do sertão. De toda forma ela obedeceu às questões postas em relação à faixa etária e ao mundo do trabalho, explicadas por Manolo e Góes:

O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta conta a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefa própria do eito, o preço crescia [...] Assim é que, comparativamente

⁸⁴ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A não- infância: crianças como mão-de-obra em Mariana*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p.200.

ao que valia aos quatro anos de idade, por volta dos sete um escravo era cerca de 60% mais caro e, por volta dos 11, chegava a valer até duas vezes mais⁸⁵.

Quanto à faixa etária e o mundo do trabalho, Luiz Nogueurol concluiu que a percepção das “sociedades escravistas brasileiras era de que havia uma probabilidade muito grande de o recém-nascido escravo falecer antes de compensar o que gastou”:

Do nascimento até uma determinada idade, a criança escrava mais consumia do que produzia, razão pela qual, neste período, os rendimentos alcançados são negativos. Ao longo do tempo, os rendimentos positivos tenderiam a compensá-los. O preço do recém-nascido refletia a hipótese de que tal compensação ocorreria, ou não. Os motivos para que não ocorresse seriam dados por uma expectativa de vida insuficiente para a reposição dos gastos dos primeiros anos de vida e por uma elevada taxa de desconto, assim como pela combinação de ambas as variáveis⁸⁶.

Se havia custos com a manutenção dos pequenos escravos nas primeiras fases da infância (0-8 anos), o mercado, nessa segunda metade do século XIX, em Caetité, acenava com ressarcimento com o tempo, ou mesmo imediatamente⁸⁷. A linha ascendente nos preços dos escravos possibilitou aos proprietários a garantia temporária de um bem em franca valorização. Em Caetité, a lógica escravista estava assentada em bases que de uma forma ou de outra contornavam essa perspectiva apontada por Nogueurol. Entre elas estava:

- a) Inserção contínua de crianças no cativeiro via a reprodução ou compra;
- b) Um mercado interessado por jovens e crianças capaz de abreviar, se necessário, os custos;
- c) Grupos aparentados praticamente em todas as posses capazes de aferirem cuidados aos pequenos cativos;
- d) Senhores de escravos com baixo poder aquisitivo e que valorizavam a posse do cativo em qualquer faixa etária ou naquela que podiam pagar;
- e) A composição de uma sociedade onde o valor do escravo se estendia além do trabalho para a percepção de bem, de legado, de dote e reserva econômica;
- f) Posses menores com maiores condições de manter os escravos com uma nutrição menos deficiente.

⁸⁵GÓES, 2013, p.185.

⁸⁶ NOGUEOL, Luiz Paulo Ferreira. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p.107.

⁸⁷ O comércio de escravos será aprofundado no último capítulo da tese.

Todos esses pontos talvez compensassem o que Noguieról chama de rendimentos negativos até os 8 anos⁸⁸. No final das contas, o saldo sempre se mantivera positivo, já que havia condições que permitiram que a instituição da escravidão renovasse o fôlego com a sucessão de gerações de crianças crioulas.

2.5 Senhores de escravos

Os proprietários de escravos em Caetité eram basicamente donos de terras e viviam primeiro da lavoura, segundo da criação de animais e, terceiro, de negócios. A maioria desses escravocratas detinham posses pequenas de escravos. Como apontou Fátima Pires, muitas vezes nessas propriedades as tarefas eram realizadas “por lavradores e membros de sua família, acompanhados de poucos escravos”⁸⁹. Segundo Barickman, “a presença desses pequenos lavradores com tão reduzido número de escravos tornava pouco nítida a fronteira entre a agricultura escravista e a produção camponesa”⁹⁰. Tal circunstância se refletiu no cotidiano das posses no Alto Sertão, onde, para Kátia Almeida, escravos e senhores se conheciam bem e dividiam tarefas:

O cotidiano dos pequenos proprietários que se dedicavam, sobretudo, à policultura baseada na produção familiar e na utilização de poucos escravos, era o trabalho ao lado desses cativos, compartilhando com eles os espaços da casa nos momentos da refeição. O fato de ter dois ou três escravos não eximia um lavrador e sua família do trabalho de casa e da roça, mas possibilitava o aumento da produção, tanto para consumo próprio quanto para a formação de um excedente a ser comercializado⁹¹.

A presença de pequenos lavradores depõe sobre a distribuição das fortunas na região. O estudo dos inventários demonstrou que as fortunas sempre estiveram concentradas nas mãos de poucos nomes, assim como os maiores contingentes de escravos⁹². Essa distribuição desigual

⁸⁸ NOGUERÓL, 2003, p.107.

⁸⁹ PIRES, 2009, p.117.

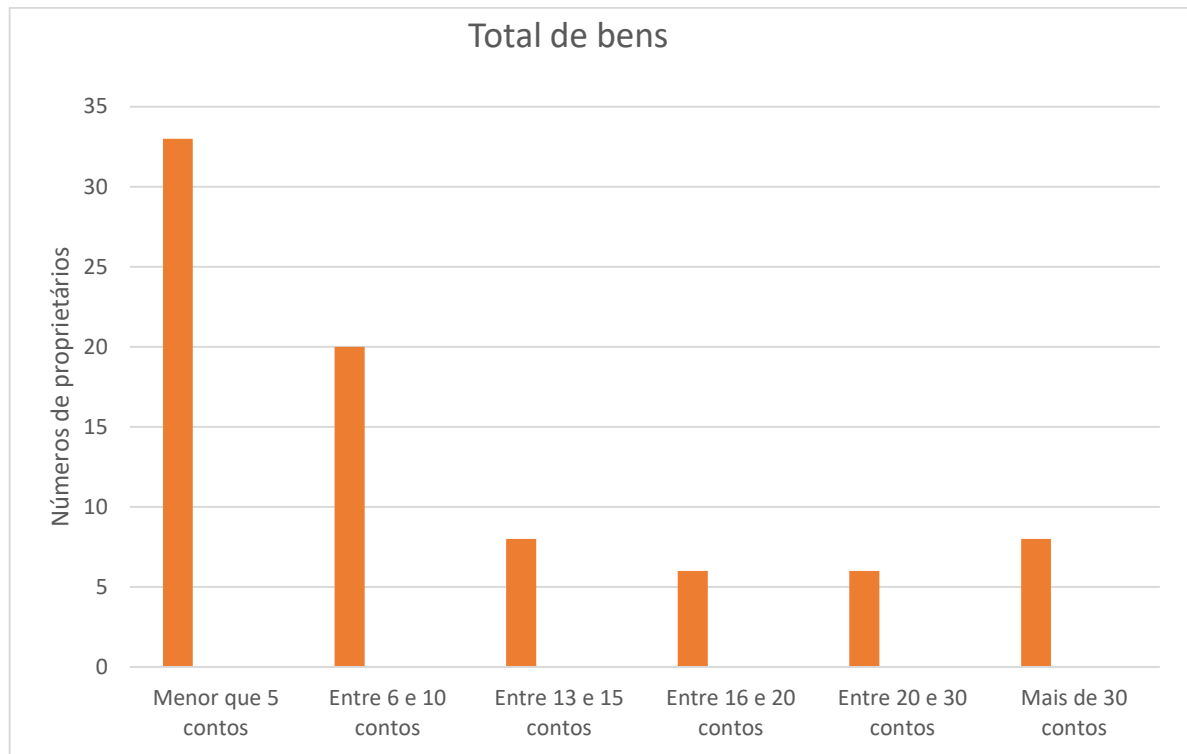
⁹⁰ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.265. Ver ainda: DOUGLAS, Cole Libby. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988. O pesquisador mostra como a relação entre proprietários e cativos se configura nesse universo onde há muitos trabalhadores livres ao lado de trabalhadores escravos.

⁹¹ ALMEIDA, 2006, p.42.

⁹² Estudos já apontaram que montantes que ultrapassavam 20:000,00 contos de réis já eram altos nos padrões da Bahia. PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003. COSTA, Alex Andrade. *Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009. p.39.

foi regra durante todo o século XIX, com leve diferença percentual entre as duas metades do Oitocentos. Na primeira metade do século, 61% dos inventariados tinham até cinco contos de réis e, na segunda metade, 56,6%⁹³. O gráfico abaixo mostra o recorte entre 1830-1870.

Gráfico 2- Montante dos bens



Fonte: Inventários da pesquisa, anos 1830-1869.

A relação entre os bens e o número de escravos é pertinente: quanto menor a fortuna, menor o número de escravos. A constituição das posses em Caetitê não diverge da realidade apresentada em outras regiões da Bahia ou do Brasil para o mesmo período. Kátia Almeida chegou à conclusão, em Rio de Contas, de que 74,6% das posses eram pequenas⁹⁴. Victor Gonçalves indicou o número 35,4 % em Ilhéus, onde detectou que 53% dos nomes pesquisados não tinham escravos. No Sul do Brasil, em Alegrete, Marcelo Matheus chegou à conclusão de que 70,5% dos senhores tinham as menores posses e 70% dos escravos estavam nas médias e pequenas posses⁹⁵. Em Caetitê, 34% dos proprietários tinham até 5 escravos, 18% entre 10 e

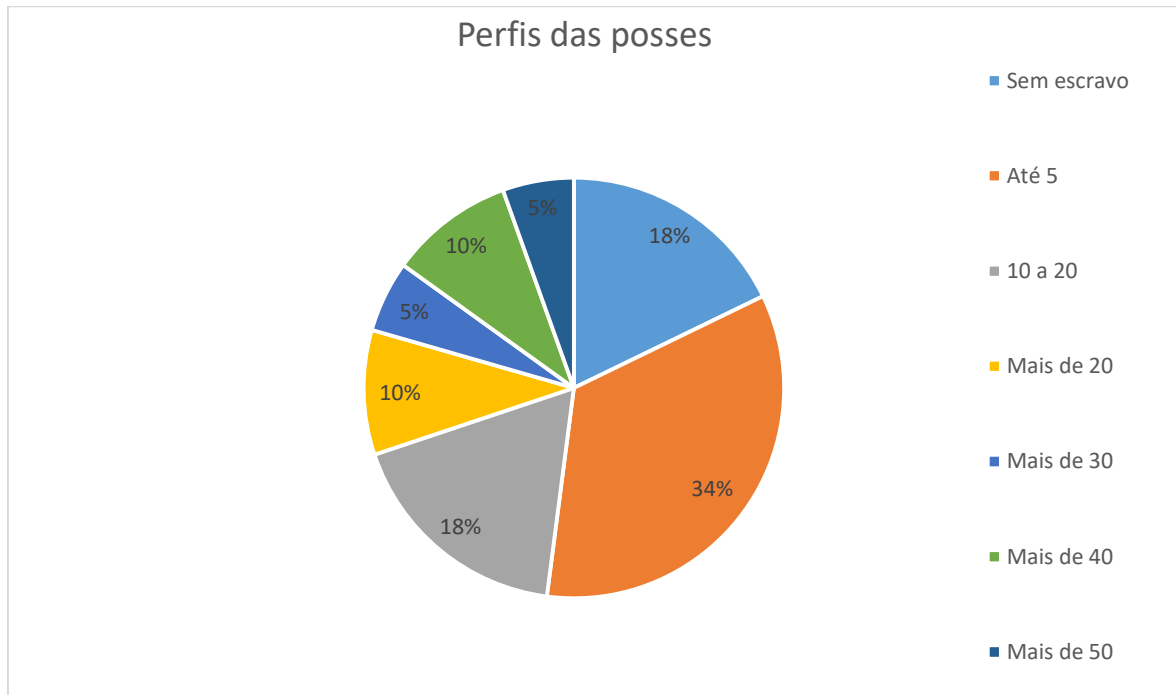
⁹³ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005. p.210.

⁹⁴ ALMEIDA, op. cit., p.40.

⁹⁵ MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012.p.82

20. Aqueles com mais de 20 ou 30 somavam respectivamente cada um 18%; com mais de 40, 10%; e mais de 50, 5%. Sem escravo, 18%.

Gráfico 3- Número de escravos por posse



Fonte: Inventários de Caetitê, 1830-1869.

A distinção dos tamanhos das posses não incorreu na variação da composição segundo a nacionalidade. Das menores às maiores posses, os escravos crioulos foram dominantes. Entre os escravos idosos havia muitos africanos. Eles estavam, majoritariamente, alinhados primeiro nas faixas etárias entre 40-59 anos de idade, depois entre 60 e 70 anos. Encontramos alguns desses africanos comprados na década de 1840, mas no geral haviam chegado às posses antes da década de 1830. A menor faixa etária encontrada nos inventários para um africano foi a de 8 anos de idade:

Tabela 2- Africanos segundo os termos de identificação

Termo de identificação	Nº	%
Africano (a)	185	86,4
Nação angola	7	3,3
Nação mina	9	4,2
Nação congo	5	2,3
Benguela	1	0,5
Nagô	7	3,3
Total	214	100

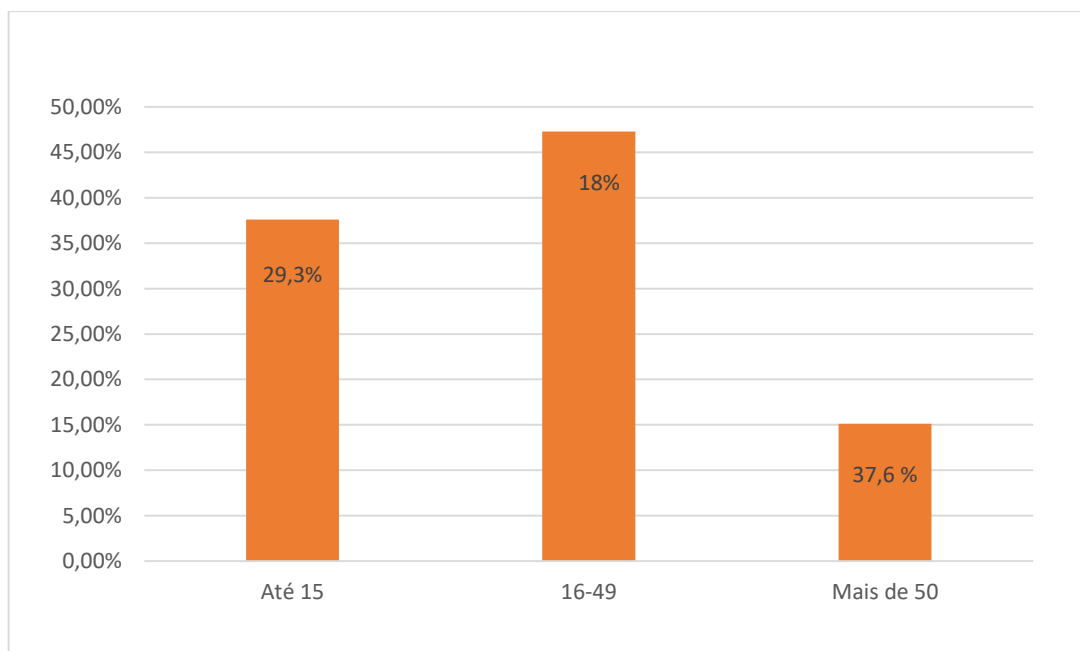
Fonte: Inventários de Caetitê, 1830-1870.

Tabela 3- Idade dos africanos

Idade	Nº	%
8 -15 anos	4	2,7
20 -29 anos	12	7,9
30-39 anos	17	11,3
40-49 anos	38	25,2
50-59 anos	45	29,7
60- 69 anos	11	7,3
Mais de 70	24	15,9
Total	151	100

Fonte: Inventários de Caetité, 1830-1870.

No cômputo geral, os percentuais relativos ao número de escravos africanos e crioulos indicaram: homens 29,6% (333) e mulheres 18% (205), crianças e jovens até os 15 anos 37,6% (427) e 15,1% (75) acima dos 50 anos. A variedade sexo/idade foi comum às médias e grandes posses, mas não foi inexistente nas pequenas. Nas posses com até dez escravos, a formação mais comum contou com a presença de homens, mulheres e crianças, seguida por aquelas compostas só por homens e mulheres, depois só por homens, ou só por mulheres e crianças. Em alguns delas, as crianças foram a maioria.

Gráfico 4- Faixa etária dos escravos (1830-1860)

Fonte: Inventários de Caetité, 1830-1860.

Na tabela abaixo, há a discriminação por idade dos escravos entre os primeiros dias de vida e os 14 anos de idade. Os escravos abaixo de um ano de idade perfizeram o maior total, seguidos por aqueles que estavam com 8 anos. Entre os jovens, a ordem relativa à quantidade se estendeu primeiro aos de 12 anos de idade e depois aos de 14⁹⁶.

Tabela 4 – Crianças e jovens cativos

Idade	Nº	%
Alguns meses de vida	43	10,7
1 ano	21	5,2
2 anos	29	7,2
3 anos	18	4,5
4 anos	27	6,7
5 anos	34	8,4
6 anos	18	4,4
7 anos	23	5,7
8 anos	33	8,2
9 anos	18	4,5
10 anos	27	6,7
11 anos	21	5,2
12 anos	30	7,5
13 anos	22	5,5
14 anos	21	7,5
15 anos	9	2,1
Total	394	100

Fonte: Inventários de Caetité, 1830-1870.

As informações sobre a população apresentada pelos inventários são complementadas pelos dados da documentação eclesiástica da seção a seguir.

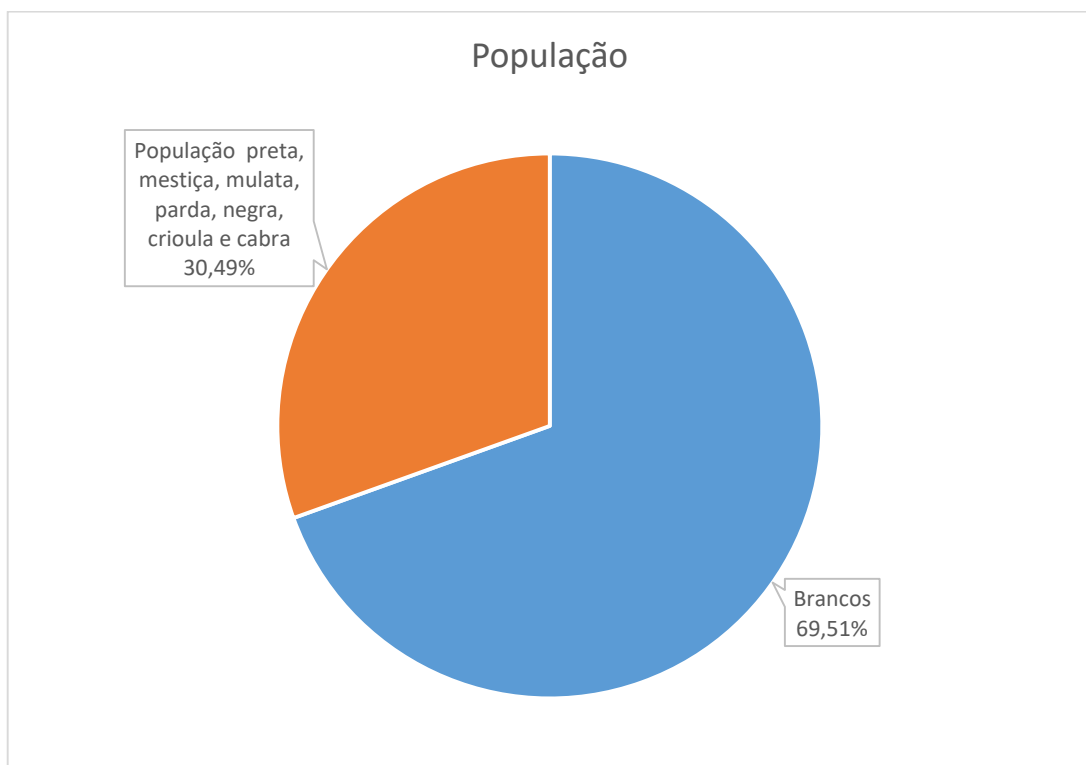
2.6 A população no livro de batismo

⁹⁶ VASCONCELLOS, Márcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo, 2006. p.93. Em Angra dos Reis até os 14 anos, entre 1840-59 31, 31,2%, 1860-71 26%. Em Araxá Debora Oliveira Reis, 1856-58 48%, 1866-68, 45, 6%. REIS, Débora Oliveira. Características demográficas dos escravos em Araxá, Minas Gerais, 1816-1888, In: XXXIII Encontro Nacional de Economia, *Anais...* [CD-ROM], Natal: ANPEC, 205.

Entre os anos de 1830 e 1860, houve aproximadamente 9.699 registros de batismos. A dificuldade de compor um quadro demonstrativo mais amplo e seguro sobre a população respondeu à ausência de informações mais recorrentes e precisas nos livros eclesiásticos. Acrescenta-se a essa lacuna as condições materiais das fontes que impediram a quantificação e análise de algumas de suas páginas.

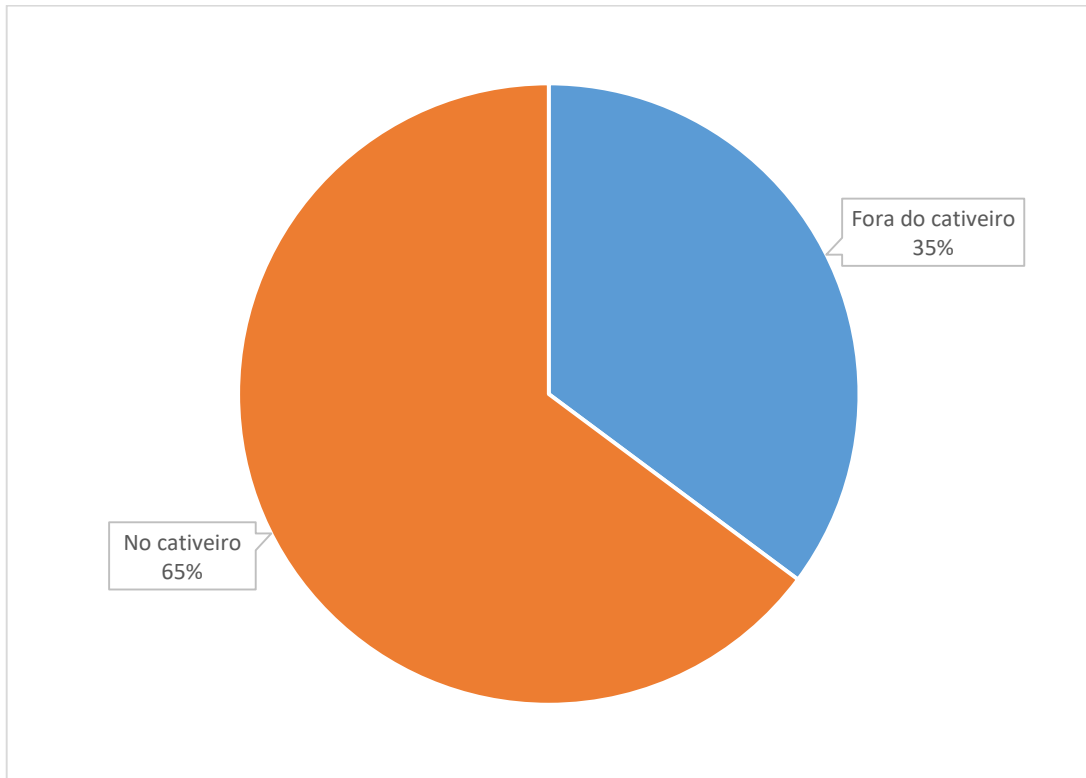
A composição populacional, segundo a cor/qualidade, apresentada por esses registros, definiu o gráfico abaixo:

Gráfico 5- População batizada segundo a cor/qualidade



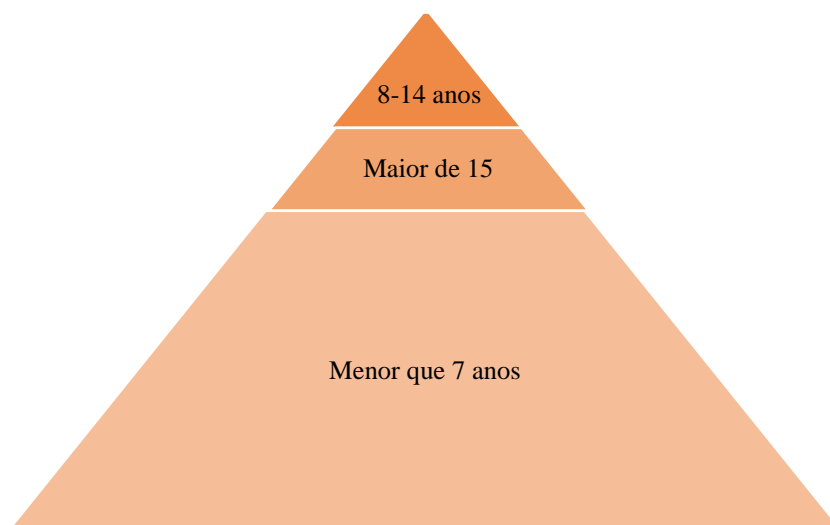
Fonte: Livros de Batismo da Cúria de Caetité.

Da população batizada como crioula, parda, mestiça, negra, cabra, mulata e preta, a maior parte das pessoas estava no cativeiro.

Gráfico 6- População de cor batizada

Fonte: Livros de Batismo da Cúria de Caetité.

Quando computamos o total de escravos em números absolutos, a distribuição por faixa etária definiu uma pirâmide esperada para registros eclesiásticos. A base era composta por crianças em tenra idade e as outras camadas pelos adultos e jovens cativos.

Figura 3- Pirâmide etária

Fonte: Livros de Batismos da Cúria de Caetité.

Dessas pessoas batizadas com a precisão da idade, extraiu-se o contingente apresentado na tabela abaixo, composto por sujeitos entre os meses iniciais de vida até os 14 anos:

Tabela 5- Distribuição dos escravos até os 14 anos

Idade	Nº	%
Menor que 1 ano	786	78,7
1 ano	114	11,4
2 anos	39	3,9
3 anos	14	1,4
4 anos	4	0,4
5 anos	3	0,3
6 anos	2	0,2
8 anos	12	1,2
10 anos	7	0,7
11 anos	4	0,4
12 anos	10	1,0
14 anos	4	0,4
Total	999	100

Fonte: Livros de batismos de Caetitê.

Havia alguns africanos entre os escravos com oito e catorze anos de idade. Nesse grupo etário, eles foram batizados como os adultos, não houve qualquer menção a uma natureza peculiar à infância. Aparentemente havia a compreensão de que eles já haviam passado da primeira infância e estavam caminhando para a conclusão da segunda, quando a razão já imperava e lhe imprimia outra natureza. Na instituição escravista, o próprio mercado já os considerava prontos para o trabalho⁹⁷. A faixa etária predominante entre os africanos ficou demarcada pela adição da palavra adulto ao seu registro de batizado.

⁹⁷ Ver: MATTOSO, Kátia, “O filho da escrava”. In: Del Priore, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. pp.76-97.

Tabela 6 - Faixa etária dos africanos batizados em Caetité (1830-1860)

IDADE	Nº	%
1-5 anos	1	0,7
6-10 anos	9	6,7
11-15 anos	23	16,9
16-25 anos	21	15,4
26-30 anos	1	0,7
Adulto ⁹⁸	54	39,7
Sem informação	27	19,9
Total	136	100

Fonte: Livros de batismos da Cúria da Igreja Matriz de Caetité.

O registro de escravos africanos mais jovens foi raro. Aparentemente, por essa documentação, existia uma oferta ou maior procura por escravos adultos:

Quadro 3- Faixa etária dos escravos africanos mais jovens

IDADE	Homens	%	Mulheres	%
5/6 anos	-	0,0	1	8,3
8 anos	-	0,0	1	8,3
10 anos	5	35,7	3	25,0
11 anos	1	7,1	1	8,3
12 anos	5	35,7	6	50,0
14 anos	3	21,4	-	0,0
Total	14	100	12	100

Fonte: Livros de batismos da Cúria da Igreja Matriz de Caetité.

Além do quadro geral da população segundo a naturalidade ou idade, os livros de batismo permitiram a discussão sobre algumas categorias de identificação dos escravos da região.

2.7 As categorias das crianças segundo a qualidade/cor

A “qualidade” foi o critério de classificação, de identificação e de distinção das pessoas fora e dentro do cativeiro, embora para as cativas, a variedade de termos empregados tenha sido mais recorrente.⁹⁹ Filhos gerados por casais compostos por africanos, africanos e brasileiros, ou

⁹⁸ A palavra adulto da tabela é o termo encontrado na documentação pesquisada.

⁹⁹ Segundo Eduardo Paiva: As “qualidades” “diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir de um conjunto de aspectos (ascendência familiar, proveniência, origem religiosa, traços

só de brasileiros, foram elencados na documentação como pardos, cabras, crioulos, mulatos e mestiços. No quadro abaixo há a disposição dos casais legítimos.

Quadro 4- Pais dos filhos legítimos segundo as categorias encontradas

MÃES	PAIS	TOTAL/CASAL
Angola	Mina	4
Crioula	Africano	28
Mulata	Mulato	6
Africana	Africano	29
Crioula	Crioulo	29
Cabra	Cabra	16
Cabra	Pardo	10
Cabra	Crioulo	4
Cabra	Pardo	5
Angola	Crioulo	2
Crioula	Moçambique	1
Crioula	Nagô	1
Africana	Nagô	1
Mulata	Crioulo	3
Africana	Cabra	1
Cabra	Congo	1
Mulata	Cabra	2
Hauçá	Hauçá	1
Mina	Africano	1
Crioula	Cabra	11
Crioula	Mulato	2
Parda	Crioulo	3
Crioula	Pardo	2
Crioula	Mestiço	3
Mestiça	Mestiço	1
Africana	Crioulo	4
Crioula	Angola	1

Fonte: Livros de Batismo da Cúria da Matriz de Sant'Anna de Caetité, 1830-1860

Na composição dos casais, entre os escravos brasileiros, pontualmente apareceram os crioulos, pardos, cabras e mestiços. Mas em nenhum momento apareceu um casal composto por um pardo e africano ou um pardo com um mulato. As duas categorias Crioulos e Africanos foram predominantes.

fenotípicos, tais como cor da pele, o tipo de cabelo e o formato de nariz e boca), pelo menos quando isso era possível.” PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.32

Os dados também evidenciaram que, diante da displicência das anotações dos vigários, traçar um padrão da aplicabilidade das qualidades seria muito complicado. Logo, o primeiro aspecto a ponderar nos vestígios é a confiabilidade dos registros de escravos pelos clérigos. Isso porque tudo indica que variavam os registros segundo sua observação pessoal, ou talvez pela descrição dos proprietários e dos pais, como pode ser observado no quadro. Nele, estão distribuídos trinta e nove casais com seus filhos legítimos e respectivas categoria.

Quadro 5- Genitores / filhos e suas categorias¹⁰⁰

CASAL		FILHO/FILHA
MÃE	PAI	QUALIDADE
Cabra	Cabra	Pardo
Crioula	Crioulo	Crioulo
Africana	Africano	Crioulo
Crioula	Pardo	Mestiço
Crioula	Mestiço	Crioulo
Mestiça	Mestiço	Crioulo
Crioula	Africano	Crioulo
Parda	Crioulo	Crioulo
Pardo	Pardo	Pardo
Africana	Crioulo	Crioulo
Crioula	Cabra	Cabra
Cabra	Cabra	Cabra
Crioula	Cabra	Cabra
Crioula	Africano	Mestiço

Fonte: Livros de Batismo e casamento da Cúria da Matriz de Sant'Anna de Caetitê, 1830-1860.

Novamente reiteramos que não é sensato, por meio dos dados do quadro acima, estipular padrões, mas algumas ponderações foram possíveis:

a) A categoria Pardo foi raramente usada para qualificar os cativos e foi, predominantemente, usada na identificação dos negros fora do cativo. Há, portanto, uma tendência apontada pela pesquisa de Hebe Mattos de que, fora do cativo, um significado para o predomínio do pardo pode estar no distanciamento do cativo e uma melhor inserção na sociedade como livre, liberto e forro. Como afirmou Mattos, a noção de cor se referia aos lugares sociais onde o pardo estaria mais distante do cativo e os crioulos, pretos e os negros mais próximos.¹⁰¹ O termo pardo também não pode ser visto como um ponto comum

¹⁰⁰ Nessa tabela computamos os escravos nascidos no Brasil e os sujeitos de cor fora do cativo. A palavra africano (a) é fiel ao registro documental.

¹⁰¹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p.42. Há uma discussão mais atual sobre as noções de cor e

entre a população do cativo e a população livre do lugar, já que não foi uma categoria recorrente no cativo como ocorreu em São José dos Pinhais no Paraná. Da mesma forma o termo não se remeteu como lá exclusivamente àqueles cativos nascidos no lugar.¹⁰² Os dados de Caetité estão mais próximos dos encontrados por Roberto Guedes em Porto Feliz, onde, por meio das listas da população livre, o pesquisador mostrou que a palavra “pardo” foi deixando de ser usada para os escravos. Segundo o pesquisador, “a cor dos escravos dependia da presença de africanos, pois à medida em que os negros africanos se tornavam cada vez mais numerosos, mais ausentes eram os pardos”.¹⁰³ No caso de Caetité, a questão demográfica também foi um item importante, no entanto os pardos não decresceram em decorrência de um processo maior de africanização das posses, como ocorreu em Porto Feliz, pois sempre houve a prevalência dos crioulos. Novamente, parece-nos que, em uma sociedade marcada no universo livre também por uma população de ascendência escrava, o pardo talvez tenha passado a compor um grupo socialmente mais próximo dos brancos e mais distante dos negros africanos, crioulos ou cabras em cativo.¹⁰⁴

b) Talvez a nomenclatura Mestiço não se reportasse a qualquer descendência indígena, já que as categorias dos pais poderiam divergir da acepção dessa palavra para tal fim.

c) A categoria Crioulo também é complexa, pois aparece como padrão recorrente em todo o Brasil indicando filho de africana nascido no Brasil. Porém, reiteradamente, não se reportou só a ele e talvez se associasse à naturalidade, à cor e, paralelamente, instituiu-se um lugar social no cativo, já que no mundo livre ela foi praticamente inexistente. Crioulo foi mais recorrente como o filho do crioulo com crioulo, do africano com crioulo, e sua acepção esteve associada frequentemente aos filhos dos escravos nascidos na propriedade, assim como se reportou Douglas Cole Libby em algumas áreas de Minas Gerais.¹⁰⁵

d) A categoria do pai nos arranjos legítimos geralmente determinou a do filho.

e) A categoria mulato não foi muito recorrente na documentação.

Diante dos impasses impostos pela irregularidade dos registros, metodologicamente o caminho para melhor entendimento das categorias foi percorrer os registros dos filhos de casais legítimos da população negra em liberdade, na esperança de que confirmassem ou não a

qualidade nos trabalhos de Eduardo França Paiva. O pesquisador distingue os dois termos e destaca: “A “qualidade pardo” raramente aparece como “cor”, isto é, não encontrei muitas menções a alguém que fosse descrito como de cor parda”. PAIVA, 2015,159.

¹⁰²MACHADO, 2008, p.85

¹⁰³GUEDES, 2008, p. 97-104.

¹⁰⁴ Encontramos no livro de óbito uma categoria nova: a do semibranco.

¹⁰⁵ LIBBY, Douglas Cole. A empiria das cores: representações na MG dos séculos XVIII e XIX. IN: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Orgs). *Escravidão, mestiçagens e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: UFMG, 2010. p.41-62.

existência de um padrão para as categorias qualitativas da população. A empreitada não ajudou muito, pois houve o predomínio do registro dos filhos como pardos e, muito raramente, aparecem as categorias dos pais. Quando isso ocorreu, os filhos seguiram os mesmos padrões.

106

No que se refere aos filhos naturais, as categorias de identificação também não foram muito usuais e apresentaram dados inconsistentes.

Quadro 6- Filhos naturais, Caetité (1830-1860)

MÃE	FILHO	TOTAL
Parda	Pardo	16
Africana	Crioulo	23
Cabra	Cabra	12
Africana	Cabra	3
Crioula	Crioulo	105
Cabra	Pardo	12
Crioula	Negro	1
Crioula	Pardo	12
Mestiça	Pardo	5
Cabra	Crioulo	3
Crioula	Mestiço	17
Mestiça	Crioulo	5
Parda	Cabra	2
Crioula	Cabra	11
Mulata	Pardo	1
Parda	Mestiço	4
Mestiça	Mestiço	17
Africana	Mestiço	2
Africana	Mulato	1
Africana	Pardo	1
Cabra	Mulato	1
Crioula	Mulato	2
Parda	Crioulo	2
Mulata	Cabra	1

Fonte: Livros de Batismo da Cúria da Matriz de Sant'Anna de Caetité, 1830-1860.

Só quatro categorias dos filhos foram recorrentes como sendo as mesmas das mães: Pardo, Crioulo, Mestiço e Cabra. O crioulo foi a categoria dominante. Nesse caso, filhos de homens e mulheres brasileiros, seguidos pelos crioulos filhos de africanos e crioulos. Diferentemente dos casais legítimos, há, nesses casos, africanas com filhos pardos. Como são

¹⁰⁶ Nos livros de óbito a situação ficou ainda mais complexa. Lá constatamos a existência de uma outra categoria, a “semibranco”.

peças em tenra idade e não houve registro dos pais, as crianças batizadas com categorias diferentes das categorias das mães podem ter sido classificadas pelas categorias dos pais conhecidos, mas impossibilitados de estarem no registro, pela ausência do matrimônio cristão, ou mesmo e novamente, pelo descuido no assento do documento de quem realizou o batizado. O fenótipo e/ou a cor da pele das crianças podem ter determinado a classificação realizada por párocos. Também há a possibilidade de esses registros responderem a filhos gestados por pais e mães de diferentes qualidades. Os dados são frágeis pelo quantitativo e pela variedade de categorias das mães e dos filhos. Isso acentua, nesse caso, a impossibilidade de traçar padrões e significados para lugares sociais de tão jovens escravos¹⁰⁷. No entanto, os dados se diferenciam daqueles encontrados por Kátia Mattoso para Salvador, onde os filhos foram identificados “da mesma cor da mãe”, o que, segundo ela, indicou um “traço endogâmico tão característico da sociedade baiana”¹⁰⁸.

As observações sobre essas categorias qualitativas, brevemente analisadas nesta seção, reiteram a assertiva de Eduardo França Paiva de que o vocabulário, sempre em trânsito, circulou nos diferentes espaços de sociabilidade e foi usado para distinguir e classificar, sendo então necessário estar atento às ressignificações por gente de toda qualidade e toda condição¹⁰⁹.

Essas tendências sobre essas categorias, como as informações sobre idades, ofícios, famílias e senhores, citados no capítulo, são demonstrados, mais especificamente, em uma posse de cativos na seção a seguir.

2.8 A posse de Ângelo Custódio Vilas Boas: um espaço de convívio das crianças e jovens cativos

Ângelo Custódio Vilas Boas fazia parte do seleto grupo de proprietários com mais de trinta escravos. Suas terras, animais e escravos, lhe conferiram distinção social e econômica na região. Em 1849, seu montante-mor foi estipulado em aproximadamente 36:000\$00 contos de réis, sendo 15:030\$00 em escravos¹¹⁰. Para os padrões regionais possuía uma importante fortuna. Entre os bens listados no seu inventário estavam terras nas fazendas Juazeiro, Boa

¹⁰⁷ PAIVA, op. cit., 2015. IN: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton César (Orgs). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: UFMG, 2010. PAIVA, Eduardo França, FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (orgs.) *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos - escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. IVO, 2012. SÁ, Eliane Garcindo de. *Mestiço: entre o mito, a utopia e a História - reflexões sobre a mestiçagem*. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

¹⁰⁸ MATTOSO, 1991, p.48.

¹⁰⁹ PAIVA, op.cit, 2015.

¹¹⁰ SALVADOR. Seção Judiciária. Inventário. *Ângelo Custódio Vilas Boas*. Classificação: 01/1201/1670/12. Salvador: APEB, 1849.

Vista, Canabrava, Morros, Tanque Velho, Tamboril, Quebradas, casa no largo da matriz de Caetité, animais vacum e cavalari, engenho e seus acessórios, além de moenda, roda de mandioca e moinho de fubá.

As propriedades na sede, sítios e fazendas em diferentes pontos do termo de Caetité podem ter-lhe dado um caráter absenteísta. Possivelmente, dispôs do seu tempo pelas diferentes propriedades ou submeteu-as aos administradores livres, ou aos olhos de alguns dos seus escravos. Essa mesma condição pode ter franqueado mais mobilidade aos escravos que trabalhavam com as tropas e lavouras nas suas terras.

As foices, machados, enxadas, alavancas, tachos, balança, carros de duas cangas e instrumentos de montaria, como selas e esporas, indicam que a lavoura e a ação tropeira ampliaram seus negócios. Sua tropa era composta por 15 jumentos, 25 éguas, 37 bestas e uma dezena de cavalos e poldros. Na propriedade havia roças de milho e mandioca para alimentação e produção de farinhas. A farinha de mandioca e a de milho, produzidas na propriedade, além de abastecerem a propriedade, provavelmente, atenderam o comércio.

Escravos de todas as faixas etárias participaram em menor ou maior proporção de todas as tarefas realizadas no campo ou nas residências do Ângelo Vilas Boas. As atividades nas suas propriedades giravam em torno da agricultura e pecuária, e eram exercidas, muitas vezes, segundo o sexo do escravo. A exceção recaía na lavoura, onde as tarefas com o plantio e a colheita se estenderam a homens e mulheres.

Tabela 7- Ofícios dos escravos

FUNÇÃO	Homens	Mulheres	%
Roceiro	9	-	25,7
Casa e roça	-	3	8,6
Tropeiro	5	-	14,3
Casa	-	12	34,3
Alfaiate	1	-	2,9
Sapateiro	1	-	2,9
Costureira e engomadeira	-	1	2,9
Vaqueiro	3	-	8,6
Total	19	16	100

Fonte: Inventário de Ângelo Custódio Vilas Boas, 1849.

No geral as cativas desempenharam afazeres domésticos como cozinhar, limpar, engomar e costurar. Pontualmente apareceram, ao mesmo tempo, como escravas de casa e de roça. Já os homens foram citados mais no trabalho no campo ou nos ofícios especializados. As funções exercidas na propriedade delimitaram os lugares sociais capazes de impor hierarquias.

Trabalhar na casa senhorial, por exemplo, permitiu, principalmente às mulheres, legarem aos parentes melhorias no cativeiro ou afastar a possibilidade de venda.

A rede familiar permitiu ainda que as funções das mães fossem estendidas muitas vezes às filhas, e que os filhos fossem encaminhados para atividades mais específicas como arrieiro, tropeiro, vaqueiro, alfaiate ou sapateiro, funções que permitiam privilégios em relação aos outros cativos, além de possibilitarem angariar renda. As mães sozinhas, ou em conjunto com os pais, conseguiram assegurar aos filhos, nessas circunstâncias, meios que lhes garantissem por algum tempo, ou até a liberdade, melhor alimentação, habitação, mobilidade espacial, proteção dos parentes e, quiçá, dos proprietários.

Bárbara, Cipriana e Carlota, possivelmente, acionaram essas estratégias em relação aos seus filhos na propriedade. Bárbara, uma crioula de 47 anos de idade, foi descrita como escrava de casa e sua filha Clemência de 16 anos também. Seu outro filho Salvador, mulato de 14 anos, era alfaiate. Seu terceiro filho, Vicente, crioulo de 9 anos de idade, não apareceu com ofício, mas vivia ao lado da mãe e dos irmãos. Cipriana, outra crioula, também foi arrolada como escrava de casa e era mãe de Cesária de 14 anos, que apareceu como cativa do trabalho doméstico. Carlota crioula, roceira e de casa, era casada com Francisco cabra, que era vaqueiro. A filha do casal, chamada Felícia, com 12 anos de idade, era cativa de casa. Todas essas mulheres conseguiram manter seus filhos durante todas as fases da “infância” em sua companhia e posicioná-los na propriedade em funções importantes.

Os maridos dessas mulheres que efetivamente exerceram o trabalho de casa, também se destacavam na hierarquia das funções ao assumirem posições de confiança como a de vaqueiro. Entre os homens da propriedade, outra tendência observada foi o predomínio dos escravos crioulos nos ofícios mais especializados. Francisco crioulo, por exemplo, era vaqueiro e marido de Carlota, escrava de casa; Germano crioulo, era tropeiro e companheiro de Cipriana crioula, também do trabalho doméstico.

Outro ponto a ser considerado, nesta discussão das posições nas posses, se refere ao tempo estimado de vida na propriedade. Os escravos conseguiram, com os anos de vida na posse, formalizar uniões e manter os filhos por perto. Esses espaços assegurados aos escravos nascidos na região e adquiridos com os anos na posse, só foram mais bem calcados entre aqueles que envelheceram na propriedade ou que foram legados em partilha, portanto eram conhecidos dos novos donos. Logo, aos jovens cativos, aqueles ingressos recentemente, as uniões estabelecidas com os crioulos poderiam possibilitar-lhes melhorias no cativeiro.

A posse de Ângelo Vilas Boas, em análise, era formada por uma comunidade composta por africanos e cativos brasileiros. Muitos desses escravos eram “crias” da fazenda, filhos de casais legítimos ou consensuais.

Quadro 7- Naturalidade/ Categoria

NATURALIDADE	Nº	CATEGORIAS DOS BRASILEIROS	Nº
Africano	11	Crioulo	25
Brasileiro	35	Mulato	4
Sem Identificação	2	Cabra	6
Total	48	Total	35

Fonte: Inventário de Ângelo Custódio Vilas Boas, 1849.

Segundo o quadro acima, os escravos nascidos no Brasil foram maioria. Entre eles, a categoria crioula foi a mais recorrente, seguida por mulatos e cabras. A ausência do pardo entre os escravos da posse reitera a baixa incidência dessa categoria entre os cativos¹¹¹. Entre os 48 cativos encontrados, 11 eram africanos; desses, cinco foram adquiridos no final da década de 1840, às vésperas do fim do tráfico internacional. Domingos, de 22 anos de idade; João de 20; Antônio de 23; Pedro de 20; e Joaquim de 22 foram batizados no dia sete de abril, junto a outros cativos crioulos da propriedade, como a pequena Clara, filha de Mariana crioula e Francisco crioulo, pais também de Lucinda, crioula de 5 anos de idade. Eles se juntaram aos outros africanos da propriedade, todos acima dos 50 anos de idade¹¹².

A posse de escravos da propriedade de Ângelo Vilas Boas esteve constituída por pessoas de todas as idades, inseridas em uma comunidade composta por africanos e cativos nascidos no Brasil.

¹¹¹ Essa discussão será aprofundada no capítulo seguinte.

¹¹² CAETITÉ. Registros de Compra e Venda. *Caetité, 1841 a 1848*. Salvador: APB, 1841/1848.

Tabela 8- Faixa etária dos escravos da posse de Ângelo Custódio Vilas Boas

IDADE	MULHERES	IDADE	HOMENS	TOTAL
1-11	6	1-11	7	13
12-20	4	12-20	2	6
21-30	5	21-30	10	15
31-40	4	31-40	3	7
41-50	2	41-50	3	5
51+	2	51+	-	2
TOTAL	23	-	25	48

Fonte: APEB. Inventario. Classificação: 1/1201/1670/12, 1849.

Havia na propriedade uma equidade numérica entre homens e mulheres, com maior diferença na faixa etária entre os 21 e 30 anos de idade. No geral, a posse era composta por escravos jovens e em plena fase produtiva. Muitos cativos eram aparentados e foram identificados como crioulos, assim classificados pela condição de nascimento na fazenda. Portanto, havia famílias extensas, intergeracionais e monoparentais. As crianças eram filhos legítimos ou naturais, e entre esses alguns frutos dos arranjos consensuais.

Carlota crioula, casada com o vaqueiro Francisco cabra, pais de Felícia, crioula de 12 anos de idade; e Luzia de 7 anos exemplificam os dois tipos de uniões: consensual e legítima. Suas duas filhas foram batizadas antes da oficialização da relação como naturais. Nesse caso, constata-se que Carlota e Francisco tiveram filhos gestados sem o matrimônio católico, que ocorreu posteriormente.

Outra evidência desse tipo de relação foi encontrada com Cipriana, que era mãe de Cesária, crioula de 14 anos de idade; de Luís, crioulo de 8 anos; de Margarida, crioula de 3; e Amaro, crioulo de 4 meses. Cruzando os dados das diferentes fontes, encontramos Ângelo Custódio Vilas Boas, seu proprietário, comprando por 600\$ mil réis, em 1847, o escravo Germano, companheiro de Cipriana, das mãos de Francisco Xavier Caldas, que o havia recebido em causa-dote¹¹³. Diante do registro cartorial de compra e venda, os primeiros filhos de Cipriana não eram frutos de seu relacionamento com Germano, pois foram concebidos antes do seu ingresso na posse. No caso de Cipriana, ela apareceu no inventário identificada com o termo “mulher de”, que pode indicar um relacionamento aparentemente consensual, já que nos documentos eclesiásticos aparece casada com outro escravo.

¹¹³ SALVADOR. Registro de Compra e Venda. *Livro de Tabelionato nº11*. Salvador: APEB, 1847. p.44.

O relacionamento com uma escrava de casa, que há mais tempo estava na posse e que talvez tenha nascido nela, pode ter aferido a Germano, último parceiro de Cipriana, alguns benefícios que foram ampliados pela função de tropeiro. Também é possível que esta situação lhe tenha permitido a permanência na posse, o que o afastou da venda para outras paragens. Esse era um caminho possível, já que havia chegado à propriedade a partir de uma transação de causa-dote do primeiro proprietário para o segundo, e por compra, para o terceiro.

O percurso pelos documentos eclesiásticos indica que Cipriana teve sua primeira filha, Cesária, com Manoel angola, e outros três com Francisco africano. Seu filho mais novo, Amaro, de 4 meses, provavelmente era filho de Germano. Manoel e Francisco, pais dos primeiros filhos de Cipriana, não aparecem no inventário, talvez em decorrência da venda ou mesmo pela incidência da morte. Dos sete homens africanos encontrados na posse, um estava machucado, outro muito doente e o outro aleijado.

Entre as escravas, cujos parceiros ou cônjuges não foram identificados como consensuais, e tampouco como legítimos, estavam Bárbara, crioula de 47 anos, escrava de casa, mãe de Vicente, crioulo de 9 anos de idade; Salvador mulato, de 14; e Clemência crioula, 16. Havia ainda os irmãos Simão, 16 anos, vaqueiro; e Romana de 11, escrava de casa; cuja mãe não aparece no inventário, mas está nos registros eclesiásticos com o nome de Simplícia.

As redes de parentesco desses escravos na posse de Ângelo Custódio Vilas Boas foram costuradas com os companheiros de cativo e pessoas livres. Entre os padrinhos dos escravos foram comuns os nomes de Manoel crioulo, um dos vaqueiros da propriedade, e Ponciana cabra, uma escrava de casa e de roça. Os dois próximos dos 50 anos de idade. Entre os padrinhos livres estavam Antônio Rodrigues Ladeia e sua respectiva esposa, Honorata Maria Vilas Boas, proprietários de terras e escravos. Os outros padrinhos foram um padre e Antônio Rodrigues Vilas Boas, Ana Francisca Vilas Boas, Emerenciana Maria Vilas Boas e Ana Clara Vilas Boas. Os sobrenomes dos padrinhos indicam uma parentela do proprietário batizando seus escravos.

A posse de Vilas Boas permite levantar os elementos cruciais sobre as crianças e jovens cativos da posse: foram concebidos em diferentes arranjos; contaram com a possibilidade de conviver um tempo importante com os parentes na mesma posse; estiveram envolvidos nas estratégias dos pais para a aquisição de benefícios ou melhorias no cativo. Cresceram muito próximas do convívio do proprietário, foram assistidos com o compadrio, com dotes e bens, aprenderam desde cedo ofícios e foram apadrinhadas por cativos e livres, entre eles proprietários e padres.

A partir desse microcampo de observação que foi a posse de Vilas Boas, estendemos, no capítulo seguinte, a análise das redes de sociabilidades dessas crianças para um campo mais macro de observação.

3 CAPÍTULO 2

“CRIADOS ENTRE OS SEUS”: AS REDES DE SOCIABILIDADES EM TORNO DO PEQUENO ESCRAVO

As crianças sertanejas no cativeiro não viveram no anonimato ou na indiferença. Tampouco sozinhas. Meninos e meninas, gerados nos sítios, fazendas ou centro urbano de Caetité estavam cercados por muitas pessoas. As redes estabelecidas com as famílias consanguíneas ou espirituais, com companheiros de cativeiro, proprietários e demais moradores da região lhes permitiram, muitas vezes, nascer, crescer ou morrer entre os entes queridos ou conhecidos. Falar sobre as pessoas ou grupos que os cercavam, é também refletir sobre esses pequenos escravos e suas diferentes conexões.

A passagem dos anos imputava à criança escrava um crescimento físico e cognitivo que lhe imprimia mais funções e maiores preços. Também ampliava suas redes de sociabilidades estabelecidas nos locais de morada, de trabalho, de passeio ou de trânsito. Por esses lugares de experiências coletivas, onde as meninas circularam com suas saias, camisas e vestidos; e os meninos, com calções e camisas de algodão confeccionados pelas mãos de mulheres hábeis na renda de bilros e nas rodas de fiar, os limites físicos das propriedades em que serviam eram fragilizados.

Figura 4- Vestimentas das crianças final do século XIX e começo XX



Fonte: Acervo pessoal de Luiz Benevides¹¹⁴.

¹¹⁴ Não há registro de data para a fotografia feita em Caetité, no entanto, o poste de telégrafo, o calçamento e as vestimentas corroboram com os dados descritos nas fontes, como inventários e documentos de vereação da segunda metade dos Oitocentos e os primeiros anos dos Novecentos. Portanto, utilizamos aqui como um apoio

Nesses espaços públicos e privados elas transitaram, expondo, na inquietude da idade, as mazelas impostas pela vida no cativeiro, mas também andaram vestidas, nutridas e acolhidas sob várias formas de afeição¹¹⁵. Circularam em companhia dos seus proprietários, das suas mães, dos filhos de seus senhores, de algum companheiro de cativeiro, ou mesmo sozinhas. Responderam às regras de hierarquia segundo o estatuto jurídico e a condição de gênero. Especialmente as meninas, que experimentaram contratemplos inerentes às condições de cativas e de mulheres. Elas, criadas para as “prendas domésticas”, para o trabalho na lavoura e para a geração de filhos cativos. Os meninos para o envio de recados, para o comércio ou para as atividades agrícolas e pecuaristas.

Como os escravos adultos, também viveram todos os reveses impostos pela condição de cativas. O acometimento físico e psicológico do cativeiro constituiu um obstáculo constante a qualquer espécie de infância. No entanto, brechas acionadas pelas redes sociais estabelecidas por elas, por seus pais, amigos ou padrinhos lhes permitiram brincar, calcar projetos ou assumir posições diferenciadas entre seus pares. No caso dos meninos, após crescidos, isso se refletiu no aprendizado de um ofício mecânico ou nas habilidades como vaqueiros ou como tropeiros. Para as meninas na possibilidade do trabalho doméstico. Aos dois, mesmo que pontualmente,

visual do que há escrito nos documentos e do que aparece nos estudos sobre vestimenta infantil. A vestimenta infantil dos Setecentos se estende aos Oitocentos com alterações mais lentas, só a partir da Primeira Guerra Mundial as mudanças são mais significativas. Especificamente, a partir de 1860, começa a ganhar espaço os conjuntos: “A partir dessa época diversas combinações eram feitas, com jaquetas, calças e blusas [...] Os meninos usavam bermudas mais ou menos até os sete anos, para, então, trocarem-nas pelas calças até o joelho, iguais às calças que seus pais usavam para praticar esportes”. Trecho do artigo de: TONDING Kern, et al. A moda infantil no século XX: representações imagéticas na revista do globo (1929-1967). *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 14, núm. 2, p. 406, 2010. Também é constatado a partir dos sete anos de idade para os meninos o uso do paletó e um calção. Ver sobre em François Boucher e Ana Maria Mauad :BOUCHER, François. História do vestuário no Ocidente. Cosac Naify, São Paulo, 2010. MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. Uma pesquisa iconográfica sobre a forma como as infâncias e as crianças foram retratadas destacou que: “No conjunto as fotos denotam que no século XIX e XX não há mais uma indiferenciação de gênero. Há claramente delimitados os trajes das meninas e os dos meninos. No entanto, as meninas e os meninos são retratados com vestes de adultos, em todas as classes sociais. As crianças “do povo”, as filhas dos senhores de terra, da nobreza, vestiam-se como adultos. As roupas usadas eram atravessadas pela classe social que a criança ocupava, bem como atravessada pela clivagem social de gênero. [...] Na maior parte das fotos dos acervos os meninos retratados estão trajados como adultos, ou seja, pela vestimenta há uma indiferenciação etária entre adultos e crianças. Muitos deles usam paletós e gravatas”. Poderíamos dizer que é um traje da e para a criança já que os adultos não o utilizavam. Trecho do artigo: ABRAMOWICZ, Anete et al. Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 263-293, jan./jun. p. 273,276, 2011.

¹¹⁵SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p.122. As roupas de Perpétua, como de outros escravos, que também conseguiram dispor de vestimentas mais elaboradas, podiam refletir motivos profanos e ritualísticos ou ostentar status, como bem observou Mary Karash sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro. KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 301-306.

legados em terras e gado, dotes para o casamento, manutenção de um relacionamento afetivo, composição de núcleos familiares, acúmulo de pecúlio, a possibilidade de uma educação formal e a liberdade.

Portanto, as relações estabelecidas no dia a dia permitiram experiências compartilhadas verticalmente com os proprietários, ou de forma horizontal, com a comunidade cativa de crioulos e africanos. Esse raio social ampliou-se com os arranjos estabelecidos por seus pais ao concebê-las ou batizá-las. No caso da concepção, as uniões legítimas ou consensuais “públicas e notórias” de seus pais nas posses, ou interposses, lhes permitiram uma vasta parentela dentro e fora do cativo em que residia. O compadrio estabelecido com companheiros de cativo, senhores de escravos, membros da igreja e de santos católicos expandiu essas redes de sociabilidades além dos parentes consanguíneos. No geral, a criança e o jovem sertanejo faziam parte de uma sociedade composta, no cativo e na vida em liberdade, por muitas pessoas aparentadas ou conhecidas.

Esse conhecimento da região e de seus moradores, ampliado pela comunicação franqueada pela mobilidade espacial e pelos anos na propriedade, fez com que os cativos aprendessem desde pequenos algumas saídas para vários problemas cotidianos no cativo. Os escravos sabiam a quem recorrer quando fosse necessário, podiam usar da astúcia e desse conhecimento para mudar suas vidas, como ocorreu com o escravo Francisco.

Francisco permaneceu, dos 6 anos de idade aos 16, na propriedade de um tenente da região, que o havia tomado em pagamento de uma suposta dívida não registrada em testamento ou em hipoteca pública pelo seu antigo proprietário. No Cartório de Órfãos, o neto do antigo proprietário de Francisco, Pedro Pinheiro, recorreu da dívida e argumentou que o escravo Francisco o havia procurado para lhe comunicar sua situação ilegal e que estava sofrendo todo tipo de mazelas, incluindo açoites. Pedro Pinheiro afirmou que tentou resolver a situação para evitar “rixas e questões”, mas o tenente, para se vingar do escravo, passou a dizer que a dívida havia subido e chegado aos 90\$000 mil réis. Para Pedro Pinheiro, o aumento da dívida se revelou um impropério com o agravante de o tenente ainda usufruir dos serviços do escravo sem pagar jornais durante os dez anos em que Francisco esteve sob o seu poder¹¹⁶.

O interesse do neto de reaver o escravo incluía o valor no mercado de um cativo agora aos 16 anos de idade. Mas, longe do interesse monetário pela posse de Francisco, é possível especular nesse impasse questões sobre a mobilidade espacial dos cativos, o conhecimento dos

¹¹⁶ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Francisca Rodrigues de Souza*. Classificação: 02/575/1027/03. Salvador: APEB, 1837. p.33.

moradores e da região, e os argumentos utilizados para a denúncia. O primeiro deles é a queixa dos açoites levada ao juiz como prova de maus tratos a partir do testemunho oral do cativo; o segundo, a intenção de Francisco em recorrer ao neto do proprietário por não gostar do novo dono, ou por ter parentes entre os escravos antigo; e o terceiro, o trânsito do escravo pela região colocando-o em contato com herdeiros do antigo proprietário e talvez com companheiros de cativo.

Assim como ocorreu com Francisco, há, na documentação em estudo, outros relatos de escravos que se recusaram a servir parentes dos proprietários após a partilha ou dote, e que conseguiram retornar à antiga posse após negociações entre os novos e antigos donos.

Esse vestígio da história de Francisco só é aqui reproduzido, porque diferentes sujeitos que o cercaram, imprimiram à época, e posteriormente, aos pesquisadores, rastros de sua trajetória. Sem poder de fala na documentação, os ecos sobre as vidas dos pequenos cativos ressoam sutilmente. Eles aparecem silenciosamente inseridos nas atividades rurais e urbanas, em grupos familiares variados ou participando de rituais cristãos tradicionais.

A proposta deste capítulo é justamente rastrear nesses silêncios suas redes de sociabilidades compostas pelos companheiros de cativo, pais, padrinhos e proprietários. A partir da análise desses sujeitos sociais que estavam diretamente ligados aos pequenos cativos, compusemos os perfis de seus pais, padrinhos, proprietários e companheiros de cativo. Esses indicadores jogam um pouco de luz sobre a experiência de vida daqueles escravos em tenra idade, bem como daqueles que se aproximavam da maioria religiosa no Alto Sertão da Bahia.

3.1 Os proprietários dos escravinhos: o ângulo do testamento

No geral, os pequenos escravos estavam inseridas em posses onde os proprietários eram católicos, tinham pequenas fortunas e muitos filhos. Nas casas desses senhores de escravos, como apontaram Gilberto Freyre e Debret, eles acompanharam as mães em suas atividades domésticas ainda em tenra idade¹¹⁷. Também brincarem com os filhos dos senhores e, sorratamente, puderam praticar travessuras típicas da idade nos cômodos ou quintais. Possivelmente, os momentos mais propícios aos impulsos da idade ocorreram quando esse espaço estava basicamente sob o comando das moças solteiras, mulheres casadas livres e cativas

¹¹⁷ Ver: DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. v. 3; FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

durante a organização dos lares ou fabrico dos alimentos da casa. Ali também conheceram, desde cedo, os limites impostos pela escravidão e os perfis dos proprietários que os cercavam.

Entre os proprietários que puderam à época dispor de bens e capital para a feitura do testamento, os elementos importantes para a aferição de suas riquezas ou *status* social entre os moradores de Caetité foram: as patentes militares, as terras e os escravos.

Muitos desses proprietários, pais de famílias numerosas, com parentes consanguíneos e espirituais por toda parte, à luz de suas vontades e relatos individuais, formalizaram, em suas disposições testamentárias, perfis de homens cristãos com vontades declaradas sob o respaldo de estarem em “juízo perfeito” e com “bom entendimento”. Com a proximidade da morte, expuseram hábitos, crenças, desejos, alianças, conflitos e mais: citaram pessoas que lhes cercavam o dia a dia, como parentes, amigos e os escravos. Tementes a Deus, fiéis aos procedimentos dos cerimoniais católicos, como os da morte, deixaram rastros de suas condutas com os escravos, como as investidas sexuais, o registro de paternidade, as punições por desobediência ou desacato, os benefícios como a liberdade ou as concessões de outros bens.

Dos 59 testamentos analisados, 32 foram feitos por homens e 27 por mulheres. Embora existisse a possibilidade de que alguns desses proprietários fossem mestiços ou libertos, não houve na documentação alusão ao grupo étnico ou a qualquer experiência anterior em cativeiro¹¹⁸. Situação muito diferente de outras regiões como em Minas Gerais do século XVIII e em Salvador no século XIX, onde, respectivamente, Eduardo França Paiva e Kátia Mattoso trabalharam testamentos da população liberta¹¹⁹. Há o registro frequente de bens encontrados entre as libertas de Minas Gerais, como tachos e bacias de cobre, joias de cordões de ouro e pedras, além de varas e vestimentas de baeta, mas não facultam a precisão do grupo de procedência dos testadores. Em Caetité, constatamos libertos com bens em outras fontes cartoriais, porém, nesse tipo de documentação, parece impossível cogitar se a omissão das representações de cor/qualidade foi deliberada pelos testadores dos documentos, ou por aqueles que os emitiam. Neste caso, haveria aí um indício de que os libertos não puderam ou não quiseram dispor do documento.

¹¹⁸ A constatação de uma população mestiça adveio de dados demográficos aferidos na dissertação de mestrado e do censo de 1872. Ver o capítulo I da dissertação: ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia: Caetité (1830-1860)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

¹¹⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades*. Salvador: UFBA, 1979. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

O silêncio sobre as categorias de qualificação ou sobre uma possível mudança de condição jurídica se fez frequente, e pode ter sido ampliado por disposições burocráticas, financeiras ou de conservação dos arquivos. Remotamente, outro fator seria a presença majoritária de pessoas brancas registrando os testamentos ou, ainda, a possibilidade facultada aos proprietários de bens, no ato da elaboração do documento, de omitir ou suprimir informações que pudessem depor contra uma posição social vivida ou almejada. Essa possibilidade é aqui vislumbrada pela verificação de que os filhos e filhas naturais de escravas com homens livres, citados nos testamentos, sistematicamente levaram para a documentação posterior o sobrenome do pai, desaparecendo assim o vínculo com o cativo.

Essa constatação da omissão do grupo de procedência não pode aferir o peso dessa realidade aquém do papel, ou seja, na dimensão cotidiana de uma sociedade escravista cujo pilar foi a desigualdade. O estigma do cativo, oportunamente, foi realçado no convívio e nos assentos de casamento quando a descrição da filiação ou da categoria, que lhe imprimia qualidade, era registrada pelo pároco. No trecho abaixo o termo *cabra* evidencia esse uso:

Aos vinte e três de Abril de mil oitocentos e quarenta e nove nesta Matriz da Senhora Santa Anna de Caitete presente as testemunhas, e precedentes todos os preceitos da Santa Igreja Catholica, conforme o Ritual Romano, e decretos das SS Ponticis, sem haver impedimento algum receberão com palavras de presente os nubentes Pedro Francisco de Sousa, *cabra*, e Francisca Maria também *cabra*, elle filho legitimo de João de Sousa, e Thomasia Maria de Santa Anna, e ella filha legitima de Pedro Selestino, e Martha Maria, todos desta mesma Freguesia; e logo passei a esses as bênçãos nupciais, sendo testemunhas Bras de Sousa Barrem, e Bernabé José Camargo, e eu o Vigário Policarpo de Brito Gondim para aqui o passei para o todo tempo constar. Vigário Policarpo Gondim¹²⁰ (Grifo nosso).

O mesmo estigma aparece novamente no registro de casamento abaixo. Porém, agora, pela condição jurídica da noiva descrita como liberta e pelo nome da sua mãe destacado pela condição de cativa com o termo *escrava*.

Aos seis de Julho de 1839 perante O Pe Bento Pereira da Costa receberão em matrimônio de palavras que contrairão e celebrarão os contraentes marido e mulher Florencio Gonçalves de Matos, filho de Manoel Gonçalves e de Angelica Roza com Joaquina Maria de Jesus liberta do Ten. Antonio Angelo de (Carv^o) Cotrim, *filha da escrava* Florinda [...] elle Livramento das Minas do Rio das Contas ela contraente natural desta freguesia de S. A. de Caetité Acerbispado B^a sendo por atts Joaquim Pereira da Costa e sua mulher Maria do Carmo de Carvalho¹²¹.

¹²⁰ Livro de Registro de Casamento (1846-1851) da Cúria da Matriz de Caetité, p.71-72.

¹²¹ Livro de Registro de Casamento (1831-1848) da Cúria da Matriz de Caetité, p. 53.

Se não houve, entre as pessoas que lavraram seus testamentos, a declaração da identificação da categoria de procedência, o mesmo não ocorreu em relação aos lugares de origem. No quadro abaixo, segue a origem de algumas dessas pessoas pois, além de proprietários, foram pais, padrinhos, amigos, credores e devedores de escravos e libertos. Também foram responsáveis pelos “destinos” de muitos desses sujeitos cativos após o falecimento por meio das partilhas, dos dotes, das vendas, da concessão da liberdade ou da distribuição de herança.

Quadro 8- Procedência dos testadores arrolados em Caetité

Província da Bahia	Freguesia de Caetité; Freguesia da Boa Viagem-Caetité; Freguesia Antônio da Barra-Caetité; Vila do Urubu; Jacobina; Vila de Rio de Contas; Cidade da Bahia- Salvador
Província de Minas Gerais	Minas Novas, Ouro Preto, Rio do Parto; Morro do Gaspar; Arraial do Tijuco; Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro- Mariana
Portugal	Freguesia de São Salvador de Villacova - Arcebispado de Braga; Ilha de São Miguel; Freguesia de Santa Alasia Arcebispado de Coimbra
Província de São Paulo	Vila de Jundiá

Fonte: SALVADOR. Seção Judiciária. Testamentos, Caetité, 1830-1870. Salvador: APEB.

O quadro da procedência indicou que alguns proprietários nasceram na região, outros transitoriamente residiram em Caetité. Neste último caso, as atividades comerciais desenvolvidas e as dívidas contraídas nas localidades de origem foram os fatores para a mudança de localidade. O casamento e os conflitos políticos na região de nascimento também foram fatores para migração desses proprietários de escravos. A procedência desses proprietários pode indicar a possibilidade de que parcela desses senhores fossem não brancos, libertos ou nascidos livres. Estudos apontam a população livre de cor como proprietária de escravos e atuante na maioria das atividades econômicas em províncias como São Paulo e Minas Gerais.¹²²

Esses enredos pessoais dos proprietários investigados mostraram que alguns de seus escravos vieram das paragens de origem de seus donos. Já outros foram enviados para essas

¹²² Ver sobre: Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. COSTA, Iraci del Nero da Costa; KLEIN, Herbert S. LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP, 2009.

mesmas paragens, com a proximidade ou advento da morte do proprietário. Francisco Rodrigues Dias, por exemplo, era um sacerdote e possuía seis cativos. Para quatro desses escravos, ele deixou cartas de alforria passadas e assinadas de punho e registradas no Cartório de Paz de Santo Antônio da Barra. Elas seriam entregues pelos testamenteiros com a sua morte e após os escravos cumprirem os anos de trabalho condicionados à alforria¹²³. Francisco declarou em sua posse um crioulo de 12 anos de idade que não lhe pertencia e estava em seu poder por consentimento de seus irmãos, moradores na Comarca de Minas Novas. Como todos esses parentes já estavam emancipados, o escravo deveria ser remetido a eles.

Também houve aqueles proprietários que encaminharam seus escravos para outras regiões para tratar doenças, servir sob sistema de aluguel ou para negociar produtos como gado e algodão. O português José Joaquim Ribeiro, por exemplo, enviou a Salvador tropas de mulas e bestas, com um de seus escravos, com cargas de algodão para serem negociadas¹²⁴.

Entre os locais de domicílio citados nos testamentos pelos testadores estavam: a sede de Caetité, Umburanas, Sítio do Campo de Dentro, Sítio do Mineiro, Hospício, Arraial das Almas, Fazenda Contendas, Arraial da Conquista, Periperi, São José e Brejo dos Padres.

Desse modo, os testamentos permitiram a constatação de que, no quadro das posses escravas, havia o convívio de escravos recém-chegados de outras províncias e outros que transitavam com maior frequência pela área adjacente ou mais distante de Caetité. Eles acompanhavam os proprietários ou realizavam atividades diversas como o trabalho com as tropas que levavam animais, a derrubada de madeira, a venda de alimentos e animais. Também havia aqueles que nasceram ou estavam nas posses há muitos anos com laços parentais estabelecidos.

Nas disposições das verbas testamentárias, os escravos, as terras e os animais foram os bens mais importantes. Foram arrolados ainda fazendas com benfeitorias, dinheiro, casas, objetos em ouro e prata, animais cavalariço e muar, artefatos de casa e de comércio como tachos de cobre e balanças, além de engenhos, algodão (em vara ou em caroço), sacos ou roças de milho, arroz e instrumentos de trabalho.

A descrição dos bens conferiu aos proprietários perfis condizentes com os de fazendeiros, agricultores, comerciantes e donos de tropas. Quanto aos seus cativos, as escravas apareceram nas funções de costureiras, lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, fiandeiras,

¹²³ SALVADOR. Série Judiciário. Testamento. ID *Francisco Rodrigues Dias*. Classificação: 02/564/1016/03. Salvador: APEB, 1851/6. p.4.

¹²⁴ SALVADOR. Série Judiciário. Testamento: *José Joaquim Ribeiro*. Classificação: 02/589/1041/06. Salvador: APEB, 1834. p.4.

serviço de casa, serviço de roça e boticárias. Já os escravos, como sapateiros, serviço de roça ou roceiros e vaqueiros. Os escravinhos seguiram o mesmo princípio, tinham muitas funções aprendidas ou determinadas por gênero que eram realizadas em companhia de escravos mais velhos, como cuidar dos afazeres domésticos ou lidar com animais e alimentos. Por outro lado, a mobilidade dos escravos em diferentes espaços, e a possibilidade de assumirem várias funções nas propriedades, permitiram outras formas de educabilidades e de socialização não delimitadas pelo gênero.

Quanto à situação de filiação, com exceção de três proprietários descritos como filhos naturais e outro como exposto, os demais foram frutos de relações legítimas. Ponderado o quadro total sobre a condição conjugal, três testadores eram solteiros, três não tiveram identificação e os demais eram casados. Dessas pessoas, vinte e sete declararam filhos legítimos e/ou naturais, e cinco, filhos gerados com escravas. Eram proprietários com famílias nucleares e com muitos filhos como herdeiros. Aqueles que não as formaram com descendentes diretos dispuseram os bens entre a família extensa e entre os filhos naturais, amigos e instituições religiosas.

O perfil cristão dessas pessoas foi reafirmado constantemente com as verbas testamentárias destinadas aos casamentos dos descendentes, escravos ou filhos de conhecidos. O matrimônio foi visto como um ato religioso de oficialização da prole e se configurou em importante aspecto social porque permitia a junção de fortunas ou a possibilidade de sobrevivência ao garantir, a um ou aos dois cônjuges, a manutenção de suas vidas.

Enlaces consanguíneos e laços de compadrio deram a tônica dos matrimônios de homens que iniciaram suas investidas amorosas ou sexuais entre as escravas de seus pais ou avós. Entre as justificativas para o casamento consanguíneo e concessão da licença matrimonial estava a do “lugar estreito”, como fez Inocêncio Fagundes Cotrim para se casar com Amélia Angélica Fagundes Cotrim. Eles tiveram a licença concedida com a autorização assinada no Palácio do Governo no Rio de Janeiro em três de novembro de 1864:

Que casamento é vantajoso aos oradores, principalmente a oradora [...] Que os oradores habitão em lugar estreito, e não poderão achar pessoa igual com quem se possa unir em matrimonio a não ser parente em grau mais ou menos próximo [...] Que a oradora não foi raptada pelo orador, e vive em casa de seus pais com toda honestidade e recato [...] ¹²⁵.

¹²⁵ Dispensa de Impedimentos Matrimoniais (1865). Arquivo Metropolitano de Salvador. p. 3-12.

O “lugar estreito” foi uma referência aos arranjos considerados possíveis quando o critério era a união do patrimônio. Ao perfil do lugar foi adicionada, muitas vezes, a justificativa da quantidade de mestiços na região, portanto a inexistência de pessoa de “igual valor” para se unir matrimonialmente.

A tônica das trajetórias pessoais desses proprietários, somada aos princípios cristãos dos quais se declaravam praticantes, se estendeu às suas escravas nascidas em suas posses. Isso aparece no testamento de Maria.

Maria Feliciano das Mercês, natural da cidade da Bahia, foi exposta em casa de Maria Angélica da Encarnação de Vargas, onde foi criada até certa idade e por último recolhida à Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade para “tomar o estado matrimonial” e se reintegrar à sociedade como uma mulher casada¹²⁶. Destacou no testamento que não conheceu seus pais, nunca teve filhos e que se casou com o alferes Luís Dionísio França. Na iminência da morte, elaborou o testamento e deixou dinheiro a afilhados e a filhos de conhecidos. Também deixou esmolas para os mendigos da cidade de nascimento (Salvador) e todo o resto que era de seu uso para as mulheres pobres e aleijadas e também para órfãos de pais e mães pobres para tomarem o estado de casadas.

Suas escravas, Felisberta e Felisarda, receberiam com a sua morte, cada uma, 100 mil réis ao se casarem. Nessa ocasião, também teriam a carta de liberdade. A liberdade estava atrelada à virtude do casamento, que, para a proprietária, era a redenção para mulheres como ela, expostas, incógnitas ou cativas. As “crias”, ao saírem de sua tutela, deveriam estar sob outra, a do marido, condição moralmente redentora diante dos olhos de Deus e dos homens.

A relação de Maria Feliciano com alguns de seus cativos, como as de outros proprietários da região de Caetité, esteve pautada no domínio de regras costumeiras assentadas no convívio sempre degradante da escravidão. No seu caso, essa situação permitiu a ela deixar cartas para quatro escravas, para que estas desfrutassem da liberdade assim que ela morresse. Também deixou dinheiro a outros dois libertos e a um afilhado, filho de uma ex-escrava que também receberia um dos seus escravos mais novos¹²⁷.

No testamento de Maria, como de outros proprietários, os dados sobre o compadrio, os casamentos, os legados em bens e o convívio longo na mesma posse com o proprietário deixaram uma ideia de que em algum momento a relação senhor e escravo esteve permeada por direitos e deveres articulados cotidianamente na propriedade. Estiagens, safras ruins, queda nos

¹²⁶ A cidade da Bahia corresponde no período à capital da província, ou seja, Salvador.

¹²⁷ SALVADOR. Seção Judiciária. Testamento. *Feliciano das Mercês*. Classificação: 1822/1836 02/584/1036/10. Salvador: APEB, 1836.

preços dos produtos principais da região podiam arrefecer os acordos e acabar com os projetos, mas, enquanto o tráfico não impôs sua presença mais arrasadora, acordos e projetos foram realizados. Se essa possibilidade foi maior entre os proprietários sem filhos, não significou sua inexistência na situação oposta.

Os vestígios sobre a política paternalista assentados no caso de Maria e seus escravos, de Francisco e seus senhores, e tantas outras pessoas citadas ainda no decorrer da tese, demonstraram que, embora existissem brechas, o escravo sabia, desde pequenino, que, juridicamente, constituía uma propriedade privada do senhor, que, por sua vez, também não esquecia essa posição de poder. Como bem pontuou Douglas Cole Libby, não houve brandura na instituição escravista, existiram, sim, negociações ponderadas por um conjunto de direitos e deveres firmados, em que afetos e desafetos podiam explodir a qualquer momento ou circunstância. O escravo era uma propriedade privada e estava no âmbito do domínio senhorial, mas isso não caracterizava necessariamente uma autoridade “totalmente incontestável”¹²⁸. A ideia de reciprocidade, alicerçada por obrigação e direitos de Eugene Genovese, flertou ali no sertão com a de acomodação e a de resistência, sem negar as contradições e as diferenças e sem negligenciar a violência¹²⁹. As crianças não estavam inseridas em um mundo paralelo a esse, ao contrário, nasceram e viveram imersas nesse jogo entre adultos (senhores e escravos).

No caso dos senhores, a constatação a que chegamos é que as crianças escravas estavam sob a “tutela” de homens e mulheres aparentados de alguma forma, que demonstravam seu poder de posse cotidianamente e que dependiam da força de mão de obra cativa para inúmeras atividades. No caso dos homens, alguns com títulos militares, muitos com funções assumidas na administração de Caetité, como cargos na Igreja, na Câmara ou no Judiciário. Entre as mulheres, por donas de casa ou legatárias dos negócios dos maridos. Longe dos testamentos, meninas e meninos estiveram em companhia de muitos sertanejos mestiços com poucos bens, como posseiros, rendeiros ou trabalhadores rurais e urbanos. Como propriedade de todos, eles viveram também ao lado de companheiros de cativeiro.

3.2 Os companheiros no cativeiro

¹²⁸ LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. (Org). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008. p.37.

¹²⁹ GENOVESE, Eugene D. *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. New York: Vitage, 1976.

As crianças, filhas de africanos e de cativos nascidos no Brasil, foram geradas em um quadro populacional com predomínio de crioulos e gradativa diminuição do ingresso de escravos africanos.

Tabela 9- Número de africanos e crioulos batizados em Caetité (1830-1860)

PERÍODO / ORIGEM	SEXO FEM.	SEXO MASC.	TOTAL
1830-1840			
Crioulos	432	407	839
Africanos	10	44	54
Total	443	450	893
1840-1860			
Crioulos	462	473	935
Africanos	51	31	82
Total ¹³⁰	513	504	1.017

Fonte: Livros de Batismos da Cúria da Igreja Matriz de Caetité (1830-1860).

A presença majoritária dos crioulos, edificada pela reprodução natural ou compra de escravos da região, fez com que as posses fossem predominantemente dominadas por cativos nascidos no Brasil. Essa situação permitiu um ciclo de renovação constituído por gerações que legaram irmãos, primos e pessoas com outros graus de parentesco.

Para esses cativos nativos, com laços familiares extensos, a família foi uma realidade importante e presente. Nesse caso, a ameaça de venda comportava um dimensão muito maior e desesperadora; além de romper laços, significava todas as incertezas impostas pela imprecisão do que seria esse outro lugar para viver/trabalhar.

O crioulo, nascido em Caetité ou na região, contou muitas vezes com a presença de parentes nos momentos dos partos, no ritual de batismo, nas cerimônias de casamento, no sepultamento e, principalmente, no convívio na primeira infância. Muitos conseguiram, com mais sorte, prorrogar essa convivência da primeira infância para outras etapas da vida, quando também apareceram como sobrinhos, afilhados, primos e, posteriormente, pais.

Integrados entre seus pares desde os primeiros dias de vida, os crioulos expandiram os benefícios ou conquistas no cativeiro por meio da aproximação com os proprietários e demais pessoas livres, fora e dentro da propriedade. Desfrutaram de cuidados e atenção de pessoas queridas ou estimadas. Galgaram posições hierárquicas no cativeiro, mantiveram seus filhos

¹³⁰ Não aparecem na tabela 16 escravos, porque não foi possível identificar a naturalidade.

próximos a sua companhia até que imposições maiores que suas estratégias os levassem à venda.

Quanto aos africanos, havia duas situações postas. A primeira era aquela composta por africanos já antigos nas posses e que conseguiram integrar-se principalmente com os casamentos ou uniões com os crioulos. Casamentos que geraram filhos crioulos legítimos e naturais. A segunda, pelos recém-chegados e estranhos aos escravos das posses.

A presença dos africanos permite aventar três panoramas para o grupo privilegiado em estudo, desde os escravos recém-nascidos àqueles até 14 anos de idade. No momento inicial, dos primeiros trinta anos do século XIX, sem a proibição do tráfico internacional, esses cativos puderam conviver com um número importante de africanos que legaram filhos de uniões entre africanos – os crioulos de primeira geração.

Num segundo momento, a partir da década de 30 do mesmo século, temos os filhos crioulos nascidos das uniões entre africanos e crioulos. Essas uniões foram possibilitadas pelo ingresso maior de homens africanos. Mas, nas décadas subsequentes da segunda metade da centúria, há a inversão para um número maior de mulheres africanas.

Num terceiro momento, das décadas de 60 a 80, temos uma população africana reduzida e envelhecida. Aqui, houve o predomínio dos crioulos, filhos de mães e pais crioulos, imersos no período-auge do tráfico interno e das questões abolicionistas¹³¹.

Em nenhum dos três momentos citados acima houve o rompimento com as matrizes africanas. Em todos eles, há jovens e idosos de Moçambique (África Oriental), angolas, benguelas e congos (Centro-Oriental) e hauçás, minas e nagôs (Ocidental). Todos esses africanos foram citados nos assentos eclesiásticos e reafirmados em outras fontes em que apareceram compondo laços familiares, exercendo atividades laborais ou ainda comprando suas cartas de alforria.

Os africanos estiveram concentrados nas posses com mais de dez cativos, entre os proprietários que possuíam mais de uma propriedade rural. Isso pôde facilitar-lhes uniões legítimas ou consensuais. Muitos viveram bastante tempo na mesma posse e, com a morte dos

¹³¹ Essa percepção da realidade anterior ao recorte do estudo adveio da leitura dos trabalhos de Erivaldo Fagundes Neves e do recorte posterior dos estudos de Fátima Novais Pires. Ela também foi pensada a partir de dados dos livros de batismo da década de 20 do século XIX que não foram discriminados neste trabalho. Ver: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*; São Paulo: Annablume, 2003; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura, Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

proprietários, foram legados em testamentos e partilhas para os descendentes, parentes e amigos, sem incorrer necessariamente em afastamento definitivo dos seus pares ou parentes. Na sede de Caetité, como eixo central das atividades econômicas e sociais da região, puderam manter menor ou maior contato com diferentes segmentos da população, entre eles, transeuntes, parentes consanguíneos, irmãos de cativo ou pessoas libertas.

Somou-se a tudo isso o fato de esses africanos estarem instalados em um universo de domínio senhorial em pequenas e médias posses, de laços mais frouxos, que franqueava aos escravos a possibilidade de circulação entre as terras dos proprietários ou pontos de comércio. Podiam, assim, realizar negócios, comprar produtos, levar recados, exercer atividades laborais paralelas e com renda, manter relacionamentos afetivos, viver momentos de lazer e culturais, muitos, talvez, estabelecidos mediante as experiências comuns na travessia transatlântica e quiçá na ancestralidade¹³².

Entre os africanos e crioulos cativos, além dos pais e outros parentes sanguíneos, estavam também alguns padrinhos das crianças.

3.3 Os padrinhos

Entre 1830 e 1871, escravos casados oficialmente, ou que mantinham relações consensuais, levaram seus filhos para serem batizados. Mães solteiras, e pais viúvos, fizeram o mesmo. Todos foram acompanhados por seus proprietários, ou apenas com seu consentimento. Proprietários também levaram seus escravos adultos, recém-chegados, à pia batismal.

Os batizados ocorreram durante todos os meses do ano, e em maior número, nos dias festivos dos santos católicos. Muitos desses santos tinham seus cultos realizados em novenários comemorativos em igrejas e capelas instituídas pelos distritos, fazendas ou na própria sede de Caetité, como São Benedito, São Sebastião e São João. São João carregava a mística do primeiro batizado cristão, São Benedito a simbologia da identificação com as pessoas cativas, e São Sebastião, o histórico de capelas tradicionais nas fazendas da região.

Grupos de parentes, vizinhos, amigos e conhecidos das pessoas que seriam batizadas, deslocavam-se a pé, em animais cavaleiros ou mesmo em carros de madeira guiados por bois aos locais dos batizados. Batizava-se com padrinhos conhecidos e previamente avisados, ou escolhidos sob a conveniência do momento da cerimônia, ou seja, com pessoas que se

¹³² Ver: NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no "Certam de Sima": Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010. p. 110 -112.

encontravam no local. Recorria-se às procurações para a representação dos padrinhos ausentes, ou aos santos, na falta de um padrinho físico. Padres e proprietários e seus parentes batizaram, solenemente, seus próprios escravos ou os de conhecidos. Escravos da mesma posse, ou de posses distintas, também estabeleceram laços de compadrio. Mães de filhos naturais batizaram filhos de casais legítimos e casais legítimos, os filhos de mães naturais.

Pessoas, livres e cativas, foram batizadas no mesmo dia. Não foi incomum senhores batizarem filhos e netos no mesmo dia em que seus escravos também eram batizados. No entanto, os proprietários que levaram vários dos seus pequenos escravos para receberem o batismo no mesmo dia, fizeram-no rigorosamente em assentos individuais e com padrinhos diferentes. Os mesmos padrinhos para escravos de uma única posse não constituíram a regra para os assentos da segunda metade do século XIX em Caetité. Predominaram os batizados individuais e a exceção só ocorreu em alguns casos, como os batizados coletivos de escravos africanos.

Apesar de os registros de batismos estarem assentados individualmente nos livros de batismo, não houve rigorosamente a identificação completa dos dados dos envolvidos no cerimonial. Ocultou-se ou negligenciou-se, muitas vezes, a idade do batizado, sua qualidade, ou a de seus padrinhos ou pais. Como já foi reportado no capítulo anterior, os dados sobre a identificação do cativo como pardo, mulato, mestiço ou cabra, ou dos africanos, pelas etnias ou regiões de captura ou embarque, foram frequentemente silenciados, e quando apareceram, não permitiram identificar um padrão que definisse com maior segurança as categorias de qualificação do sujeito.

As crianças batizadas, com ou sem as categorias que as qualificavam, apareceram, recorrentemente, identificadas como párvulas. De acordo com Luiz Lima Vailati, há uma equivalência dos termos “párvulo”, “criança”, “menor” e “menino”. Segundo os dicionários do século XIX, onde o autor pesquisou “párvulo”, correspondia à “idade do homem até os sete anos”¹³³. Também foi constatada, nos documentos analisados nesta pesquisa, essa equivalência dos termos e de sua aplicabilidade até os sete anos de idade do indivíduo.

O procedimento formal do registro da criança batizada partiu da sua identificação pelo nome de batismo, depois pela condição de escravo, e só então, pela qualidade/cor. Em alguns casos, acrescentavam-se outras condições ou informações que a qualificavam segundo a situação de abandono ou de enfeitamento, quando era identificada como exposta ou enfeitada.

¹³³ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2010. p.48-49.

Para algumas crianças foram discriminadas a procedência da concepção ou a notificação do desconhecimento de seus progenitores. Sob essas circunstâncias, elas foram batizadas como adúlteras ou incógnitas.

Os casos de enfeitamento, ou exposição, foram raros em Caetité. Essas práticas andavam na contramão da necessidade econômica de mão de obra. O trabalho da criança (futuro jovem-adulto) era muito importante para as atividades nos domicílios rurais, com baixo número de escravos, ou mesmo, sem a presença de nenhum cativo. A economia doméstica era uma realidade e demandava o trabalho de todos os parentes residentes nas propriedades para a execução das atividades laborais.¹³⁴ No cativo não foi encontrado nenhum indício de escravos nessa situação de enfeitamento. Como bem observou Renato Franco, o direito de posse era prioritário:

As ocorrências envolvendo escravos eram diferentes, pois ameaçavam propriedades particulares. Apesar de o direito romano, vigente em Portugal, prescrever que todo enfeitado era livre, condição reafirmada pelo decreto pombalino de 31 de janeiro de 1775, nos casos encontrados, o direito de posse sempre falou mais alto; também por isso é pouco provável que filhos de escravas fossem abandonadas frequentemente...

Levando-se em conta que o enfeitamento era prática disseminada, somente a murmuração e/ ou indignação poderiam publicizar casos de abandono. Todavia, essas descobertas foram episódicas, sem grande presença cotidiana. A circulação das crianças era aceita desde que não afrontasse a propriedade das pessoas. Esse controle foi exercido no dia a dia pela gente comum, conivente com a maior parte dos casos de enfeitamento, mas interessada em conter a prática entre os escravos¹³⁵.

As crianças escravas nascidas nas posses de Caetité e batizadas na região foram identificadas, algumas vezes, como “crias”. Esse termo foi mais recorrente na documentação cartorial; já no momento do batizado, ele, geralmente, apareceu associado à alforria da criança na pia batismal. Nesses casos, também apareceram, junto ao nome e à condição de escravo, os diminutivos: *escravinho*, *cabrinha* e *crioulinho*. Esses termos, escritos no diminutivo, e aplicados a um grupo específico de pessoas batizadas, atestavam uma condição diferenciada em relação ao escravo adulto batizado.

Sobre as palavras usadas no batismo, há de se considerar a importância do nome de batismo. Não foi comum usar o nome dos proprietários, pais ou padrinhos para nomear os

¹³⁴ Ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.75.

¹³⁵ FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p 107-110.

escravos batizados. Logo, não há nenhum indício de que houvesse no ato de nomear os filhos, ou os escravos, uma forma de homenagear ou prestigiar padrinhos, proprietários ou pais. Houve, aparentemente, uma certa liberdade dos pais em relação à escolha dos nomes dos seus filhos. As palavras bíblicas como Antônio, José, Maria, Rita, João, Sebastião, Benedito e Pedro foram as mais comuns, e podem ser mais um indício da importância da associação com a fé cristã, ou com o costume na região, de pais batizarem seus filhos com nomes católicos. Por outro lado, há de se cogitar ainda a impossibilidade imposta por aqueles que registravam o batismo, de que os pais nomeassem seus filhos com nomes de matriz africana.

Com raras exceções, pais e proprietários obedeceram às regras de que o ritual de batismo se realizasse nos primeiros dias de vida das crianças. O marco temporal mais comum para a realização do ritual foi aquele estabelecido entre os primeiros meses de vida e os três anos de idade. Foram exceções os registros com o ritual de batismo realizado na iminência de morte da criança. Como exemplos do marco etário mais comum dos batizados e do ritual realizado com óbito iminente, temos os registros dos filhos de Bárbara, escravos de Antônio Gomes Correia. Benedita, ainda recém-nascida, foi batizada em 25 de junho de 1839, com a ressalva de que o ritual havia ocorrido com “a criança em perigo de morte ao nascer”. Três anos mais tarde, Bárbara batizou, aos seis meses de idade, seu outro filho. Faustino, assim como muitas crianças da região, foi batizado muito após os oito dias de nascido¹³⁶.

Reiteramos que a ausência expressiva de criança em óbito nos registros de batismo não permite induzir que a morte na primeira infância não fosse uma ameaça constante. Os óbitos ocorridos durante, ou após os partos, ou ainda nas primeiras horas ou dias de vida da criança, foram atestados em várias partes do Brasil e estavam relacionados à alimentação inadequada, à precariedade das moradias e vestuários, infecções no cordão umbilical, acometimento de parasitas, vírus e bactérias¹³⁷. No caso de Caetité, a ausência de um número expressivo de registros de batizados com óbito iminente pode estar relacionada com questões importantes na região como: a precariedade das estradas para o deslocamento em tempo hábil dos vigários para assentarem formalmente o óbito, ou o fato de que muitas crianças podem ter sido sepultadas em locais não oficiais, sem o registro de sua breve existência.

Por outro lado, também é possível especular sobre outras condições que podem ter contribuído para compor esse quadro numa perspectiva mais otimista. A lacuna apresentada

¹³⁶ Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana. Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant’Anna (1837-1876). p.204.

¹³⁷ Ver: DEL PRIORE, Mary. *História da gente brasileira: Império*. São Paulo: Le Ya, 2016. v.2. p.329. FRANCO, 2014, p.205; FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: global,2006. p.449-451.

pela ausência significativa de óbitos, somada à constatação de centenas de crianças batizadas após a primeira semana de vida, pode indicar que muitas dessas pessoas sobreviveram ao “mal dos sete dias” e que todas as outras acima dessa faixa etária talvez tenham sido protegidas de algumas doenças pela nutrição fornecida pelo aleitamento materno. A amamentação e, quiçá, os cuidados das parturientes com os filhos, nos primeiros anos de vida, podem ter contribuído de forma significativa para a sobrevivência dessas crianças nos primeiros anos da infância.

A amamentação não é fácil de ser comprovada pela documentação de que dispomos nesta pesquisa. Ela foi citada uma vez no inventário de José da Costa Teixeira. Nesse documento, a amamentação é um dos argumentos utilizados por uma das herdeiras para justificar a impossibilidade de apresentar algumas crianças para avaliação. Essas crianças eram alvo de um impasse sobre a partilha, que, em resumo, se traduzia pelo direito de posse sobre as “crias” das escravas herdadas. As seis “crias” foram citadas judicialmente para a revisão da partilha da herança sob alegações como: “meação das produções”, prejuízo aos embargantes” ou “ônus das produções”. As crianças estavam em Rio de Contas, e para a dita avaliação do juiz, que aconteceria em Caetité, foi citado:

[...] em aumento de custos que não está em proporção com o valor real das mesmas crias, das quais a de mais idade conta dois anos, e três há que ainda tão amamentando e sendo pois por mais difícil e arriscada, nesta estação[...]transporte das mesmas pra esta vila, se faça a avaliação sem elas presentes, por avaliador que tenha delas conhecimento¹³⁸.

Outras evidências caminham para essa possibilidade de que as crianças fossem mantidas próximas às mães durante a fase de amamentação. Nas partilhas dos bens inventariados, ao ponderarem-se os valores destinados aos herdeiros, consideravam a doação de mães cativas com seus filhos. Isso na perspectiva econômica poderia significar um prejuízo menor do que aquele aferido, se mantivessem o recém-nascido afastado da mãe, e conseqüentemente, de sua principal nutrição. Em 1843, por exemplo, Inocêncio Canguçu, na condição de marido, recebeu da legítima materna a escrava Fausta e seus filhos: o escravinho Aprígio e seu irmão recém-nascido¹³⁹. Na mesma direção da possibilidade de mães amamentarem seus filhos está a evidência de que foi recorrente a permanência de escravas e seus rebentos durante muitos anos na posse, a servir uma, ou duas gerações de uma mesma

¹³⁸SALVADOR. Inventário. *José da Costa Teixeira*. Classificação: 03/1234/1703/01. Salvador: Salvador, 1856.p195.

¹³⁹ SANTOS FILHO, 1956, p129.

família, o que significa que essas mães não só amamentaram, como criaram alguns de seus filhos.

Outro indício dessa possibilidade de cuidados das mães com seus filhos pequenos é o indicativo, nos livros de óbito, de mortes que não estavam diretamente relacionadas com os cuidados maternos, como aquelas ocasionadas por problemas de conjuntura viral e infecciosa que acometiam não só as crianças como os adultos em quadros epidêmicos.

Diante disso, o ritual de batismo, realizado com a criança em óbito iminente, ou em condições supostamente plenas de saúde, permitiu aos escravos da região encontros importantes com vizinhos, conhecidos e parentes. Fomentou alianças através do compadrio que se estenderam a amigos, companheiros de cativeiro na mesma posse, ou de proprietários diferentes. Esses laços espirituais se estenderam aos próprios proprietários e seus parentes, aos membros da Igreja e aos santos católicos.

Através do batismo, os pais exerceram a agência da escolha dos compadres e comadres e dos nomes de seus filhos. Esses laços de compadrio, estabelecidos entre os pais de filhos cativos, foram firmados com sujeitos de diferentes condições jurídicas. Responderam às situações franqueadas pela convivência nas propriedades e em outros espaços de Caetité, ou aos limites impostos pelo cativeiro e seus proprietários. Portanto, foram construídos pelos acordos estabelecidos entre escravos e senhores, pela convivência no cativeiro e fora dele, e pelas escolhas pessoais dos pais das crianças.

Estabelecer os laços de compadrio significou, em Caetité, ampliar uma rede social mais complexa, em que acordos firmados cotidianamente, pelas relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos sociais, permitiram, inclusive, o reconhecimento de pais com uniões consensuais, proprietários como padrinhos de filhos de seus escravos, e amigos com procurações para os batizados de seus afilhados. Nessa teia social de relações firmadas com uma certa proximidade parental, ou mesmo com um paternalismo instituído, e de interesses do senhor e do escravo, foram construídas as redes de parentesco espiritual com padrinhos de diferentes condições jurídicas.

Para os escravos africanos, recém-chegados, o compadrio mais recorrente foi aquele estabelecido com padrinhos livres, depois por cativos, e, for fim, por casais de padrinhos forros ou compostos por uma pessoa livre e outra forra. A composição dos padrinhos na cerimônia foi basicamente realçada pela presença de dois padrinhos, e suas escolhas foram tecidas de acordo

com a decisão dos proprietários. Foi evitada nesse compadrio a presença de padres, proprietários e santos católicos¹⁴⁰.

Já para as crianças filhas de pais africanos ou crioulos, que moravam havia mais tempo nas posses, a situação foi outra. Esses genitores puderam ter a chance de fazer as escolhas dos padrinhos de seus filhos, de acordo com sua conveniência ou preferência, e, é claro, sob a autorização dos proprietários. Assim, a criança nascida e crescida no cativeiro teve uma parte significativa de sua vida selada pelas vontades dos senhores, mas também pelas trajetórias dos seus pais. Acrescenta-se a essa realidade a possibilidade de esses escravos residentes, na ausência de parentes sanguíneos mais próximos das crianças, contarem com esses padrinhos para os cuidados necessários com as órfãs.

O fato de nascer na posse, não ser vendido, ou não conseguir a liberdade no decorrer de sua experiência de vida no cativeiro, podia, algumas vezes, significar morrer na mesma propriedade. Esses anos de convivência com amigos, parentes, proprietário e novos cativos adicionados à propriedade, significaram também firmar laços de compadrio mais convenientes aos anseios das famílias. Aferir proteção, facilitar o caminho para a liberdade, viabilizar a permanência ao lado de alguns parentes, ou ocupar funções diferenciadas e importantes no cativeiro foram fatores que contribuíram para a formatação do parentesco espiritual dessas pessoas.

Logo, a escolha dos padrinhos não consistia em algo irrelevante e aleatório. Foram possíveis, aos pais no cativeiro, algumas brechas que permitiram oficializar o compadrio com compadres entre os parceiros de cativeiro, entre os parentes, os amigos ou conhecidos. Isso não significa que o consentimento do proprietário não tenha sido fundamental, mas que talvez, em alguns casos, sua maior ingerência talvez estivesse na determinação da data e do local dos batizados, ou nas escolhas de padrinhos de seus filhos mulatos, para os quais também indicava os futuros matrimônios.

Nesse quadro de compadrio, em que os laços eram estabelecidos com conhecidos, e através de escolhas negociadas, é relevante conjecturar que o padrinho escravo de uma posse distinta tenha aceitado o compadrio através do consentimento dos dois proprietários, ou seja,

¹⁴⁰ Ver sobre o batismo de crioulos e africanos também no Nordeste em: SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 215- 259. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

daquele que detinha a posse do sujeito batizado, e daquele que era dono do que batizou. Logo, as negociações estabelecidas entre escravos e proprietários fizeram parte do cotidiano na posse e também foram importantes para a instituição do parentesco espiritual. Senhores e clérigos batizaram seus escravos pela afeição que nutriam por eles, ou mesmo em deferência aos bons serviços prestados. Todos aqueles que batizaram com procuração, fizeram-no por lealdade e desejo de batizar a criança.

A tipologia desse compadrio no cativo se caracterizou, portanto, por compadres livres e escravizados. Crianças escravas, legítimas e naturais, tiveram o compadrio estabelecido, em primeiro lugar, por duas pessoas livres. Segundo, por casais de padrinhos escravos. Terceiro, por pessoas com estatutos jurídicos diferentes. E por último, por santos ou padres. Os clérigos eram pessoas notórias e importantes em Caetité, e tê-los como padrinhos podia significar firmar laços maiores do que aqueles estabelecidos com pessoas sem essa distinção social e espiritual. Em Caetité, as normas vigentes nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que desaconselhavam aos religiosos o apadrinhamento, não impediram que os sacerdotes aparecessem vinte e cinco vezes como padrinhos de crianças negras livres e, quatro vezes, como padrinhos de escravos crioulos. Não foram encontrados padres batizando escravos africanos, o que pode ter acontecido, mas certamente, foi muito raro¹⁴¹.

No plano mais especial da posição de padrinhos, estavam os santos católicos. Estes, embora na prática cotidiana não pudessem interceder diretamente na vida do batizando, podiam garantir a intercessão celestial ou compor o compadrio daquele que não tinha uma pessoa física para esse fim. São Benedito, Nossa Senhora, Santa Rita, São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário e o Santíssimo foram as entidades católicas que apadrinharam os escravos crioulos. Esse tipo de compadrio não foi muito recorrente, ele só ocorreu catorze vezes.

Mas, se era um privilégio, ou mesmo uma exceção, ser batizado por um santo ou por um padre, algo só aplicado, praticamente, aos escravos crioulos, o mesmo se pode afirmar do compadrio firmado entre senhores e seus escravos. Doze escravos crioulos foram batizados por seus proprietários, e outros, por parentes dos proprietários, como sobrinhos, filhos e esposas. Esse compadrio efetuado entre dono e escravo foi raro, mas, importante. Em outra área da Bahia, no Recôncavo Baiano, Stuart Schwartz e Gudeman não encontraram senhores batizando seus escravos¹⁴².

Os laços verticais (com senhores) talvez pudessem permitir privilégios no cativo, meios para a liberdade, um melhor espaço de trabalho ou de moradia. Os laços horizontais (com

¹⁴¹ CPAB, 1853, p. 105-106.

¹⁴² GUEDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 35-39.

companheiros de cativo) foram importantes para firmar alianças ou contar com quem atendesse a criança em caso de ausência dos pais¹⁴³. No universo de escravos crioulos, muitas dessas crianças e seus pais firmaram um convívio mais próximo com o proprietário e seus parentes, capaz de gerar uma relação de confiança e reciprocidade, sem que isso significasse menor exploração ou o esquecimento da sua condição de um “bem” daquele senhor.

O compadrio firmado horizontalmente, com pessoas escravizadas, apresentou-se de forma variada entre o final da década de 20 e o início da década de 40 do século XIX. No primeiro momento, os compadres eram, preferencialmente, da mesma posse do sujeito batizado. A partir da década de 1840 houve um crescimento do número de compadres escravos de posses diferentes, o que pôde estar relacionado com alguns fatores importantes como: a separação de parentes por partilhas; o aumento de crianças nas posses; e a diminuição de adultos com o advento do tráfico interno. Novamente, é relevante destacar que, em Caetitê, o compadrio com alguém de uma posse diferente não era, necessariamente, sinônimo de estranheza e desconhecimento. A comunicação facultada pelo absenteísmo dos senhores, pela circulação dos escravos nas atividades diárias, ou entre as propriedades dos senhores, permitia ampliar o número de conhecidos.

No geral, o compadrio estabelecido com pessoas cativas ou livres se caracterizou, mais recorrentemente, pela composição com duas pessoas: um homem e uma mulher. Quando não houve essa formatação, as opções registradas foram: dois homens; um santo e uma mulher; um santo, ou só um homem. A presença de um único padrinho foi mais comum nos batizados dos filhos naturais do que de filhos legítimos.

¹⁴³ Ver: Ibid.; ROCHA, 2009. SCHWARTZ, 1988. VASCONCELOS, Márcia Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). *Afro-Ásia*, n.28, p.147-178, 2002,

Quadro 9- Casais de padrinhos das crianças escravas: filhos legítimos

Padrinhos	Número
Padrinhos livres	209
Padrinhos escravos	73
Padrinhos com estatuto jurídico diferente	30
Padrinhos forros	3
Santo e um padrinho livre	4

Fonte: Livros de Registros de Batismo de Caetité, 1830-1860¹⁴⁴.

Entre os escravos batizados como filhos naturais, ocorreu a mesma tendência na escolha dos padrinhos. O compadrio com pessoas livres foi predominante.

Quadro 10- Casais de padrinhos das crianças escravas: filhos naturais

Padrinhos	Número
Padrinhos livres	906
Padrinhos escravos	285
Padrinhos com estatuto jurídico diferente	106
Santo e um padrinho livre	10

Fonte: Fonte: Livros de batismo de Caetité, 1830-1860.

Independentemente do arranjo familiar, os registros de batismo mostraram que as crianças estiveram de algum modo em contato com parentes sanguíneos de diferentes graus, ou ainda em companhia de possíveis amigos nascidos e crescidos na região. As redes de sociabilidades se estenderam do cativeiro ao mundo livre. Um emaranhado social tecido por gente que se conhecia ou de que se ouvia falar. Alguns desses aspectos aparecem nos batizados ilustrados a seguir.

¹⁴⁴ Casais de padrinhos com estatuto jurídico diferente correspondem àqueles formados por escravos com pessoas livres ou libertas.

No dia 15 de fevereiro de 1829, na Freguesia de Sant'Anna de Caetit , o vigário Policarpo de Brito Gondim registrou o batizado de Francisca. O cerimonial cristão possibilitou identificar as suas composi es familiares: sanguínea e espiritual. Francisca era filha legítima de Julião, identificado no assento como escravo, e qualificado como cabra; e de Rita, crioula, também escrava. Pai, mãe e filha faziam parte da posse de escravos do fazendeiro e comerciante Manoel Alves Aranha. Francisca recebeu o ritual de batismo através dos padrinhos: Romoaldo africano e Anna africana. O casal instituido para o papel de madrinha e padrinho da criança não dividia a labuta das atividades escravistas na mesma posse da família de Francisca, eram escravos de outro senhor. Os padrinhos eram cativos do proprietário Mathias Soares de Barbalho, conhecido na região pelas posses de escravos e de terras, e que, em dias anteriores ao batizado de Francisca, havia levado alguns de seus escravos à mesma igreja para receberem o batismo¹⁴⁵. Os padrinhos, que não estavam na cerimônia, foram assistidos por uma procura o, que fora apresentada por José africano forro e Joaquina cabra, esta última escrava de Manoel Alves Aranha.

A escolha dos padrinhos, nesse caso, nos parece muito mais do que um ato obrigatório de um ritual, vai além do valor formal de registro dos escravos por seus senhores. Nesse batizado de Francisca, uma criança nascida na região, e filha de pais crioulos, também nascidos na região, a escolha dos padrinhos pode ter remetido a laços ou compromissos muito maiores entre pais e padrinhos, já que envolveu padrinhos de senhores diferentes, que não tiveram suas escolhas definidas por ocasião dos batizados. A procura o permite pensar que a escolha dos padrinhos pelos pais pode ter levado em considera o o fato de serem pessoas estimadas, conhecidas e importantes para a família de Francisca. Também permite vislumbrar uma rela o com o proprietário, que facultava a esses escravos a possibilidade de escolher seus parentes espirituais no âmbito da posse, de outra posse, ou já no mundo em liberdade.

Se os laços de compadrio se estenderam aos companheiros de cativo na posse, ou em outras propriedades, algumas vezes, eles puderam ser firmados com a família do proprietário. Os laços estabelecidos pela convivência, ou bastardia da progenitura, podem ter contribuido para a oficializa o desse compadrio vertical. Acreditamos que esses fatores tenham sido o motivo para o batizado e a alforria de Chistina.

No dia 01 de julho de 1841, Chistina, uma criança parda, de 5 meses de idade, fora descrita como filha natural de Simoa, escrava de Manoel Alves de Carvalho e de Dona Ana Maria da Concei o. O casal proprietário deu a concessão ao capitão Clemente Alves de

¹⁴⁵ CAETIT . Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetit : Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1837-1855.p,120.

Carvalho para que, na pia batismal, o capitão Felipe Rodrigues Ladeia e sua mulher, Joana Maria de Jesus, a batizassem como forra, pois logo depois lhes seria apresentada a carta de alforria do capitão Clemente Alves de Carvalho¹⁴⁶. Alguns elementos são interessantes nesse batizado de Chistina: primeiro, padrinhos abastados com títulos militares, o que constituía um compadrio importante com alguém de patente e *status* social reconhecido; segundo, identificação da criança batizada como parda, o que foi comum para as crianças forras. Nesse caso, há a possibilidade de que a qualidade da criança estivesse relacionada à sua nova condição de forra com o batismo. De acordo com os dados que serão apresentados no quarto capítulo desta tese, sem a alforria na pia, dificilmente ela seria qualificada como parda, já que o termo foi pouco aplicado para os escravos; terceiro, talvez Chistina fosse filha do capitão com a escrava. Chistina, provavelmente, pelo que vem indicando a leitura dos testamentos da região, cresceria na posse do casal proprietário da mãe, provavelmente sob seus cuidados, até a liberdade ou venda desta, ou até o seu casamento.

Outro aspecto sobre as escolhas dos padrinhos aparece nos batizados dos filhos de Luísa. Seu proprietário batizou, no dia 10 de dezembro de 1843, João de 3 meses de idade, uma criança concebida por pais livres. Nesse mesmo dia em que compareceu para ser padrinho de João, ele levou os pequenos escravos, Francisca de 4 meses de idade, Antônio de 2 anos e Josefa de 3, para serem batizados. As três crianças eram filhas de uma escrava Luísa. Francisca foi batizada por padrinhos livres e parentes do proprietário; Antônio por escravos da mesma posse de Ângelo Custódio de Carvalho, portanto por companheiros de cativo da mãe e das crianças; já Josefa, foi batizada por um homem livre e uma mulher escrava¹⁴⁷. Quando os pais levavam um, ou mais filhos para serem batizados, como ocorreu com Luísa, não havia um consenso em relação aos critérios adotados para a escolha dos padrinhos. Nesses casos, de casais ou mães sozinhas, que batizaram mais de um filho em um só dia, as escolhas dos padrinhos não seguiram padrões que pudessem determinar os mesmos critérios para o compadrio de seus filhos. Isso podia ser resultado da oferta de padrinhos disponíveis, da proximidade afetiva do futuro padrinho com a criança a se batizar, ou de outros fatores não citados ou identificados por esta pesquisa.

Enfim, o batizado foi um acontecimento religioso de inserção da criança no mundo terreno e cristão que ampliou suas redes sociais. Redes estabelecidas por aqueles que diretamente estavam envolvidos com os primeiros passos das vidas das crianças: os pais.

¹⁴⁶ CAETITÉ, 1837/1855, p.61.

¹⁴⁷ CAETITÉ. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1841/1846.p.79.

3.4 Os pais do cativo

As crianças foram concebidas por uniões legítimas, consensuais ou casuais. No cativo, o número de crianças concebidas por uniões que não foram sacramentadas pela Igreja Católica foi superior ao daquelas geradas de forma legítima. Isso permite estabelecer o domínio do padrão monoparental, o que não significa, absolutamente, que todas essas pessoas fossem frutos de uniões instáveis.

Em números absolutos, os percentuais de filhos naturais e legítimos entre os escravos se mantiveram praticamente constantes entre os anos de 1830 e 1860. Entre 1830 e 1840, as crianças escravas registradas como naturais corresponderam a 73,69% dos assentos, enquanto as legítimas a 17,98%; para 8,33% das crianças não houve como precisar a legitimidade. No interstício de 1840 a 1860, o número de filhos legítimos batizados chegou ao percentual de 18,33% e o de filhos naturais a 71,18% e, para 10,49% dos casos, não houve dados precisos.

Tabela 10- Escravos: filhos legítimos e naturais

CONDIÇÃO	FILHOS LEGÍTIMOS	FILHOS NATURAIS	SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
1830-1840	151	619	70	840
1840-1860	187	726	107	1020
Total	338	1345	177	1860

Fonte: Livros de Batismo da Cúria da Matriz de Sant'Anna de Caetité, 1830-1860.

Os filhos das uniões estáveis podem compor, de forma oculta, um pouco desse percentual de crianças registradas como naturais no cativo ou fora dele. Trabalhos como os de Kátia Mattoso constataram que as relações consensuais ou concubinato foram uniões comuns entre a população negra e branca da Bahia¹⁴⁸. Em Caetité elas também existiram entre a população livre e cativa. Porém, oficialmente, só apareceram nas escrituras de habilitação e reconhecimento de filhos entre os sujeitos brancos e pardos livres com o argumento da fragilidade humana ou pela preocupação com a transmissão da herança aos descendentes¹⁴⁹.

¹⁴⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁴⁹ Ver a comprovação dos baixos índices de nupcialidade na Bahia em: MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988; SCHWARTZ, op.cit.,

Por outro lado, os casos de escravas com registros de vários filhos no batismo facultaram pensar a possibilidade de um parceiro, a exemplo de Isabel, Josefa e Catharina. Isabel batizou em 1833 e no mesmo dia seus seis filhos: Isa, Samuel, Simião, José, Brisido e Dionísio, todos filhos naturais nascidos enquanto cativa. Josefa crioula, escrava de Clemente José Ribeiro Guimarães, também batizou quatro filhos, crianças geradas no decorrer de sete anos. Catharina africana, escrava de Clemente Garcia Leal, batizou em cinco anos seus três filhos.¹⁵⁰ O número de filhos, a permanência deles com as mães e irmãos, e a possibilidade de uniões estáveis também deixaram rastros com Balbina, uma mulher de 30 anos de idade, e Sebastiana de 39, ambas mães de seis filhos. A configuração das famílias de Balbina e Sebastiana, abaixo, indica uma prole importante em companhia da mãe e, como exposto anteriormente, talvez do pai.

Gráfico 7- Filhos das escravas Balbina e Sebastiana



Fontes: SALVADOR. Inventário de Nazaria Maria de Jesus. Salvador: APEB, 1875 e livros de batismo da Cúria da Igreja Matriz de Caetité, 1830-1860¹⁵¹.

Essas famílias de Balbina e Sebastiana reiteraram pontos importantes sobre a presença dos genitores. Entre eles, o acesso a melhorias na vida em cativo, facultado pela proximidade

90 Ver: NOGUEIRA, p. 92-93; SANTANA, 2010, p.190.

¹⁵¹ ORTIZ, 2014, p.90.

de convívio com os proprietários, pelo tempo de permanência na região ou pela execução de ofícios específicos na posse. Balbina e suas filhas Gertrudes e Justina foram identificadas como escravas do serviço de casa. Já Sebastiana como tecelã, seu filho Galdino como vaqueiro, e sua filha Maria, escrava de serviço doméstico. Essas mães instrumentalizaram as filhas nos serviços domésticos ainda em tenra idade, pois desde muito cedo estavam inseridas no mundo do trabalho das progenitoras mesmo em pequenas tarefas. Algumas “escravas de casa”, além de permanecerem com os filhos mais tempo sob seus cuidados e garantirem alguns benefícios pelos bons serviços e lealdade conferidos, ocuparam o papel materno conferindo afeto e zelo pela criança branca. Assim foi com Desidéria, escrava de Ancelmo da Cruz Prates, que recebeu sua carta de liberdade por ter “criado uma filha com todo amor”¹⁵².

Os livros de batismo, com registros de filhos naturais com o nome dos dois progenitores ou só do pai, são mais um indício da possível presença paterna e de união consensual. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia afirmavam que em relação à criança assim registrada sem a legitimidade, se declararia “no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notória, e sabida, e não houver escândalo; porém, havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mais [...]”. Mas o mesmo documento estabelecia punições sociais importantes em caso de descumprimento, como pagamentos e excomunhão para os livres e prisão para os cativos e meios para “cessar o escândalo”. Quanto aos cativos, alertava sobre o estado de condenação deles por praticarem o “amancebamento” e da necessidade de repreensão por seus senhores já que eram seres rudes. Esse regimento foi mais um componente importante para a não oficialização dos arranjos consensuais na documentação¹⁵³.

De todo modo, a mãe foi a figura mais presente na criação dos filhos e sob sua tutela os laços foram estabelecidos. As mães cativas do sertão, antes do auge do tráfico interno, que optaram pela maternidade, pois em algum momento elas mesmas poderiam desistir de prosseguir com a gestação, puderam desfrutar de uma convivência mais intensa e diária com os filhos. Elementos como as partilhas na divisão dos espólios, que poderiam separá-los, não significaram o rompimento da relação maternal, pois muitos dos pequenos escravos ou suas mães, nessa separação jurídica, foram destinados à parentela do proprietário defunto que residia na mesma propriedade ou em limites próximos. Seus filhos puderam contar ainda, a partir dos dados averiguados, com a presença de irmãos, primos, tios, avós e toda uma comunidade nascida ou que residia havia muito tempo na propriedade. Isso porque muitas escravas viveram

¹⁵² SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabelionato n. 04*. Salvador: APEB, 1831. p.103.

¹⁵³ CPAB, 1853, p. 30.

parte, ou toda a vida, entre os mesmos familiares dos proprietários. Assim foi com Justina, uma escrava nascida em Caetité, doada por seu proprietário como dote para o casamento da filha aos dez anos de idade.

Justina foi identificada como crioula, batizada na década de 1830 como filha natural de uma mãe que teve ainda mais três filhos, um crioulo e dois cabras, todos batizados por padrinhos livres¹⁵⁴. A doação de Justina só foi oficializada em cartório mais de vinte anos depois, quando já contava 24 anos de idade e com a observação de que todos os seus filhos pertenciam ao novo casal de proprietários, pois foram gerados após a doação.

Assim como aconteceu com Justina, nos primeiros cinco anos de vida, pelo menos um dos filhos se mantinha em companhia das mães. As evidências desse convívio familiar apareceram nas escrituras de venda, doação ou nas cartas de liberdade. Há, nesses documentos, a identificação da mãe como escrava do senhor que está a alforriar ou a vender o escravo. Há, também, outras mães que não são mais escravas da mesma posse dos seus filhos negociados ou alforriados, mas são conhecidas e citadas com a identificação do novo proprietário entre os parentes do antigo senhor. Nos inventários e testamentos, outra realidade dessa convivência foi posta: a de filhos adultos e netos em companhia das mães e avós.

Assim como os arranjos monoparentais e consensuais demarcaram configurações familiares de muitas crianças e jovens cativos em Caetité, o mesmo ocorreu com os casais legítimos. O casamento foi uma instituição importante e, embora o reduzido tamanho das posses tenha sido apontado nas pesquisas por todo o Brasil como mais uma dificuldade para essas uniões legítimas, isso não significou definitivamente um obstáculo intransponível no contexto Caetité. A mobilidade facultada aos escravos, os assentamentos de núcleos familiares aparentados na mesma fazenda, o incentivo aos casamentos pelos senhores, o peso das obrigações cristãs da classe senhorial, as escolhas dos cativos ou estratégias deles para sobrevivência e melhoria no cativeiro fizeram do matrimônio oficial uma realidade entre os cativos, inclusive para aqueles situados em posses diferentes.

Esses casais legítimos do ponto de vista religioso cristão e católico, pais dos escravos nascidos em solo sertanejo, contraíram o matrimônio associado às circunstâncias apresentadas pela logística dos rituais pelos clérigos, bem como pela contenção de custos para os proclamas religiosos¹⁵⁵. O escocês Duncan, médico e fazendeiro, casado com Ana Maria, provavelmente seguiu esses critérios. Ele deslocou para a sede da matriz de Sant'Ana, no dia 7 de outubro de

¹⁵⁴ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas do Tabelionato n.º 10*. Salvador: APEB, 1843/1845. p.25.

¹⁵⁵ SCHWARTZ, 1988, p.315.

1843, quatro casais de escravos de sua posse: Francisco e Manoela, Vicente e Rita, Aleixo e Sabina e Lúcio e Maria da Conceição para contraírem o matrimônio religioso¹⁵⁶.

Às vezes, casar-se no mesmo espaço e dia com seus escravos aparentemente não foi sinônimo de constrangimento. Os custos nesses casos podem ter sido decisivos, como também há a possibilidade de que esses escravos mantivessem com seus proprietários maior afeição ou uma relação calcada na confiança. Esse foi o caso de Manoel de Sousa Dourado, que contraiu o matrimônio no dia 25 de setembro de 1851 com Anna Joaquina de Jesus. Casou também no mesmo dia e espaço seus escravos Agostinho e Josefa, que tiveram como testemunhas do enlace Ângelo Custódio Pereira e José de Sousa Dourado, possíveis parentes do proprietário que, certamente, estavam na igreja para a realização do casamento do dono dos cativos¹⁵⁷.

O consentimento do senhor foi fundamental para o matrimônio, embora a escolha dos cônjuges necessariamente não passasse por sua decisão. Para essas uniões, certamente, levaram-se em consideração as experiências compartilhadas com o convívio, as funções assumidas na propriedade como vaqueiro, ferreiro, tropeiro ou serviçal na casa, que delegaram ao escravo ou à escrava uma brecha maior para permissão da legitimação de algum relacionamento mantido com outro escravo.

Dos 199 proprietários identificados na documentação pesquisada, 65,93% possuíam de 1 a 5 escravos casados; 27,47% entre 6 e 8, e 6,6% entre 9 e 16. Os filhos legítimos foram gerados por diferentes formações de casais, quando se observa o critério da naturalidade ou da condição jurídica. O quadro abaixo apresenta a composição dos casais.

Quadro 11- Perfis dos casais segundo a naturalidade

Naturalidade	Nº	%
Crioulo	233	69,76
Africano	35	10,48
Africano e crioulo	66	19,76
Total	334	100

Fonte: Livros de Registro de Batismo e Casamento da Cúria da Matriz de Caetitê (1830-1860).

¹⁵⁶ Livro de Registro de Casamento (1846-1851) da Cúria da Matriz de Caetitê. p. 51-52.

¹⁵⁷ Livro de Registro de Casamento (1846-1851) da Cúria da Matriz de Caetitê, p.112.

O quadro acima retrata o predomínio das uniões legítimas entre brasileiros e um número importante de casamentos entre africanos. Dos 101 africanos casados, 35 optaram por contrair o matrimônio com outro africano, os demais por uniões mistas, ou seja, entre os dois grupos de naturalidade brasileiros com africanos. Só houve registro étnico, de nação ou origem, completo para três casais, todos compostos por africanos da África Centro-Occidental e Occidental. Verifica-se, contudo, uma taxa de mais de 30% de casamentos entre africanos, o que indica que, apesar de numericamente inferiores, os casamentos entre africanos são proporcionalmente importantes em relação à demografia geral. Tendências endogâmicas podem ter pesado para essas uniões. Já para as uniões com os crioulos, a concentração demográfica numericamente superior e as vantagens desfrutadas por esses escravos mais antigos na posse podem ter favorecido as uniões.

Para esses filhos de casais compostos por dois cônjuges africanos, a vida familiar, segundo Isabel Reis, poderia distinguir-se da vida daqueles escravos das gerações seguintes, ou seja, os crioulos. Para ela essa experiência:

[...] comumente se dava no seio da comunidade africana de seus pais. O crioulo de primeira geração nascia, crescia, se socializava, aprendia os ensinamentos e os comportamentos culturais oriundos dos membros da comunidade africana, se afeiçoava a ela e por isto não era raro a edificação de relacionamentos afetivos e familiares entre os seus membros¹⁵⁸.

Outras crianças puderam experimentar uma situação diferente daquela vivida por filhos de africanos e crioulos que viviam na mesma posse. Mais complicado e difícil de serem retratadas na documentação, elas eram frutos do relacionamento de pais legítimos, ou consensuais, mas com condições jurídicas diferentes. No quadro dos casamentos encontramos as seguintes composições:

Quadro 12- Casais segundo a condição jurídica

Composição dos casais	Nº	%
Escravo e forro	12	3,45
Escravo e Livre	2	0,57
Entre escravos	334	95,98
Total	348	100

Fonte: Livros de batismo e casamentos- Caetitê, 1830-1860.

¹⁵⁸ REIS, 2007, p 103.

Benedito e Henriqueta são exemplos de crianças concebidas por pais nessa situação apontada no quadro acima. Eles eram filhos de pais com estatuto jurídico diferente. Benedito foi batizado no dia 31 de janeiro de 1837, e sua irmã Henriqueta ao completar o primeiro ano de vida, em 13 de junho de 1849.¹⁵⁹ Os dois eram filhos legítimos de João africano forro e Demasia africana escrava. Ela, cativa de Antônio da Cruz Prates.¹⁶⁰ A observação, conferida pelas datas dos dois batizados, indica uma união conjugal que durou cerca de doze anos. Durante esse interstício, entre os nascimentos dos dois filhos, a situação jurídica de Demasia permaneceu a mesma, ou seja, ela foi mantida cativa. É possível conjecturar que esse relacionamento fosse mais antigo, e que talvez, tivesse se iniciado quando os dois ainda eram cativos, no entanto, mais difícil é mensurar a real situação de convívio de pais e filhos. O mais provável é que João permanecesse por perto, até mesmo na propriedade, como trabalhador livre.

Reiteramos que as uniões mistas, segundo a condição jurídica entre escravos e livres ou libertos, não foram comuns. Esse padrão também foi observado na paróquia da Purificação no Recôncavo da Bahia por Stuart Schwartz nos Setecentos; na freguesia da Sé em Salvador nos Oitocentos por Isabel Ferreira dos Reis; e na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima na região do São Francisco por Napoliana Pereira Santana¹⁶¹. Logo, a documentação de Caetité não explicita a ideia de comunidade de escravos e livres de cor tecida pelos matrimônios mistos encontrada, por exemplo, no Paraná por Cacilda Machado. Sobretudo porque essas uniões gerariam rebentos livres, o que não seria interessante no universo onde a reprodução era muito importante para a manutenção ou ampliação das posses¹⁶².

Assim, os vinte e dois matrimônios entre escravos de proprietários diferentes encontrados na documentação foram uniões mais comuns do que os arranjos mistos instituídos a partir da condição jurídica. Esses arranjos podem ter imposto entraves cotidianos de convivência como a mobilidade e a companhia mais contínua com os filhos. No entanto, esses obstáculos foram fragilizados pela incidência de proprietários aparentados consanguineamente,

¹⁵⁹ CAETITTE. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1833/1849. p.151.

¹⁶⁰ CAETITTE. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1831/1840. p.111.

¹⁶¹ SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Currealinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010. p.320. REIS, 2007, p.96. SANTANA, 2010. p.65.

¹⁶² Índices bem distintos da realidade baiana podem ser encontrados no estudo de Cacilda Machado. Ela identificou, em São José dos Pinhais no Paraná, um quadro majoritário de uniões mistas entre escravos com forros e livres. Isso foi destacado pela pesquisadora como uma comunidade de escravos e livres de cor instituída com o matrimônio. MACHADO, Cacilda da Silva. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 97.

pela proximidade das propriedades ou por esses cativos estarem dispostos em casas de moradas de vários herdeiros na mesma porção de terra. Somou-se a isso o absenteísmo de proprietários que dispunham de mais de uma propriedade rural, além de residência na vila. Isso facilitou o convívio dos cônjuges ou o estabelecimento de relações afetivas sem a vigilância ininterrupta do senhor e talvez trilhada sob regras dos escravos, já que algumas propriedades absenteístas foram controladas por administradores ou mesmo por cativos¹⁶³.

É importante salientar que esses arranjos interpropriedades foram mais comuns do que em outras regiões. Stuart Schwartz, por exemplo, ao descrever o universo social dos cativos nos engenhos, não encontrou escravos casados com cativos de outro senhor¹⁶⁴. Roberto Guedes, em Porto Feliz,¹⁶⁵ também constatou a limitação dos matrimônios na mesma posse, argumentando que “senhores quase sempre não permitiam que seus escravos se casassem fora de suas unidades”. Heloísa Teixeira só computou uma união interposses no estudo em Mariana¹⁶⁶. Robert Slenes destacou a falta de incentivo de senhores de Campinas por essas uniões entre os escravos:

Os senhores de escravos em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres. (Na amostra da matrícula de 1872, não existem uniões matrimoniais que cruzem a fronteira entre posses e há apenas alguns casamentos entre escravos e libertos; além disso, nos assentos de casamento da Igreja ambos esses tipos de união são raros.) Os senhores Campineiros não eram atípicos nesse respeito; em outras localidades para as quais existem dados, a mesma “proibição” existia. Em outras palavras, e invertendo a perspectiva, o escravo que queria casar-se pela Igreja quase sempre tinha que encontrar seu cônjuge dentro da mesma posse¹⁶⁷.

Embora o número de matrimônios interposses seja muito importante, os casamentos mais recorrentes foram entre escravos do mesmo proprietário ou com escravos de parentes desse proprietário, que residiam no mesmo domicílio ou em outras casas na mesma fazenda. Muitas vezes a diferença de proprietário estava apenas no aspecto jurídico e não no local de morada.

Alguns desses matrimônios ocorreram a partir do parentesco consanguíneo, uniões muito comuns principalmente entre os livres abastados com grupos aparentados por todas as

¹⁶³ NEVES, 2012, p. 80.

¹⁶⁴ SCHWARTZ, 2005, p.313.

¹⁶⁵ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 151.

¹⁶⁶ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p.112.

¹⁶⁷ SLENES, 2011, p. 83.

camadas sociais e presentes também entre cativos. Um ponto relevante para que essas últimas uniões ocorressem estava em uma das características das posses da região: a sua constituição por muitos escravos nascidos na propriedade ou áreas próximas. Outro dado importante sobre esses matrimônios e que reiterou a presença de cativos aparentados foi o número maior de cônjuges fregueses, ou seja, aqueles nubentes naturais do termo de Caetité¹⁶⁸.

O parentesco consanguíneo conhecido pelos pares no cativo e também pelos proprietários não foi um impedimento para a oficialização das uniões. Isso ocorreu com Victorino crioulo e Michaela crioula, que, independentemente de terem nutrido uma relação amorosa, também puderam, com o enlace, estimar melhorias no cativo, como preservar-se um tempo maior entre os parentes já libertos ou cativos. Os cônjuges eram primos e solicitaram a dispensa matrimonial de segundo grau de consanguinidade para contraírem o matrimônio no dia 7 de novembro de 1847 na Igreja Matriz de Caetité, com a presença de seu proprietário, Vicente Ferreira de Azevedo, e das testemunhas, Manoel Rodrigues da Costa e Bonifácio Pereira Nunes. O mesmo aconteceu com Manoel e Maria cabra, escravos de Honorato José Cardoso, dispensados em terceiro grau de consanguinidade e casados em 31 de maio de 1853¹⁶⁹.

Os números e vestígios sobre os pais e as mães das crianças cativas reiteram a existência de vários tipos de famílias e de seus significados para os seus membros. Diferentemente do que foi apontado por Kátia Mattoso, para quem: “de qualquer maneira, o filho da escrava é uma criança cuja mãe biológica é frequentemente ausente, e que é criada sem referências parentais seguras”. Mattoso, quando reportou-se ao número de crianças até os 12 anos de idade, também destacou a inexistência da menção à genitora. Em Caetité, ao contrário, houve na documentação alusão clara à genitora, assim como ocorreu, mais raramente com o genitor, mesmo quando esse estava fora da senzala, como o proprietário¹⁷⁰.

3.5 Quando os pais também são os proprietários

Para as crianças em cativo, os pais podiam ser reconhecidos na comunidade de escravos ou na casa do proprietário. Maria, Julião, Natária e Bibiana são as pessoas que tecerão, com trechos de suas trajetórias, essa paternidade. Aqui, o progenitor é também o senhor.

Maria nasceu no sítio Canabrava ainda com a sua mãe, Teresa, como cativa. Foi batizada como filha natural e, mais tarde, na concepção do documento de alforria, descrita como filha

¹⁶⁸ Esse capítulo resume resultados apresentados na dissertação de mestrado.

¹⁶⁹ Livro de Registro de Casamento (1837-1855) da Cúria da Matriz de Caetité, p. 94,139.

¹⁷⁰ MATTOSO, Kátia, “O filho da escrava”. In: Del Priore, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p-46,48.

do proprietário Joaquim Alves de Coelho, que, por desincumbido de consciência, justificou sua alforria. Como cristão, pareceu-lhe inoportuno morrer com o peso de não assumir a filha escrava, bem como mantê-la no cativeiro. Além disso, teve a preocupação de abonar suas faltas e não macular sua honra. Para isso, esclareceu que a criança havia sido concebida quando ele vivia o estado de viuvez, portanto a fragilidade humana, inerente aos homens e associada ao estado de solidão, não fez incorrer na transgressão de qualquer princípio religioso ou moral. Somava-se ainda o fato de Teresa ser sua propriedade e não estar casada, o que moralmente era aceitável, pois os dois não haviam cometido o sacrilégio do adultério.

Aparentemente, as escravas casadas teriam sofrido menos as investidas dos senhores, em respeito ao sacramento religioso ou, quem sabe, pelo fato de os cônjuges serem antigos escravos da posse e manterem uma relação mais aproximada com os proprietários, até mesmo com laços de compadrio estabelecidos. Também pode ter contribuído o desejo de evitar maiores desafetos na propriedade, que estava inserida em uma sociedade machista.

Teresa, na feitura da carta de alforria de sua filha Maria, se encontrava alforriada e casada com José Ramos. Segundo o pai e proprietário, Joaquim Alves Coelho, essas condições lhe permitiram entregar a criança para que fosse criada pelo casal com a condição de que, assim que ela alcançasse a idade para o matrimônio, a enviaria para a sua residência, para ele, o pai, encaminhá-la ao casamento.

Mesmo viúvo, Joaquim Alves não teve interesse em manter o relacionamento havido com a sua ex-cativa, mas permitiu uma negociação com ela para viver em liberdade e casar-se, talvez imbuído por sentimentos cristãos ou “por desincumbido de consciência”. Ao dar algum amparo à descendente, paralelamente zelou pela sua honra e moral de homem e pai na sociedade em que viveu, além de garantir com o dote a escolha do cônjuge que se responsabilizaria pela subsistência dos netos. Novamente o casamento aparece como uma instituição importante e planejada para a inserção da criança escrava e liberta na sociedade.

A categoria de identificação de Maria na carta de alforria foi parda. A identificação dela também pôde advir do pedido do proprietário, que sabia o significado da categoria fora e dentro do cativeiro. Ou mesmo pela mãe pelos mesmos motivos, já que não foi comum filhos naturais no cativeiro serem batizados como pardos. Novamente as categorias incorreram em uma imprecisão balizada pelos registros.

Outro proprietário que reconheceu os filhos no cativeiro foi Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim, natural de Caetité, morador na Fazenda Brejo dos Padres, homem de posses, casado e com filhos legítimos. Ele declarou em seu testamento que, no tempo de solteiro, teve com Eufrosina, crioula, escrava de Francisco de Sousa Meira, um filho de nome Julião; e com outra

crioula, de nome Joanna, escrava de seu irmão Francisco Xavier de Carvalho Cotrim, uma filha de nome Natária. Antes da cópula carnal com as duas mães desses seus filhos nascidos em cativeiro, também havia mantido relações sexuais com as irmãs de ambas as respectivas escravas. Salvo a possibilidade de um romance nos dois casos, o que é latente é a já sabida investida de senhores e seus filhos sobre as jovens mulheres negras que eram adquiridas ou que cresceram em suas posses ou nas terras de outros proprietários conhecidos. O trecho expresso no documento testamental de Joaquim Cotrim constitui, sobretudo nesse momento, um relato individual que, como bem observou Eduardo Paiva, pode expressar modos de viver coletivos e informar sobre comportamentos¹⁷¹.

Há nítida, novamente, no ato de assumir a paternidade de filhos no cativeiro, provavelmente já conhecida pelas partes ou pela sociedade em que estavam inseridos, uma tentativa, como fez Joaquim Alves de Carvalho, de abrandar condenações morais que pudessem impedir o testador e pai do filho assumido naquele momento, do caminho à salvação da alma. Nessa perspectiva da salvação e de prestação de contas de seus atos cristãos, Joaquim Cotrim adicionou em seu discurso que o garoto Julião fora forrado e que seu irmão Francisco havia mandado alforriar Natária na pia batismal, sendo ele, o pai, o respectivo padrinho.

Na sua prestação de contas em relação aos filhos concebidos com as escravas, Joaquim parece ter acreditado haver quitado quaisquer dívidas ao conceder a liberdade, ou seja, ao pagar a liberdade de Julião e articular a de Natária, da qual ainda foi padrinho. No entanto, nenhum desses filhos ele instituiu como herdeiro. Alegou ter sido Julião desobediente e tê-lo prejudicado e Natária de ter fugido e ter-se prostituído antes de casar, embora para ela ainda tenha deixado a crioulinha Antônia¹⁷². O casamento serviria de novo, nesse caso, como uma forma de manutenção da honra do pai e senhor que tinha uma paternidade pública e reconhecida.

A documentação não nos permite aventar as dificuldades e sobressaltos de Julião e Natária. Nem mesmo imaginar em que circunstâncias foram crescendo, se cresceram ao lado das mães biológicas ou sob a tutela do padrinho ou do pai e padrinho. Talvez em uma espécie de servidão doméstica, embora saibamos que viveram rodeados de parentes consanguíneos como as tias citadas pelo pai em testamento, as mães e, quiçá, primos e outros irmãos.

Elementos importantes da conduta social da vila apareceram no caso acima, como o convívio imaculado com os pais, que seria a garantia da integridade física e moral da moça. Dessa forma, para aquelas meninas nascidas ou não em cativeiro, que não se enquadrassem

¹⁷¹ Paiva, 1995, p, 29.

¹⁷² SALVADOR. Seção Judiciária. Série Inventários. *Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim*. Classificação: 08/3505/07. Salvador: APEB, 1838, p. 4-5

nessa formação, realizar o matrimônio seria mais difícil moralmente e financeiramente¹⁷³. As mulheres da região sabiam o peso social dessa situação e, muitas vezes, deixaram em seus testamentos doações para casamentos de parentes, amigos e desconhecidos, como fez Ana Francisca Leal, que deixou 200 mil réis para 12 moças pobres se casarem¹⁷⁴.

Agora, o caso de Bibiana. Ela também foi concebida no cativo e, assim como Maria, Julião e Natária, era filha do proprietário. Foi gerada e nascida biologicamente e socialmente do pecado, fruto do relacionamento de seu pai com a escrava de seu avô. Isso do ponto de vista da fé e dos princípios do matrimônio, mas moralmente aceito, já que fora concebida entre um livre e uma escrava. Por outro lado, purificou-se no batismo e consagrou sua redenção moral no matrimônio católico. Filha de uma mulher africana, foi identificada como mulata e cresceu sob os cuidados da mãe, sob o olhar do avô e provavelmente também do pai. Casou-se com Alexandre e foi arrolada entre os herdeiros de seu pai, o senhor Domingos Soares dos Santos Barbalho, embora tenha sido esclarecido pelo irmão legítimo e testamentário que ela era legatária e não herdeira. Isso significou que, para o irmão, como filha bastarda, ela receberia os bens deixados por herança no testamento, ou seja, o legado, mas não a herança, que só cabia aos herdeiros por força da lei, no caso, os filhos legítimos.

Ela viveu parte de sua vida na Fazenda Contendas, propriedade adquirida pelo seu avô, Matias Soares de Barbalho, em 1823, e inventariada no seu espólio em 1832, quando coube aos filhos seus escravos e demais bens. Um dos seus herdeiros foi Domingos Soares dos Santos Barbalho, pai de Bibiana e esposo de Ana Joaquina de Jesus Soares, que, em 1860, quando viúva, inventariou parte dos bens de Domingos na fazenda, um montante avaliado em 52 contos e 591 mil réis. Na descrição dos bens constava um pouco mais 3 contos e 336 mil réis em terras, distribuídas por todo o território de Caetité; 300 reses no valor de 7 contos e 500 mil réis, mais casa, móveis, alambique, instrumentos agrícolas e 53 escravos¹⁷⁵.

Domingos Soares dos Santos Barbalho era natural da freguesia de Caetité, filho legítimo de Mathias Soares de Barbalho e de Angélica Rosa do Espírito Santo. Do matrimônio com Ana Joaquina de Jesus Soares teve sete filhos legítimos: Bernardina, Domingos, Ernesto, Teotônio, Severino, Clemência e Júlia, os três últimos falecidos à época da feitura do testamento e sem descendentes. Os três primeiros filhos haviam sido concebidos antes da legitimação oficial do

¹⁷³ SALVADOR. Seção Judiciária. Série Inventários. *Ana Tereza de Jesus Cardoso*. Classificação: 186508/3505/03. Salvador: APEB. p.3

¹⁷⁴ SALVADOR. Seção Judiciária. Testamento. ID: Ana Francisca Leal. Classificação: 03/896/1365/02. Salvador: APEB,1843. p. 6

¹⁷⁵ SALVADOR. Seção Judiciária. Testamento. ID: *Domingos Soares dos Santos Barbalho*. Classificação: 02.0882.1351.21. Salvador: APEB.

relacionamento consensual com Ana Joaquina. Ele viveu um relacionamento consensual público e reconhecido que só foi oficializado com o matrimônio católico a partir do quarto filho. Seu filho Ernesto também era pai de uma filha natural, que recebeu do avô Domingos a escravinha Romana, cabra de 6 anos de idade, no valor de 600 mil réis, mais moeda de ouro, brincos, cavalo e vacas paridas.

Portanto, Domingos, paralelamente aos filhos legítimos, ainda tinha Bibiana como filha natural, que em 1861 se encontrava viva e casada com Alexandre de Sousa Carvalho. Ela era filha de Ana, uma africana, e fora forrada ainda na pia batismal e posteriormente instituída por herdeira como os outros filhos legítimos. Pesava o fato de ter crescido fora do cativeiro e ter-se casado. Assim podia compor a legítima dos bens do pai, sem incorrer em desonra e ainda salvaguardar a alma do eminente defunto perante a igreja e Deus. Bibiana até aparece no inventário do pai com o nome de Bibiana de Jesus Soares e o título de “Dona”, conferido às mulheres casadas. Diferente da escrava Maria, filha de Teresa e Joaquim Alves, Bibiana foi identificada como mulata quando batizada e alforriada. Ao longo da vida foi perdendo a categoria de identificação com o cativeiro como deferência.

Domingos, pai de Bibiana, herdou de seu pai, Mathias Barbalho, duas escravas africanas. Ambas se chamavam Ana. Entre os herdeiros, ele foi o testamenteiro do pai e talvez essa condição lhe tenha permitido definir quais escravos lhe caberiam. Curioso que as duas “Anas” herdadas, uma de 40 anos de idade e outra de 50 anos, podiam ser mães de Bibiana. Ambas estavam casadas, sendo a Ana de 50 anos “doente da mão e quase aleijada”, mulher de Benedito africano. A primeira foi avaliada em 150 mil réis e libertada por 200 em 30 de janeiro de 1832; a segunda recebeu a liberdade por 700 mil réis. Não há identificação de quem fez o pagamento das alforrias.

A posse de Domingos, pai de Bibiana, reitera as informações já apontadas no capítulo: a maioria de crioulos e uma minoria de escravos africanos mais velhos, herdados em partilhas que se somavam aos mais novos recém-comprados. Entre esses africanos ingressos na posse de Domingos em 1846 estavam Pedro de 10 anos de idade e Josefa e André de 12¹⁷⁶. A africana Josefa, citada acima com doze anos, aparece em 1860 ainda na posse e como mãe de uma menina chamada Benedita, convivendo ao lado dos casais antigos no cativeiro do pai de Bibiana, como Maria e Gabriel e Francisco e Teresa. Esses escravos recém-chegados e os nascidos na posse foram batizados por padrinhos livres, alguns com o sobrenome Soares Barbalho.

¹⁷⁶ Livro de Batismo da Diocese de Caetitê, (1841-1850).

As posses antigas, os escravos herdados em partilhas, as paternidades amparadas pelos discursos dos pais como fraqueza da carne, estado de solteiro ou de viuvez, como os de Bibiana e de Natária, apresentaram mais um elemento na experiência da criança nascida em cativo e filha do proprietário: a brecha que refletiu o campo de força do senhor, como aquele que legalmente definiu o destino da criança com o matrimônio. Sob outro ângulo, além de cumprir a obrigação de zelar pela manutenção da honra do seu nome, dos bons costumes da sociedade em que viveu, e de não desamparar um descendente como faria um verdadeiro cristão, esses homens exerceram o pátrio poder de pai e o de senhor/ proprietário.

A ingerência de impor suas vontades como senhor, pai moribundo e padrinho se estendeu a irmãos de escravos nascidos e crescidos na posse, a exemplo de Felício. Ele viveu vinte e quatro anos de sua vida como escravo do seu pai, Nicolau Soares de Almeida. Depois de seu irmão, Bernardo Almeida, que o alforriou em 1835 para instituí-lo como herdeiro e consequentemente legatário de todas as suas dívidas. Como Bernardo não teve filhos, precisava de alguém que assumisse seus débitos e limpasse sua reputação ao falecer¹⁷⁷.

Esse parentesco de pai livre e proprietário com o escravo de sua posse delineou alguns caminhos como o de Felício, que herdou as dívidas do irmão livre, ou como os de Bibiana, que recebeu a alforria ainda criança. Para outros escravos, os caminhos não puderam ser trilhados por muito tempo ao lado de parentes e amigos, morreram ainda muito jovens, em tenra idade. Para eles, as redes de sociabilidades permitiram um bom lugar para descansar o corpo quando a morte imprimiu a despedida da vida.

¹⁷⁷ APB, Carta de Liberdade. Livro de Tabelionato nº 6, p 100.

4CAPÍTULO 3

QUANDO A MORTE CHEGA, QUAL É O SEU LUGAR?

No dia 14 de abril de 1835, no cemitério da Freguesia de Sant'Anna, sepultou-se Maria, uma criança escrava, descrita como “inocente” e “filha natural de Custódia”¹⁷⁸. Maria faleceu ainda na idade da “ausência da razão”, por isso o seu registro de óbito trazia a inserção do termo que a qualificava como “inocente”. Segundo os dogmas católicos, Maria teria falecido ainda na pureza, sem malícia, sem os vícios e os pecados comuns aos indivíduos maiores de sete anos de idade, quando a razão começava a imperar e a inocência desaparecer. Ela, nessas condições, pôde contar, na hora do sepultamento, com um local apropriado para descansar o corpo, e com o registro de sua breve existência no livro de óbito.

O assento do óbito de Maria testemunha um segundo momento importante para a identificação da criança escrava no sertão da Bahia: a hora da morte. O primeiro foi aquele instituído com o batismo, que demarcou o nascimento e o reconhecimento social advindo com as bênçãos dos “santos óleos” na pia batismal. O segundo, o de óbito, que registrou a despedida da vida e da sociedade com o advento da morte. Esses dois momentos, o do início e o do fim da vida, expuseram crianças escravas como protagonistas de rituais católicos importantes. Ainda em tenra idade, elas foram lembradas, e assumiram um lugar social relevante em Caetité.

As cerimônias de aclamação da vida ou da morte permitiram que a criança escrava, batizada ou sepultada, fosse reconhecida no ato dos rituais pela sociedade em que estava inserida. A deferência à pessoa batizada, ou falecida, foi feita pelos pais, pela Igreja, pelos padrinhos e pelos amigos. Deve-se ponderar que é impossível constatar, com exatidão, a dimensão dessa moral cristã como princípio religioso preponderante entre a população negra de Caetité, dentro ou fora do cativeiro. Porém, essa imprecisão não é sinônimo de ausência, e tampouco de irrelevância, naquele cenário predominantemente católico do século XIX.

A moral cristã e católica esteve alicerçada por uma sociedade com um número superior de escravos crioulos, nascidos e criados nas posses de proprietários católicos, onde também havia um percentual importante de escravos casados em cerimônias católicas, e pais e mães cativos com compadres e comadres espirituais que incluíam senhores, parentes e amigos. Ou seja, pessoas com muitos laços firmados no cativeiro, ou no mundo livre, pelos rituais católicos. Esses cerimoniais cristãos definiram lugares, estreitaram laços de amizade, de solidariedade, e

¹⁷⁸ CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831/1848. p. 40.

podem ter respondido aos anseios e expectativas de pais escravos que nasceram e cresceram na região de Caetité sob a tutela de donos católicos.

Assim, despedir-se do mundo terreno para um lugar no campo celestial, talvez fosse mais seguro, com o exercício de algumas regras cristãs que garantissem o destino da salvação ao morrer. Logo, o segundo ritual, o da morte, citado aqui pelo óbito de Maria, concedia à criança falecida e sepultada, conforme as normas vigentes, o caminho para a vida eterna, para a acolhida no plano celestial, após o acometimento do corpo físico. Ter um local sagrado para descansar o corpo era garantir uma morte com dignidade.

No entanto, essa constatação não permite tomar esses dados sobre as cerimônias cristãs e católicas como uma regra absoluta seguida por pais, mães e, mesmo, proprietários. Seria difícil crer que, no emaranhado social de gente proveniente de várias províncias do Império, ou de outras nacionalidades, todos professassem sempre a mesma fé e seguissem os mesmos rituais. Possivelmente, muitas crianças não registradas nos livros de óbitos foram sepultadas em áreas de campo das propriedades, ou desfrutaram de outros rituais que celebravam o nascimento ou a morte, mas que, por falta de registro documental, não puderam ser contemplados nesta pesquisa.

Longe dos olhos do pesquisador, nos arredores da vila, nos quilombos, nas áreas adjacentes da sede de Caetité, e mesmo nos casebres, terreiros, quintais e senzalas das posses da região, devem ter ocorrido manifestações muito diferentes da moral cristã e católica citada aqui neste trabalho¹⁷⁹. Um forte aspecto para acreditarmos nessa possibilidade adveio da filiação das crianças batizadas. Muitos meninos e meninas eram filhos de mães africanas que, no convívio diário, podem ter lançado mão de práticas ou ritos apreendidos nas suas culturas de origem.

Essa lacuna de registros de natureza diversa dos eclesiásticos também foi comum em praças maiores, como Salvador, a capital da província da Bahia. O historiador João José Reis destacou que, mesmo com a dificuldade de encontrar ritos de morte diferentes dos católicos, existiu a possibilidade de deparar com vestígios da ancestralidade africana nos candomblés. Segundo ele, havia ritos fúnebres específicos e relacionados com a cultura africana. Ele citou,

¹⁷⁹Ver: CARVALHO, José Jorge. Prefácio. In: _____(Org). *O Quilombo do Rio das Rãs*. Histórias, Tradições, Lutas. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 7-10; GOMES, F. dos S. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp, 2005. REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

em sua pesquisa sobre a Bahia no ano de 1836, centros “especializados no culto de mortos e de ancestrais africanos”.¹⁸⁰

No entanto, segundo o mesmo João Reis, “o catolicismo lúdico, espetacular [...] seria também o principal veículo de celebração da morte”¹⁸¹. É sobre essa “morte católica” que este capítulo se debruça. A morte na penumbra dos seus “silêncios voluntários ou involuntários”¹⁸², dos seus ritos fúnebres domésticos, dos cortejos e do espaço sagrado para a sepultura. Os vestígios desses momentos emitem luzes sobre os indícios das experiências com o luto dos moradores livres e cativos de Caetité.

Pais e parentes dos mortos em Caetité preocuparam-se com os rituais de passagem conferidos pelos cerimoniais católicos. Velar e sepultar o falecido foram etapas do luto que fizeram parte do cotidiano das crianças e dos adultos. Às vezes, as crianças vivenciaram esse momento como espectadoras, outras, como protagonistas do luto¹⁸³.

Morrer também foi uma das preocupações dos moribundos com bens a legar. Eles, nas disposições testamentárias, teceram recomendações para a hora da morte que incluíam mudanças nas vidas de familiares e escravos. Nesses testamentos e nos registros de óbitos aparecem os indícios de algumas práticas da morte infantil¹⁸⁴. A partir deles, tecemos, neste capítulo, algumas considerações sobre a morte da criança cativa, ou sobre o seu destino com o óbito do proprietário.

¹⁸⁰REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 160.

¹⁸¹ REIS, 1991, p.70

¹⁸² VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p.137-138.

¹⁸³ Estão na cena do velório abaixo os parentes do morto e alguns de seus funcionários. Para a foto clássica do luto foi mantida a presença de uma criança parente do defunto da casa. O luto exposto na roupa coube às mulheres da família. À criança é reservado o uso da típica “roupa de domingo”. APMC. Subsérie Fotografia/ Dossiê Diversa. Sem data. Cx. 43, 47.



¹⁸⁴ Luiz Vailati mostrou que o registro de óbito permite a observação “das práticas da morte infantil assim como, das distinções relacionadas com o sexo e a condição social da criança”. VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2010. p.27.

4.1 O destino do pequeno cativo na iminência da morte do testador

Homens e mulheres, com a proximidade da morte, relataram, nos testamentos, alguns de seus desejos em relação aos bens físicos e às pessoas que os cercavam cotidianamente. Em suas disposições testamentárias identificaram credores e descreveram dívidas e bens. Entre os argumentos mais presentes para a elaboração do testamento estavam a enfermidade e a idade avançada. Essas duas condições eram sinais contundentes de que havia perigo de vida, e que era chegada a hora de garantir suas deliberações no documento cartorial para esse fim.

O ato de testar, segundo João José Reis, revelava “uma parte importante da alma de quem ditava”, manifestava “algo da mentalidade de uma época”¹⁸⁵. Essa alma e essa mentalidade do testador, e quiçá da sua época, citada por João Reis, ecoavam indícios de atividades cotidianas, detalhes de manifestações festivas e religiosas, costumes ou hábitos dos moradores do lugar. Eduardo França Paiva também destacou, nas disposições testamentárias em Minas Gerais, “uma série de informações sobre crenças e atitudes religiosas dos testadores diante da morte iminente”, além de aspectos da vida cotidiana e valores dominantes¹⁸⁶.

As disposições testamentárias de alguns moradores de Caetité apresentaram indícios de hábitos e formalidades aplicados na hora da morte. Um dos costumes indicados nos documentos se referia à emissão de cartas-convite de enterros. Em alguns casos, como o do sepultamento de Manoel Rodrigues Ladeia, houve a especificação do material utilizado: “convites elaborados em folhas de papel inglês”¹⁸⁷. Outro traço comum sobre o ritual fúnebre foi a exposição dos detalhes do funeral e a solicitação de missas de corpo presente para sua própria alma ou para a de seus parentes. No sepultamento de Francisco José Lisboa foi solicitado que o enterrassem com mortalha de cambraia preta e o carregassem no “esquife” ou “tumba das almas”, acompanhado pela irmandade, por um homem de casaca e um vigário. Determinou também missa de corpo presente e meia capela de missa para ele e seus pais¹⁸⁸. Entre outras recomendações dos futuros defuntos que legaram testamento, estavam as solicitações seguintes: banda de música, varas de galão francês para o enterro, hábitos de cor branca ou de santos católicos como São Pedro e São Francisco¹⁸⁹. Também havia a determinação do local para descansar o corpo do falecido, entre eles, a sepultura dentro da igreja, perto da porta principal

¹⁸⁵REIS, 1991, p.93.

¹⁸⁶Paiva, 1995, p. 20-40.

¹⁸⁷SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Manoel Rodrigues Ladeia*. Classificação: 03/1191/1660/03. Salvador: APEB.

¹⁸⁸SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamento. ID: *Francisco Jose Lisboa*. Classificação 02/567/1019/08. Salvador: APEB, 1826/1836. p.3.

¹⁸⁹SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos (1830-1870). SALVADOR: APEB.

ou em um mausoléu no cemitério. Alguns moradores também ofertaram esmolas para os pobres ou para moças solteiras durante os enterros.

As crianças não puderam fazer testamentos, tampouco expor suas vontades e disposições, mas os documentos elaborados pelos adultos, na iminência da morte certa, definiram, muitas vezes, os seus destinos. A morte do proprietário podia provocar reviravoltas significativas nas vidas das crianças escravas, bem como de seus pais. Também afetava a vida dos companheiros de cativo, principalmente daqueles que residiam havia muitos anos na posse. Entre essas mudanças, estavam a alteração de endereço ou de proprietário provocada pelas partilhas e pelos dotes. Separavam-se, nesses casos, especialmente, alguns parentes.

Segundo João José Reis, a elaboração do testamento previa acordos com a família e, também, atenção a alguns escravos:

Além da dor da separação e da preocupação em fazer justiça na distribuição dos bens da terça, alguns testadores se consumiam com apreensões sobre os rumos da família e de outras pessoas próximas... Às vezes o desvelo com a família se estendia a escravos estimados. Muitos destes, como já dissemos, recebiam alforria na hora da morte do dono¹⁹⁰.

Em Caetité, os escravos apareceram nas disposições testamentárias como bens descritos em um breve inventário, ou foram citados nas disposições onde estavam as determinações e últimas vontades dos testamenteiros. Nessas disposições, muitas vezes, estavam definidos os destinos dos escravos da posse. Esse testador, que definia com sua morte o destino imediato do escravo, podia ser um grande proprietário ou alguém que só possuía uma pequena posse de escravos. O estudo dos inventários e testamentos para esta pesquisa evidenciou que a propriedade escrava esteve presente em posses de diferentes tamanhos, nas mãos de diferentes sujeitos sociais. O mundo dos livres em Caetité não era monopólio dos brancos, assim como também não era a posse dos escravos¹⁹¹. Possuir um escravo assegurava na região um *status*, um lugar social de proprietário; uma reserva econômica para uma emergência financeira; um legado para os filhos; um agente importante de trabalho e uma companhia.

Escravos estimados pelos testadores foram beneficiados nos testamentos com a posse de gado, armas e verbas para a liberdade¹⁹². Entre as determinações mais comuns sobre os escravos estavam:

¹⁹⁰REIS, op. cit,p 98.

¹⁹¹Em 1872, o Censo computou no território de Caetité: segundo a condição jurídica 66.528 livres, 9.117 escravos. Pela classificação étnica: 22.900 brancos, 30.696 pardos, 19.906 negros e 2.143 caboclos.

¹⁹² SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Maria Simoa de Jesus*. Classificação. 03/1210/1679/13. Salvador: APEB, 1873.

Quadro 13- Disposições testamentárias sobre os escravos

NATUREZA DA DISPOSIÇÃO SOBRE OS ESCRAVOS	JUSTIFICATIVA OU DETERMINAÇÃO
Liberdade	Liberto com a terça Forro Libertado pelos bons serviços Alforriado na pia Servir até a morte do proprietário, ou sua esposa e depois receber a liberdade Servir por alguns anos ao proprietário Servir alguns anos ao proprietário ou seus parentes e efetuar um pagamento Por ser cria
Gestação	Tratar com zelo por estar pejada
Dívidas	Pagamento de dívidas Pagamento das despesas do velório, sepultamento e despesas cartoriais
Família do testador	Dote Acompanhar os netos menores Esmola aos netos e filhos Doação a irmãos
Bens recebidos	Dinheiro em pagamento de dívidas do proprietário com o escravo Dinheiro para a educação Animais cavalares e suas selas de montaria Armas Cabeças de gado Dinheiro Escravos

Fonte: Livros de Notas de Caetité, 1830-1870.

As crianças escravas apareceram, com certa frequência, nas disposições testamentárias, nas doações e dotes, e mais raramente, em pagamentos de dívidas. Neste último caso, a separação da mãe e da família pode ter sido mais brusca, e, até, definitiva. O gênero da criança foi um item importante para a definição das doações. Meninos e meninas escravos foram distribuídos de acordo com o sexo do parente do proprietário que iria receber a doação. Na ausência de uma criança do mesmo sexo, permanecia o critério da idade. As meninas foram doadas, muitas vezes, para acompanhar e servir filhas, netas ou afilhadas do proprietário. No caso de filhos emancipados do testador, os escravos pequenos eram doados na ausência de um escravo adulto disponível para a doação. Manoel da Silva Pereira, natural de Portugal, morador de Caetité, declarou que os *escravinhos* que doou para a filha Maria foram assim encaminhados

pela falta de um “escravo grande”, “que havia prometido para tomar o estado que lhe bem parecer por se achar já emancipada”¹⁹³.

No geral, os critérios da idade e do sexo foram seguidos pelos proprietários. Ana Maria da Conceição declarou que, com sua morte, o “moleque João crioulinho” seria repartido entre os filhos de sua filha Francisca¹⁹⁴. Ana Ribeiro da Rocha “doou em esmola a sua neta Angélica” para “efeito de tomar o estado de casada” a escrava Catharina crioula, “a muitos anos pejada da primeira barriga”. A doadora fez questão de destacar no documento o destino dos futuros filhos da escrava: “pertencerá a minha dita neta a dita escrava com todas as suas multiplicações”¹⁹⁵. Essa era uma observação muito importante, para evitar querelas entre os herdeiros, como ocorreu entre os parentes de José da Costa Teixeira, entre os quais alegações de “ônus da[s] produções” e “prejuízos aos embargantes” ocorreram devido à distribuição de seis crianças cativas nascidas de algumas escravas doadas¹⁹⁶.

Quando não foi possível doar um escravo do mesmo sexo do herdeiro, o critério da idade permaneceu. Helena Maria de Jesus deu a sua neta Manoel crioulo, sua “cria”, de seis meses de idade, cujo valor estimado era 60\$000 mil réis¹⁹⁷. Maria Simoa de Jesus deixou a uma de suas netas a *escravinha* Antônia, filha da escrava Constância; a outra neta, o *moleque* Joaquim, filho da escrava Francelina. À sua filha, ela legou a escrava Constância com sua “cria” de nome Joana, que tinha alguns meses de vida; e ao neto, a *escravinha* de nome Sebastiana¹⁹⁸.

Os termos utilizados na identificação dos escravos doados por Maria Simoa a seus filhos e netos foram: *escravinho*, *moleque* e *cria*. Essas palavras fizeram referência à condição de criança dos escravos. Todos os termos foram aplicados a escravos nos primeiros três anos de vida. É interessante observar o termo moleque, que foge, neste caso, à identificação de um escravo com uma faixa etária maior que os sete anos de idade.

As doações dos escravos nos testamentos permitiram a constatação da realidade apresentada pelos registros de batismo: posse com escravos nascidos e crescidos nos seus limites. Crianças destinadas em partilha aos filhos ou netos do testador, que viveram alguns anos de suas vidas ao lado dos novos proprietários (filhos dos antigos donos), muitos, com

¹⁹³SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Manoel da Silva Pereira*, 09/3847/08. Salvador: APEB, 1837. p.5

¹⁹⁴SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Ana Maria da Conceição*. Classificação: 09/3702/05. Salvador: APEB, 1843. p.12.

¹⁹⁵SALVADOR. 1843. p.2

¹⁹⁶ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários.ID: *José da Costa Teixeira*. Classificação: 03/1234/1703/0. Salvador: APEB, 1856. p.195.

¹⁹⁷ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos.ID: *Helena Maria de Jesus* Classificação. 02/568/1020/03. Salvador: APEB, 1827/1849. p. 4-5.

¹⁹⁸ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos.ID: *Maria Simoa de Jesus*. Classificação: 03/1210/1679/13. Salvador: APEB, 1873. p.4.

idades semelhantes às suas. Preferência pela correlação gênero e idade quando os beneficiados ainda eram menores.

O testamento de Maria Moreira apresenta algumas dessas características. Nele há a trajetória de uma escrava herdada da legítima materna que viveu com os pais da atual proprietária e que lhe foi encaminhada ainda muito pequena. Ao crescer, essa mesma escrava forneceu muitos dos escravos que Maria possuía. A frase no testamento que sela essa realidade foi redigida da seguinte forma: “que a escrava Victoriana da qual procede os escravos que possuo fora proveniente da legítima materna entregue então pelo meu pai tendo ela três anos de idade”¹⁹⁹.

Maria Moreira de Jesus, ao elaborar seu testamento, se declarou uma mulher sem filhos, solteira, que desejava ser sepultada na capela da matriz. Como costume da época e do lugar, determinou que fossem feitas doações em dinheiro à capela de São Benedito, no distrito de Canabrava, e doações em dinheiro aos pobres durante o seu sepultamento. Exigiu também que os *escravinhos* pardos, José e Francisco, o primeiro de 5 anos de idade, e o segundo de 3 anos, ambos filhos de sua escrava Victoriana, fossem doados em causa-dote à afilhada. Doou a Manoel e Joaquim, filhos de José Cardoso Pereira, o escravo Caetano, filho da mesma escrava Victoriana. A testadora também declarou ser madrinha de três filhos do mesmo José Cardoso Pereira, e delegou a ele a condição de seu testamenteiro e herdeiro do remanescente de seus bens inventariados. Também citou que o José Cardoso lhe era devedor de 500\$000 mil réis da compra dos *escravinhos*: Pedro de 7 anos de idade, Antônio de 6, Joaquim de 2, Manoel de 3 e Fellipa de 4 dias de vida.

As declarações nesse documento testemunham a presença de uma escrava doada ainda criança da legítima materna, que cresceu na posse e, com a maturidade sexual e a concepção dos filhos, contribuiu com uma soma importante no montante dos bens da testadora. Também permitiram especular que parte dos filhos dessa escrava foram separados, especialmente, da mãe e de alguns de seus irmãos pelas doações feitas para terceiros, como ocorreu com José e Francisco, doados à afilhada da testadora, ou com as outras crianças, doadas aos filhos do testamenteiro²⁰⁰.

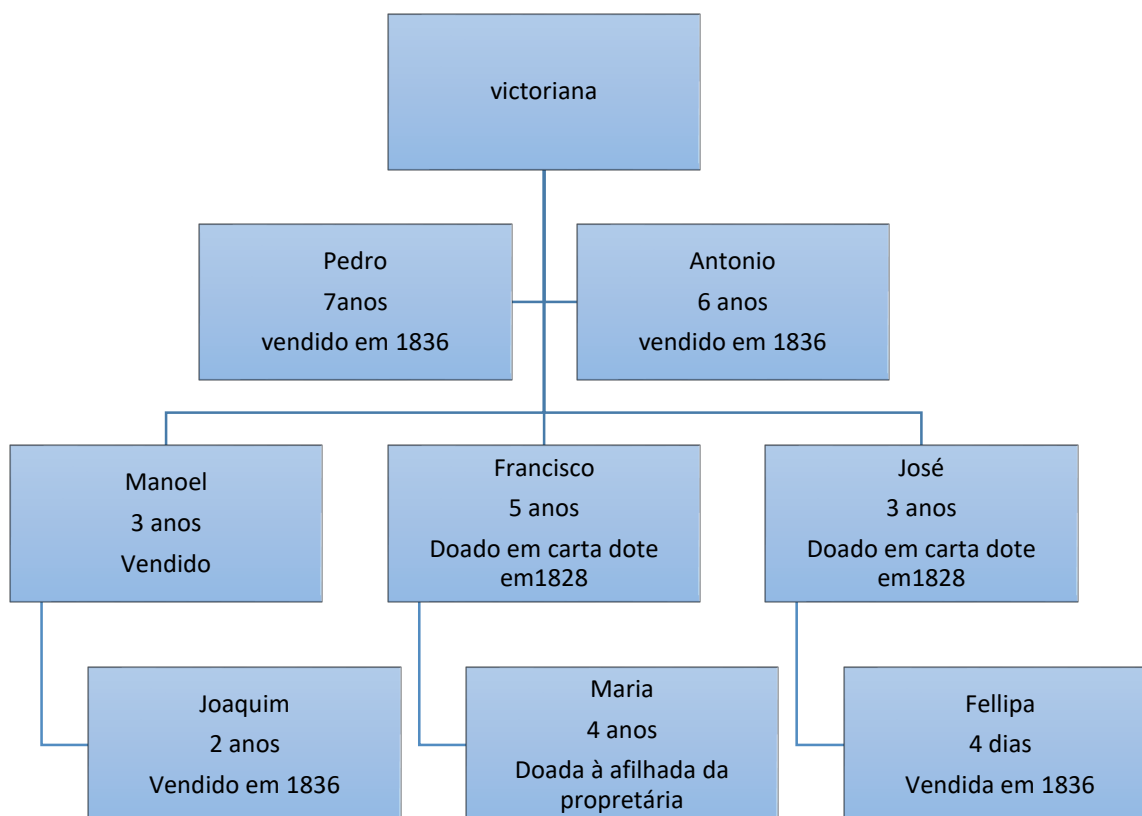
Outra probabilidade aberta, após a análise do documento, é pensar o próprio José Carvalho Pereira como um agente importante na compra e venda de crianças escravas na região, ou ainda, como um possível parceiro amoroso de Victoriana, genitora das crianças. Isso seria

¹⁹⁹SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Maria Moreira de Jesus*. Classificação: 02/868/1337/30. Salvador: APEB, 1858. p.8.

²⁰⁰ SALVADOR, 1858, p.8.

possível já que alguns filhos de Victoriana foram declarados pardos. Há também a possibilidade de que a mesma escrava mantivesse um outro parceiro não cativo. De qualquer sorte, a morte de Maria Moreira de Jesus, proprietária de Victoriana, expôs um quadro demonstrativo dos destinos dos filhos de sua escrava:

Gráfico 8- Filhos de Victoriana e seus destinos com a morte da proprietária



Fonte: APEB. Testamento de Maria Moreira de Jesus, 1858.

As crianças geradas por Victoriana, na posse de Maria Moreira de Jesus, tiveram seus destinos circunscritos pela doação ou a venda com o advento da morte da testadora. Outros escravos, em tenra idade, receberam do moribundo a alforria. Helena Maria de Jesus, ao falecer, determinou a carta de liberdade a Francisco, a quem se referiu nos seguintes termos: “ao meu *cabrinha* Francisco, filho da escrava Lusía [...] para isso lhe dou faculdade pela presente verba”²⁰¹. Outras alforrias foram oficializadas na pia batismal, como ocorreu com o mulatinho Antônio, que foi alforriado pelo apreço que lhe tinha o proprietário. Para Antônio foi destinada

²⁰¹ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos.ID: *Helena Maria de Jesus* Classificação. 02/568/1020/03. Salvador: APEB, 1827/1849.p.4-5.

a quantia de 50 mil réis para sua educação, o que incluía o pagamento de um professor público e internato²⁰².

A liberdade também apareceu em alguns testamentos concedida à criança e seus pais. Martiniana Maria de Jesus determinou a liberdade da escrava Maria, de seu esposo Vicente, de seu filho Manoel e da sua irmã Teresa²⁰³. Maria Inácia Antônia Pereira de Jesus conferiu a liberdade a Theresa e coartou a de sua mãe: “A *cabrinha* Theresa, filha de Vicência cabra deixo liberta, e esta verba para título, ficará em companhia de sua mãe”²⁰⁴.

Nos testamentos analisados, os destinos das crianças em cativo ficaram definidos como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 11- Alguns destinos dos escravos encontrados nos testamentos

CRIANÇA	DESTINO
Cartas de liberdade	12
Enviar para o dono	1
Doado a netos	8
Doado a filhos	12
Doado a afilhados	5
Doados a outro	2
Despesas	2
Leilões	4
Dote	2
Venda	5
Total	53

Fonte: APEB. Testamentos de Caetitê (1830-1870)

As cláusulas testamentárias, sutilmente, expuseram as relações entre senhores e seus escravos (crianças e adultos). Elas depuseram sobre uma instituição escravista assentada em negociações cotidianas que eram ponderadas por um conjunto de direitos e deveres²⁰⁵. Surgiram vestígios, nessa documentação, de direitos adquiridos pelos costumes, ou de mecanismos

²⁰² SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Domingos dos Santos Barbalho*. Classificação: 08/3505/10. Salvador: APEB, 1871. p.4.

²⁰³ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Martiniana Maria de Jesus*. Classificação: 08/3391/10. Salvador: APEB.1879. p.1.

²⁰⁴ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Maria Inácia Antônia Pereira de Jesus*. Classificação: 02/568/1020/04. Salvador: APEB, 1929/1836. p.4.

²⁰⁵ Ver: CHALHOUB, 2011, p.26-29; GENOVESE, Eugene D. *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. New York: Vintage, 1976. LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. (Org). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo Annablume, 2008. p.37.

utilizados para uma espécie de “escravidão doméstica”, edificada após a liberdade, e pautada na oferta de moradia, segurança ou trabalho.

Essa situação alicerçava-se nas relações pessoais tecidas entre senhores e escravos que viveram muitos anos juntos. Elas permitiram melhores ocupações dentro do cativeiro, ou um compadrio com o próprio senhor ou seus parentes. O convívio mais longo na posse também expôs conflitos desse cotidiano que resultaram em fugas, assassinatos ou punições para esses atos. Todos esses aspectos de relacionamento, possivelmente, propiciaram, nas disposições testamentárias, meios para que alguns escravos tivessem seus destinos definidos, fundamentalmente, no âmbito da família do testador. As exceções recaíram sobre aqueles cativos que estavam destinados à venda para pagar despesas diversas ou dívidas legadas pelo testador. Os escravos para esse fim foram selecionados observando os valores do mercado escravista, a estrutura da posse e as relações que esses mesmos cativos mantinham no cativeiro ou na casa-grande.

Em resumo, a morte do proprietário, com suas recomendações testamentárias, alterou as posses de cativos e apresentou elementos do cotidiano da instituição escravista na região. Os dotes e as doações foram as práticas mais frequentes e, embora fossem responsáveis pelas mudanças dos donos dos cativos ainda pequenos, também mantiveram os escravos entre os parentes do proprietário e, muitas vezes, na mesma propriedade rural, já que muitos parentes dos senhores moravam juntos, ou muito próximos.

Se a morte do proprietário de escravos impôs mudanças na vida das crianças e das famílias escravas, a morte da própria criança no cativeiro afetou economicamente a instituição escravista na região e imprimiu à família do cativeiro uma dor irreparável.

4.2 “Aqui jaz o inocente”: a morte da criança escrava

Morrer antes de ser chamado de adulto, pressupõe uma leitura social e religiosa do indivíduo no cativeiro, sob o prisma institucional da escravidão e da Igreja. As idades marcos do período de distinção do morto, de acordo com princípios religiosos, eram: sete e catorze anos de idade. Nos primeiros sete anos de vida o princípio da inocência era uma característica fundamental do indivíduo. A partir dos sete anos de idade ocorriam os “anos de discricção”:

Por preceito da Santa Igreja catholica todo fiel Christão assim homem, como mulher, tanto que chegar aos anos da discricção, que regularmente são os sete anos, e antes deles, tanto que tiver malícia, e capacidade para peccar, he

obrigado, sob pena de pecado mortal, a se confessar inteiramente, ao menos uma vez cada anno a seu próprio Parocho²⁰⁶.

Nessa idade da “discrição”, que se materializava aos sete anos de idade, só era permitido aos senhores batizarem seus escravos com instrução prévia dos dogmas católicos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia instruíam: “[...] sendo os taes escravos filhos de infiéis, que não passem de idade de sete anos, ou que lhe nascerem depois de estarem em poder de seus senhores, mandamos sejam baptisados”²⁰⁷. Para aqueles que faleceram nessa fase da vida, já existia o uso diferenciado do toque de sinos na cerimônia de sepultamento e a administração da extrema-unção.

Logo a faixa etária iniciada entre os sete e oito anos de idade constitui a fase ícone do começo do uso da razão e da presença da malícia. Uma fase diferente da anterior, entre o nascimento e os sete anos de idade, quando a inocência reinava. O ciclo final dessa condição, ainda distinta daquela plena do adulto, ocorria, segundo Luiz Vailati, aos catorze anos de idade, quando havia o “desfecho e a realização do processo de socialização”, o “fim da infância”, a “plenitude da malícia” o “fim da inocência”. Era chegada a idade da aptidão completa para a vida sexual, para o mundo do trabalho e para o fim da dependência. O matrimônio fechava esse ciclo, aos doze anos para as mulheres, e aos catorze, para os homens²⁰⁸.

Em todas essas idades, ou ciclos da vida, sobreviver no cativo impôs lidar cotidianamente com as intempéries impostas pela instituição escravista, como a venda, precariedade da moradia e alimentação, maus-tratos físicos e psicológicos. A falta de condições sanitárias comprometia a gravidez e o desenvolvimento físico das crianças; o uso das amas de leite a nutrição dos filhos das escravas; e as doenças, a sobrevivência da criança²⁰⁹. A morbidade e mortalidade atingiram crianças e adultos. A morte sempre esteve lá, à espreita do inesperado, ou das condições difíceis já assentadas pelo cativo.

Crianças crescidas, de colo, ou ainda no útero das mães, podiam ser vítimas fáceis das doenças, ou das condições impróprias para sobrevivência no cativo. Essas ameaças aos embriões incertos, pois podiam perecer ainda no útero, não impediram que ainda no ventre esses futuros bebês fossem colocados em acordos como as doações firmadas em testamentos pelos

²⁰⁶VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia, 1853. p. 21 ,61.

²⁰⁷ Essa idade também era um marco entre os filhos da elite, quando eles começavam a frequentar a escola. MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: PRIORE, Del, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p.137-176. VAILATI, 2010, p 91.

²⁰⁸ VAILATI, p.92

²⁰⁹ Ver: SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Del Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 114-116.

proprietários. Para muitas dessas futuras crianças escravas, antes dos partos, nos *ventres* das mães, eram instituídos valores para sua negociação. Elas constituíam uma possibilidade de reserva de mão de obra, um bem para legar, vender, doar ou hipotecar.

A mãe grávida, na linguagem institucional, era aquela que carregava o “*embrião*”, as “*produções*” ou as “*multiplicações*”. Para a criança que ainda não havia chegado ao mundo, os termos aplicados faziam referência à ciência como “embrião”; a religião, como “ventre” e “criança”, e a instituição escravista, como “produções” e “multiplicações”. Após o nascimento, o termo comum aplicado à criança era “*cria*”: “minha escrava Domingas está pejada, parida que seja a *cria* entregue a dita menina Auta [...]”²¹⁰.

Na referência às mães das crianças escravas, a expressão muito usada foi: “da qual procede a criança, o moleque, o escravinho, fulano ou a cria”. Já em relação à condição da mãe como gestante, o termo recorrente foi *pejada*: Joana Gomes do Amaral deixou uma escrava “*pejada*” de uma “*criança*”. Outro termo que remetia à condição especial de gestante era a palavra ventre: “legando o *Embrião* que trais no *ventre* depois de nascido a Orfã Auta”²¹¹.

No caso dos pais livres, que tiveram filhos com escravas, uma expressão comum foi: “*filha* havida com a escrava”. A palavra “*cria*” é evitada para a identificação dessas crianças geradas entre uma escrava e um homem livre. No lugar de *cria* aparecem os termos filhos ou filhas e a identificação da cor/qualidade da criança como “*parda*” ou “*mulata*”.

À escrava parida, ou *pejada*, havia alguns cuidados ou recomendações citadas pelos testamenteiros. O testamento de Ana Efigênia de Albuquerque, por exemplo, além de trazer a descrição dos bens materiais, como alguns utensílios domésticos, um par de argolas em ouro e uma colher de prata, apresentava os cuidados com a escrava Maria, uma mulher de vinte anos de idade. Em um dos anexos do seu testamento estava a observação de seu pai, Venceslau Pereira da Silva, sobre o tratamento que deveria ser aplicado a essa cativa: “a escrava Maria está *pejada* e que deve ser tratada com todo *amor e zello* na ocasião do parto e seja trabalhoso ao testamenteiro”²¹². Aparentemente, houve, nesse caso, uma preocupação com a escrava e com sua gestação. A observação no testamento permite inferir que não havia ali só uma menção aos cuidados técnicos, como, por exemplo, a escolha de uma parteira, ou menor esforço físico da escrava às vésperas do parto. Existia a recomendação de tratar a *pejada* com “*amor e zello*” na

²¹⁰ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Joana Gomes do Amaral*, 1847-1848, Classificação: 03/1179/1648/11. Salvador: APEB, 1848.p.2.

²¹¹ SALVADOR, 1848, p.20.

²¹² SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Ana Efigênia de Albuquerque*. Classificação: 02/558/1008/03. Salvador: APEB, 1841.p.18.

hora do parto, o que sugere uma relação de afeto, ou de maior proximidade com a mãe, ou mesmo com a criança.

Algumas mulheres foram citadas nos livros de óbito, em perigo de morte durante o parto, ou já falecidas em decorrência de suas complicações. Uma menção mais particular foi feita sobre uma mãe que morreu de “quebranto” durante o resguardo do parto²¹³. Os outros casos seguiram a regra da ausência de maiores especificações sobre os problemas da parturiente, como aparece no exemplo abaixo:

Aos dose de Dezembro de mil oito centos trinta e dois sepultou-se no Adro desta Matris o cadáver da Justina Africana escrava de Custódio Ferr^a Carneiro que faleceu com o Sacramento da penitência, de parto, foi encomendado pelo padre Manoel Gs. Fraga, que disse Missa de corpo presente, do q para constar fis este assento, q asignei. Vig.º Sabino Gomes de Azevedo²¹⁴.

Muitos filhos, como observou Del Priore, foram concebidos sob coerção e violência. Foram muitas as maternidades engendradas a contragosto²¹⁵. Nesses casos, a desistência da maternidade pode ter sido uma alternativa escolhida pelas mulheres que foram escravizadas. Para a futura mãe de uma criança cativa as condições do cativo podiam ser definitivas para a decisão de manter a gestação, ou mesmo permitir que essa ocorresse. Segundo a historiadora Isabel Reis, muitas mulheres não desejavam ser mães:

Não foi raro a mulher escrava desistir da maternidade, a fim de evitar a possibilidade de viver situações desesperadoras [...] de ver a si e a seus filhos completamente sujeitos às infelicidades de *um mal cativo*, submetidos a toda sorte de exploração e maus-tratos, quase sempre sem ter a quem recorrer²¹⁶.

Quando a maternidade chegava, a ameaça à mãe e à criança, sobreviventes dos partos, aparecia em outras situações, como, por exemplo, com o advento das epidemias que de tempo em tempo castigavam a região. Nos trâmites do inventário de Ana Francisca Leal é relatada a

²¹³CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant’Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831/1848.p.110.

²¹⁴ CAETITÉ,1831/1848, p.22.

²¹⁵ DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. p.70.

²¹⁶ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001. p. 114. Ver também: GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica do estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988; MOTT, Maria de Lúcia. *Submissão e resistência: A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

morte de sua escrava Fellipa, doada a uma de suas irmãs. Fellipa foi doada ainda “pejada” e morreu logo em seguida do parto, atacada por bexigas²¹⁷.

Mas, se a morte era uma companheira presente, os cuidados para que ela não ocorresse com mais frequência, ou precocemente, também eram buscados. João José Reis destacou que alta mortalidade infantil fez com toda família baiana tivesse ao menos um anjinho, por isso a sobrevivência das crianças era uma preocupação importante entre os baianos²¹⁸. Essa alta mortalidade não é, neste momento, pela documentação disponível, possível de ser mostrada em dados quantitativos. No entanto, os registros deixaram evidente que as mortes de crianças, fora e dentro do cativeiro, foram, assim como apontadas por João Reis, uma realidade das famílias de Caetité.

A baixa incidência de crianças escravas mortas, nos registros de batismo e nos livros de óbitos, talvez camufle uma realidade maior de morbidade infantil em Caetité. Todavia, um conjunto de fatores permite vislumbrar, retirando conjecturas mais gerais, como períodos de seca e epidemias, a possibilidade de cuidados e sobrevivência das crianças no Alto Sertão²¹⁹. Elencamos alguns desses fatores: primeiro, a constatação de escravos aparentados morando na mesma posse ou em propriedades próximas capazes de aferir vigilância e cuidados com essas crianças. Segundo, o predomínio de pequenas e médias posses onde a perda de um escravo constituía um dano econômico relevante, portanto sua sobrevivência não era algo banal. Terceiro, foram permitidas a alguns escravos a produção e criação de animais, o que pode significar a possibilidade de uma melhor alimentação. Quarto, o convívio mais próximo com os senhores, às vezes, permitiu uma relação que facultou melhorias na alimentação e moradia de alguns escravos e seus filhos. Quinto, a indicação de escravos nos inventários para os cuidados com os doentes do cativeiro ou de escravas boticárias, o que atenuava o agravamento de doenças. Esse conjunto de fatores pode ter amenizado os efeitos catastróficos das doenças, dos acidentes domésticos e das dificuldades do cativeiro nas primeiras fases da vida do indivíduo.

Kenneth Kiple, ao discutir a mortalidade infantil no Caribe, apontou algumas doenças que acometiam as primeiras fases da vida das crianças. Ele destacou a deficiência nutricional

²¹⁷SALVADOR. Seção Judiciária. Série Inventários. *Ana Francisca Leal*. Classificação: 03/896/1365/02. Salvador: APEB. p. 132.

²¹⁸REIS, op. cit., p.120.

²¹⁹ Durante a década de 60 do século XIX, Caetité, assim como outros municípios da Bahia, a exemplo de Santa Isabel, Lençóis, Rio de Contas, Monte Alto, Carinhanha, Urubu e Xique-Xique, sofreram com a seca. Houve uma emigração para as margens do Rio São Francisco pelo advento de 3 anos de seca. Segundo as autoridades da época, “só depois de consumido o último recurso, e quando não tinha outra alternativa, senão a morte ou a emigração. Abaixo assinado dos cidadãos do centro da província”. Ano I, Bahia, 21/121860, p. 1-2. Hemeroteca Digital. Hemeroteca Digital. Acesso em: 19 agos. 2017.

de vitaminas e proteínas das mães e de seus filhos escravos. No primeiro ano de vida, as doenças mais comuns aos recém-nascidos eram o tétano e o beribéri infantil. Nessa fase da vida contribuiu para as enfermidades o baixo nível de cálcio das mães que amamentavam. A amamentação, apesar de prolongada, segundo ele, teria deixado de proteger as crianças após os seis meses de idade. A ameaça ao segundo ano daquelas crianças que sobreviviam ao primeiro ano de vida, perpassava pelo desmame e a dieta rica em carboidratos e deficiente de proteínas²²⁰. Nas outras fases da primeira infância, destacavam-se as diarreias e os vermes, que atingiam aqueles que tinham sobrevivido aos primeiros anos da infância.

Em Caetité, as questões nutricionais foram decisivas nos períodos de estiagem, quando a falta de água impunha a falta de suprimentos a toda a população, e talvez, de forma especial, aos cativos. Por outro lado, um quadro nutricional mais adequado, nos períodos de cheias ou transcurso natural das estações, pode ter permitido, em algumas posses, uma alimentação mais rica em vitaminas, cálcio e proteínas aos escravos. As posturas municipais de Caetité sempre denunciaram a presença de animais, como porcos e galinhas, criados a esmo nos arredores da vila, para o comércio e para alimentação. Os inventários apresentaram sítios e fazendas com pomares e áreas de plantação de mantimentos, como arroz, feijão, milho e raízes. A economia da região girava em torno da criação de gado vacum e da produção de carne verde e seca. Acrescenta-se a isso o hábito da população de degustar ou usar a rapadura para adoçar alguns alimentos. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, no século XIX a alimentação na região era composta pelo:

[...] leite e a farinha de mandioca (o leite escaldado), o cuscuz e a broa de milho, a abóbora, a batata-doce, o inhame e o aipim constituíam itens básicos do desjejum nas fazendas do Alto Sertão da Bahia... Os agropecuaristas consumiam carnes bovinas, suína, ovina e de aves nas outras duas refeições, além da caça fácil, consumida com frequência. Aos escravos serviam-lhes vísceras (fressura) ou extremidades (cabeça, pés, espinhaço, rabos)²²¹.

Somam-se a todas essas características do cativo e nutricionais apontadas anteriormente, as medidas tomadas pela administração provincial ou local, como: recomendações para que médicos, professores, cirurgiões, boticários e parteiras fossem indivíduos que mostrassem habilidades para esses ofícios, bem como ações de combate às epidemias e aplicação de vacinas. O documento abaixo ilustra essa preocupação:

²²⁰Kenneth F. Kiple. *The Caribbean Slave: A Biological History*. Cambridge: University Press, 1984.p121-134.

²²¹NEVES, 2012, p. 97.

III.. Excel, Sr.- O concelho de Salubridade tem a honra de enviar a V.Ex. o mappa demonstrativo da vacinação na Capital no anno próximo passado, não podendo dar conta do nº de pessoas vacinadas nos outros lugares da Província, por não ter ainda recebido todos os mapas. Póde porém o Concelho assevera a V. Ex., que de tal instituição se vai obtendo o proveito, que he compatível com as circumstancias. Existem vacinados nas Comarcas de Caravellas...e também estão nomeados para os Municípios de... Itapicurú e Caetité. O concelho tem arbitrado `a uns a gratificação de trezentos mil réis por anno; e à outros a de duzentos... devendo o Concelho declarar a V. Ex., que à exceção dos vacinadores da Comarca de Caravellas, e dos Municípios de Cachoeira, e Caetité, todos os outros são pessoas que n'aquelles pontos se achavam estabelecidas por outra forma, que não fosse o emprego de vacinas. 19/01/1843. /// e Exc. Sr. Presidente da Província- Francisco de Paula Araujo e Almeida., Presidente do Concelho²²².

Outro ofício, enviado em 1849, aparece proibindo uma prática de tratamento da bexiga pela população, na tentativa de conter uma epidemia que já durava três anos. Esse documento recomendava a proibição dessa prática terapêutica tendo “como perniciosa e abusiva a prática da inoculação do fluido das bexigas como preservativo, e que empregará em Caetete forças para banir esta pratica que já muito mal causou”²²³. Nessa década de 1840 o presidente da província enviou um manual com reflexões sobre a medicina homeopática e recebeu do encarregado notícias da prática preocupante utilizada pelos moradores de Caetité do uso do “pus vacínico” para atalhar o desenvolvimento do mal da bexiga²²⁴.

Em 1867, foi publicada na Gazeta médica da Bahia, a notícia de medidas para conter uma febre epidêmica no distrito de Umburanas em Caetité:

Tendo-se manifestado na freguesia de Umburanas uma febre com caracter epidêmico, o governo provincial autorizou o Sr. Dr. Inspector de Saude publica a contractar uum facultativo para ir ali prestar serviços médicos. Foi effectivamente contractado para esse fim Sr. Dr. Henrique Alvares dos Santos. Além disso, e dos necessários medicamentos, S, Ex. o Sr. Presidente da Provincia mandou pôr a disposição do delegado de Caetité a quantia de 400\$ rs.para socorro aos pobres²²⁵.

Em 1869, correspondências entre a câmara de vereadores de Caetité e o governo da Província citavam a preocupação com a varíola e a construção de uma nova postura sobre a obrigatoriedade do recrutamento para a vacinação. Essa postura instruía os pais a levarem os

²²² Relatório dos Trabalhos do Concelho interino de governo (BA)-1823 a 1889. Ano 1843, p. 25. Hemeroteca Digital, acesso 19 de agosto de 2017.

²²³SALVADOR. Seção de Arquivos Colonial/Provincial. *Ofício 12*. Governo da Província, maço1275. Salvador: APEB.1847/ 1849.

²²⁴SALVADOR, 1847 e 1849, p.7.

²²⁵ GAZETA Médica da Bahia. Associação de Facultativos (BA), 1867. Nº 12-25 de dezembro, p.144. Hemeroteca Digital, acesso 19 agosto de 2017.

seus filhos para serem vacinados, além de acrescentar a determinação para que os senhores também levassem seu escravos:

Todos os habitantes d'este Municipio, que ainda não foram vacinados e nem tiveram a varíola, serão obrigados a apresenta-se à vacinação nos dias para esse fim marcado pelo Vaccinador, cuja *obrigação é extensiva aos pais*; para *trazerem seus filhos à vacinação*, isto é, os menores; e outras quaes quer pessoas, a cujo cargo esteja os menores; e *bem assim os senhores para com seus escravos*: sob pena de 30\$000 reis de multa, e a dupla na reincidência. Paço Municipal de Caetete 7 de Agosto de 1869²²⁶.

As doenças acometiam pessoas dentro e fora do cativeiro. Logo, os tratamentos utilizados não eram distintos, embora não fossem aplicados na mesma frequência e qualidade para os dois grupos – cativos e livres. Na fazenda do Brejo do Campo Seco, o administrador “sangrava, aplicava bichas e ventosas, lancetava tumores e “postemas” e espremia “leicenças”²²⁷. No “livro de razão” da fazenda havia a descrição do tratamento de doenças, incluindo a manipulação das drogas e as dietas dos enfermos. Para curar males ele descreveu uma dessas receitas:

Toma 4 sangrias e purgue ce com pequaconha [ipecacuanha] sua purgas e depois de acabar o resguardo tome de menhan e a noite bebendo agoa de salça do mato e batata do feijão de gipicanga [japicanga] 9 dias e comendo im sima batata açada q' sarará de todo²²⁸.

Com exceção do “mau do umbigo”, e doenças tidas como típicas da primeira infância, como as parasitárias ou de primeira dentição, não havia uma grande epidemia que acometesse, especificamente, só as crianças²²⁹. Também não houve enfermidades que determinassem distinções significativas entre as crianças escravas e as crianças livres, quase sempre as duas foram sepultadas com a indicação de “morte interna”. Esse quadro é muito diferente, quando se levam em conta outras patologias entre os adultos livres e escravos. Homens e mulheres adultos no cativeiro eram mais acometidos por problemas de saúde impostos pela condição do

²²⁶SALVADOR. Seção de Arquivos Colonial/Provincial. *Ofício 13*. Governo da Província, maço1276, postura 7/8/1869. Salvador: APEB, 1833,1872.

²²⁷SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p.199.

²²⁸ SANTOS FILHO, 1956, p. 196.

²²⁹Situação parecida foi encontrada em Vila Rica no final dos Setecentos e início dos Oitocentos. COSTA, Iraci Del Nero. Análise da morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. p. 245-246.

cativeiro: *quebradura, doente do estabelecido, erisipela, doente dos peitos, virilha arreventada, sangue pela boca.*

Houve, no caso das crianças, menções a mordida de cobra, queimaduras, moléstia da cútis, estado mórbido mal definido como: morte desconhecida ou morte interna. Os brancos foram frequentemente registrados nos óbitos com a expressão morte interna. Em um quadro geral, as enfermidades mais citadas, entre as crianças, estavam as infecciosas e parasitárias como a coqueluche, disenteria / diarreias, constipação, febre, moléstia dos dentes, tétano, mal de umbigo, sarampo e bexiga. Essas duas últimas doenças atingiram crianças dentro e fora do cativeiro: Virgita, de 9 anos de idade, escrava de D. Maria Alexandrina de Jesus, faleceu em 27 de agosto de 1842 de malina ou sarampo. Francelina, de 2 anos, morreu de malina e foi sepultada de rosa²³⁰.

A bexiga e o sarampo foram as epidemias que mais afetaram crianças e adultos entre as décadas de 40 e 60 do século XIX, o que acarretou, como já citado acima, das autoridades de Caetité, constantes solicitações de vacina. Esse quadro epidêmico ocorria em épocas específicas e não era uma particularidade de Caetité. Muitos municípios baianos, nos mesmos períodos, sofriam das mesmas moléstias²³¹. Outras enfermidades eram mais raras na década de 40, como a tuberculose e a nefrite. Inclusive, o Alto Sertão da Bahia, bem mais tarde, passou a ser indicado pelos médicos da província da Bahia, pelas suas condições climatológicas e qualidade do leite produzido, como uma região ideal para cura dessas doenças²³².

Constatada a morte da criança, por epidemia, acidente ou doença da infância, transcorria o tratamento do corpo e seu sepultamento. Não encontramos registros com as descrições do tratamento com o corpo, mas, segundo as obras dos viajantes e os estudos sobre a morte no século XIX, além do cuidado com o hábito, tinha aquele dedicado ao corpo, como maquiá-lo para imprimir uma aparência mais próxima daquela deixada pelo defunto antes de falecer. Também era comum o uso de fitas, flores, pano bordado ou toalha de renda.

²³⁰CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831/1848. p.24.

²³¹ Em março de 1864 há um ofício entre a Câmara e o Governo da Província citando a epidemia de bexiga nos seguintes termos: “a peste rebentando e semeando seus terríveis estragos na Vila de Santa Isabel de Paraguaçu e Lençóis para que com passo acelerado se aproxima”. Seção do Arquivo Colonial e Provincial do Governo da Província. Câmara de Caetité, maço 1276, 1864.

²³² Gazeta Médica da Bahia: publicada por uma Associação de Facultativos (BA), p.29. O clínico Meirelles aconselhava aos colegas medidas salvadoras sobre tuberculose na região. Indicava as providências *post-mortem* como abandono das casas, ignorando o importante fator transmissível que era o catarro atirado por todos os cantos da casa. Ele cita essa doença como rara no Alto Sertão, só mais comum em Monte Alto considerada o “sanatório” dos “phtysicos”.

4.3 O tratamento dado à criança morta

A análise das enfermidades e dos sujeitos que elas acometiam, levou a observações importantes sobre o grupo etário pesquisado nesta tese. Primeiro: a palavra adulto usada para a identificação dos cadáveres indicou uma distinção da etapa de vida dos indivíduos mortos. O mesmo ocorreu com a identificação da condição conjugal do falecido, as palavras solteiro ou solteira apareceram somente a partir dos doze anos de idade para as mulheres, e de quinze, para os homens. A segunda característica: para as pessoas falecidas acima dos sete anos de idade e antes dos doze, no caso das meninas, e quinze no caso dos meninos, a identificação se dava pelo nome de batismo e, muito excepcionalmente, pela palavra *criança* ou *menor*. Terceiro, os termos *anjo*, *inocente* ou *párvulo* foram aplicados àquelas crianças com a idade inferior a sete anos, em especial àquelas que estavam entre os primeiros dias de vida e os três anos de idade, como ocorreu com Caetano, “inocente”, filho de Vitorino e Joana, escravos do Alferes Silvério Pinheiro de Azevedo²³³. O termo párvulo foi comum na documentação de batizado e de óbito.

Quando avançamos um pouco para a década de 70 dos Oitocentos, os termos *párvulo*, *inocente* e *anjo* deixam de ser usados para as crianças, que, nesse momento, passam a ser chamadas de ingênuas, ou seja, aquelas registradas em cartórios de Paz e assistidas pela Lei do Ventre Livre, de 1871. A identificação, nesse caso, era feita como a de Maria, que faleceu de moléstia dos dentes, no primeiro ano de vida. Seu registro ainda traz o termo *cria*, fazendo referência à filiação proveniente de uma mãe ainda em cativeiro²³⁴.

Aos sete de dias do mês de Janeiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chisto de mil e oito centos e setenta e sete, neste Districto de Paz, Parochia de Santa Anna de Caetitê, Município de mesmo nome, compareceo em meo cartório Faustina Maria da Silva. Declarou que no dia seis do corrente mês de Janeiro deste anno falecera nesta Districto e Parochia uma cria de sexo feminino de nome Maria ingênuo de idade de um anno e quatro meses natural da Freguesia de Santa Isabel do Paraguassu, residente nesta cidade filha de sua escrava...²³⁵.

Em nenhum momento apareceram na documentação, para livre ou para cativo, os termos *infante* ou *meúdo*. Esses termos foram citados, por exemplo por Mary Del Priore, ao falar sobre o cotidiano da criança livre no Brasil Colônia e Império.

²³³ CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant’Anna de Caetitê. Caetitê: APMC, 1836.p. 48.

²³⁴CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant’Anna de Caetitê. Caetitê: APMC, 1877-1881, maço 01, cx 11.

²³⁵CAETITÉ, 1877-1881, p.2.

Há pouquíssimas palavras para definir a criança no passado. Sobretudo no passado marcado pela tremenda instabilidade e a permanente morbidade populacional dos primeiros séculos de colonização. “Meúdos”, “ingênuos”, “infantes são expressões com as quais nos deparamos nos documentos referentes à vida social na América portuguesa²³⁶.

Também não foi recorrente identificar as crianças mortas por termos que a qualificassem como cabra, pardo, crioulo ou mestiço. Essas qualidades foram aplicadas mais para os adultos mortos. Os termos inocente ou párvulo foram mais recorrentes para as crianças: “Aos 20 de Dsbrº. Sepultou-se dentro desta Matris Jose parvulo fº Natural de Joana Africana...”²³⁷

Sobre todos esses termos e sua aplicabilidade, destacaram-se no advento da morte: “inocente” e anjo”. Segundo Luiz Vailati, essas palavras assumiam um significado importante por serem expressões de distinção da pessoa que falecera criança:

[...]com mais força que as expressões “menor”, “menino”, “criança”, “párvulo”, os substantivos “inocente” e “anjo” já trazem consigo significados que são fundamentais à caracterização da criança morta enquanto portadora de uma natureza diferenciada das dos demais defuntos... Com efeito, o morto-criança é o único a possuir um nome só para ele. Isso adquire interesse quando se lembra que não há um nome especial para os outros grupos, sejam velhos, mulheres, ou mesmo escravos²³⁸.

O termo inocente foi usado nos documentos de óbito, e também, nas lápides de crianças falecidas na região no final do século XIX e começo do século XX. Algumas crianças mortas fora do cativeiro, e quiçá nele, a partir dos empenhos dos pais, podem ter desfrutado na sua lápide de tal referência à sua natureza peculiar, como aparece na foto abaixo. Aparentemente, as lápides foram comuns para os livres e abastados.

²³⁶DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.p.85.

²³⁷ CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant’Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831-1848.sp.

²³⁸ VAILATI, op. cit., p.49.

Figura 5: Lápide com o termo *Innocente*



Fonte: Arquivo pessoal Ivanice Ortiz sobre o cemitério de Caetité.

Crianças “inocentes”, “anjos”, “párulas”, livres e cativas foram veladas e sepultadas como ocorria também com os adultos. Esse ritual da morte demandava despesas que preocupavam parentes e proprietários dos escravos, antes e de depois da Lei do Ventre Livre, quando passaram a chegar a Caetité circulares com a orientação da maneira como os senhores deveriam proceder com as despesas com “enterramentos” dos libertos, filhos de suas escravas²³⁹. As referências aos locais de sepultamento das crianças cativas, associadas ao fato de alguns escravos juntarem dinheiro para o casamento de seus filhos, permitem vislumbrar a possibilidade de que para os sepultamentos eles se empenhassem para conceder aos filhos falecidos alguns itens tradicionais para o enterro. Não encontramos registros que indicassem um cerimonial mais suntuoso nos enterros dos escravos, no entanto, segundo Debret, chegou a existir algum luxo em alguns enterros de crianças escravas de posses mais ricas²⁴⁰. O viajante chegou a expor um desses enterros em sua pintura “Enterro de um negrinho”.

²³⁹ SALVADOR. Seção de Arquivos Colonial/Provincial. *Ofício 21*. Governo da Província. Salvador: APEB, 1872.

²⁴⁰ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989. p. 174.

Figura 6- Enterro de um negrinho



Fonte: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3541/1/006245-3_IMAGEM_107.jpg. Acesso, 23/07/2019.

Os cortejos, os sepultamentos, ou seja, os rituais fúnebres, apresentaram características comuns a diferentes regiões do Brasil, mas correspondiam também às singularidades locais e às condições sociais dos mortos. Segundo Vailati, para os viajantes, os detalhes dos rituais dos adultos e das crianças se distinguiram e representavam sentimentos e interpretação distinta e, às vezes opostas: “morte de adulto/ cerimonial circunspeto/ tristeza x morte de criança/cerimonial festivo/júbilo”²⁴¹.

Em Caetitê, velar o corpo, arrumá-lo apropriadamente e conferir-lhe um sepultamento em local sagrado foram as características fúnebres mais presentes para as crianças cativas falecidas. Não foi possível identificar esse cerimonial festivo e de júbilo citado pelos viajantes. Os registros de óbitos apenas apresentaram alguns aspectos específicos que diferenciavam esses funerais das práticas fúnebres instituídas aos adultos pelos códigos religiosos ou pelos costumes, como o uso de mortalhas com determinadas cores e ritual cristão específico para a condição de criança “pura e inocente”.

A sepultura do morto, como apontou João José Reis, foi um dos itens do funeral mais temido pelos vivos, moribundos ou não. Era temerário conceber a morte sem a certeza de uma sepultura. Segundo o pesquisador, na Bahia, na África e em Portugal havia uma tradição de

²⁴¹ VAILATI, op. cit., p.18-19.

cuidados minuciosos com os mortos, incluindo a preocupação com o local de sepultamento.²⁴² A igreja era o lugar mais desejado para descansar o corpo após o acometimento da morte. Era a casa de Deus, onde o morto estaria cercado por santos²⁴³. O lugar ideal para a ressurreição, para a salvação da alma, já que era o terreno sagrado dos principais rituais cristãos e católicos como: batizados e casamentos²⁴⁴. A escolha do local para enterrar era uma prerrogativa instituída como um direito ao cristão católico. Podia ser dentro da igreja, perto do altar, próximo aos santos, na entrada perto da porta principal ou no adro.

No caso de Caetité, dentro da matriz, foram sepultadas pessoas livres, libertas e escravas. A maioria foi enterrada envolta em panos brancos e sepultada com todos os sacramentos. As crianças e adultos abastados, assim como militares e padres, foram sepultados com “grades acima”, o que os colocava em destaque pela distinção do *status* social.

Aos desecete de Fev^o de mil oito centos trinta e três sepultou-se dentro desta matris de St^a Anna de Caetite de grades acima o cadáver de Jose de idade de quatro annos pouco mais ou menos, filho de José Justino de Asevedo e Julia de Sousa Lima ambos falecidos q’ faleceo de moléstia interna foi solenemente encomendado[...]a todos os Clerigos²⁴⁵.

Sobre os cativos enterrados dentro da igreja, há uma observação importante: a de que foi mais comum crianças escravas serem sepultadas nesse espaço do que os adultos na mesma condição jurídica. Para os escravos adultos, o espaço mais comum foi a área do adro. Segundo João Reis a decisão sobre o local do sepultamento na igreja obedecia a uma hierarquia:

De modo geral, pessoas de qualquer condição social podiam ser enterradas nas igrejas, mas havia uma hierarquia do local e do tipo de sepultura. Uma primeira divisão se fazia entre o *corpo*, parte interna do edifício, e o *adro*, a área em volta. A cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente. Ali se enterravam escravos e pessoas livres muito pobres²⁴⁶.

As crianças escravas foram sepultadas dentro da igreja, sem “grades acima”. A condição de sua natureza de concepção não foi um empecilho para os enterros dentro da igreja. Crianças escravas, filhas naturais ou legítimas, foram sepultadas no solo sagrado das igrejas:

²⁴²REIS, op. cit., p 90.

²⁴³ Urnas funerárias para o sepultamento de crianças no fim dos oitocentos e começo do século seguinte:

²⁴⁴Ibid., p171-172.

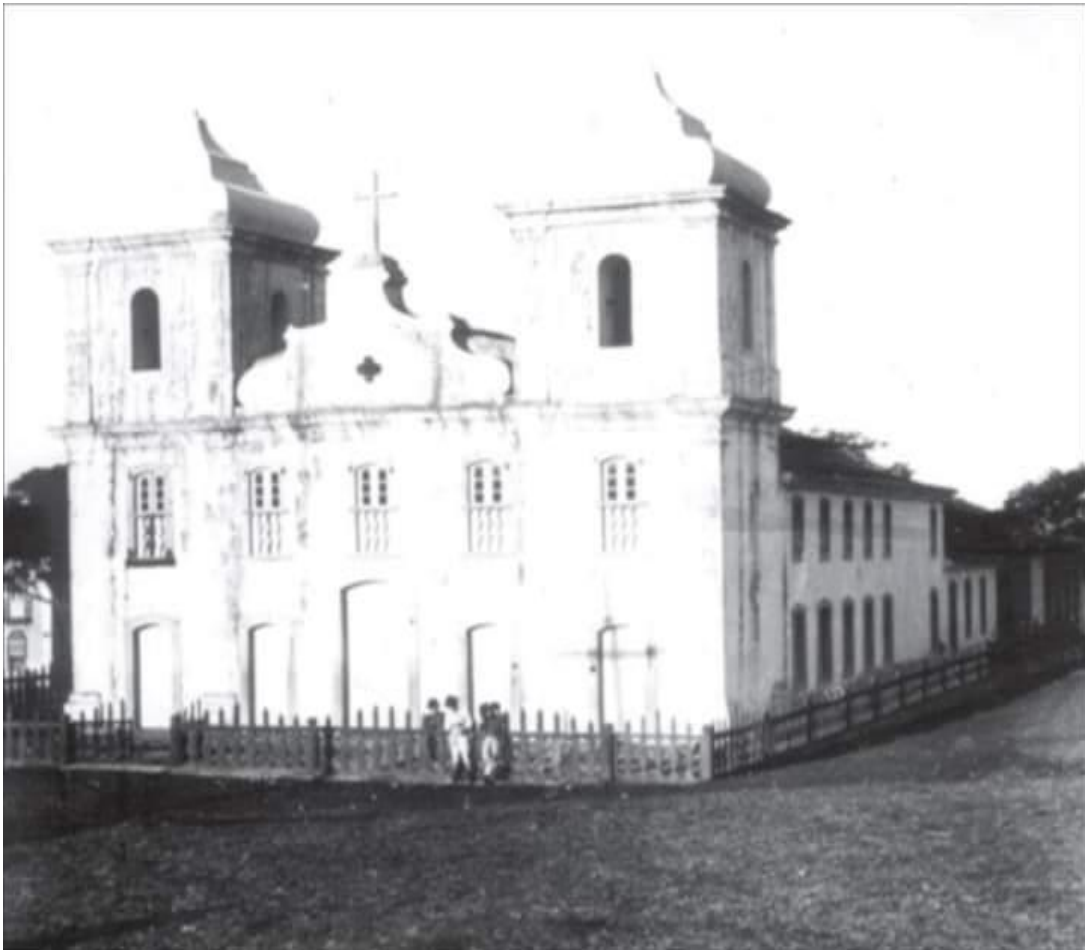
²⁴⁵CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant’Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831/1848. p-23.

²⁴⁶REIS, op. cit .p. 175.

Aos 20 de Dsbrº. 1831 sepultou-se dentro desta Matris Jose parvolo fº natural de Joana Africana escrª de João José de Asdº. Só que para constar fis este asento que apsignei. Vigº Sabino Gomes de Asdº²⁴⁷

Esse dado sobre os sepultamentos na igreja é importante, e diferente do que foi apontado para Salvador, capital da província da Bahia. Nos enterros na Igreja da Penha, até 1820, a crianças escravas eram enterradas no interior da matriz; já a partir de 1835, não havia mais essa exceção, todos os escravos, independentemente da idade, eram sepultados no adro²⁴⁸. Em Caetité, nesse mesmo período, constatamos uma situação diferente: as crianças escravas continuaram sendo enterradas no corpo da igreja.

Figura 7 -Igreja da Matriz de Sant'Anna e seu adro



Fonte: Acervo pessoal de Luiz Benevides.

²⁴⁷ CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831-1848.sp.

²⁴⁸Ibid., p.176.

Figura 8- Parte interna da Matriz de Sant’Anna com túmulos



Fonte: Acervo pessoal de Ivanice Ortiz.

Entre os locais de sepultamento citados na documentação estavam os cemitérios: São Benedito, Santíssimo Sacramento, do distrito de Aroeiras, Sagrado das Quebradas, Sagrado Lagoa do Thimóteo, de Santa Luzia e da Misericórdia. Entre as capelas: Senhora da Conceição do Cajueiro, São Sebastião na Fazenda Hospício, das Almas de Nossa Senhora da Boa Viagem e Nossa Senhora do Rosário.

Figura 9- Capela de São Sebastião e o cemitério na Fazenda Hospício



Fonte: Acervo pessoal Ivanice Ortiz.

Figura 10 - Corpo da Capela de São Sebastião com lápides no solo



Fonte: Acervo pessoal Ivanice Ortiz.

No cemitério, no adro ou no corpo da Igreja, a mortalha “falava pelo morto, protegendo-o na viagem para o além, e falava do morto como fonte de poder mágico, mas também enquanto sujeito social”²⁴⁹. Em Caetité, as mortalhas identificavam o sujeito sepultado, apresentavam um possível status dentro do cativo, principalmente entre aqueles que desfrutaram do sepultamento no corpo da igreja em relação àqueles que descansaram seus corpos no adro.

Dos sepultamentos analisados, o mais comum foi ter o corpo amortalhado apenas com um hábito ou um lençol branco, foi raro o uso de caixões. Segundo Debret existiam dois tipos de esquifes, um para exposição e transporte do corpo, e outro para o depósito do corpo, que era o fechado. Sobre os enterros de escravos, ele destacou que, para o sepultamento de algumas crianças escravas havia locação das cadeirinhas e do caixão que era enfeitado com ramalhetes e flores artificiais²⁵⁰. Em Caetité o registro de caixões foi raro. Como testemunho material encontramos as urnas e pequenos caixões de madeira, às vezes pintados de prata, usados para o sepultamento de crianças no antigo cemitério de Caetité, fundado no século XIX.

²⁴⁹Ibid., p.124.

²⁵⁰DEBRET, 1980, p174-211.

Figura 11- Urnas funerárias para o sepultamento de crianças no fim dos Oitocentos e começo dos Novecentos.



Fonte: Foto do acervo pessoal de Ivanice Ortiz

A roupa para sepultar definia posições sociais. Os mortos enterrados com a vestimenta habitual do dia a dia tiveram como justificativa apontada nos assentos: morte repentina. Os militares foram sepultados de farda, padres com as vestes tradicionais do clero, viúvos com hábitos pretos. Homens e mulheres livres amortalhados de hábito branco ou com o hábito de São Pedro, Nossa Senhora do Carmo e São Francisco. Para as crianças livres as cores rosa e azul apareceram em algumas mortalhas. Em outras praças, como Salvador, algumas crianças menores de 10 anos de idade foram sepultadas com hábitos de santos; os meninos com santos como São Miguel Arcanjo e São João; e as meninas, com santas como Nossa Senhora da Conceição. João Reis atribuiu a essa situação a ideia da geração de vida e de fertilidade. Também houve registro mortalhas com listras coloridas, estampadas e vermelhas²⁵¹.

As mortalhas mais comuns em Caetité foram as brancas e as de santos. Para os escravos, independentemente da idade, só hábitos ou lençóis brancos. O branco usado entre os escravos foi comum em São Paulo e na Bahia, inclusive para os inocentes²⁵². Essa situação também foi observada no Rio de Janeiro por Cláudia Rodrigues²⁵³. Segundo Luiz Vailati, o branco utilizado nos sepultamentos não remetia só à questão etária, mas também à cultural²⁵⁴.

²⁵¹REIS, op. cit.

²⁵²Para Luiz Vailati, a simbologia do branco tinha a ver também com a inocência e pureza virginal. Para João Reis, o branco tinha raízes na herança ibérica, era a cor tradicional do funeral no candomblé e entre os africanos pode ter alguma relação com a ancestralidade africana: “Para edos do Benim, o branco o branco simbolizava pureza ritual e paz, ofure na língua local. Entre os iorubas estava associado ao orixá Obatalá ou Orisala, senhor da criação e zelador da vida, cuja cor-símbolo é o branco”. REIS, op. cit. VAILATI, op. cit., p.137-138.

²⁵³ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995. p.212.

²⁵⁴REIS, op. cit. p.128.

Diferentemente do que Debret observou, não encontramos qualquer menção ao uso das cores rosa e azul-celeste para as crianças escravas. No entanto, acreditamos que o uso de toalhas de renda, citado por Debret, possa ter existido. Eram comuns escravas aprenderem a manusear os bilros e produzirem um tipo de renda. Essa prática estava associada à produção de algodão na região²⁵⁵.

Em Caetité, encontramos, no Arquivo Público Municipal, uma foto de um período posterior ao estudado na pesquisa, que ainda testemunha algumas dessas características da ornamentação do corpo da criança apresentadas por João Reis, ou citadas nesta pesquisa. O hábito branco ou rosa, as flores e a ausência de caixão continuaram na tradição dos velórios de crianças.

Figura 12- Criança sem caixão, amortalhada de branco ou de rosa



Fonte: CAETITÉ. Subsérie Fotografia/ Dossiê Diversa. Sem data. Cx. 43, 47. Caetité: APMC.

De mortalha, sem caixão, com flores e velório, a morte da criança cativa, no Alto Sertão, causou dores às famílias e perdas às posses escravistas. Não foi ignorada e muito menos desprezada. As crianças foram registradas nos livros de óbitos, sepultadas com ou sem os maiores detalhes ritualísticos, na maioria das vezes, sem mortalhas especiais e sempre sem

²⁵⁵ DEBRET, op. cit., p.174. Sobre os viajantes: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. KINDER, Danile Parish. *Reminiscências de viagens e permanência nas Províncias do sul do Brasil*: Rio de Janeiro, São Paulo, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. GRAHAM, Maria. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1956.

túmulos projetados de “grades acima”. Familiares, amigos e, talvez, proprietários as velaram na hora do adeus²⁵⁶.

Se a morte estabelecia um adeus e presumia um lugar certo para a alma, a liberdade, para aqueles que permaneciam vivos, era a principal meta. O capítulo 5 desta tese discute alguns aspectos das alforrias das crianças.

²⁵⁶ Em 1872 foi enviada uma circular alertando sobre as providências para serem tomadas com os senhores “das mães dos ditos menores libertos e que recusem fazer as despesas necessárias para o enterramento”. ABEP. Relatórios do Governo da Província, ofício 21.27/11/1872.

5 CAPÍTULO 4

“COMO SE DE VENTRES LIVRES NASCESSEM”: OS FILHOS DAS ESCRAVAS E AS “CRIAS” DO CATIVEIRO

Na pia batismal, sob os santos óleos, eis a liberdade da criança...

No dia vinte e cinco de agosto de 1833 batizou-se solenemente, com os santos óleos, o *párvulo* Manoel:

[...]Pus stos Oleos Manoel *parvulo cabra* filho natural de Eugenia escr^a de Clara [...] da Costa, a qual *criança* he escr^o de Vicência Vieira de Pinho q' compra fes a d^a Clara. Forão Padrinhos Ant^o José de Avelar e Fran'ca da Cruz Prates q' Procuração q' apresentou D. Ilaria Maria do Paraíso, do q' para constar fis este asento que asignei. Vog^o Sabino Gomes de Az' do²⁵⁷.

No mesmo ano, em vinte e três de dezembro, também sob os “santos óleos”, foi batizado Tiago, uma criança de sete meses de idade, filho legítimo de Hipólito e Ana, escravos do capitão José Antônio de Aguiar. O batizado foi selado com a afirmação escrita de que o menino seria alforriado na pia batismal por “graça de seu senhor”. Foram padrinhos de Tiago o próprio capitão Aguiar e Dona Ana Maria de Faria, provavelmente sua esposa²⁵⁸.

Em 1837, também foi batizada Benedita parda, filha natural de Leocádia, aos dois anos de idade. Durante a cerimônia religiosa ela recebeu, simultaneamente, o batismo e a alforria. A concessão da alforria foi confirmada após o pagamento do “valor da criança” feito por Francisco Ramos de Cerqueira ao proprietário Antônio Marciel Junior. Seus padrinhos foram: Antônio da Silva e sua mulher, Francisca Maria de Jesus²⁵⁹.

Em Caetité, sob os “santos óleos”, escravos pardos, cabras, crioulos, mestiços e mulatos, na condição de *párvulos ou crianças*, concebidos como filhos legítimos ou naturais, foram frequentemente batizados durante a segunda metade dos Oitocentos. Os registros de batismos, como o de Manoel, que só selavam a purificação do pecado original e oficializavam a posse do cativo, foram os mais recorrentes. No entanto, esse batizado, ainda assim, apresentava duas peculiaridades: a apresentação de procuração e a comprovação de compra por sua atual proprietária. Já os batizados concedidos na pia batismal com a alforria, como ocorreu com Benedita e Tiago, não foram muito comuns. Nos livros de batismo consultados para esta

²⁵⁷ CAETITÉ. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831/1848.p.31.

²⁵⁸ Livros de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna, 1833-1849, p.100.

²⁵⁹ Livros de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna, 1833-1849, p. p108.

pesquisa, entre os anos de 1828 a 1860, só foram encontrados 24 registros dessa natureza. Esses assentos concentraram-se entre as décadas de 30 e 40 do século XIX²⁶⁰.

Essa concessão da manumissão na cerimônia de batismo ocorreu mais para as meninas do que para os meninos. Das alforrias estudadas na pia batismal e encontradas nos livros eclesiásticos, só sete foram aplicadas a escravos do sexo masculino²⁶¹. Essa situação talvez estivesse balizada pela possibilidade concreta de servirem ao ex-proprietário e seus parentes nos afazeres domésticos. Muitas meninas cresceriam executando pequenos serviços ao lado de suas mães escravas. O trabalho delas, embora não fosse desfrutado imediatamente, isso em decorrência da tenra idade em que foram batizadas, poderia ser aproveitado com o tempo e seu crescimento natural. A disciplina e os bons serviços podiam ser cobrados como forma de gratidão ou sob a ameaça de revogação, a qualquer momento, da carta de alforria.

Outra possibilidade para um número maior de alforrias na pia batismal para as meninas seria aquela apontada pelos estudos sobre as manumissões em várias partes do Brasil: a de que representavam um menor prejuízo financeiro, já que eram mais baratas do que os meninos²⁶². No caso de Caetité, nos três primeiros anos de vida, os valores entre meninos e meninas não apresentaram discrepâncias significativas, ou seja, eram basicamente os mesmos. As crianças escravas, dos dois sexos, eram compradas, alforriadas ou penhoradas por valores que variavam entre 80\$000 e 400\$000 mil réis. No entanto, se esses valores fossem tangenciados numa proporção futura (mudança de idade = maior preço), as diferenças dos preços das crianças, segundo o sexo, podiam ser significativas.

De toda forma, independentemente do sexo da criança, há uma espécie de excepcionalidade para a realização do compadrio na pia batismal. Batizar e alforriar

²⁶⁰ Nos registros cartoriais encontramos mais 6 batizados realizados na pia batismal. Nos livros de óbitos mais 3.

²⁶¹ Situação diferente foi encontrada no século anterior por Stuart Schwartz e Kátia Almeida para outras regiões da Bahia, quando respectivamente, estudaram as manumissões nos registros do cartório de Salvador e de Rio de Contas, e constataram um número expressivo de meninos alforriados. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p.171-218. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias nas minas do Rio de Contas setecentista. In: CASTILLO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Orgs.) *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014. p137-182.

²⁶² Ver: LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.17, n. 1/2, jan./dez., p.17-46, 2000. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/download/354/pdf_331/. Acesso em: 16 mar. 2018; LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 – c. 1830)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2001; VILLA, Carlos Eduardo Valencia. *Produzindo alforrias no Rio de Janeiro no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008; MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2012; ALMEIDA, 2006.

simultaneamente não foi uma concessão a qualquer escravo. As únicas crianças alforriadas, nesta circunstância do batismo, foram aquelas nascidas no Brasil e, mais precisamente, aquelas identificadas como “crias” das posses locais. Eram escravos crioulos, filhos legítimos ou naturais, em tenra idade, e na maioria das vezes, pardos.

5.1 As designações de cor/qualidade

As crianças escravas e batizadas como forras foram identificadas nos registros eclesiásticos, sobretudo, como pardas. Como já vínhamos apontando durante os capítulos anteriores desta tese, parece-nos que esses pequenos escravos alforriados tiveram, nos seus respectivos registros de batismo, quando este esteve associado à alforria, a qualidade/cor “pardo” como identificação dominante.

O termo “pardo” atribuído a um escravo parece ter distinguido, nas paragens da região, na hora do batismo, os dois universos: o cativo e o livre. Essas mesmas crianças, se batizadas sem as alforrias na pia batismal, possivelmente, teriam sido identificadas por outros termos de qualificação mais comuns ao cativo, como, por exemplo, a palavra “crioulo”. Também ficou presumido, na análise da documentação sobre o batismo, no interstício de 1828 e 1860, que recorrentemente o termo “pardo” fora o mais empregado para crianças nascidas longe do cativo, ou seja, aquelas geradas por progenitores libertos, não brancos nascidos livres e brancos livres.

A palavra ‘pardo’, aparentemente, delimitou a separação, no mundo livre entre os brancos e não brancos, isso tanto para as crianças geradas por pais livres, como para aquelas concebidas por pais cativos e que foram libertas. A identificação como pardo funcionou como um rótulo burocrático, presente nos documentos eclesiásticos e cartoriais, de distinção do “homem liberto” do “homem branco”. Logo, o documento de batismo pode ter sido o instrumento formal mais importante para a qualificação dessas crianças que seriam inseridas no mundo livre, onde os pardos, aparentemente, se afastavam do cativo, sem necessariamente se aproximar do mundo livre do branco. A presença da ancestralidade no cativo pela cor/qualidade, ou pela progenitura, como definidora do sujeito nos primeiros anos de sua vida, foi a tônica complementar da vida em “liberdade” desses pequenos alforriados. Havia sempre, além do reconhecimento visual, a certificação escrita de distinção social na liberdade, aferida pelos documentos:

[...] Tiburcia, liberta hum anno, *natural de Barbara crioula*..²⁶³
 [...]Rosa de dois meses, *legitima de Roque e Catharina, crioulos, escravos que forão do Capitão Joaquim Antônio de Carvalho e se acham forros...padrinhos Alberto escravo de Jose Monteiro e Rita Pacheco*..²⁶⁴.
 [...] Albina forra, *natural de Antônia a escrava de Caetano Jose da Silva...padrinhos Clemente escravo e Magdalena da Silva*..²⁶⁵

Essa vantagem dos pardos na concessão da alforria na pia batismal não ocorreu no processo de manumissão nos registros cartoriais. Nesses documentos, emitidos ou registrados nos livros de notas de tabeliães de Caetité, as crianças mulatas, cabras e crioulas estiveram à frente das pardas. Em Rio de Contas, também no Alto Sertão, Kátia Lorena Almeida constatou, nos registros cartoriais, durante todo o século XIX, um número importante de crianças mulatas e pardas alforriadas. No entanto, entre 1850-1871, os índices de alforrias indicaram mais pardos alforriados²⁶⁶.

Mas, se a cor/qualidade impôs um padrão nesse tipo de alforria, outra característica importante desse batismo associado à liberdade se refere ao perfil dos padrinhos. Todos os padrinhos das crianças batizadas com a concessão da liberdade eram livres, e entre eles, estavam padres, homens com patentes militares, os próprios proprietários ou seus parentes. O perfil dos padrinhos apontou um grupo de status social diferenciado nesse tipo de compadrio, e mais, por algum motivo, esses cativos puderam desfrutar deste privilégio: o compadrio vertical associado à alforria. Dessa forma, se a premissa da seleção dos padrinhos cabia aos pais do batizando, as implicações para a escolha dos compadres no mundo livre talvez estivessem permeadas pelas relações de proximidade, pelos laços afetivos, ou por interesses pré-estabelecidos pelos pais cativos para seus filhos batizados. Nesses casos, limitações de ordem social não conferiram incompatibilidade entre o ato de batizar e a condição de senhor. Proprietários assumiram-se como padrinhos e compadres de seus escravos²⁶⁷. Como pontuou Manolo Florentino e Roberto Góes, esses batizados com proprietários e outras pessoas livres talvez permitissem “aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção”²⁶⁸.

²⁶³ CAETITÉ. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant’Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana, 1833/1844. p.14.

²⁶⁴ CAETITÉ. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant’Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana, 1837/1876.p. 100.

²⁶⁵ CAETITÉ. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant’Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana, 1841/1850. p.100. Os grifos foram usados para destacar os termos que identificam a origem no cativo.

²⁶⁶ALMEIDA, op. cit., p. 102-103.

²⁶⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 331.

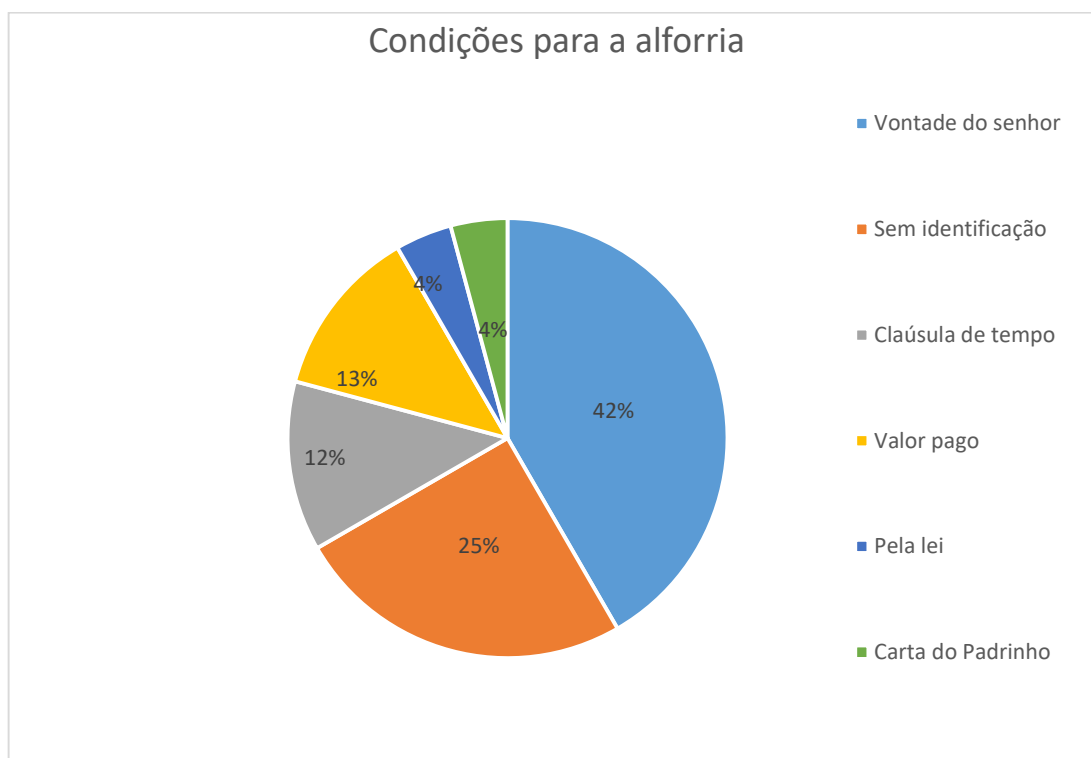
²⁶⁸FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.p.92. Marcia Cristina de Vasconcellos, observou que nas propriedade pequenas houve maior incidência de padrinhos livres. Para essa realidade foram importantes

É salutar destacar que, embora este trabalho tenha citado, durante todos os seus capítulos, o significado do perfil cristão- católico dos proprietários da região de Caetité nas decisões descritas nos documentos, não nos parece, nesse momento dos batizados com alforrias, que esse perfil tenha sido o fator fundamental para a concessão das liberdades na pia batismal. Não houve aqui, diferentemente do que ocorreu nos testamentos, um indício que apontasse uma prática costumeira enviesada sob os pilares da salvação. Essas alforrias foram pontuais, não corriqueiras. Também não há menção clara à pretensão de abonar culpas e pecados no ato de alforriar seus escravos. Parece-nos muito mais relevante considerar, nesse quadro de alforrias na pia batismal, a importância das relações tecidas com os anos de convívio entre os escravos e seus senhores, ou com companheiros do cativeiro. Também pode ter contribuído para isso o reconhecimento da consanguinidade/paternidade (biológica e adotiva) entre quem batizava e quem estava sendo batizado.

5.2 “Sob os santos óleos”: as condições para as alforrias

Assim como as cartas registradas em tabelionato, as liberdades conferidas na pia batismal apresentaram condições ou justificativas para as respectivas emissões. As cartas de liberdade foram outorgadas de forma onerosa ou gratuita. Algumas vezes, as concessões sem ônus estiveram associadas a algumas cláusulas como tempo de serviço ou morte do proprietário. “A vontade do senhor” foi a expressão mais comum usada para a concessão das alforrias nos assentos batismais. Na maior parte dos registros houve uma justificativa para a liberdade:

alguns aspectos como o número baixo de escravos e maior contato com proprietários e seus familiares. VASCONCELLOS, Marcia Cristina. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambuca, Angra dos Reis, século XIX) *Afro-Ásia*, n. 28, p.147-178, 2002.

Gráfico 9- Alforrias e suas justificativas

Fonte: Livros de Batismo da Arquidiocese de Caetité- 1828-1870

As alforrias na pia batismal foram concedidas, como aponta o gráfico, sobretudo, com a indicação da vontade dos senhores. Há, portanto, o interesse de deixar claro, no documento, o crivo do senhor em concedê-las. E neste caso, como apontou João José Reis, a alforria passaria a “um expediente fundamental da política paternalista”.²⁶⁹ Dentro da perspectiva dos senhores, e sob a possibilidade da política de incentivos, a concessão da alforria deveria instituir uma ideia de reciprocidade. Mas, como observou Sidney Chalhoub, a política de domínio não incorreu em concessões não negociadas e muito menos na ausência da atuação dos negros na luta pela conquista da liberdade²⁷⁰. O problema do paradoxo entre o domínio senhorial e as práticas culturais autônomas dos escravos não deve ser negligenciado:

²⁶⁹ REIS, João José. *Domingos Sodré- um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: companhia das Letras, 2008. p.83.

²⁷⁰ Márcio Soares traz uma ideia diferente da alforria; para ele, ela correspondeu a “uma ideia de dádiva”. Nessa perspectiva, apontada pelo pesquisador, ela foi uma concessão e reforçou a escravidão. Para Manuela Carneiro, alforria era um costume que passava pela anuência do senhor, mas também pela vontade do sujeito escravizado. Roberto Guedes analisa as alforrias como uma concessão; Sílvia Lara como resistência à instituição escravista; João José Reis a discute a partir da ideia “de emancipação individual e negociada — ao mesmo tempo que estratégia do controle senhorial”. CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: _____ *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 126. SOARES, Márcio. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c. 1750 –c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. p.22. GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*,

[...] numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo deve ser também analisada como resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor²⁷¹.

[...] o problema é reconhecer a presença da classe senhorial na forma como os escravos pensavam seu mundo e, ao mesmo tempo, entender que os escravos, instituíam seu próprio mundo mesmo sob a violência e as condições difíceis do cativeiro[...]²⁷².

Nesse mundo, próprio dos escravos, citado por Sidney Chalhoub, ou naquele permeado pelas diretrizes formais e costumeiras da instituição escravista, as concessões para as alforrias, possivelmente, passaram, em Caetité, por negociações entre as duas partes: senhores e escravos. Para os proprietários de Caetité, a alforria pode ter sido um recurso interessante na medida em que permitiu ser usada como mecanismo para atender interesses no controle da mão de obra. Eles também a usaram para garantir os bons serviços ou imprimir a ideia de dádiva ofertada ao escravo mais velho. Muitos escravos idosos, presentes nos inventários de Caetité, estavam na posse havia uma ou duas gerações da família de proprietários, o que na prática também significou o convívio mais duradouro com alguns de seus parentes sanguíneos. Para muitos desses escravos que envelheceram na propriedade, a alforria veio no último sopro de vida, quando a idade e os anos de trabalho já os haviam comprometido fisicamente e quando, para os herdeiros, eles não eram mais produtivos.

Por outro lado, os cativos também aprimoravam os mecanismos para alcançar a alforria, atendendo aos seus interesses. A política de incentivos e o poder de concessão dos senhores estavam atrelados às conquistas implementadas pelos escravos, como a possibilidade de cultivar para si uma roça, de usufruir de melhor morada, de trabalhar no espaço doméstico, de desfrutar de maior mobilidade espacial, de constituir família e de lutar pela liberdade. Segundo Marcelo Matheus, no cenário paternalista, a qualidade das relações e a posição social do cativo eram critérios fundamentais para a concessão da liberdade²⁷³. Em Caetité, as funções exercidas na posse associadas ao poder e à forma de conceder a alforria usada pelo proprietário, foram os fatores que delinearão as trajetórias das alforrias na pia batismal.

O raio de expansão dessas alforrias foi ampliado pelo parentes sanguíneos na posse, compondo umas das famílias do cativo. Parentes dos pequenos escravos conseguiram, mediante

Salvador, n. 35, jan./jun., p. 83-141, 2007. p. 87; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro: Paz e Terra*, 1988. p. 345. REIS, 2008, p. 83.

²⁷¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.24.

²⁷² CHALHOUB, p.29.

²⁷³ MATHEUS, 2012, p. 23.

a compra, concessão “gratuita” ou condicional, aproximá-los da liberdade.²⁷⁴ Muitas alforrias de crianças em tenra idade foram construídas pelos adultos através das atitudes estabelecidas no cativo, ou das relações e redes estabelecidas com livres. Ignácia e Maria são escravas que se beneficiaram dessas relações instituídas no cativo entre escravos e proprietários.

Mãe e filha, com o advento da partilha ou da doação, foram destinadas à órfã Hermegilda da Cruz Prates. Ainda sem poder dispor dos seus bens juridicamente, a menor alforriou a pequena Maria sob a autorização do juiz de órfãos. Não é possível saber se por sua vontade ou se por designação do antigo dono – seu pai. Podem ter contado ainda para a concessão da alforria a afeição pela criança ou pela mãe.

Aos dois de Dezembro de mil oitocentos trinta e tres ...Maria natural de Ignácia escrava da Orfã Himigdia da Cruz Prates a qual *criança* Maria hê forra com carta passada pelo juízo de Orfãos, foram padrinhos José Vieira e sua m' er Ana da Cruz Prates²⁷⁵.

Ignácia, possivelmente, foi a agente responsável pela conquista da liberdade da filha, o que deve ter trilhado através de seus vários anos de “bons serviços” prestados à família do antigo proprietário e também a sua atual dona, que compunha a segunda geração da mesma família a qual estava a servir. Sua filha foi batizada e alforriada com um compadrio de perfil vertical estabelecido com parentes do proprietário. Somavam-se a essa agência das mães escravas, como Ignácia, as redes estabelecidas por demais parentes sanguíneos ou espirituais.

Há que se destacar que, em alguns casos, a paternidade aferida fora do cativo, na sede da casa do proprietário, ou entre outros moradores da região, também fosse decisiva para algumas alforrias. Chistina pode ter sido batizada a partir dessas redes ou circunstâncias. Ela foi batizada no dia 01 de janeiro de 1841, aos cinco meses de idade. Durante o batismo foi-lhe concedida a alforria na pia batismal.

(...) natural de Simoa parda, escrava de Manoel Als. De Carvalho e D. Anna M^a da Conceição os quais derão conceção ao cap. Clemente Alves de Carvalho, p^a o cap. Felipe Rodrigues Ladeia e sua mulher D. Juana M^a de Jesus, levando Pia Baptismal a criança Chistina como forra que fica sendo hoje p^a todo sempre²⁷⁶.

²⁷⁴ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: companhia das Letras, 1997. v. 2. p. 276-277. Ver ainda: ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia*: Caetité (1830-1860). 2014. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

²⁷⁵ CAETITÉ. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1833/1849. p.58.

²⁷⁶CAETITÉ. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1837/1876.p.61.

Chistina, concebida como natural e parda, talvez fosse filha do capitão que a batizou ainda em tenra idade. Já as crianças maiores, aquelas “onde o estado da razão” começava a imperar, a alforria foi conquistada, assim como para muitos adultos, pelo convívio com todos os moradores da propriedade. Esse convívio pode ter possibilitado a instituição de laços afetivos, como também ter significado manter uma série de atitudes que não inviabilizassem os projetos traçados pelos adultos que os cercavam nos cuidados, entre elas, a obediência.

Essas relações, que resultaram em laços afetivos, ou ampliação do raio social dos escravos, não incorreram na premissa de supressão do poder instituído pelo status de proprietário. Ao lado do poder de conceder a alforria, muitas vezes, estava a ameaça velada ou clara de dissolvê-la. Como não há, para o período em estudo, o direito legal da manumissão, instituído 1871, os escravos sabiam que alforria só seria possível se balizada pela vontade do senhor, o único capaz de concedê-la. Os adultos compreendiam que as alforrias estabelecidas na pia, nos cartórios ou nos acordos dispostos numa cláusula testamental, podiam ser revogadas por ingratidão. No entanto, em caso de falecimento do proprietário, só uma nova escritura poderia anular, teoricamente, a liberdade concedida no documento anterior²⁷⁷. Não encontramos nenhum registro de escritura com revogação de alforrias, embora as condições para contê-las apontassem para a revogação em caso de descumprimento de cláusulas ou de conduta²⁷⁸.

Nos registros das alforrias, os textos sempre foram escritos com as expressões imperativas que destacavam o poder de concessão dos senhores: “batizada por forra por assim mandar seu senhor” ou “sendo batizada por forra por ordem de sua senhora” ou ainda “por determinação do dito senhor”. Justino, de um ano de idade, foi alforriado por Torquato de Sousa Marciel e Anna Joaquina em 26 de dezembro de 1838, segundo o vigário, porque lhe disseram “que forravão a *criança*, sim de suas vontades”²⁷⁹. Maria e Sabino também foram alforriados, na pia batismal, com a ênfase dada no texto do documento à vontade de seus senhores:

[...] Maria de 7 dias, natural de Anastácia crioula escrava José Antônio de munis e *por determinação do dito* e de sua mer Francisca Maria de Jesus foi batizada por forra. Os padrinhos foram Zeferino de Carvalho e sua mulher²⁸⁰.
[...] Sabino de 17 dias, natural de Raimunda crioula escrava de Jose Joaquim Teixeira, batizados por forro *por assim mandar seu senhor*. Foraõ Padrinhos Joaquim Teixeira e Anna Thereza Lacerda²⁸¹.

²⁷⁷ CHALHOUB, 2011, p.149.

²⁷⁸ Ver sobre revogação das alforrias em: LARA, 1988.

²⁷⁹ CAETITÉ. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant’Ana*. Caetitê: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant’Ana, 1831/1840. p 57,94.

²⁸⁰ CAETITÉ, 1831/1840, p.101.

²⁸¹ Ibid.,p.163.

A vontade do senhor em alforriar a criança escrava foi a justificativa mais revelada no registro, já que, aparentemente, não havia uma preocupação em expor outro motivo. Quando isso ocorreu, o motivo destacado foi o pagamento. A concessão da alforria na pia batismal atribuída após pagamento permite pensar na premissa do pecúlio, na importância das atividades que permitiam aos cativos angariar dinheiro, ou nas redes de sociabilidades acionadas pelos pais. As alforrias foram pagas por alguém, que se esmerou para libertar aquela criança ou que se dispôs, por algum motivo, a pagar por sua liberdade. Algumas vezes, pareceu importante registrar o pagamento e, menos relevante, o pagador:

[...] Aos desessete de Novembro de mil oitocentos e quarenta e quatro Baptizei solennemente Maria, 3 meses natural de Josefa cabra escrava de João José dos Santos e sua m'er Anna Maria cuja escravinha foi baptizada por forra p' q' assim o mandou seus sen' res que tinham recebido seu valor[...]²⁸².

É possível que as crianças alforriadas na pia batismal com pagamento, ou sem qualquer valor monetário atribuído, continuassem servindo os senhores ao lado de suas mães cativas. Parece-nos que isso não era um agravante maior, já que o compromisso da liberdade aparentemente era mais importante. O fato de receber a alforria e continuar na propriedade também era possível e talvez não constituísse um problema. Havia toda uma parentela e uma rede de relações tecidas na região capazes de garantir a esse alforriado uma proteção. Ou, sob outro ângulo, de possibilitar ao ex- proprietário um trabalhador fiel. Essa pode ter sido a situação daquelas crianças alforriadas na pia batismal com a condição de servir até a morte do proprietário. A cláusula do tempo foi a segunda maior forma de concessão das alforrias na pia batismal, como ocorreu com Sabina: “[...] Sabina legítima de Pedro e Joanna escravos de João Mendes Bellaquarda baptizada com a condição de servir a seus senhores enquanto vivos, e há por forra na pia do Baptismo[...]”.

No ano seguinte ao batizado de Sabina, os mesmos proprietários alforriaram o seu irmão, sem descrever qualquer cláusula ou ônus, apenas com a identificação de que a alforria havia sido concedida por assim “mandar seu senhor”. Os filhos de Pedro e Joana foram alforriados em condições diferentes: Sabina, com cláusula para servir ao senhor por um tempo determinado; e seu irmão, sem qualquer condição. Pela faixa etária, os dois continuariam na propriedade, ao lado dos pais, servindo os proprietários. Novamente, parece-nos importante ver a alforria por três ângulos: primeiro, de que foi concedida, nestes casos, como um

²⁸² CAETITÉ, 1837/1876, p123.

mecanismo de manutenção do trabalho e dos trabalhadores. Segundo, de que foi conquistada pelos pais cativos que asseguravam uma conquista importante para os filhos. Terceiro, fruto de uma relação entre senhores e escravos, com regras assentadas em cada propriedade por seus moradores livres e cativos.

Nesse cenário das alforrias na pia batismal, assim como apareceu para os batismos sem alforria, os termos *párvulo*, *escravinho*, *criança* e *menino* estiveram presentes para a identificação do sujeito batizado na condição de tenra idade ou numa fase distinta da adulta. As palavras *criança* e *menino* apareceram nos batizados que envolveram uma situação particular, como a alforria, ou quando a criança era proveniente de venda:

[...] Francisca filha legítima de Gregório e Francisca crioulos escravos de Donna Anna Joaquina, cuja *menina* Francisca declarou neste auto senhora que a baptizou por forra, foram padrinhos Capitão Alexandre da Costa e Sousa e Anna Joaquina a Penha²⁸³.

Aos dois de Dezembro de mil oitocentos trinta e tres ...Maria natural de Ignácia escrava da Orfã Himigdia da Cruz Prates a qual *criança* Maria hê forra com carta passada pelo juízo de Orfãos, foram padrinhos José Vieira e sua m'er Ana da Cruz Prates²⁸⁴.

[...]Sebastião natural de Andreza crioulos escravo de Antônio Ribeiro de Magalhães, cuja criança foi nascida na Freguesia de Monte alto[...]²⁸⁵.

Como párvulos, meninos e crianças, as alforrias foram concedidas para essas pessoas na sede dos cultos católicos e também nos cartórios. Longe da pia batismal, onde o sacramento confirmava o nascimento cristão, purificava a criança do pecado original, concebia parentes espirituais e também oficializava a posse do cativo, estavam as alforrias concedidas nos cartórios. A seção seguinte discute essas alforrias distante dos “santos óleos” da pia batismal, e perto do crivo dos “olhos dos homens” dos registros cartoriais.

5.3 A liberdade: os indícios cartoriais

A manutenção da família, a ascensão na hierarquia do cativo, a produção de uma roça ou a criação de animais foram pautas importantes no dia a dia do escravo sertanejo. Mas, assim como observou Eduardo França Paiva para paragens das Minas Gerais, a liberdade talvez tenha sido para esses cativos a “mais importante meta”²⁸⁶. A liberdade foi caprichosamente delineada

²⁸³ CAETITÉ. 1833/1849, p.115.

²⁸⁴ CAETITÉ, 1833-1849, p.58.

²⁸⁵ CAETITÉ, 1837-1876, p.165.

²⁸⁶ Paiva, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência por meio dos testamentos*. São Paulo: Annablume,1995. p105.

por escravos sozinhos, ou com a ajuda de parentes, amigos ou conhecidos, que dentro dos limites da instituição escravista traçaram os caminhos para a sua liberdade ou de seus parentes, ininterruptamente, durante todo o século XIX²⁸⁷.

A liberdade assentada nos acordos orais, estabelecidos entre senhores e escravos, coexistiu com aquela constituída em um registro formal²⁸⁸. Os indícios deixados sobre os libertos em diferentes documentos, cujas cartas não constam nos arquivos disponíveis, somados a todos os registros feitos em cartórios, colaboram para a constatação de que a luta pela liberdade era uma pauta importante das relações escravistas no termo de Caetitê. As alforrias ecoavam nos óbitos, nos assentos de batismo, nos testamentos e inventários.

Todo o século XIX transcorreu com a liberdade como uma possibilidade tangível aos cativos nascidos ou envelhecidos no sertão. Entre 1801 e 1888 foram localizadas, nos livros de notas de Caetitê, em números absolutos, 941 cartas de liberdade de 1.010 cativos²⁸⁹. Em períodos já especificados pelos estudos da região, elas compuseram um número de 316 entre 1830 e 1860,²⁹⁰ e 174, entre 1870-79.²⁹¹ Para Erivaldo Fagundes Neves, houve um declínio de 12,4% no número de cartas emitidas na década de 50 do XIX em relação à década anterior. Durante o decênio de 1860, as alforrias cartoriais subiram para 13,3%, indicando um leve aumento, e caíram drasticamente na década de 70, quando chegaram a 3%²⁹². A observação de Fátima Pires resume muito bem os motivos para a queda das alforrias nas últimas décadas antes da abolição da escravidão: “No Alto Sertão, a questão das alforrias na década de 1880, comparativamente à década de 1870, se explica, fundamentalmente, pelas vendas de escravos através do tráfico interprovincial e pela redução do número de escravos na região”²⁹³.

Mesmo nos períodos mais atingidos pela pressão do tráfico, as alforrias concedidas “espontaneamente”, ou sob o “jogo das negociações”, entre senhores e escravos, ocorreram e foram, muitas vezes, intermediadas pela família. Cativos e libertos, todos aparentados, compunham uma rede capaz de alimentar a esperança de angariar a liberdade. Muitos dos

²⁸⁷ Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de História Regional e Local). Feira de Santana: UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998; ORTIZ, 2014; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

²⁸⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012. p.14.

²⁹⁰ ORTIZ, op. cit.,

²⁹¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p.97-128, 2000.

²⁹² NEVES, p.105.

²⁹³ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. p.73

acertos firmados nos limites dos sítios, das fazendas ou das residências, provavelmente, ocorreram com bases firmadas entre parentes de cativo ou através dos acordos costumeiros franqueados pela palavra dos senhores. Bons serviços, ameaça de fuga, insubordinação, acúmulo de pecúlio, disponibilidade de permanecer a servir, entre outros fatores, podem ter gerado muitos acordos ou proporcionado a liberdade.

Marcelo Matheus, ao estudar as alforrias em Alegrete no século XIX, encontrou um percentual importante de libertos, sem que houvesse registro legal de suas cartas de liberdade, o que o levou a presumir que a liberdade, chamada por ele de “socialmente reconhecida”, tenha tido um papel tão importante naquela sociedade quanto o daquelas alforrias formalmente registradas em cartórios²⁹⁴. Acreditamos que as características locais de Caetité, como domínio de pequenas posses, grupos aparentados dentro e fora do cativo, e o convívio mais duradouro nas posses, possam ter contribuído como fatores que viabilizaram uma situação parecida. É possível que as partes interessadas mantivessem públicos os acordos de liberdade firmados de forma particular no interior das posses. Nos testamentos e inventários, esses acordos aparecem mais explícitos e formalmente estabelecidos nas cláusulas instituídas pelos proprietários para alguns de seus escravos. Os responsáveis pelos inventários declaravam, nas prestações de contas dos bens dos inventariados, cartas conferidas integralmente ou coartadas.

Isso não significa que o cativo não almejasse o registro mais rápido da sua carta. Esse documento era um item importante na negociação da liberdade, tanto do ponto de vista da segurança do cativo em relação à palavra do senhor, como revelação de uma estratégia senhorial para impor o domínio sobre a liberdade segundo seus interesses. O registro em si não significava o exercício pleno da liberdade, mas sua ausência podia, sem motivo algum, ou a partir de casos de ingratidão, descumprimento de alguma cláusula ou capricho do proprietário, anular ou revogar o acerto estabelecido para a concessão da carta²⁹⁵. Mesmo as partilhas de bens, com a morte do proprietário, podiam impor uma nova luta para assegurar a carta prometida. As observações nas cartas como a de que nenhum herdeiro em tempo algum podia anular, não eram obstáculos absolutos para tal cumprimento.

O perigo em relação à segurança da carta aparecia em algumas observações dos proprietários em seus documentos, quando recomendavam “título de verbas” para situações de

²⁹⁴ MATHEUS, 2012.

²⁹⁵ Kátia Mattoso sobre a concessão gratuita da alforria com condição: “Na verdade, ela é paga muito caro, é sempre revogável e torna o escravo libertável ainda mais dependente, pois ele sabe que a menor desavença, um instante de mau humor, pode pôr abaixo o edifício duramente construído de sua futura libertação. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.184.

desaparecimentos inexplicáveis ou perdas acidentais das cartas²⁹⁶. A incidência de cópias das cartas nos cartórios também é uma evidência dessa preocupação e um alerta para a possibilidade de desaparecimento desse documento. O caso abaixo, atípico, testemunha essa preocupação com a carta a partir da posição da proprietária. Ela justificou a emissão de um novo registro da alforria sob dois argumentos: esquecimento dos vigários ou distância entre o local de morada e o de batismo:

Digo eu Thereza de Almeida Maria de Jesus, que tendo minha escrava Maria africana parido huma cabrinha de nome Rufina na Cidade da Bahia, a mandei batizar por forra, com efeito se batizou por tal na Freguesia de Santo Antônio daquela Cidade, e como sam lugares distantes e pode muito bem acontecer não assentarem no livro competente, como há acontecido muitas vezes por esquecimento do Vigário ou Parocho de algumas Freguesias, e por ser minha larga vontade que seja forra a dita minha escrava pelo amor que lhe tenho, para maior segurança passo a presente carta de liberdade...²⁹⁷

No caso de Rufina essa preocupação com o registro tem a ver com a concepção do documento em uma praça distante. Mas, de modo geral, as alforrias registradas em livros de batismo não eram conferidas por registros em cartório. O valor comprobatório dos assentos era muito grande.

Se a preocupação do registro da carta de Rufina foi um item importante de sua alforria, a compreensão da manumissão em sua família expandiu o retrato da liberdade das mulheres, meninas e moças de Caetité. As cartas de alforrias da família apontaram as relações afetivas, o convívio em família, a experiência como escravas na mesma posse e a possibilidade de obter o pecúlio como itens importantes nas suas histórias de liberdade.

A carta também expôs o caminho para a concessão da alforria de Rufina, quando apresentou a justificativa da proprietária para concedê-la: “por ser minha *larga vontade* que seja forra a dita minha escrava pelo *amor que lhe tenho*, para maior segurança passo a presente carta de liberdade”. O afeto pode ter sido de fato, nesse caso, um ingrediente importante para a liberdade de Rufina. Como apontou Lígia Bellini, nas alforrias de crianças, a afetividade foi um

²⁹⁶Ver: SOUZA, Daniele Santos. Nos caminhos do cativo, na esquina com a liberdade: alforrias, resistência e trajetórias individuais na Bahia setecentista. In: CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014. CORTÊS, Maria Inês de Oliveira. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988. p.99

²⁹⁷ SALVADOR. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabeliona n. 6. Série cartas de liberdade. SALVADOR: APEB, 1838. p.54.

componente importante para a concessão²⁹⁸. O fato de Rufina ser a primeira “cria” também pode ter contado na hora da decisão de alforriar, já que foi recorrente a referência a essa condição entre as crianças alforriadas. No entanto, esse afeto citado em alforrias como a de Rufina, sem condição e sem ônus, e com a preocupação de que sua carta estivesse registrada, não significou absolutamente que sua liberdade não fosse duramente cobrada. Esse pagamento poderia significar a exploração de seu trabalho sob a nova condição de livre e dependente.

A proprietária de Rufina não usou os mesmos critérios para alforriar as suas irmãs. Como enfatizou Kátia Mattoso, a alforria dificilmente foi um gesto de generosidade. Ao que tudo indica, aparentemente, quando a generosidade ocorreu, ela não se estendeu a todos os escravos na posse²⁹⁹. A proprietária da família de Rufina, assim como os demais donos de escravos apresentados na documentação, flertavam o tempo todo com a concessão associada aos bons serviços prestados até a sua morte. Eles queriam escravos fiéis e, no caso da família de Rufina, a proprietária Theresa, possivelmente, desejava que todas as garotinhas, filhas de sua escrava Maria, crescessem ao seu redor e a lhe servir. Mas, se o domínio senhorial e o interesse nos serviços estão implícitos na alforria da família de Rufina, o papel da mãe das meninas na conquista da liberdade aparece como o outro lado dessa conquista. Maria africana, mãe das crianças, ciente do poder de barganha e de suas consequências na conquista da alforria, deve ter criado meios para intermediar a concessão da liberdade para os membros de sua família e para a sua própria liberdade, já que também foi alforriada, sem ônus, mas com condição:

Digo eu Theresa d’ Almeida de Jesus que sou senhora e possuidora de huma escrava or nome Maria nação Africana com idade trinta e seis annos a qual em remuneração dos bons serviços que me tem prestado forro, e com efeito forra a tenho, com a condição de me servir, e acompanhar até minha morte[...]³⁰⁰

As irmãs de Rufina, Maria, de oito anos de idade, e Ana, de onze, receberam a alforria com a seguinte justificativa citada por Maria Thereza de Almeida: “por amor de ter criado e com a condição de servir e acompanhar até a morte”. As duas meninas também foram identificadas no documento como *crioulinhas* e *crias* de sua proprietária³⁰¹. Já para a terceira irmã de Rufina, Crescência, a mãe, Maria africana, teve que desembolsar 200\$000 réis para sua

²⁹⁸ BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (org). *Escravidão e a Invenção da liberdade*. Estudos sobre os negros no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 73-86.

²⁹⁹ MATTOSO, 1990, p. 186.

³⁰⁰ SALVADOR, 1838, p.52

³⁰¹ Ibid., p.55-56.

carta de liberdade³⁰². Isso significa que pode ter havido um acordo que permitiu a Maria pagar pela filha mais nova, portanto, mais barata, já que, aparentemente, por essa escravinha, não fosse tão grande o “amor” de sua proprietária.

Os mais de vinte anos de convívio na posse permitiu a Maria africana as concessões da liberdade sem pagamento em espécie de três de suas filhas, e que ainda desenvolvesse alguma forma de acumular dinheiro para comprar a liberdade da quarta. Ela manteve as filhas por perto e ainda promoveu suas liberdades. A conduta da mãe e também das meninas pode ter colaborado para a aquisição das cartas. Situação parecida ocorreu em outros registros de alforrias de forma mais explícita, entre eles a de Virgelina, uma escrava identificada como cabra, de 18 anos de idade, que recebeu a carta de alforria pelos bons serviços que prestou a seus senhores, e pelos prestados por sua finada mãe³⁰³. Outras vezes, os bons serviços prestados se estendiam aos filhos legítimos dos proprietários: Desidéria foi alforriada por ter criado com muito amor uma filha de Anselmo da Cruz Prates³⁰⁴.

Outras mães fizeram como Maria africana, mãe de Rufina, e conseguiram o dinheiro para as alforrias de seus filhos. Os anos de convívio fizeram delas hábeis negociadoras e soberanas nos projetos de vida de seus rebentos. Esse foi o caso de Rosa, que, já liberta, se esmerou para conseguir o valor para libertar sua filha, Maria crioula, que permanecia no cativeiro como escrava de sua antiga proprietária, Anna Efigênia de Albuquerque. A proprietária passou a carta após receber 73\$000 mil réis das mãos de Rosa e, no mesmo registro, notificou o débito de 127\$000 mil réis correspondentes ao resto do valor da criança.³⁰⁵ Embora este caso aponte a conquista da liberdade do filho após a liberdade da mãe, para Kátia Almeida “muitos escravos empenhavam-se para que, primeiro, sua descendência saísse do cativeiro, para só depois investir na própria alforria³⁰⁶.

Outras vezes, a alforria contemplava, ao mesmo tempo, mãe e filho, como a que foi concedida por Vitória Correia de Brito para Maria crioula e seu filho Clemente. No entanto, a proprietária deixou a entender que a “dádiva” da liberdade que ela facultava a Maria e seu filho também cabia a quaisquer futuros filhos, embora a nova condição da mãe, como liberta, já presumisse isso.

³⁰² Ibid., p.55-56.

³⁰³ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 15*. Série cartas de liberdade. SALVADOR: APEB, 1854. p.180.

³⁰⁴ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 4*. Série cartas de liberdade. SALVADOR: APEB, 1831. p. 103.

³⁰⁵ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 6*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1840.

³⁰⁶ ALMEIDA, 2014, p, 156.

[...]digo dita minha Escrava Maria liberdade e quero que gose como se livre ascesse do ventre materno e isto desde aquele tempo, ficando também liberto hum filho da mesma por nome Clemente nascido a quatro de Março do corrente anno, assim como gosará da mesma liberdade quaisquer filhos que por ventura possa ter de ora em diante³⁰⁷

O percurso para a liberdade podia ser mais urgente e angustiante. Algumas mães tiveram a promessa da alforria, mas o filho no ventre, não. Claudina cabra recebeu a carta para servir enquanto viva fosse a proprietária. O filho que carregava no ventre não foi agraciado, e ao contrário, ficou registrada sua condição de cativo. Pareceu melhor ao proprietário registrar esse detalhe, para que não houvesse dúvida, mesmo que todos estivessem cientes de que ventre escravo – filho escravo. Talvez a preocupação com o detalhe estivesse na possibilidade do imprevisto, como o acometimento da morte do proprietário antes do nascimento da criança³⁰⁸.

Na prática, as negociações da alforria, além de serem estabelecidas a longo prazo, significaram situações muito mais complexas. Escravos que foram doados para um, ou mais parentes do atual proprietário, incorreram na premissa da impossibilidade de receber a alforria integral. Ana e seu filho João viveram essa situação bem singular. Um dos proprietários deles, Antônio Lucas de Araújo, forrou só a parte dele nos dois escravos³⁰⁹. O caminho para a outra metade da alforria deveria incidir numa negociação com o outro proprietário.

Outra situação singular, era o acordo firmado na contramão da manumissão dos filhos e na direção da liberdade da genitora ou dos genitores. Essa situação não significava que, depois de libertos, esses pais não se esmerassem em conseguir um jeito de libertar sua prole, ou que os filhos ficassem distantes de seus cuidados. Na dinâmica regional, os filhos cativos podiam ficar por perto dos olhos do pais cativos, ou mesmo dos libertos. Uma das cartas encontradas mostrou a liberdade da mãe condicionada à concepção de oito a dez filhos. Feita em São Romão em 1822 e depois registrada a cópia no cartório de Caetité em 1851, a carta abaixo tratava de uma negociação para a alforria que envolvia os nascimentos de muitas “crias” geradas por Joaquina angola:

Digo eu Efigênia Maria da Conceição viúva que fiquei deo falecido Jose´ Pereira Machado , que dos bens que sou senhora e possuidora livres e dezembargados, há bem assim huma Escrava por nome Joaquina Nação Angola, cuja Escrava me tocou na minha meação no juízo de Órfaos da Villa

³⁰⁷ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 10*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1843.p.39

³⁰⁸ SALVADOR, 1839, s/p.

³⁰⁹ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 14*. Salvador: APEB, 1855. p.40

de Rio de Contas, cuja Escrava hé casada com o crioulo Alberto, que foi sujeito do casal e hoje vive na sua liberdade por que o falecido meo marido, e eu tratamos com a dita Escrava que nos desse oito a des crias, lhe prometemos sua carta de liberdade, como de facto inthé o presente, estou... passo a dita carta de liberdade de minha livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma³¹⁰.

Ao que tudo indica, a escrava Joaquina teria cumprido o acordo de fornecer as “dez crias”, talvez todas concebidas com o seu parceiro legítimo. A sua carta de liberdade também depõe sobre o cumprimento do acordo por parte dos proprietários. É importante ponderar que este tipo de manumissão concedida à mãe a partir da geração de filhos cativos constituía uma exceção. Muito mais comuns foram as lutas empreendidas por mães em prol da liberdade de seus filhos.

Como “crias” ou como filhos, o universo das manumissões, delineado pelas alforrias de Rufina, Maria, Clemente e tantas outras crianças, mostrou que mães intermediaram as alforrias, filhos as construíram com atitudes e serviços, e senhores e escravos as definiram através de diferentes negociações. Elas foram concedidas em uma região onde as posses se caracterizavam por uma convivência entre gerações de escravos e de proprietários; por uma “cultura familiar” que gerava um ambiente bastante propício à concessão de alforrias. As libertações, ao que parece, se tornaram quase que um direito consuetudinário em virtude desses entrelaçamentos de famílias proprietárias e escravas.

5.4 A tipologia das cartas

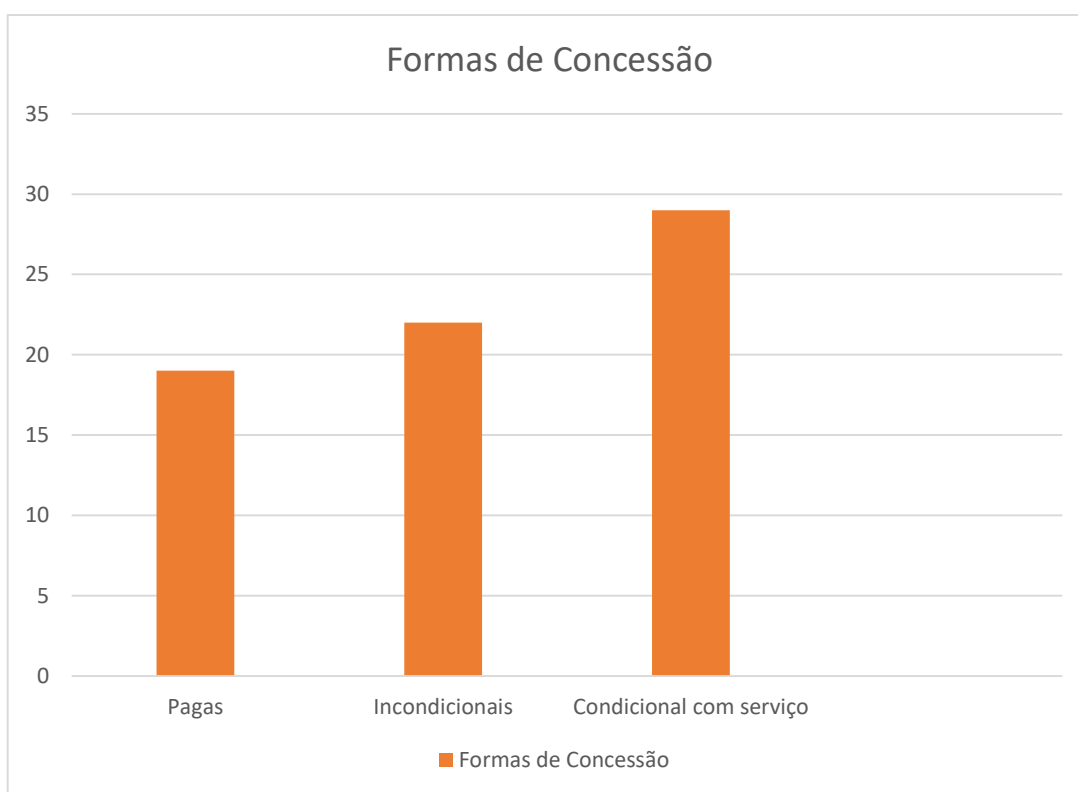
Como bem observou Stuart Schwartz, “o fenômeno da manumissão, como qualquer outro aspecto do regime escravocrata, deve ser examinado com relação à situação sócio-política e econômica predominante”³¹¹. No caso de Caetitê, esse cenário se compôs por uma realidade rural com domínio de práticas agropastoris e com a prevalência de pequenas e médias posses; com escravos crioulos como grupo majoritário entre os cativos; com famílias escravas instituídas nas posses; com alguns cativos exercendo funções que lhes permitiram mobilidade e economia própria. Portanto, por um quadro propício para que as alforrias fossem trilhadas por negociações e atendessem interesses de cativos e senhores.

³¹⁰ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 12*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1851.p.150.

³¹¹ SCHWARTZ, Stuart. Vida nos engenhos e vida dos escravos. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. p. 176.

A tipologia das cartas evidencia as redes acionadas nesse contexto por parentes desses escravos que procuravam alforriá-los ainda bem pequenos quando o custo era menor. Mostra a ingerência de senhores sobre suas crias e, respectivamente, seus filhos, na concessão dessas alforrias. Denuncia o pagamento implícito das cartas gratuitas aferidas sob a prerrogativa de serviços prestados de forma pregressa pelos pais das crianças libertas. Chama a atenção para o fato de que, no sertão, algumas vezes, não era necessária uma vida inteira para sonhar com a liberdade. As formas mais comuns para as concessões das cartas de liberdade foram as condicionadas, as incondicionais e as pagas em espécie.

Gráfico 10- Formas mais comuns de concessão das alforrias



Fonte: Livros de Notas de Caetité, 1830-1870.

As alforrias ocorreram primeiro ofertadas de forma condicional com serviços, depois incondicionais e por último, pagas. Para os adultos, os anos na mesma posse, a efetuar “bons serviços”, podem ter contribuído para as alforrias gratuitas e condicionais. Para as crianças, a regra de se alforriar e manter os serviços até a morte do senhor também foi recorrente. Elas pagariam pelas alforrias ao longo de seu crescimento. Não nos parece que seu potencial como futuro agregado e trabalhador fosse negligenciado. Havia uma possibilidade de assegurar com a alforria um trabalhador fiel e obediente. A concessão da carta, segundo Flaviane Ribeiro

Nascimento, evidenciava, nesses casos, a manifestação de manutenção do domínio sobre o escravo, então liberto, “e não sua efetiva liberdade”. Segundo ela, em alguns casos, abria-se mão da propriedade, mas não do domínio, e esperava-se a subordinação e a gratidão³¹². No entanto, nem sempre as condições eram aceitas passivamente, escravos fugiam, recorriam a terceiros para agenciarem suas alforrias, ou eles mesmos atuavam diretamente na negociação. Margarida foi liberta com a condição de servir enquanto vivo fosse seu proprietário. Segundo ele, a escrava havia-lhe dado 120\$000 réis para ele desistir da condição, porém, como ainda precisava dos serviços dela para os próximos quarenta dias, não permitiu de imediato, mas fechou o acordo da seguinte forma: “e o dia que inteirar os quarenta em diante em virtude deste título ficara ela gosando de sua liberdade”³¹³.

A segunda forma de concessão mais comum das alforrias foi a incondicional. As expressões citadas nessas cartas indicam pontos fundamentais para a liberdade das crianças, como a afeição, o fato de nascer na posse, a criação, a obediência e por ser filho de uma escrava estimada. Nesse contexto das alforrias citadas como incondicionais estava a de Felicidade: “Digo eu Raimundo José da Silva, que sou senhor e possuidor da mulatinha Felicidade, que está de Sete a Oito anos de idade e hé filha da Escrava Balbina, a qual Felicidade forro, e com efeito forrado a tenho pelo amor que lhe tenho[...]”³¹⁴.

As expressões mais usadas para as motivações das alforrias incondicionais, como a de Felicidade, estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 14- Motivações para as alforrias

Por lhe ter muito amor
Por ser minha cria
Pelo amor de criação
Por ter o criado
Por amor que lhe tenho
Bons serviços
Por obediência
Por ser sua primeira cria
Por ser filho da minha escrava...
Pelo grande amor que tem merecido

Fonte: Livros de Notas de Caetitê, 1830-1870.

³¹² NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. O horizonte da liberdade e a força da escravidão: últimas décadas do século XIX. IN: CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 187.

³¹³ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 11*. Série cartas de liberdade Salvador: APEB, 1847.p.193.

³¹⁴ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 12*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1849. p.98.

As alforrias gratuitas e sem condição deviam estar vinculadas à afeição de seus proprietários pelos pequenos escravos, ou mesmo ao fato de os senhores estarem libertando seus filhos, já que o maior número de crianças alforriadas estava entre as mulatas. Segundo Douglas Libby e Clotilde Paiva, as concessões gratuitas e incondicionais:

[...]eram bastante raras e quase que exclusivamente limitadas àqueles casos em que os senhores estavam, de fato, libertando seus próprios filhos (frequentemente não reconhecidos como tal) ou parceiras sexuais (Lara, 1988; Paiva, 1995). Na maioria das vezes, escravos fiéis e obedientes recebiam liberdade condicional que envolvia pagamentos aos herdeiros do falecido senhor ou, pior ainda, serviços adicionais para os sobreviventes do testador. Em suma, a alforria chegava gratuitamente poucas vezes, e embora o preço extraído por proprietários variasse muito, raramente era baixo³¹⁵.

Portanto, esse quadro de alforrias incondicionais necessariamente não significou isentar o escravo de pagar pela sua alforria, mesmo sendo ele criança. E quando esse pagamento não insidia de imediato na cobrança de seus serviços, recaía na prestação dos serviços de seus pais.

A terceira forma mais comum da concessão das alforrias foi a paga. As concessões aferidas com o pagamento transcorreram no quadro composto por crianças nos primeiros anos de vida, quando os seus preços eram mais modestos. No entanto, é bom destacar que, nos estudos sobre as alforrias em Caetité, a compra da liberdade pelo próprio liberto sempre foi muito significativa. Segundo Eivaldo Fagundes Neves, no século XIX, “a compra da liberdade pelo próprio escravo foi a justificativa mais alegada” e os bons serviços prestados o segundo³¹⁶. Em alguns casos, para ele, essa situação pôde até satisfazer interesses senhoriais já que, “através das pequenas economias que eles amealhavam ao longo do cativeiro, obtinha o ressarcimento do valor do escravo ao envelhecer”³¹⁷. No caso das crianças em tenra idade, a emissão da carta de alforria paga ocorria quando um adulto a ofertava, já que a autocompra não era possível. A maior parte das cartas apresentavam o valor, mas não faziam referência ao pagador.

Os preços das alforrias giravam entre 50\$000 a 400\$000 mil réis, com uma mudança progressiva ascendente de acordo com a idade da criança e a conjuntura da décadas. Nas décadas de 50 e 60 do século XIX, o fim do tráfico internacional e o incremento do tráfico interno incidiram no aumento dos preços.

³¹⁵ Libby, D.C.; Paiva, C.A. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez. Disponível: 2000file:///D:/Downloads/354-Texto%20do%20artigo-1030-1-10-20131021.pdf.Acesso em: 10 jul 2019. p.29.

³¹⁶ NEVES, 2012, p.173.

³¹⁷ NEVES, op. cit., p172.

Quadro 15- Média de preços das alforrias

IDADE	Média ou variante -1830-1840	Média de preço ou variante -1850-60
Até 1 ano	50 mil réis	100 mil réis
2 a 7 anos	80 a 200 mil réis	200- 300 mil
8 a 12 anos	200 a 300 mil réis	300- 400 mil

Fonte: Cartas de alforria de Caetité, 1830-1870.

Entre o período de 1830 e 1870, nas cartas identificadas com o pagamento, os responsáveis pela disposição do valor foram a mãe ou o pai da criança; um filho, tio ou neto do proprietário; o padrinho ou outras pessoas livres não identificadas. Alguns fatores se destacaram nessas concessões pagas: primeiro, a família consanguínea que conseguia acumular o pecúlio para a liberdade de seus membros; segundo, a progeneritura fora do cativo; terceiro, as relações estabelecidas na posse ou fora dela pelos parentes das crianças; e quarto, o compadrio, como ocorreu com Simoa:³¹⁸

Digo eu abaixo assignado que entre os bens que sou senhor e possuidor, é bem assim a mulatinha de nome Simoa filha dos meos Escravos Joaquim e Antônia, cuja mulatinha forro de minha livre vontade e fica fôrra de hoje em diante como que de ventre livre nascesse, e por isso poderá de hoje em diante gosando de sua liberdade visto ... recebi o seu valor de duzentos mil réis por mão de seos Padrinhos...³¹⁹

No quadro geral, crianças raramente foram alforriadas acima dos cinco anos de idade. A maioria recebeu a alforria entre os primeiros meses de vida e os cinco anos. A idade mais recorrente para alforria foi aquela com crianças na faixa dos dois anos. Crianças acima de cinco anos tiveram suas alforrias concedidas, principalmente, sem pagamento e com condição. Aquelas abaixo de cinco anos lideraram as alforrias pagas. Quando ponderados os números absolutos que incluíram crianças e adultos, elas lideraram as alforrias gratuitas concedidas em Caetité. Das 369 cartas analisadas neste trabalho, 77 (20,86%) foram efetivamente concedidas a crianças³²⁰. Desse percentual 47 foram para meninas e 30 para meninos. A maioria, como já nos reportamos, entre o primeiro e o nono ano de vida. Os estudos sobre alforrias na região e no Brasil já apontaram essa tendência de maior número de alforrias para as mulheres³²¹.

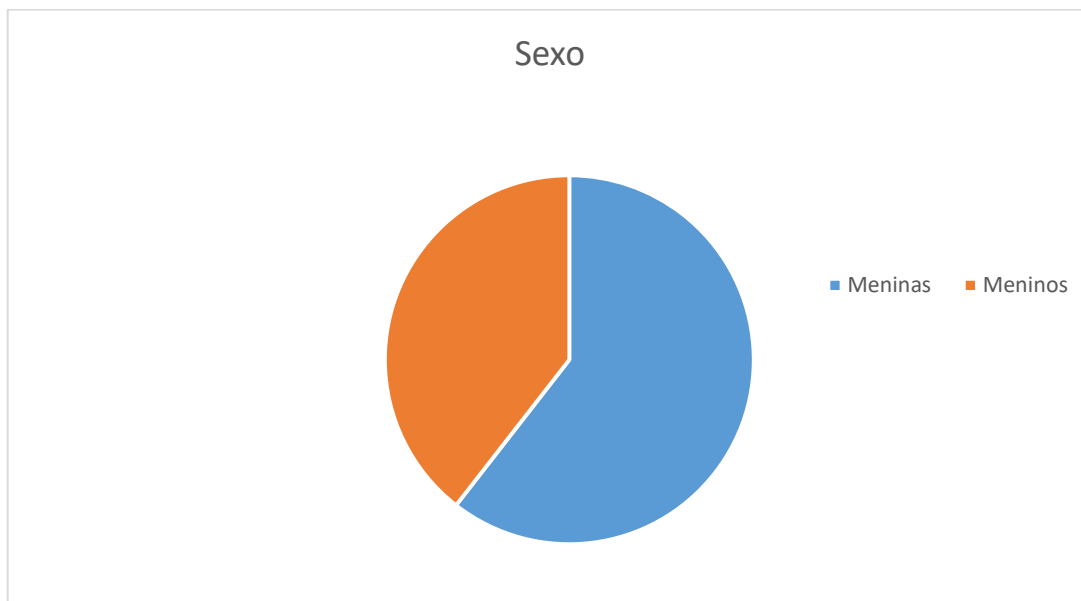
³¹⁸ SLENES, 1997, p. 276-277.

³¹⁹ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 15*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1830/1858, p.117.

³²⁰ Para 255 cartas não foi possível a identificação.

³²¹ LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.17, n. 1/2, jan./dez., p.17-46, 2000. Disponível em:

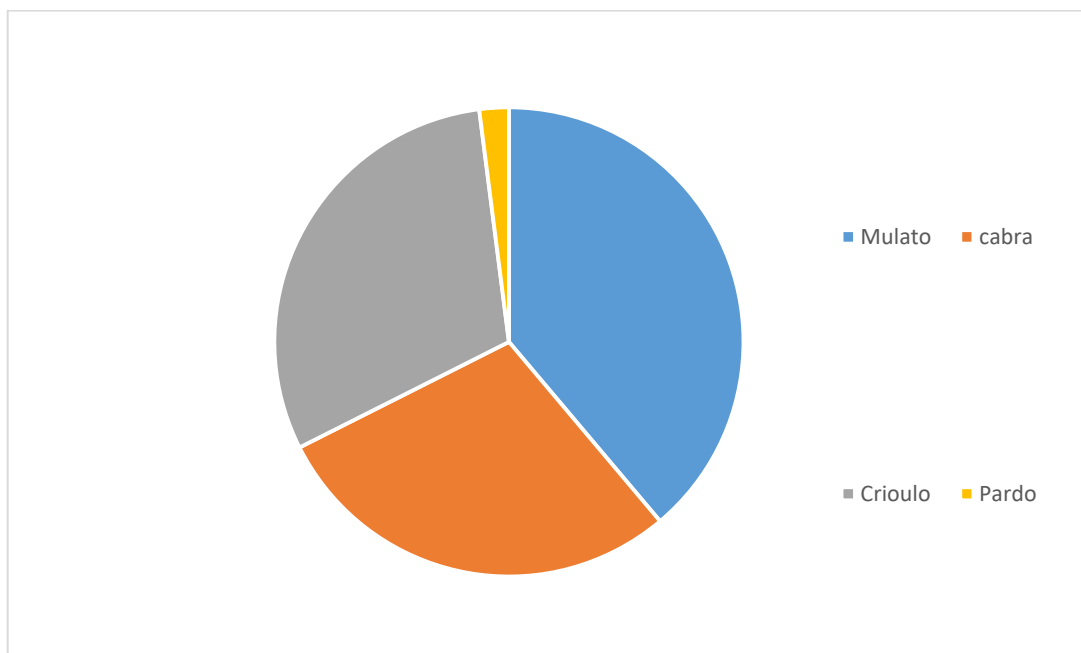
Gráfico 11- Crianças escravas alforriadas segundo o sexo



Fonte: Livros de notas de Caetit .

Diferente do que ocorreu nos registros efetuados na pia batismal, as crianças alforriadas nos registros dos cartórios apareceram identificadas em primeiro lugar como mulatas, depois como cabras e crioulas, e por fim, pardas.

Gráfico 12- Cor/qualidade dos alforriados nos cartórios



Fonte: Livros de notas cartoriais de Caetit , 1830-1870.

Essa diferença de classificação do sujeito nos dois tipos de documentos, o cartorial e o eclesiástico, talvez fosse fruto do caráter do registro religioso, ou seja, aquele que emitia o batismo e alforria juntos. Há de se considerar ainda para esse quadro a imprecisão dos padres nas anotações nos livros de batismo e a possibilidade de esses clérigos omitirem o termo mulato para não denunciarem uma possível procedência ilegítima, quiçá, adúltera da criança. O mulato, durante os estudos nos inventários, apontou sempre para o filho da escrava com um homem supostamente branco. Logo, essas crianças talvez fossem filhos de seus proprietários ou padrinhos.

5.5 A alforria e a paternidade nas cartas e nos testamentos

Mesmo nas cartas onde a filiação do escravo estava implícita e pode ter implicado a alforria, os elementos de domínio e de cobrança somavam-se ao da autoridade instituída pela paternidade e pela posse, como ocorreu com Mathilde:

Digo eu abaixo assignado, que entre os mais bens que possuo livres e desembargados, hám bem assim huma Escravinha de nome Mathildes mulatinha de idade de quatro annos, a qual fica debaixo athe' o dose annos, e dai em diante poderá gozar de sua liberdade³²².

Na sequência da carta de Mathilde há a observação de que não se poderia em tempo algum cobrar os dias de serviços pelos anos de criação. Os doze anos de idade dela encerrariam o fim da “dependência”, pois haveria chegado à idade adulta, ideal para as moças se casarem. Ela, supostamente, deveria entender que esses anos eram custosos e que a gratidão era o mínimo para ofertar em troca.

A idade de casar definia algumas concessões de alforria para as meninas. Joaquim Alves Coelho afirmou, na carta de alforria de sua “cria”, Maria parda, que a alforriava por “desencargo de consciência”. A mãe de Maria, que se chamava Teresa, havia sido sua escrava e, no momento da elaboração da carta, gozava de sua liberdade ao lado do marido. Segundo Joaquim Alves, essa condição de Teresa como esposa de José Ramos, associada a sua nova condição jurídica de mulher forra, permitia que ele lhe entregasse “a dita menina” para que ela e seu marido a criassem até a idade de casar. Chegado este momento, o casal deveria devolvê-la para ele, seu pai. Como informação adicional, na carta ele a reconhecia por sua filha natural, tida com Teresa

³²² SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabelionato n. 12*. Salvador: APEB, 1850. p 117.

no tempo dela solteira e ele viúvo³²³. Pareceu-lhe oportuno fazer essa ressalva que o abonava de qualquer desvio na moral cristã.

Maria foi descrita no documento como *cria, parda e filha natural*. Embora filha biológica de Joaquim Alves de Carvalho, foi identificada no início do registro de sua liberdade como sua *cria* e depois como *filha*. Talvez porque a visse primeiro como uma de suas crias, e só depois como filha. No entanto, como citamos no capítulo 2 desta tese, o termo filha, como sempre acontecia, reportou-se à filiação concebida entre uma pessoa livre e uma escrava. Do mesmo jeito, o termo parda foi novamente empregado para qualificação da criança que estava sendo alforriada.

Ao conceder a alforria, o pai e proprietário livrou-se de sustentá-la. Por outro lado, talvez imbuído de boas intenções, se tenha mesmo importado com a sua criação e amparo ao enviá-la à mãe. Ou, quem sabe, cedeu aos apelos desta para entregá-la e alforriá-la. Quanto à menção em ajudá-la a casar, poderia estar referindo-se ao futuro cônjuge, a um dote, ou mesmo às providências do “enxoval de casa”, como alguns pais faziam com moças da região prestes a contrair o matrimônio. Ajudar a casá-la também evitaria a desonra moral de um mau casamento ou do infortúnio de ser mãe solteira. Já a alforria lhe permitia, em terra, e depois da morte, o alegado “desencargo de consciência”.

Para situações com a de Maria e Mathilde foram usadas justificativas como: “desconfio de parte na criança por ter tido cópula carnal com a mãe da dita”, ou “reconheço ter parte nela”. Sérgio Florentino da Silva descreveu nos seguintes termos uma situação parecida:

[...]entre os mais bens que possuo livres e desembargados hé bem assim huma Escrava Clemencia, cuja Escravinha hé cria minha, “a qual forro e com efeito forra a tenho de hoje para todo sempre e como desconfio ter de parte nella por ter tido copula carnal com a Mai da dita por isso a forro e cuja alforria a fasso muito de minha vontade[...]³²⁴

Assim como Sérgio Florentino e Joaquim Alves de Carvalho, a tônica da filiação amparou algumas alforrias nos testamentos. Logo depois dela, vieram os bons serviços. Todas as alforrias apareceram com a indicação de serem concedidas após a morte dos proprietários.

As alforrias das escravas “pejadas” foram demarcadas quase sempre para depois do parto, e as crias destinadas aos herdeiros. Escravos adultos, com anos servindo aos senhores,

³²³ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 6*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1840.s/p.

³²⁴ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 6*. Série cartas de liberdade, s/p. Página incompleta no documento.

foram os mais contemplados. Vestígios das alforrias ocorridas com mais de um membro das famílias cativas apareceram nas cláusulas que citavam alforrias dos cativos. Elas ocorreram em conjunto com a mãe ou só para a criança. Maria Inácia Antônia Pereira de Jesus deixou no seu testamento coartada a escrava Vicência cabra pelo valor de 50\$000 mil réis. Vicência ficou com o direito de quitar essa quantia com o testamenteiro em dois anos. A sua filha, a cabrinha Theresa, foi libertada no mesmo documento com a verba para o título deixado pela proprietária. Como as duas ficariam libertas após seu falecimento, e a mãe, provavelmente, mais tarde que a filha, já que teria que efetuar o valor, ficou assentado no documento que a criança ficaria em companhia de sua mãe³²⁵. Em outro testamento, Maria, seu marido, Vicente, e seu filho Manoel, foram alforriados juntos. Teresa, irmã de Maria, também³²⁶.

Expressões comuns às cartas de alforrias concedidas na pia batismal e nos cartórios também foram recorrentes nos testamentos. Havia entre os proprietários uma espécie de consenso quanto aos trâmites da escrita, ou mesmo uma prática comum guiada por um texto padrão emitido por quem elaborava o documento. Entre as expressões que enfatizavam a posse e a dádiva estavam: “gozará de sua liberdade como se de livre ventre nascesse, por tanto meus herdeiros, em tempo algum poderão reduzir a escravidão”; “alforriado pelos bons serviços”; “por ser minha cria”³²⁷. Já para determinar ou alertar sobre os perigos de revogação e a imposição da obediência, um bom exemplo ocorreu no testamento de Antônio de Almeida e Souza. Ele deixou nesse documento cartas de liberdade para seus escravos Eduvirges, Martiniana, Rita, Maria, Euzébio, Ana e Antônio com a condição de, enquanto vivo, “acompanhá-lo e obedecê-lo”³²⁸.

O testamento, muitas vezes, ratificava a alforria ocorrida em outra circunstância. Domingos Soares dos Santos Barbalho alforriou em 1855 o mulatinho Antônio, talvez seu filho, na pia batismal. Antônio até foi batizado com o sobrenome do proprietário e passou a se chamar Antônio dos Santos Barbalho. A confirmação da alforria apareceu em seu testamento e depois em seu inventário. Ele alegou ser Antônio filho de sua escrava Maria “fula”, e que o alforriava de forma incondicional “pelo amor de criação” e por ser sua “cria”. Maria, mãe de Antônio,

³²⁵ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Inácia Antônia Pereira de Jesus*. Classificação: 02/568/1020/04. Salvador: APEB, 1836. p.4.

³²⁶ SALVADOR Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Martiniana Maria de Jesus*. Classificação: 08/3391/10. Salvador: APEB, 1879. p.1.

³²⁷ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *João Borges de Carvalho*. Classificação: 02/564/1016/06. Salvador: APEB, 1854. p.2.

³²⁸ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Antônio de Almeida e Souza*. Classificação: 02/868/1337/27. Salvador: APEB, 1858. p.3.

aparece na descrição dos bens de Domingos em 1860, com trinta anos de idade e avaliada por 400\$00 mil réis.

O convívio mais próximo com o proprietário, o fato de nascer na posse e a paternidade, aparentemente, operaram para a liberdade de Antônio. Domingos Barbalho ainda deixou expressa no documento a quantia de 50\$000 mil réis para sua educação. Talvez Domingos estivesse realmente preocupado com a inserção do pequeno Antônio na sociedade ou nutrisse de fato um afeto pelo menino. Sob um ângulo mais comum nestes casos, talvez lhe aliviasse o peso da consciência na iminência da morte certa.

Na prestação de contas, nos anexos do testamento em 1877, seu filho que também era seu testamenteiro, apresentou os comprovantes de que o dinheiro deixado ao mulatinho Antônio por sua educação havia sido entregue ao professor público Martiniano Sant'Ana, que o teve como interno durante o ano de 1864 para aprender as primeiras letras, o que conseguiu regularmente. No entanto, o testamenteiro alegou ter tido muitas despesas com o menino, porque o criou até aos 12 anos, idade em que morreu. O menino tinha ficado, desde os quatro anos, sob sua responsabilidade.

As alforrias encontradas nos testamentos, como as de Antônio e de Rufina, ou nas cartas de alforrias, como as de Vicência, Maria e Mathilde, entre tantas outras, citadas neste capítulo, reiteram a luta pela liberdade em Caetité. A liberdade também chegou às crianças do cativo, embora as “crias” fossem, além de fundamentais para a preservação da posse, um bem para os herdeiros e pagamento possível para algumas transações comerciais. No cenário onde o escravo comprado era muito caro, os portos ficavam distantes e a mecânica do tráfico envolvia o monopólio de empresas e as dificuldades das estradas, a presença de escravos crioulos em tenra idade, era uma forma de garantir um trabalhador e um bem para negociação. O mercado interno tinha uma dinâmica econômica que alimentava transações comerciais diversas como: venda, permuta e hipoteca. É sobre essas transações comerciais, com crianças e jovens cativos, que o capítulo seguinte se desenvolve.

6 CAPÍTULO 5

“DEUS LHE FAÇA BOM PROVEITO, ISTO EM SINAL DE BOA ARREMATAÇÃO”: CRIANÇAS E JOVENS CATIVOS NO MERCADO DE ESCRAVOS



Largo do Prédio de Câmara e Cadeia³²⁹

O comércio de escravos foi um dos principais ramos de negócio em Caetité. Leilões de escravos eram realizados, em blocos semanais ou mensais, nas adjacências do prédio da Câmara e da Igreja Matriz de Caetité. Esse tipo de aquisição de escravos foi menos recorrente que aquele efetuado por meio da transação direta, realizada entre proprietário e comprador. Nela, a negociação não sucedia, necessariamente, em uma possível concorrência aferida por um leilão. De todo modo, os dois tipos de transações incidiam em cobranças de impostos como a meia-sisa.

Nesses casos dos leilões, não era possível efetuar as transações entre compradores e vendedores sem a lavra documental, embora, em alguns casos, ficasse assentada a possibilidade de quitar o valor do imposto em outro local e data. Então, para que o cartório local pudesse lavrar o documento de arrematação (a escritura de compra e venda), era necessário atestar a quitação de impostos pela coletoria provincial. Isso, para garantir a validade da transação e a originalidade/ oficialidade do documento emitido.

Liberato, Febrosia e Zacarias são alguns dos escravos, citados neste capítulo, negociados em leilões. Eles pertenceram a Anna Francisca Leal e foram encaminhados à praça pública no dia 18 de março de 1847 para serem comercializados. O leilão, provavelmente, foi divulgado por mensageiros aos diferentes cantos do termo de Caetité e região. Por outro lado,

³²⁹ SALVADOR. Seção de Arquivo colonial e provincial. *Ofício 12*. Governo Providencial, maço, Salvador: APEB, 1276. Em um documento enviado ao governo da Província, seguiu o comunicado da área para o comércio dos produtos :“Fica destinado para feira e mercado público de gêneros alimentícios, o terreno da praça da Matriz entre a casa de Crescencio Antonio de Brito Teixeira, e do comendador João Caetano X.er da Silva Pereira.”

é possível que a prática corriqueira dos leilões em dias específicos já remetesse compradores frequentes à praça. Até os escravos não comercializados, naquela data, foram encaminhados para uma nova arrematação com dois dias de intervalo em relação ao primeiro leilão.

A proprietária dos escravos leiloados era viúva do sargento-mor Francisco de Sousa Lima, moradora da fazenda Mandacaru, filha do capitão-mor Bento Garcia Leal e Nasária Borges de Carvalho. Seus pais possuíam, na primeira metade do século XIX, a maior fortuna da região, composta por várias fazendas no Alto Sertão e na região do São Francisco. Possuíam também cabeças de gado, casa de engenho, muares e animais cavалares, além de duas centenas de escravos e cargas de algodão para exportação³³⁰. Como sua mãe, Nasária, Anna Francisca Leal possuía várias joias e utensílios em ouro, prata, corais e pedras, além de oratórios e imagens de santos católicos. Entre os seus outros bens inventariados estavam: escravos, animais cavалares e vacuns, algodão em peça e em caroço, casas e terras nas fazendas Mandacaru e Camelo.

Como ela não possuía herdeiros diretos, todos os seus bens foram, criteriosamente, divididos entre afilhados, irmãs e sobrinhos. Mais de dois contos de réis ela destinou, em cláusula testamental, à Igreja de Santana, à Casa de Misericórdia e à Capela de São Benedito. Também designou as alforrias de mais de uma dezena de seus escravos. Aqueles que não foram doados ou vendidos, para atender às cláusulas testamentais ou dívidas específicas, foram selecionados, com o advento de sua morte, para o pregão em praça pública.

Para o trâmite legal da operação comercial, realizada por meio do leilão dos escravos de Anna Francisca Leal, foram designados como responsáveis o juiz municipal substituto, Manoel Dantas Barbosa, um escrivão, e o porteiro Francisco Caetano da Costa, que no horário estabelecido se posicionaram na praça pública para a realização do leilão.

A primeira cativa de Anna Francisca Leal a ser negociada foi Febrosia, uma criança identificada como crioula, que tinha apenas seis meses de idade. Foi ordenado pelo juiz que “pusesse” em pregão de venda e arrematação a escrava avaliada em 100\$000 mil réis. Em seguida, bradou o porteiro a oportunidade para qualquer pessoa na praça lançar uma quantia pela escrava. Para isso bastaria aproximar-se, que o porteiro receberia o respectivo lance. Segundo a descrição do leilão, o porteiro “bradou em voz alta para que todos, que na praça estivessem, chegassem ou passassem haveriam de ouvir-lhe”. Francisco Rodrigues de Matos se aproximou do porteiro e ofereceu um lance de 40\$000 mil réis acima da avaliação inicial

³³⁰ SALVADOR. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Nasária Borges de Carvalho*. Classificação: 02/0589/1041/14. Salvador: APEB, 1823.

anunciada para a pequena Febrosia. Ao ouvir o lance, o porteiro voltou a bradar muitas vezes os 40\$000 mil réis a mais. Na ausência de outra oferta que melhorasse o lance, determinou o fim da venda.

O desfecho da compra ocorreu, simbolicamente, com a entrega à mão do arrematante de um ramo verde e com o pronunciamento da frase de conclusão da compra proferida pelo porteiro: “Deus lhe faça bom proveito, isto em sinal de boa arrematação”. Logo que o juiz ouviu a arrematação, o comprador apresentou a quantia de 140\$000 mil réis pela compra da criança. Esta foi entregue ao testamenteiro da proprietária Anna Francisca Leal, o Major Jacinto Antônio de Brito, que ratificou a quitação como irrevogável, para não ser mais repetida³³¹.

Nesse mesmo dia, também estavam na praça, para arrematação, os companheiros de cativo de Febrosia: Liberato, pardo de três meses de idade; Zacarias, crioulo de um ano; Luís, africano de sessenta; Martinha, crioula de dezoito (mãe de Febrosia); e Rosa parda (mãe de Zacarias), de trinta e três anos de idade. Liberato, Zacarias e Rosa foram arrematados por João Borges de Carvalho. O primeiro por 250\$000 mil réis, o segundo por 150\$000 mil réis e a terceira por 401\$000. Luís foi vendido a Pedro Pinheiro de Azevedo por 101\$000 mil réis e Martinha para Antônio Belchior Guedes por 150\$000. Zacarias e sua mãe, Rosa, foram arrematados pelo mesmo comprador, diferentemente do que ocorreu com Febrosia e sua mãe Martinha, que foram separadas com a arrematação realizada por compradores diferentes³³². Todos eles foram adquiridos por filhos de famílias tradicionais na região, conhecidos traficantes de escravos.

No dia 20 do mesmo mês, e da mesma posse, foram leiloados Josefa, mulata de sessenta anos; e Francisco, africano. Ela foi arrematada por Marcelino Pereira de Souza por 51\$000 réis e, em seguida, alforriada. No seu caso, o advento da morte de sua proprietária permitiu-lhe concluir um projeto de vida em liberdade, talvez traçado havia longa data. Francisco, africano, não foi arrematado. Segundo o testamenteiro, a compra não se realizou pelo “valor excessivo” que lhe foi atribuído, o que não era condizente com a sua idade e estado de sua pessoa: setenta e quatro anos e “defeituoso nas costas”. Ficou resolvido que, para outro leilão, ele seria ofertado por 50\$000 mil réis e não por 100\$000³³³.

O leilão dos escravos de Anna Francisca, que abre este capítulo, era uma oportunidade usada por compradores tradicionais para aquisição de escravos por preços mais baixos.

³³¹SALVADOR. Seção Judiciária. Série Inventários. *Ana Francisca Leal*. Classificação: 03/896/1365/02. Salvador: APEB, 1843. p.73.

³³² SALVADOR, 1843,p76-89.

³³³ Ibid., p. 91-103.

Algumas crianças e jovens cativos arrematados em praça pública foram comprados para a revenda imediata ou mais tardia. Encontramos exemplos dessas negociações nas vendas de outros escravos leiloados na região. Maria cabra, de oito anos de idade, foi arrematada em praça pública no ano de 1855 e, nesse mesmo ano, vendida por Nicolau José Ribeiro Silva a José Silvério do Rego³³⁴. Francisco, crioulo, de treze anos foi arrematado em praça pública na vila, dia 4 de março de 1854, e foi vendido dia 7 do mesmo mês e ano por José Antônio Pimenta para Justino Teixeira de Azevedo³³⁵.

Outra faceta do comércio de escravos exposta no leilão depõe sobre a venda de escravos muito jovens, alguns lactantes, vendidos com as mães, ou separadamente, para comerciantes tradicionais de escravos por toda a região. Essas pessoas organizavam um comércio de escravos que não respondia, exclusivamente, aos interesses dos cafeicultores do Sudeste. Estava, também, assentado em um mercado local/regional que muitas vezes envolvia crianças. As crianças eram vendidas, várias vezes, sem o registro fiscal das respectivas vendas – daí a dificuldade de rastrear o fluxo.

Portanto, existia um mercado local (intramunicipal), regional (intrarregional) e interprovincial bastante consistente de escravos crioulos de todas as idades, mas, fundamentalmente, muito jovens, alguns entre meses de vida e quinze anos de idade. Nesse contingente, o número de crianças em tenra idade é muito significativo, portanto sugestivo da presença de um mercado definido por uma peculiaridade local.

Os capítulos anteriores desta tese já mostraram que a presença de escravos em tenra idade era uma realidade de Caetité. Eles compuseram um percentual importante no quadro geral da população, e predominaram entre os escravos batizados. Entre os escravos alforriados, os números também se mantiveram expressivos, até mesmo nas fases da primeira infância.

Esse número expressivo de crianças crioulas estava distribuído em diferentes posses. Encontramos mais de 200 proprietários diferentes nos registros de batismos, o que denuncia que elas estavam na maioria dos domicílios, ou seja, naqueles onde havia casais de cativos; onde só residiam as suas mães; ou só moravam cativos sem parentesco sanguíneo. Na posse de Anna Francisca Leal, proprietária dos escravos leiloados no início do capítulo, encontramos trinta e um escravos; desses, vinte e um eram crianças.

Essa onipresença documental de escravos com idades entre um ano de idade e os quinze anos corrobora as estimativas apontadas neste capítulo: a de que os escravos em tenra idade, ou

³³⁴ SALVADOR. Seção Judiciária. *Livro de Notas de Tabeliona n. 14*. Salvador: APEB, 1855. p. 173.

³³⁵ SALVADOR, 1855, p.55.

muito jovens, lideraram o mercado escravista entre 1830 e 1870. Portanto, o arremate desse panorama que se apresenta é:

- As crianças não eram excepcionalmente compradas ou vendidas;
- Existia também um interesse importante em escravos que já podiam ser imediatamente inseridos na lavoura. No entanto, as transações comerciais efetivadas com o grupo etário (alguns com idade entre meses de vida e os cinco anos) testemunham que as vendas ocorreram em várias fases da infância e não só nas últimas etapas do seu desenvolvimento, quando estariam mais próximas das capacidades laborais estimadas para um adulto cativo;
- Na maioria das vezes, as crianças foram o objeto principal da compra e não suas mães. Logo, a premissa de que sua venda acontecia em decorrência da venda da mãe não constituiu um fator importante para a sua negociação.
- O perfil dos escravos negociados nos permite cogitar que os já citados incentivos à reprodução e às alforrias que ocorreram pautados nas relações paternalistas, no agenciamento dos próprios escravos e de suas mães, também não estavam alheios às mudanças impostas com o fim do tráfico internacional. Todos sabiam muito bem a voracidade do mercado de escravos na região e suas ramificações na economia local.

O argumento principal deste capítulo gira, justamente, em torno do comércio desses escravos crioulos em tenra idade até os mais jovens com 15 anos. Entendemos que havia um mercado de crianças e jovens cativos fortemente instituído, que atendeu majoritariamente à dinâmica local e regional de reposição de mão de obra ou de bens, e, simultaneamente, às demandas do tráfico interprovincial. Esses pequenos escravos foram, corriqueiramente, acionados para as transações que envolviam crédito, dívidas, hipotecas ou capital de giro.

Partimos do princípio de que foi uma estratégia importante tê-los na propriedade a partir da terceira década do século XIX. Além de ampliar a posse e agregar mão de obra em alguns anos, ou imediatamente, seria mais um bem para dispor no mercado em circunstâncias tão incertas, como aquelas impostas pelo cenário escravista do Brasil a partir de 1830. Talvez, sem a maior ingerência do tráfico interprovincial, as vendas realizadas ainda na primeira infância tivessem ocorrido com as crianças já mais velhas, quando seria atribuído um maior valor no mercado escravista.

Assim, o pressuposto que guia a discussão é aquele que indica que as crianças e os jovens cativos assumiram um papel fundamental no comércio de escravos de Caeté e na

própria instituição da escravidão. Cada nascimento significou dispor de um bem e de uma mão de obra capaz de fazer, apesar dos apelos ao trabalho livre, que serão citados ainda neste capítulo, persistir a instituição escravista e todas as suas teias: o trabalho, o comércio, a permuta, a doação e a hipoteca. O resultado disso foi o exercício de uma lógica de negócios, em que o cálculo econômico não incorria só na preferência por homens adultos, mas se assentava na estimulação da reprodução, da família e, depois, em sua parcial ou total desagregação.

6.1 O contexto do tráfico em breves linhas

A segunda metade do século XIX expôs, com mais veemência, o tráfico interprovincial. Herbert Klein, Robert Slenes, Robert Conrad, Richard Graham, João Fragoso, José Flávio Motta e Rafael Scheffer sistematizaram dados e apresentaram estimativas importantes de escravos enviados do Nordeste para áreas cafeeiras no Vale do Paraíba e Oeste Paulista³³⁶.

Uma faceta desse cenário comercial de escravos, entre o Nordeste e o Sudeste, com uma importante incidência de baianos na região de Campinas, foi destacada no trabalho de Rafael Scheffer:

Destacava-se a presença de escravos com origem em todo o Nordeste brasileiro, *com predomínio de baianos (927 ou 17% dos escravos negociados)*, maranhenses (545 ou 10%), pernambucanos (343 ou 6%) e cearenses (230 ou 4%), além dos cativos da própria província paulista, da vizinha província fluminense (396 ou 7%) e de um grande número de cativos gaúchos (525 ou 10%). Esses últimos foram uma presença mais frequente no fim da década de 1870³³⁷.

Em um trecho específico desse mesmo texto, Scheffer se reporta a uma escrava identificada como Joana, que foi vendida em Campinas, mas havia nascido na Bahia com matrícula de Caeté:

³³⁶ FRAGOSO, João L. R. “O Império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que plantation escravista-exportadora”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p.144; SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <http://www.escravidão e liberdade.com.br>. GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Afro-Ásia*, n.27, 2002, p.121-160. Ver também: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil- 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

³³⁷ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa. Tese (Doutorado em História) –Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019. p.35.

Em 7 de junho de 1876, dona Ana Angélica de Magalhães vendeu uma cativa para José Benedicto da Costa Ferraz e um outro senhor, ambos de Campinas, por 1:250\$000 réis. Na transação, a vendedora foi representada por seu procurador, Justino Gomes de Azevedo. O “objeto” da venda foi a escrava Joana, uma cozinheira de 25 anos de idade, preta, solteira, cuja filiação foi apontada como “desconhecida”. A causa desse desconhecimento da filiação talvez se devesse ao fato de *Joana ser natural da Bahia, tendo sido anteriormente matriculada naquela província no município de Caetitê*. Na informação sobre o registro de matrícula da escrava, temos também a informação de que ela foi anotada como a cativa nº 5 da relação de seu senhor, tendo havido a averbação de sua mudança de senhor, com sua chegada em Campinas, ainda no ano de 1873³³⁸.

Francisco Luna e Herbert Klein também refletiram sobre o deslocamento de cativos do Norte/ Nordeste para o Sudeste, citando o efeito desse tráfico interno na distribuição da mão de obra no Brasil e na política de preços:

[...]o fim do tráfico atlântico acarretou um aumento secular nos preços dos escravos. Isso, por sua vez, tornou a mão de obra cativa nas economias mais marginais uma força de trabalho demasiado cara. De modo lento e contínuo, os escravos foram substituídos por uma força de trabalho livre, a qual, além disso, cresceu depressa nesse período. Ao mesmo tempo, preços atrativos agora estavam disponíveis aos senhores que desejassem vender seus escravos, e assim teve início um intenso tráfico interno. Com certa uniformidade, as regiões açucareiras e pecuaristas mais antigas começaram a registrar um constante declínio em sua força de trabalho escrava, enquanto os municípios cafeeiros do Sudeste passaram a expandir sua escravaria³³⁹.

Todas essas pesquisas reiteraram a existência do tráfico interprovincial e o inseriram em um contexto nacional e internacional de mudanças sobre a mão de obra escrava. No entanto, paralelamente às alterações no mercado de escravos, estavam outros tantos aspectos regionais que agravaram a questão da oferta da mão de obra. No caso da Bahia, um desses fatores foi a incidência de reveses nas áreas de produção dos artigos agrícolas.

Culturas tradicionais sofreram abalos econômicos que incidiram diretamente na capacidade dos produtores de resistir à demanda de mão de obra em outras praças. A produção e a venda de produtos comercializados no mercado externo, como o açúcar, o algodão e o fumo, foram abaladas por conjunturas internacionais que afetaram seus preços e mercados de destinos.

³³⁸ SCHEFFER, 2019, p. 39.

³³⁹ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p.187-188.

O algodão, por exemplo, sofreu com a concorrência americana e o fumo com a suspensão definitiva do comércio transatlântico de cativos³⁴⁰.

Essa crise no campo, com proporções econômicas importantes, tomou uma abrangência maior com a incidência de fatores internos. Estes, colaboraram com a queda na produção agrícola e morbidade da população, como: secas e epidemias. Esses últimos fatores expandiram a crise econômica para as outras áreas mais distantes do Recôncavo Baiano e Salvador. Proprietários de grandes, médias e pequenas posses por todo o território da Bahia se viram, muitas vezes, obrigados a se desfazerem de seus escravos diante do novo contexto instalado³⁴¹.

As transformações na instituição escravista e na economia baiana levaram a Província, na segunda metade do século XIX, a intensificar sua posição no mercado escravista como fornecedora de mão de obra cativa para o Sudeste do Brasil. Erivaldo Fagundes Neves, Ricardo Tadeu Silva e Maria de Fátima Pires discorreram sobre esse tráfico interprovincial sob o ângulo da Bahia, sobretudo a partir de 1870. Todos eles reiteraram os sobressaltos desse comércio na população escrava e na economia de algumas regiões da província com o advento do fim do tráfico internacional.

A análise feita por Ricardo Tadeu Silva sobre o tráfico, com dados coletados para a sua pesquisa, e daqueles recolhidos por David Eltis, demonstrou, em números, essa transição da Bahia importadora de escravos à posição de província fornecedora. Esse caminho quantitativamente foi resumido da seguinte forma:

[...] a Bahia importou mais de 318.000 africanos entre 1801 e 1851, enquanto no mesmo período as importações em todas as províncias ao norte desta – de Sergipe até o Pará – não passavam de 260.000 escravos. [...]Tal fato também pode ajudar a explicar o por quê de logo após tomar todas as medidas necessárias para a extinção definitiva do tráfico, a Bahia passou da posição de importador à condição de exportador de escravos. Dessa forma, negros a todo preço seriam deslocados do norte para o sul já nos primeiros anos da década de 1850, num movimento contínuo, e que, apesar de altos e baixos, só se encerraria na década de 1880.

[...] Nos 9 anos que decorreram de 1853 a 1861 foram despachados pela Secretaria da Polícia para fora da Província 12.370 escravos, dando um termo

³⁴⁰ Ver sobre a crise da economia baiana ao longo do século XIX: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.

³⁴¹ Ver BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Do mesmo autor: BARICKMAN, B. J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, pp.197, 1998-1999. NEVES, 2012, p. 21; Ou do mesmo autor: NEVES, 2000, p.108-116; PIRES, 2009. MATTOSO, 1990; ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). *LOCUS: Revista de História*, n. 4, v.1, p. 93-104, 1998. p.102.

médio anual de 1.374. Nos 9 anos seguintes (1862-1870), foram despachados pela referida repartição 4.121, sendo de cerca de 458 o termo médio³⁴².

Esse papel de fornecedora também é citado por Bert Barickman. Para ele a Bahia, com o novo tráfico interprovincial, se transformou de importadora a “exportadora líquida de escravos”³⁴³. Esse novo perfil da província no mercado de escravos levou, a partir de 1850, à transferência de 24 mil escravos a Minas Gerais, a São Paulo e ao Rio de Janeiro. No entanto, embora essa realidade de fornecedora de escravos fosse avassaladora, ainda em 1860, a escravidão na Bahia, segundo o pesquisador, “estava longe de ser moribunda”. Entre os anos de 1872 e 1873 “a província ainda tinha a terceira maior população escrava do Brasil”³⁴⁴. Um Brasil, onde, segundo Robert Conrad, desde de 1864, os escravos “já eram menos de um quinto da população brasileira, em contrapartida aumento da população livre”³⁴⁵.

Esse fluxo de saída de escravos da Bahia, a partir do fim definitivo do tráfico internacional, não foi exclusivamente voltado para o Sudeste. Existem registros e estudos que indicam a presença de escravos do Nordeste também no Sul do Brasil³⁴⁶.

Nesse processo concluíam-se negócios também noutras províncias fora do circuito cafeeiro. Em 1869, por exemplo, Aureliano da Rocha Bastos, residente em Rio de Contas, vendeu em Caetité o crioulo Bento, de 30 anos, casado, sem o cônjuge, por 800 mil-réis, para João de Almeida Queirós, residente na província do Paraná³⁴⁷.

[...] (90%) haviam nascidos no Rio grande do Sul, mas também existiam crioulos provenientes de outras Províncias, como a Bahia [...] O fato é que a análise da naturalidade dos cativos revela que alguns deles, como o carneador João Baiano, migraram forçosamente para outra região pela segunda vez, vivenciando uma realidade socioeconômica e cultural distinta da sua. É possível que João tivesse trabalhado cortando cana ou plantando fumo na Bahia[...]³⁴⁸.

Embora o contexto geral da Província, e do Brasil, defina indicadores sólidos sobre o comércio interprovincial, muitas vezes, amparados por estimativas de entradas e saídas do porto da Bahia para o Rio de Janeiro, para o Oeste Paulista ou para o Vale do Paraíba, há

³⁴²SILVA, Ricardo Tadeu Cáires. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <http://www.escravidãoeliberdade.com.br>, p. 1, 2 ;5.

³⁴³ BARICKMAN, 2003, p.230.

³⁴⁴ Ibid.,231.

³⁴⁵ CONRAD, 1975, p 7.

³⁴⁶ VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico interprovincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Lima (org.) *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. p.275-301.

³⁴⁷ NEVES, 2000, p 101-2.

³⁴⁸ MOREIRA, 2012, p.292.

peculiaridades inerentes às conjunturas locais, na diversidade territorial da Bahia, que precisam ser observadas e demarcadas em recortes temporais com suas historicidades. Isso não significa impor um olhar dissidente do contexto da Província ou do Império, mas estabelecer uma leitura menos unívoca sobre a Bahia, sobre a escravidão, e, mais especificamente, sobre o comércio de escravos. No caso de Caetité, o perfil do comércio de escravos acentuou suas diferentes facetas a partir do final do terceiro decênio dos Oitocentos, quando expandiu influenciado não apenas por fatores externos, mas também por aqueles desenrolados em seu próprio território.

Como pontuamos no primeiro capítulo, Caetité foi, durante todo o século XIX, uma importante praça de venda de víveres, gado e algodão. Um território com tradição rural agropastoril que fomentou, ao longo dos anos, um incremento importante na sua economia: os negócios de gêneros primários comercializados, a varejo ou retalho, com as vilas, municípios e províncias vizinhas. Esse comércio também se estendeu à Europa com a produção de algodão. As listas da junta eleitoral assentadas na Câmara Municipal atestam a “lavoura e/ou negócios” como as atividades mais importantes executadas pelos moradores da sede de Caetité.

Esse mercado de produtos agrícolas, a qualidade das terras e a autossuficiência da vila, e depois do município, foram argumentos repetidamente usados nas cartas ou ofícios enviados pela Câmara ao presidente da Província para solicitações de melhorias públicas. O mesmo era feito em relação aos novos moradores instalados para realizar negócios nas áreas urbanas ou rurais de Caetité. Os inventários e os testamentos também fizeram alusão a esses moradores, itinerantes ou fixos, que migraram para Caetité para usufruir da efervescência comercial e “vultoso giro de negócios”.

Caetité fora descrita, portanto, como uma praça organizada de abastecimento agrícola, de fornecimento de animais cavалares e vacuns. Mesmo quando as circunstâncias externas afetaram o comércio de seus principais produtos, entre eles o algodão, a dinâmica interna tomou fôlego com o comércio de “carne verde”, de grãos e de outros gêneros alimentícios importantes para abastecer suas áreas e as regiões vizinhas, principalmente as mineradoras³⁴⁹. Mas, se a venda de gado vacum e cavalар, de carne verde, de alimentos, aguardente e algodão dinamizou o mercado de negócios de Caetité, o mesmo ocorreu em relação à venda de escravos.

Cativos africanos e crioulos estavam por toda a parte, nas mãos de pequenos, médios e grandes proprietários. A mão de obra cativa atendia à dinâmica agropastoril e comercial, ora com o trabalho, ora como o produto a ser comercializado³⁵⁰. Nesse último caso, o mercado se definiu muito pouco pela entrada de africanos, e muito mais pela reprodução natural.

³⁴⁹ PIRES, 2009, p.37.

³⁵⁰ BARICKMAN, op. cit., p.229.

Os crioulos, nascidos e criados na região, atenderam desde muito cedo às demandas locais e regionais da mão de obra. Constatamos, nos inventários, escravos crioulos negociados, hipotecados ou doados internamente; ou em outras paragens, como Salvador, Recôncavo, Rio de Contas e outras vilas da Chapada Diamantina e Minas Gerais. Posteriormente, com o advento da legislação do trabalho servil e do fim do tráfico internacional, a oferta de escravos da região se direcionou para atender também, e mais fortemente, à demanda da região centro-sul do Brasil. Esse quadro, desenhado principalmente a partir dos anos 70 do século XIX, fez com que a frequência e os valores das transações comerciais internas e externas, realizadas com escravos, fossem intensificados.

Diante dessa conjuntura, é mais prudente refletir sobre o comércio de escravos em Caetité, na segunda metade do século XIX, a partir de recortes temporais definidos em três momentos: o primeiro a partir de 1830; o segundo a partir de 1860; e o terceiro, depois de 1870. Assim, expomos melhor o perfil do escravo comercializado, como também o volume de vendas e diferenças de preços.

O primeiro recorte se iniciou em 1831 e se estendeu até 1850. Nesse período, as notícias advindas da capital da Província indicavam o caráter oficial das medidas legais sobre o tráfico de escravos para o Brasil. Entre elas estava: a determinação de liberdade aos escravos que entrassem no território brasileiro a partir de 1831. Os anos seguintes vieram acompanhados pelo direito da Inglaterra de aprisionar os navios brasileiros e pela promulgação da Lei Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico internacional de escravos para o Brasil. Os proprietários da região sabiam os rumos que o trabalho servil estava passando e previam dias difíceis. As notícias das intervenções sobre o tráfico atlântico de escravos chegavam oralmente por meio dos viajantes ou por meio das instituições governamentais e seus ofícios. Em 16 de julho de 1845, a Câmara de Caetité recebeu o ofício com o aviso do Ministério da Justiça sobre o tráfico:

Camara recebe oficio sobre o aviso de Ministerio da Justiça de haver cessado o Direito de visita e busca, e todas as outras estipulações contidas na Convenção entre Brasil e a Gram- Bretanha, sobre a abolição do tráfico da escravatura; e ficando na intelligência a para publicar³⁵¹.

Além das questões postas pelo mercado escravista, produtores e autoridades enfrentavam oscilações no preço do algodão impetradas pela concorrência com os Estados Unidos e por problemas técnicos ou climáticos na produção. Também havia impasses com a

³⁵¹ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 13*. Governo da Província. 1845-1863, maço 1275. Salvador: APEB, 1845.

divisão territorial ocorridos, sobretudo, com as tentativas de desmembramentos de distritos ou de trechos da freguesia. Isso, a longo prazo, incorreria em problemas tributários e perdas de área de plantio ou de pastos. A estiagem, entre 1833/34, também impôs restrições importantes que levaram as autoridades locais a redigirem documentos com ênfase em apelos como este: “Acha-se este Sertam, Exmo Senhor, na maior esterilidade”.

Por outro lado, nesses decênios, mesmo com as adversidades citadas, foi registrado um importante percentual de nascimentos de crianças cativas. O número de crianças batizadas cresceu durante as décadas de 1830 a 1850, quando começou a diminuir. O mesmo ocorreu com o número de casamentos entre escravos, intensificados, especialmente, na década de 1840. Aparentemente, havia uma conjuntura propícia a esses nascimentos e casamentos, instalada, talvez, mediante relações paternalistas, onde escravos e senhores teciam estratégias segundo suas prioridades³⁵².

As concessões de alforrias também caminharam numa ascendência positiva entre os anos 30 e 40 do século XIX. Persistiram até o finalzinho da década de 50 com bastante fôlego. As cartas eram concedidas a escravos de todas as idades e dos dois sexos, mas, sobretudo, para as mulheres e as crianças.

Embora, nesse momento, as medidas contra o tráfico internacional não incorressem no desabastecimento real de mão de obra, já que o mercado de escravos ali não era dependente desse tráfico, as alforrias e os casamentos podem ter sido ampliados nesse período para evitar alguns efeitos colaterais dessa interrupção do tráfico atlântico. Entre esses efeitos estariam a resistência e a rebeldia entre os cativos ou a pressão de proprietários mais afortunados por escravos de posses mais modestas.

A nós parece, no caso das alforrias estabelecidas sob condição de “servir até a morte”, que elas podem, do ponto de vista do proprietário, ter sido estrategicamente usadas como uma saída por uma servidão doméstica. Isso pressupunha trabalhadores fiéis e gratos, tão preciosos naquele momento. Do ponto de vista dos escravos e da família cativa, que temiam o perigo do tráfico, talvez essas alforrias significassem a oportunidade de sair da condição jurídica de escravo, mesmo assentadas numa promessa que podia ser revogável. Também podia ser uma chance de permanecer na região, ou mesmo, de intermediar outras concessões para os parentes sanguíneos.

³⁵² Ver: ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia: Caetitê (1830-1860)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

No final de 1850 e início da década de 60 soma-se ao contexto da economia local, já atingida pelo tráfico, a incidência de uma forte seca entre 1857-60. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, essa estiagem “disseminou o pânico popular”, despovoou os sertões e provocou a saída de proprietários e escravos³⁵³. A seca foi citada também por Robert Conrad como um importante colaborador do tráfico interprovincial na Bahia e em outras regiões do Nordeste³⁵⁴.

A estiagem intensificou a comunicação com a capital da Província em busca de soluções para seus flagelos. Os documentos seguiam com frases de impacto iniciadas sempre pelo trecho “necessidades urgentes”. Moradores descreviam a situação e solicitavam mudanças de técnicas para antigas lavouras e a inserção de novas culturas como o trigo ou uma nova espécie de algodão. Aparentemente, nem todos viam a venda de todos os seus escravos, ou a migração conjunta, como uma saída para os problemas. Novamente, as notícias vindas por meio dos viajantes ou dos jornais do Recôncavo, que corriam de “boca em boca”, exprimiam estratégias para solucionar o problema. Uma delas se referia ao incentivo à migração ou imigração de trabalhadores livres.

Os ofícios que seguiam para Salvador solicitavam a ampliação do trabalho livre. Moradores cobravam, com alarde, das autoridades locais e provinciais medidas de contenção da população, com a ameaça “preocupante de despovoamento do sertão”. O documento remetido pela Câmara ao governo da Província evidencia esse desejo:

Estabelecimento do trabalho livre, resultado da colonização é um benefício, de que este município deve participar, principalmente vendo continuar a emigração dos escravos obtida a título de contrato pelos corretores desse mercado, que tem avidez concorrido das outras províncias do Sul. Este sim atualmente importaria mais que qualquer disposições legislativos, tanto mais iludidas, quanto mais propuserem a [...] aquelas transações³⁵⁵.

Esse último documento é muito interessante porque denuncia a atuação dos corretores de escravos e a concorrência tida como “ávida com as regiões produtoras de café”. Ele também indica que a saída de escravos por meio do tráfico interprovincial já era fato e, antes de 1860, assustava os proprietários de terras e de negócios de Caetité. Esses moradores que não tinham a pretensão de se mudar, sabiam das intercorrências do tráfico interno e do abalo econômico que este poderia provocar na região, até mesmo, com a migração conjunta de escravos e proprietários. Essa migração foi citada por Robert Conrad:

³⁵³NEVES, 2000, p.103.

³⁵⁴ CONRAD, 1975, p. 64-65.

³⁵⁵ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 2*. Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1858.p.1,2,3.

Os escravos eram obrigados a migrar e, por vezes, seus donos vendiam tudo o que tinham e partiam com todos os seus trabalhadores para regiões mais promissoras...A migração forçada dos escravos brasileiros, que se seguiu à supressão do tráfico africano, começou nas plantações, fazendas e cidades da região do norte, do oeste e do extremo sul do país e terminou com sua chegada às plantações de café do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo³⁵⁶.

Esses ofícios faziam suscitar ainda a ideia de que existia a convicção de que esse comércio mais intenso e acelerado de escravos era algo irremediável. Isso porque presumia, a longo prazo, a ausência de mão de obra nos moldes do trabalho escravo. Não emerge na documentação qualquer alusão à abolição e, sim, à incapacidade de concorrer com a demanda de escravos apresentada pelas províncias do Centro-Sul.

Os moradores, que resistiram ao “pânico do despovoamento”, e que duramente aprenderam a lidar com as estiagens e a alta no preços de produtos tradicionais como a carne verde e do sertão, também presenciaram a ascensão vertiginosa dos preços dos cativos após a década de 1860.

O auge dos valores atribuídos à venda de um escravo ocorreu na década seguinte, principalmente entre os anos de 1874-75, quando os lucros exorbitantes extraídos da diferença de preço do escravo em Caetité e o valor agregado na venda no Sudeste impressionavam os proprietários e comerciantes. Nesse período, 53,7% dos escravos negociados foram homens e 46,3% mulheres, dentre eles, muitos jovens. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, esses números são explicados pelo perfil demográfico de Caetité:

[...]ele reflete o perfil demográfico de Caetité e uma certa preferência pela mulher escrava na colheita do café, mas também sugere que a "Lei do Ventre Livre", ao impedir que jovens escravos, cobiçados pelo mercado paulista, fossem separados de suas mães, incentivara sua comercialização conjunta, sempre que não fosse possível alegar sua orfandade. Fenômeno também demonstrado nas escrituras de compra e venda de Rio Claro, mercado de meninos e jovens caetiteenses, onde 29% dos escravos não naturais da província de São Paulo, em 1872, provinham da Bahia³⁵⁷.

Durante todos esses períodos que se estenderam de 1830 a 1888, a rede comercial envolveu comerciantes locais, os sampauleiros³⁵⁸, comerciantes do Sul, e firmas locais e

³⁵⁶ CONRAD, 1975, p.64.

³⁵⁷ Esse período não está no recorte temporal desta pesquisa. Todas as informações foram encontradas no trabalho: NEVES, 2000, p.108-116.

³⁵⁸ Um termo empregado para qualificar “os indivíduos de todos os quadrantes do Estado da Bahia e do Nordeste que, nas primeiras décadas do século XIX, demarcavam o Centro-Sul com o intuito de obter trabalho”. ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 69-70.

externas como Gomes & Moreira da capital da Província³⁵⁹ O auge da atuação desses sampauleiros e das firmas ocorreu a partir de 1870, bem como a incidência de migrações conjuntas (aquelas realizadas com senhores e cativos). O governo da Província sabia dessa realidade migratória e de comerciantes baianos assentados nas províncias do Sudeste, tanto que sancionou, no palácio da presidência da Bahia, em 1877, na lei sobre a arrecadação de impostos sobre o comércio de escravos, o artigo 8º:

Art. 8.º__ Pelo escravo que sahir em companhia de seus senhores, ou for exportado para ser entregue ao senhor, que esteja em outra província, preste-se há fiança pela importância do imposto e multas com obrigação de provar dentro de seis mezes a importância com multa de 6% no caso de não ser dada a referida prova no dito prazo, e bem assim mais a metade do valor do imposto, que pertencerá ao oficial externo da policia do porto³⁶⁰.

Assim, na transição ou no auge do tráfico interprovincial, os agentes envolvidos com a compra e venda de escravos, muitos naturais do lugar, conheciam a lógica do comércio, os ritmos de demandas e sua autonomia frente ao mercado escravista internacional. Eles sabiam da importância da reposição natural na região, de que mulheres escravas na região engravidavam cedo e que as gestações não eram raras. Portanto, não era o tráfico externo o fator fundamental para recompor déficits provocados pela mortalidade.

Esses comerciantes conheciam os proprietários, as posses com menores ou maiores números de escravos, as condições físicas dos cativos, as circunstâncias propícias para liberação dos escravos para o mercado, como o falecimento ou quitação de dívidas. Mais do que isso, sabiam articular subterfúgios para burlar o fisco, porque mantinham uma rede de parceiros para a fraude. Para isso ainda dispunham de rotas alternativas para o comércio desses escravos.

6.2 Os comerciantes e os caminhos

Na Bahia, o traslado dos escravos comercializados acontecia, segundo Ricardo Tadeu Silva, de duas formas: a primeira via cabotagem e a segunda via terrestre:

[...]foram comuns os deslocamentos de escravos entre as diferentes regiões da província baiana, de locais de economia em declínio, como no caso das lavras diamantinas, para outras em melhor posição, como os engenhos do Recôncavo e mesmo em direção ao porto da Capital – de onde seguiam, via cabotagem, para o sul e o segundo em menor proporção era o terrestre. Nesse caso, os

³⁵⁹ Ver: NEVES, 2000. PIRES, 2009.

³⁶⁰ MORAIS, Walfrido. O Escravo na legislação tributária da província da Bahia. *Anais...*, V volume, p.181-225, 1955.p.204.

escravos eram levados em caravanas em direção a Minas Gerais e daí às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo³⁶¹.

Em Caetité, o fluxo de escravos negociados no mercado interno ocorreu, sobretudo, via terrestre. Não havia no seu termo rios navegáveis com grandes extensões. Os homens de negócios percorriam a região usando as antigas e tradicionais estradas abertas pelos tropeiros, bandeirantes ou sertanistas, para realizar o transporte de suas mercadorias.

Os caminhos vicinais que conectavam as fazendas às vilas, municípios ou distritos adjacentes também eram utilizados. Esses trechos terrestres atendiam aos interesses do comércio ilegal, como o contrabando de carne verde, algodão e de escravos³⁶². Neles, o controle da saída e entrada dos produtos era difícil de ser mapeado e cobrado pelas autoridades tributárias. Essas estradas alternativas foram descritas, muitas vezes, como rotas interessantes pela abundância de água, mesmo em períodos secos, e por interligar povoados importantes como Gentio, Canabrava, Umburanas, Pajeú, Hospício.

A primeira destas estradas atravessa este Município só na extensão de 12 legoas, que se contam da referida ladeira do Pajeu as Porteiras, onde entra no Município de Rio de Contas. Nesta extensão da estrada he por toda a parte abundante de agua de sorte que não passam 2 legoas sem boas e cômodas aguadas e só em ano extraordinariamente seco poderia haver falta de água[...].³⁶³

No entanto, todos esses caminhos apresentavam aos viajantes problemas estruturais, recorrentes também, nas estradas mais convencionais e oficiais. Essa situação comprometia o fluxo mais rápido das mercadorias e das pessoas. Somava-se a isso a insegurança, motivo pelo qual foi autorizada pela Câmara a contratação de “homens de assalto” para a atuação nos trechos que cortavam o termo de Caetité. A expectativa com essa vigilância era a de tentar conter o furto de produtos e a sonegação. Cientes desses percalços que comprometiam diretamente a economia de uma praça tradicional de negócios, e da possibilidade franqueada de sonegação fiscal, autoridades locais e provinciais providenciaram reformas importantes:

³⁶¹ SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007. Disponível em: <http://www.escravidãoeliberdade.com.br>. Acesso em: 05 mar. 2019. p. 3.

³⁶² Ver: Neves, Eivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta; ZORZO, Francisco Antônio (orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Editora Arcadia, 2007. ORTIZ, 2014.

³⁶³ SALVADOR. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 11*. Governo da Provincial, maço 1275. Salvador: APEB, 1846.

À recuperação das vias terrestres do interior e adjacências de Caetité, agregaram-se as reformas e aberturas de outras estradas no século XIX, que objetivavam atender ao dinamismo comercial entre os sertões, capital da província e a região Centro-Oeste do Brasil. Muitas dessas estradas começaram a ser reformadas a partir de 1840, a exemplo da Ilhéus-Conquista, Caetité-Rio de Contas e Nazaré-Conquista³⁶⁴.

Essas novas estradas, possivelmente, facilitaram o escoamento da produção e a venda de escravos, mas também instituíram um controle mais presente das autoridades. Entre as estradas tradicionais, que ligavam Caetité às outras paragens da Província, estava a “Estrada Real”, que se estendia da antiga sede da Comarca de Jacobina a Rio de Contas e, dali, seguia-se o “Caminho de Tacambira”, que levava até Minas Novas.

Se a rota presumisse a cabotagem para viabilizar o destino final dos produtos, o caminho escolhido seguia a rota do rio São Francisco e os chamados caminhos da Bahia, que levavam ao Recôncavo da Baía de Todos os Santos, como São Félix³⁶⁵. Nesse último caso, os escravos seguiam em caravanas para o Recôncavo/Salvador e, de lá, eram embarcados para o Rio de Janeiro, de onde podiam ser encaminhados para Minas Gerais e o Oeste Paulista.

Um outro percurso para as caravanas de escravos destinados ao tráfico interprovincial consistia numa direção oposta a essa descrita para a cabotagem no Recôncavo/Salvador. Ele se estendia por terras de Caetité a Minas Gerais, pelos caminhos conhecidos pelos tropeiros. Nesse caso, as caravanas devem ter seguido a rota destacada por Erivaldo Fagundes Neves para o comércio de escravos entre 1874 a 1880: iniciava-se em Caetité, passava por Minas Gerais (Tremedal, Montes Claros, Bocaiúva, Corinto, Curvelo, Divinópolis, Formiga, Guaxupé), até o destino final, Araras³⁶⁶. A descrição dessa rota e suas distâncias nos impele a questionar a composição das caravanas. Não nos parece lógico, financeiramente, o envio de escravos tão pequenos (alguns meses aos cinco anos de idade), ainda mais, quando nos reportamos à constatação de que muitos não foram negociados junto com as mães. Numa hipótese mais otimista e prática, talvez os possíveis prejuízos com as mortes nos trajetos fossem calculados. Ou que esses escravos fossem negociados simultaneamente à progressão da viagem, ou seja, nos primeiros trajetos dessa empreitada até o Sudeste. É mais provável que esses escravos atendessem à demanda local e regional.

Os lugares de saída ou de morada dos escravos negociados no termo de Caetité foram: os distritos do Gentio e Umburanas, o arraial de Canabrava, as fazendas Jurema, Sítio de Água

³⁶⁴ Ibid., p.25.

³⁶⁵ NEVES, 2007, p.24.

³⁶⁶ NEVES, 2012, p.206.

Verde, Regapé, Tamboril, Tanque, Morrinhos, Hospício, Barrocas, Pajeú, Gameleira, Queixada, Olho d'água e Sítio da Capivara. Também aparece a fazenda do Espírito Santo da Vila de Monte Alto. Essa variedade de fazendas já indica a extensão da captação desses escravos por todo o território do antigo termo de Caetité.

Havia uma organização logística do comércio de escravos: presença das companhias, caravanas de destino, leilões, compradores itinerantes ou fixos, intermediários e especuladores. Todo esse aparato fez de Caetité não apenas fornecedor, mas também comprador e revendedor. O comércio intrarregional era pujante e atendia a uma demanda específica de tropeiros e produtores.³⁶⁷ Fátima Pires cita que, entre as praças de compra e venda de Rio de Contas, estava Caetité:

O comercio intra-regional, apontado nas escrituras públicas de Rio de Contas, registrou com maior frequência Caetité e “Santa Izabel do Paraguassú” (atual Mucugê) como lugares tanto de origem como de destino de compradores e vendedores³⁶⁸.

Um comércio extenso, contínuo e com parcerias regionais e interprovinciais. Compradores de outras praças faziam visitas para recrutar escravos. Senhores negociavam seus escravos diretamente ou com a intermediação de um procurador, que aparecia como representante do comprador ou do vendedor. Para Richard Graham:

[...] o vendedor, em troca de uma compensação adequada, passava uma procuração para o primeiro traficante dando a ele o direito de vender o escravo ou de transmitir os mesmos poderes a outros. Este instrumento legal podia então ser passado adiante até chegar ao comprador final. Somente então este pagava o imposto. Na Bahia, as pessoas que deixassem a província com seus próprios escravos como servidores pessoais tinham que depositar uma caução que só poderia ser levantada se dentro de quarenta dias apresentassem uma certidão do chefe de polícia da outra província atestando que os ditos escravos estavam empregados “a serviço” da pessoa que os tinha levado³⁶⁹

Sidney Chalhoub percebe nessa prática, além do subterfúgio da sonegação, ao associar a forma de realizar o negócio com procuração e recibos, uma espécie de teste:

[...] ficar com o escravo por um período de teste [...] a prática do período de teste parecia bastante difundida, pelo menos nas transações realizadas na corte

³⁶⁷ Ver: NEVES, 2000.PIRES, 2009, p 47.

³⁶⁸ PIRES, 2009, p.57.

³⁶⁹ GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Afro-Ásia*, Salvador, n.27, 2002, p. 137-138.

na segunda metade do século XIX, e tal prática deixava aos negros um certo espaço de pressão ou interferência no rumo que teriam suas vidas.³⁷⁰

De toda forma, nas transações com procuradores ou sem a sua presença (o que foi mais comum), o lucro foi um fator importante para o comércio de escravos no período em estudo, ainda que as margens de lucro fossem menores que aquelas apresentadas após 1870, quando o valor do escravo podia ser estimado numa proporção três vezes maior. O escravo como capital humano, objeto de investimento, era mais rentável que muitos outros produtos comercializados tradicionalmente na região. Entre 1840-1850 uma rês de gado custava em média 8\$000 mil réis, um animal de carga 70\$000, uma arroba de algodão com caroço 1\$000, um escravo com apenas alguns meses de vida podia ser vendido por 100\$000.

Parte significativa do lucro da venda de escravos na região ficava entre as firmas que negociavam os cativos. Identificamos, na documentação para o período em estudo, as seguintes companhias:

- *Padre Manoel José Gonçalves Fraga & Cia,
- * Modesto dos Santos & Cia
- * Francisco Rodrigues da Cunha & Cia
- *Antônio Francisco Brandão & Cia.
- * Gomes & Moreira
- * Levy & Nathan

Essas companhias fizeram transações coletivas e individuais de crianças e adultos. Ana Teresa de Araújo, viúva de Justino Antônio Araújo, vendeu ao padre Manoel José Gonçalves Fraga e Companhia os seguintes escravos: Francisco, de 20 anos de idade; Bento, africano, com mais de 30 anos; João, africano de 70; Manoel, africano, maior; Luís, africano de 50 anos; Antônio, crioulo de 40; Ancelmo, crioulo de 11; Rita africana, de 40; Faustina, crioula de 25; Josefa, crioula de 60; Isidora, crioula de 16; Epolita, crioula de 3 meses; Maria, crioula de 9; Rita, africana de 70; Francisca, crioula de 3; e Theodora crioula, de 5 anos. Valor 5\$280.000 mil réis.³⁷¹ Valeriana Benício Guedes vendeu por 200\$000 mil réis a Francisco Rodrigues da Cunha & Cia. Rita, de 7 anos; Júlia de 4; e Bertolina de 2. Todas as crianças estavam hipotecadas ao procurador Belxior Xavier da Silva³⁷².

³⁷⁰CHALHOUB, 2011, p.62.

³⁷¹ SALVADOR. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabeliona n. 10. Salvador: APEB, p 56.

³⁷² SALVADOR. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabeliona n. 15. Salvador: APEB, 1858. p181.

Entre as pessoas mais recorrentes nas transações comerciais com escravos estavam: Valentim Albino da Cunha Bessa, Timóteo de Souza Spínola, Bernardino de Brito Gondim, Francisco José de Nascimento Soriano, João Francisco da Costa, João Xavier Prates, Manoel Pedro Costa, José Cândido Guedes, Domingos Soares dos Santos Barbalho, Antônio de Sousa Porto Brasileiro, Joaquim Ribeiro de Magalhães, Crescêncio Antunes de Brito Teixeira, Joaquim Xavier Prates, Vicente Pinheiro de Azevedo e Antônio Botelho de Andrade. Esse último, em especial, dominou a compra de escravos africanos batizados coletivamente na década de 1830.

O que constatamos foi um grupo seletivo de moradores (conhecidos ou aparentados), a maioria com patentes militares (capitães ou coronéis), que recorrentemente apareciam como procuradores ou compradores e vendedores diretos de escravos. Padres também aparecem negociando seus escravos ou adquirindo novos. Ao que parece, esse grupo, aparentemente composto por pessoas mais afortunadas, compravam dos proprietários menores. Depois, provavelmente, efetuavam vendas maiores para outras áreas por meio das companhias ou de comerciantes itinerantes ou sampauleiros. Já mostramos, no começo deste capítulo, que havia, desde a década de 1840, a inserção de compradores externos que andavam pela região, promovendo a pressão de porta em porta para aquisição de escravos.

Todos eles, moradores ou forasteiros, negociaram escravos de todas as idades, sem qualquer cerimônia. Alguns, até, com meses de vida, outros, acima dos sessenta anos – a maioria crioulos e muito jovens. O perfil desse negócio respondia ou se adequava à composição demográfica apresentada pela região.

6.3 A composição demográfica

A situação demográfica da população cativa de Caetité indica que a reprodução natural, praticada a longo prazo, permitiu, no quadro de encerramento do tráfico internacional, que a região apresentasse um contingente cativo importante para a demanda de mão de obra. Havia um número predominante de escravos crioulos, de diferentes faixas etárias, distribuídos por todo o território. Eles foram assentados pelo povoamento fragmentado, instituído ainda com os currais no final dos Setecentos ou ao longo de todo o século XIX. Paulatinamente, sítios e fazendas foram instalados e ocupados por senhores e escravos migrados de outras partes da Bahia e de outras províncias. Esses grupos, respectivamente com seus filhos, povoaram a região.

A natureza da economia assentada nesses diferentes cantos de povoamento contribuiu para a reprodução endógena. Distante das áreas predominantemente agroexportadoras, a composição da população cativa foi acontecendo naturalmente com os nascimentos, e mais lentamente com a inserção de novos escravos africanos.

Os perfis laborais desses escravos, nascidos e criados na região, foram-se definindo a partir de um quadro econômico dominado por atividades voltadas para o abastecimento do mercado local e regional como: cultivo de uma variedade de produtos alimentícios, pecuária de gado vacum para comercialização da carne, criação de animais cavalares para venda e formação de tropas. Mais concentrada e menos expansiva territorialmente, a lavoura do algodão destinada ao mercado interno e internacional absorvia um número maior de escravos africanos, mas também era dominada pelo trabalho dos crioulos.

Esse quadro produtivo com uma aba externa, mas fundamentalmente regional, estaria mais próximo das constatações feitas por Paiva e Libby de que , “em períodos e regiões diferentes, várias populações cativas engajadas na produção de gêneros alimentícios, destinados ao consume interno, se comprovaram capazes de reprodução natural”.³⁷³ Assim, desde cedo, a reprodução natural deu a tônica da ocupação da terra e atendeu aos interesses econômicos dos senhores. Também respondeu aos anseios dos cativos em constituir famílias e traçar planos para seus membros.

A presença de casais legítimos ou consensuais nas posses ampliou o número de escravos crioulos de vários proprietários da região. Isso possibilitou até, com as partilhas, que novas posses de escravos fossem formadas pelos herdeiros com os descendentes de seus escravos. Os problemas de oferta de mão de obra, sempre comuns pelos difíceis acessos que ligavam os sertões às áreas de portos de entrada de escravos, foram, assim, contornados com os incentivos aos casamentos, à reprodução natural e com o comércio local de escravos.

Esse quadro demográfico, predomeinantemente crioulo, constituído ao longo dos anos, permitiu que, na liderança das transações comerciais realizadas em Caetité, junto às crianças, estivessem os adultos crioulos, e só depois o escravo africano. O percentual de africanos na região foi pequeno durante todo o século XIX. Se houve, no momento do povoamento da região, um número importante de africanos que migraram para a região com os criadores de gado e que definiram um perfil para o início do século XVIII, o mesmo não se pode dizer do século XIX.

³⁷³A relação entre economia interna e reprodução natural está presente nesse trabalho de: PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. In: *Estudos Econômicos*, n. 25, v. 2, p. 203-233, maio/ago., 1995. p 226-228.

A população escrava da região, posterior a esse período, cresceu graças às gerações seguintes, oriundas desse primeiro grupo de africanos, mas não em decorrência de um número significativo de entrada de novos africanos. Nos registros de compra e venda, o número de africanos em Caetité não chegou a 50 pessoas. Para todo o século XIX, eles perfizeram uma média de 24% dos escravos encontrados nos inventários. Essa pouca expressividade para os Oitocentos pode ser constatada nos percentuais citados por Neves: 5,3% nos inventários, 5,4% nas escrituras de compra e venda e 5,3% nas cartas de liberdade³⁷⁴. Para cada africano ingresso entre 1830 e 1870, houve uma centena de nascimentos de escravos crioulos, como já demonstramos nos capítulos anteriores da tese.

Na segunda metade dos Oitocentos, muitos escravos africanos que estavam acima dos quarenta anos, chegaram às posses antes de 1830. Para os anos posteriores encontramos nos livros de batismos o registro de 136 africanos. Vale destacar que, embora no quadro geral seu número fosse inferior ao de crioulos, esse ingresso de 136 africanos, após 1830, ampliava o contrabando desses cativos além de Salvador e Reconcâvo Baiano³⁷⁵.

Mary Mahony mostrou que, entre as décadas de 1840 e 1850, a força do contrabando de africanos se entendeu para outras áreas da Bahia, incluindo o Sul da Província³⁷⁶. Já em 1860, com o fim do tráfico já estabelecido, proprietários da costa da Bahia, como os de Ilhéus, buscaram preencher a demanda por escravos com a compra no mercado regional. O mesmo ocorreu em várias regiões da Bahia distantes do litoral, como a cidade e vilas da Chapada Diamantina ou do Alto Sertão como Caetité. Nessas regiões, as relações nesse mercado de escravos se destacaram pela compra, venda e revenda dos escravos.

Logo, presume-se que, se essa entrada de africanos nunca foi tão intensa, sua presença não pode resumir a composição das posses de Caetité. No entanto, o encerramento definitivo do tráfico atlântico, e portanto a ruptura da entrada de novos africanos no Brasil, provocou uma abrupta procura pelos escravos da região de Caetité, fossem eles antigos africanos ou crioulos de diferentes idades. A caminhada para o fim do tráfico internacional afetou significativamente os comerciantes de escravos que lidavam com a venda e com o transporte da capital para o interior de escravos africanos. Também interferiu diretamente na disposição dos escravos dos

³⁷⁴ NEVES, 2012, p.120

³⁷⁵ Na década de 40, do século XIX, navios com passaportes expedidos na Bahia ainda retornavam da África. Ver: GRADEN, Dale T; JESUS, Paulo César Oliveira de. *Bella Miquellina: tráfico de africanos, tensões, medos e luta por liberdade nas águas da Baía de Todos-os-Santos em 1848*. In: CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014. p.61-102.

³⁷⁶ MAHONY, Mary Ann. "Instrumentos necessários" – escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n.25-26, p.95-139, 2001, p 102-104.

senhores da região, já que os proprietários locais ficaram muito mais suscetíveis às pressões da necessidade de novos escravos para o mercado local, regional e interprovincial.

Nessa conjuntura, em um primeiro momento, talvez a comercialização de escravos mais jovens tenha sido crucial para preservar escravos adultos nas posses. O cenário era de tendência de aumento de preços e incertezas quanto ao futuro da mão de obra, franqueado pelo fim da possibilidade de ampliar e renovar o número de cativos via tráfico internacional. Para os proprietários que lidavam com a lavoura, onde a demanda de escravos era maior, talvez fosse mais rentável, e prudente, usarem os pequenos cativos para o comércio de escravos em vez dos adultos, agora mais caros e fundamentais para as plantações e para a reprodução endógena. Essa precaução era importante para a manutenção da instituição escravista.

Em um segundo momento, com as oscilações no mercado do algodão e a incidência de períodos de secas, fatores que acentuaram os problemas postos pelo fim do tráfico, senhores menos abastados se esforçavam, até, para repor sua posse com cativos mais novos, portanto mais baratos. Isso provocou um fôlego maior no comércio de crianças. É possível ainda que esse novo quadro econômico tenha impetrado um tratamento mais cuidadoso dispensado à criança nas fases mais críticas da infância. Isso, para que sua expectativa de vida fosse maior e oportunizasse, em poucos anos, maior valorização no mercado.

O número importante de escravos negociados entre os cinco e os onze anos, que serão apresentados em tabelas logo em seguida, demonstra que muitos crioulos sobreviveram às primeiras fases da infância. Esses dados corroboram os números dos livros de notas e eclesiásticos, já dispostos durante os outros capítulos desta tese. Era essa sobrevida, seguida por novos nascimentos, que alimentava um mercado de crianças cativas.

Portanto, a realidade da escravidão nessa área não pode ser balizada por interpretações reducionistas e generalizantes, que apresentam a Bahia numa condição simplista, definida pela dinâmica escravista do Recôncavo ou de Salvador ou das chamadas “plantations”. Isso, tanto do ponto de vista da demografia, como da geografia ou da atividade econômica³⁷⁷. No Alto Sertão, em lugares como Caetité, a dinâmica da reposição de mão de obra contrastava com a daquelas regiões porque apresentava um certo equilíbrio entre homens e mulheres, uma menor incidência de africanos e a presença de muitas crianças crioulas, pardas, mulatas e cabras.

³⁷⁷ Ver: BARICKMAN, 2003. Do mesmo autor: BARICKMAN, B. J. “*Até a véspera*”: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22 1998-1999. SCHWARTZ, 1988; MATTOSO, 1988.

6. 4 Os escravos negociados

6.4.1 Idade e classificação

No comércio de escravos, a pureza e a inocência, expressas por termos eclesiásticos como *párvulo, anjo ou inocente*, foram substituídas por palavras que rotulavam o produto a ser comercializado e hipotecado, ou seja, pronto para atender à lógica da operação comercial. Mesmo assim, os escravos que estavam na faixa etária entre os primeiros meses de vida e os quinze anos de idade, apareceram na documentação cartorial com a natureza de sua condição ainda distinta daquela do adulto. Foram identificados por termos no diminutivo como *crioulinho, cabrinha, mulatinho, pardinho ou cria*, e não pelas palavras *adulto, maior*, ou simplesmente pelo nome.

Nesse segmento abaixo dos quinze anos, a maioria dos escravos elencados foi identificada como crioulos. Depois vieram os cabras, os pardos e, só então, os mulatos. Como mostramos no decorrer da tese, esses dois últimos grupos estavam mais perto da alforria e mais longe do mercado de escravos. Um mercado composto por um número grande de crianças e jovens cativos, seguido por um percentual também significativo de homens e mulheres crioulos em plena forma produtiva. Depois, os africanos acima dos quarenta anos. No total das negociações, o maior número de vendas ocorreu entre os menores de quinze anos.

Crianças e jovens cativos foram vendidos em transações individuais e coletivas. Às vezes, a criança era negociada junto com a mãe, excepcionalmente com o pai ou com os irmãos. Essa venda separada da progenitura indica que a premissa de que a mãe era o alvo da compra não imperou em Caetité entre 1830 e 1870. Também não pudemos constatar que as negociações de famílias fossem uma prática. Só registramos uma única vez essa operação, em 21 de março de 1846, quando Pedro, a mulher Romana e o filho Benedito foram vendidos pelo testamenteiro, o vigário Sabino Gomes de Azevedo, para Marcelino Pereira de Sousa³⁷⁸.

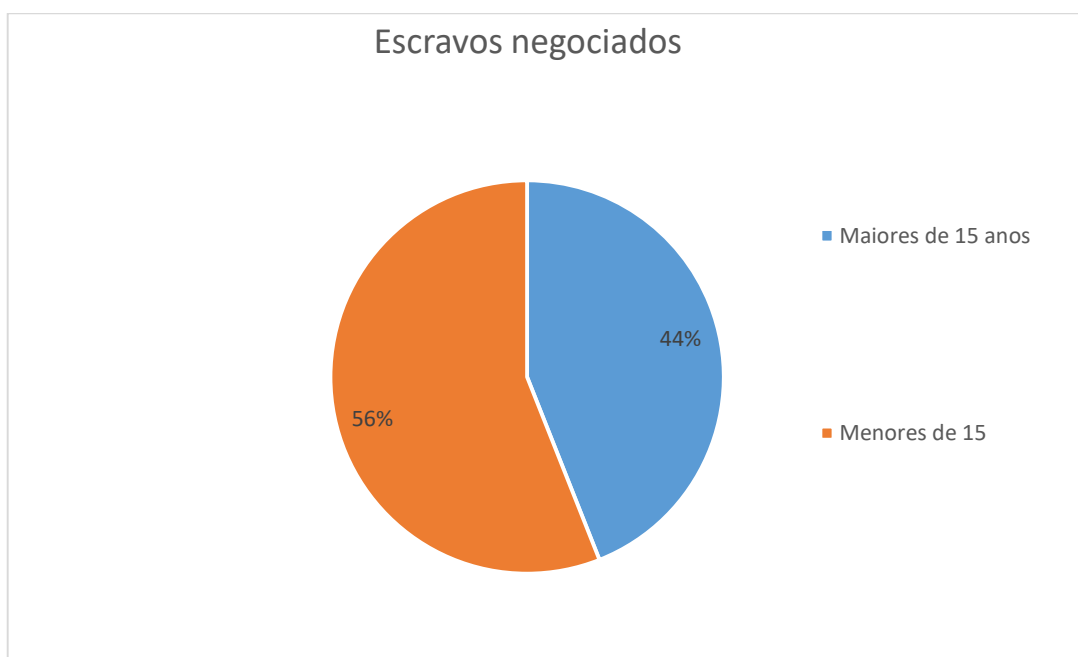
Isso indica que as relações familiares, tão importantes para a concessão das alforrias, para a ascensão na hierarquia do cativo, para a oportunidade de condições talvez menos degradantes na propriedade, e para a manutenção dos parentes e a ampliação de redes de solidariedade foram, como bem observou Robert Conrad, comprometidas com o aumento do tráfico intra e interprovincial³⁷⁹.

³⁷⁸ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 11*. Série cartas de liberdade Salvador: APEB, 1847.p54.

³⁷⁹ CONRAD, 1975, p.67.

Essa real possibilidade de degradação de alguns laços familiares não se limitava apenas ao afastamento das mães, mas, sobretudo, de irmãos, primos, parentes de todos os graus consanguíneos. Quando ponderamos as idades dos escravos negociados, a soma dos pequenos escravos supera ou equivale à soma dos adultos.

Gráfico 13- Percentual geral dos escravos negociados



Fonte: APB, APMC: Livros de Notas (1830-1870).

No grupo de escravos com até quinze anos, as crianças com mais de seis anos de idade talvez integrassem as caravanas para a comercialização em áreas mais distantes. Mas todos os outros menores do que essa faixa etária, provavelmente, atenderam à demanda local, afoita por escravos para reposição da posse. Muitos proprietários compravam esses pequenos cativos para dispor de um bem em caso de necessidade, ou simplesmente, por só terem dinheiro para consumo dessa faixa etária. Não é possível afirmar que todos esses pequenos e jovens escravos, principalmente aqueles vendidos entre os primeiros dias de vida e os cinco anos de idade, fossem destinados imediatamente ao trabalho, embora seja sugestivo que as mãos pequenas dos cativos fossem oportunas para a colheita do algodão e do café.

No geral, a perspectiva que se apresentou foi uma projeção ascendente no comércio de crianças.

Tabela12 - População escrava comercializada - 0 aos 15 anos

PERÍODO/SEXO	Até 5 anos	6-10	11-15	> 16	Total
1838-1850					
M	10	9	14	31	64
F	9	4	4	16	33
1851-1860					
M	33	21	18	60	132
F	30	22	17	70	139
1861-1870					
M	19	33	22	42	116
F	23	16	22	58	119
Total	124	105	97	277	603

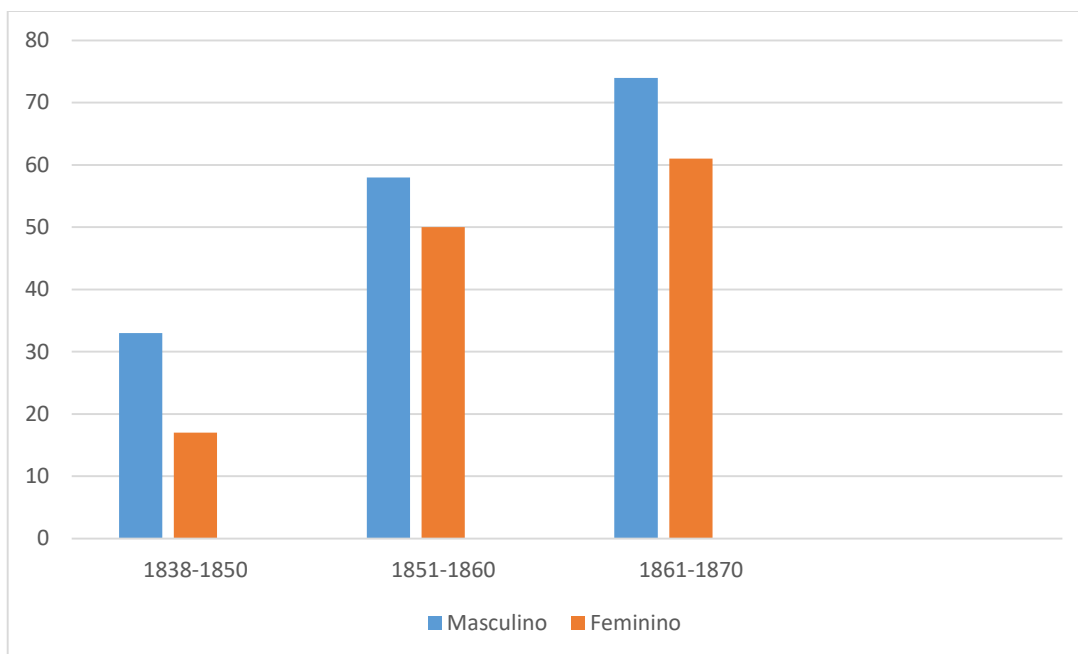
Fonte: APEB -Livros de Notas cartoriais. APMC. Série vara Cível. Série documentos escritura de Compra e venda. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

Entre 1830 e 1870, as crianças foram mais vendidas na primeira infância, entre os primeiros dias e os cinco anos de idade, depois entre seis e dez anos, quando, segundo Kátia Mattoso, começavam a trabalhar. Só então, vieram os jovens entre onze e quinze anos quando o “adestramento” estava sendo concluído.³⁸⁰ No cômputo total da população negociada, entre as décadas de 1830 e 1850, cinquenta escravos estavam abaixo dos dezesseis anos, e 46 acima dessa idade. Na década seguinte, o quantitativo foi de 141 para 115 e, na última década, 135 para 96. Se computarmos só as crianças até os dez anos, obteremos um total de 229 escravos negociados. Desses, 124 abaixo dos cinco anos de idade.

6.4.2 Sexo dos escravos negociados

Vendiam-se meninos e meninas em proporções numéricas bem parecidas, não houve diferenças significativas entre os sexos em nenhuma das séries etárias dispostas. Isso, embora os meninos estivessem, ligeiramente, sempre à frente. Esse dado pode ser explicado pela procura no mercado pelo sexo masculino ou mesmo pela menor oferta de meninas. Já citamos, na tese, que as meninas recebiam mais alforrias, principalmente com a condição de “servir até a morte” dos proprietários.

³⁸⁰ MATTOSO, 1992, p.95. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. *História no Brasil das crianças*. São Paulo: Contexto, 2013, p177-192.

Gráfico 14-Projeção das vendas dos escravos de 0-15 anos por sexo

Fonte: APB/APMC- Livros de notas cartoriais.

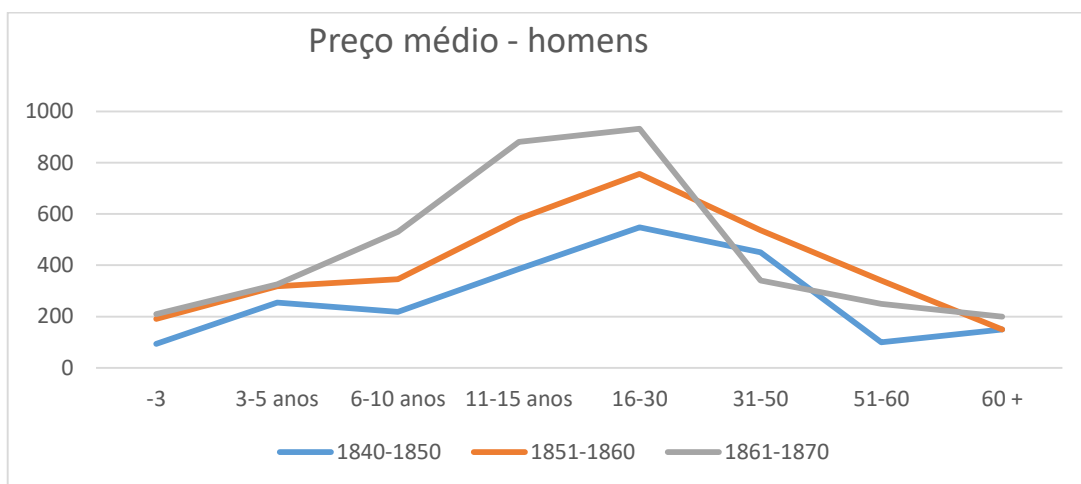
Entre 1830 e 1850 foram negociadas mais meninas com até cinco anos de idade. Na década seguinte, elas continuaram sendo mais comercializadas nesses primeiros anos de vida, muitas até com dois anos de idade. Também há um número maior de vendas entre aquelas que tinham entre seis e dez anos de idade. Só depois dessas duas faixas etárias, é que aparecem em maior número as meninas que estavam entre onze e quinze anos. Entre 1861 e 1870, os números crescem praticamente e proporcionalmente em todas as faixas etárias. Pesam, nesse momento, o desfecho da grande seca, as maiores investidas do tráfico interprovincial e a importância das meninas para reprodução.

A venda de meninos, com exceção da última década, sempre foi ligeiramente maior. Só para tecer uma estimativa, até os cinco anos, a comercialização de meninos só foi menor na última década. Nas outras, ou foi equivalente, ou foi maior do que a das meninas. Entre o primeiro período (1830-1850) e o segundo (1851-1860), a quantidade de venda de meninos dobrou e manteve-se no mesmo patamar na década seguinte (1861-1870). Bem diferente da venda de meninas, cujo número, do primeiro para o segundo período, praticamente aumentou quatro vezes, e no terceiro, se manteve alto. A década de sessenta, mostra que o mercado de escravos não se caracterizava por preferências. Há uma procura arrasadora pelos dois sexos e em qualquer faixa etária.

6.4.3 A dinâmica dos preços

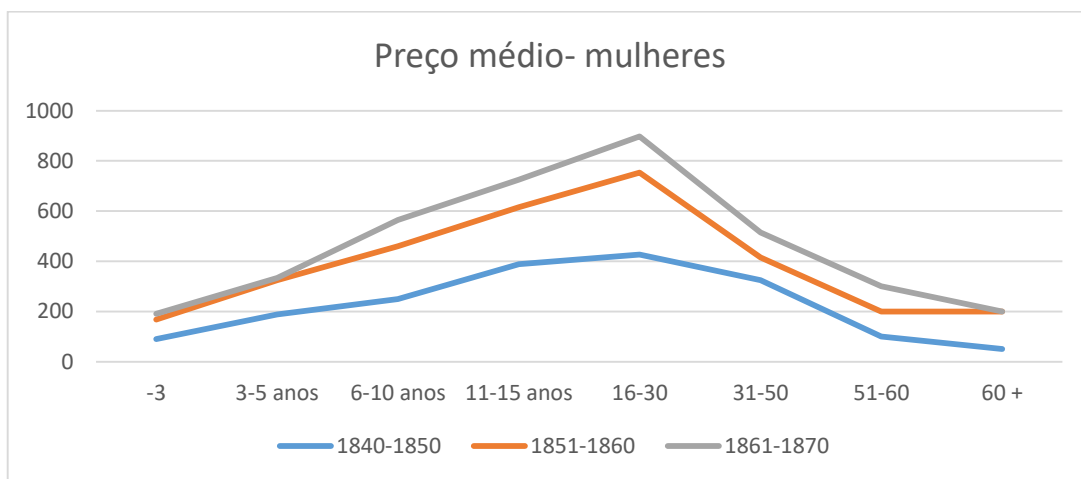
Os preços dos escravos entre 1830 e 1870 incidiram em sucessivos aumentos. Esse crescimento começa mais modesto entre 1830-1850 e explode em 1860. Essas elevações progrediram com o acirramento do tráfico e com as crises econômicas. Todas as faixas etárias foram atingidas por essa elevação de preço. Os gráficos abaixo demonstram, em projeções por períodos, esse crescimento dos valores dos escravos:

Gráfico 15- Projeção de crescimento dos preços dos escravos



Fonte: APEB/APMC Livros de notas cartoriais.

Gráfico 16- Projeção de crescimento dos preços das escravas



Fonte: APEB/APMC Livros de notas cartoriais.

Entre 1830 e 1850, a média dos preços entre meninos e meninas não era discrepante. Entre 1851 e 1860, o mesmo ocorreu, embora tenha sido elevado o preço das meninas com idade a partir dos três anos até os quinze. Nos anos que vão de 1861 a 1870, os preços não se

diferenciam tanto, a não ser na faixa entre os onze e quinze anos, com relativo aumento para os meninos. Se for ponderada a sequência dos anos, e a média dos preços, temos o seguinte quadro:

Quadro 16- Média de preços por idade e sexo de crianças e jovens

Período/ Valor em mil réis	0-3		3-5		6-10		11-15	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1840-1851	94	90	225	188	218	250	386	388
1851-1860	191	168	318	325	345	460	581	615
1861-1870	210	191	325	333	530	564	881	725

Fonte: APB/APMC- Livros de notas de Caetité.

Como se pode observar no quadro acima, os preços sofreram alterações que se aproximaram de uma diferença acima de 100% entre a primeira média, de 1840, e a última de 1860. O aumento incidiu em todas as faixas etárias, sem distinção de sexo. Esse aumento foi uma tendência em toda a Província da Bahia, onde um escravo adulto pulou da média de 450\$000 mil réis em 1840 para 650\$000 em 1860³⁸¹.

Atribuir um preço a um escravo muito jovem, nesse momento de especulação de preços, às vezes gerava discussões calorosas entre avaliadores e proprietários que demandavam uma terceira opinião. Entre os escravos de Ana Francisca Leal, citada no começo do capítulo como proprietária dos escravos leiloados, o escravo crioulo de nome Sebastião, de seis anos de idade, foi orçado pelo primeiro avaliador por 120\$000 e pelo segundo, por 180\$000. Foi chamada uma terceira pessoa para desempatar o laudo dos avaliadores, reafirmando o valor do segundo avaliador. O mesmo ocorreu com Benedito crioulo de 7 anos, avaliado por desempate em 230\$000 mil réis em 1843.

Mas, se as avaliações eram alvo de mudanças nos preços, a mesma coisa não acontecia na venda de um mesmo escravo realizada mais de uma vez. O mais provável era que seu preço se alterasse a partir da terceira compra. Quantas vezes um escravo poderia ser negociado? Qual é o limite desses negócios territorialmente? Não sabemos. Só mapeamos no máximo duas vendas, e uma terceira transação, isso cruzando dados e rastreando os diferentes livros cartoriais. O quadro abaixo apresenta alguns desses escravos negociados em tais circunstâncias.

³⁸¹ MATTOSO, 1990, p.95

Quadro 17- Operações realizadas com um mesmo escravo

Escravo	Idade	Vendedor	1º Comprador	2º Comprador	3º transação
Adão	11	José Francisco Alves	Agostinho Gomes Cardoso	Antônio Alves Carvalho	
Marcos	6 meses	José Francisco Alves	Joaquim Pereira da Costa	Manoel José Lima	
Romana	11	Antônio Marciano de Magalhaes	Clemente de Sousa e Sila	Antônio Joaquim de Oliveira	
Elias		Francisco Pereira	Valério Machado	João Pereira Borges	
Francisco	5	Agostinho Ribeiro	Constantino José Couto	Joaquim José de Novais	
Manoel	5	Manoel Pereira Benevides	Antônio Justiniano do Rego	Vicente Rodrigues Pinto	
Benedita	6 meses	Joaquim Marçal de Carvalho	Antônio Joaquim de Carvalho	Manoel Antônio de Faria	
Maria	8 meses	Jacinto Pinheiro	Justino Antônio de Carvalho	Francisco de Brito	
Antônia	7	Maria Xavier Prates	João Alexandre Aranha Dantas	Joaquim Rodrigues de Matos	
Maria	12	Vicente Xavier de Carvalho Cotrim	Antônio Xavier de Carvalho Cotrim	Valentim Albino da Cunha Bessa	
Bernardino	8 meses	Clemencia Maria da Conceição	Ana Maria dos Santos	Josefina dos santos	Doação
Luísa	4	Joaquim Carvalho Cotrim	Padre Manoel José Gonçalves Fraga	Pedro Quirino da Silva	
Marcolino	8	Antônio Joaquim Carvalho Cotrim	Vicente Pinheiro de Azevedo	Francisco Xavier Fagundes Cotrim	
Lourença	1	Inocência Xavier de Carvalho Cotrim	Padre Manoel José Gonçalves Fraga e Cardoso	Antônio Bexior Guedes	
Joao		Francisco Manoel de carvalho	Marcelino Jose das Neves	Manoel Patrício Carvalho	
Luzia	4	Joao Xavier de Carvalho Cotrim	Jose Silvério da silva	Julia Benedita quirina	Doação
Ana	8	José Pinheiro de Azevedo	Aurélio Correia de Moraes	Francisco Alves	Transferência
Umbelina	3	José Pinheiro de Azevedo	Aurélio Correia de Moraes	Francisco Alves	

Fonte: Livro de Notas de Caetité.

Os preços, nessas transações realizadas mais de uma vez com o mesmo escravo, geralmente permaneciam os mesmos. A maioria dessas vendas ocorreu no mesmo dia, alguns dias depois e, mais raramente, após um mês ou um ano. Como já reportamos, a historiografia já mostrou que essa situação servia quase sempre para camuflar a margem de lucros e driblar os impostos que deveriam ser cobrados por cada transação. Isso possivelmente aconteceu quando José Xavier Cotrim vendeu a José Cândido Guedes, em 1853, os escravos: Reginaldo, crioulo de 8 anos de idade, por 300\$000 mil réis; Carlota, cabra de 8 anos, por 200\$000; Graciana, cabra de 4, também por 200\$000; Claudina e Valeriana, ambas cabras de 2 anos, por 100\$000 mil réis cada uma³⁸². No entanto, esses mesmos escravos haviam sido transferidos pelo comprador ao mesmo José Xavier Cotrim um ano antes e pelo mesmo valor: 900\$000 mil réis.

Além da venda, sucessiva ou não, muitos escravos, em tenra idade ou bem jovens, foram também destinados a outras transações, muitas relacionadas indiretamente com o tráfico.

6.4.4 Outras transações comerciais

Crianças e jovens cativos eram alvo constante de outras transações comerciais. Eles eram usados como moeda de troca, garantia de pagamento e cumprimento de dívidas. Os inventários e testamentos mostraram em Caetité vários proprietários de escravos com dívidas contraídas em compras a prazo ou adquiridas com crédito direto. Algumas dessas dívidas eram frutos de um mercado paralelo de empréstimos financeiros realizados por terceiros como sendo uma modalidade de crédito assentada em notas ou em acordos verbais. Tomava-se dinheiro para comprar no varejo, para aumentar os rebanhos e para adquirir escravos ou terras.

Essas dívidas fizeram com que os proprietários se desfizessem de alguns de seus escravos para cobrir os débitos. Nas circunstâncias apresentadas durante todo o capítulo, fossem as secas ou mudanças no tráfico de escravos, muitas crianças foram vistas como o alvo ideal para assentar hipotecas e definir garantias aos credores.

O curioso é que muitas dessas hipotecas e transferências foram estabelecidas com conhecidos vendedores de escravos. Isso no mínimo sugere que há um objetivo lucrativo nesses negócios, já que as garantias (quase sempre em escravos) não pareciam desinteressantes. Ao contrário, atendiam muito bem à política de procura no mercado por esse capital vivo. Essa situação é bem desenhada nesses casos de hipoteca: o Capitão Inocêncio Xavier de Carvalho Cotrim alegou uma dívida no valor de 3\$050.000 da escritura de sua mãe, da qual ainda restava

³⁸² SALVADOR. Seção Judiciária. *Livro de Notas de Tabeliona n.14*. Salvador: APEB, 1853.

quitar 2\$ 900.000 , em favor do padre Manoel José Gonçalves Fraga e Cardoso e, para tal, entregava os escravos hipotecados: Tibúrcio, crioulo de 22 anos; Guilhermina, crioula de 11; Maciel, crioulo de 6; Irineu, cabra de 5; Aleixo, pardo de 5; José, africano de 40; Leandro, africano de 45; Águida, africana de 35; Maria, parda de 30; Raquel, cabra de 9; Fortunata, crioula de 3; Cristina, cabra de 25; e Honória de 11³⁸³. Valeriano Burião Guedes alegou dívidas de fazendas que comprou e dinheiro de empréstimo para hipotecar as escravas Terência, crioula de 21 anos; Rita, cabra de 8; Juliana, cabra de 4; e Bertulina, cabra de um ano; para Belxior Xavier da Silva no valor de 3\$216.000³⁸⁴. Todos os proprietários citados nesses casos praticavam o comércio de escravos.

Analizamos 86 hipotecas. Nelas computamos 25 escravos entre os primeiros meses de vida e os quatorze anos, e 22 adultos. Também verificamos escrituras de doações e, das 39 analisadas, 19 incluíam escravos com até 14 anos, em 6 constavam adultos, e no restante não havia informações sobre cativos. Parece-nos que a doação também pode ter sido usada como mais uma tática para camuflar vendas posteriores. Escravos doados apareceram em intervalos pequenos de tempo, sendo negociados por meio de venda.

A sonegação de impostos e a possibilidade para comprar mais barato e vender mais caro foram fatores decisivos para as doações e hipotecas. Embora a Câmara criasse mecanismos para coibir essa prática, na maioria das vezes, quem legislava na própria Câmara era também comerciante de escravos. O Juiz de Paz de Caetité, inclusive, requereu na Câmara em 1839 esclarecimentos sobre as cobranças de dízimos e venda de escravos³⁸⁵. Essa requisição acompanhava as solicitações do governo da Província para compor os dados demonstrativos da arrecadação de impostos sobre os escravos.

O mesmo governo provincial, desde 1836, na tentativa de evitar a saída maciça de cativos e as perdas com sonegação do imposto, aumentou o imposto de exportação de escravos, de 80 mil, em 1853, para 200 mil réis, em 1862³⁸⁶. Segundo Walfrido Moraes, o imposto sobre o escravo despachado para fora da província inicialmente fixado em 5% chegou a 200\$000 per capita com o transcorrer do século XIX, quando se certificou de que era impossível deter a saída dos cativos da Província. Em 1877 foi decretada pela Assembleia Legislativa a Lei nº 1780:

400\$000 por cada pessoa que se empregasse na compra e venda de escravos”,
“200\$000 o preço de cada escravo despachado para fora da Província” e “7%
a meia siza de escravos”. No regulamento, em seu artigo primeiro ficou

³⁸³ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 10*. Salvador: APEB, 1844. p 76-77.

³⁸⁴ SALVADOR. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 15*. Salvador: APEB, 1858. p.156-7.

³⁸⁵ CAETITÉ. Atas. Câmara Municipal. 1838-1842. Maço 1. CAETITÉ: APMC, p.59.

³⁸⁶ MORAIS, Walfrido. O Escravo na legislação tributária da província da Bahia. *Anais...* 1955. V. V. p 194.

estabelecido o imposto de 200\$00 por escravo retirado da Bahia “ seja qual for o porto ou lugar d’onde sahir, mesmo quando tenha sido importado de outra, quer por terra, quer por mar³⁸⁷.

Esse acirramento da política tributária na venda de escravos, somado aos dados dos perfis e preços dos cativos negociados, citados neste capítulo, são detalhes importantes para a compreensão da conjuntura do comércio de escravos em Caetité e na Bahia. Mas, são infinitamente aspectos menores, diante do sofrimento provocado pela separação de parentes no cativo. Os diferentes arranjos familiares foram fragilizados com o avanço do tráfico interno, sobretudo a partir da década de 1860. Mas, o curioso é que vislumbramos nesse cenário o seguinte paradoxo: se os laços de parentesco foram rompidos com mais intensidade e volume, provavelmente foram, de uma forma ou de outra, a única arma dos escravos capaz de imprimir algumas derrotas ao tráfico. Eles permitiram aos pequenos cativos de Caetité a conquista da liberdade ou o uso de mecanismos que lhes permitiram adiar ou impedir a venda.

A família ampliou as redes de sociabilidades e de proteção da criança no cativo, ainda que, no compasso dos anos, o que mais se viu foi: mães sem filhos, ou filhos sem pais...

³⁸⁷ Ibid., p.202-203.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão foi instituída em áreas distintas, por isso deve ser pensada sob a ótica da diversidade do território do Brasil e da Bahia. As leituras clássicas pautadas no cenário de Salvador e do Recôncavo Baiano não podem ser estendidas às vilas e cidades sertanejas como Caetité. Os escravos em Caetité viveram o cativeiro nas peculiaridades regionais, em que senzalas foram raras e “casas-grandes” também.

Nas pequenas e médias posses das propriedades agrícolas, distantes dos portos de entrada de africanos, os cativos viveram cercados por uma maioria de crioulos e de parentes consanguíneos. Sob o controle de pequenos lavradores, ou de senhores absenteístas, dedicaram-se fundamentalmente às atividades de lavoura, aos afazeres domésticos, à atividade tropeira ou criação do gado.

Nas terras de Caetité, o trabalho compulsório associou-se ao exercício da atividade familiar. Muitas vezes, homens escravos e livres executaram juntos tarefas do dia a dia, principalmente nas pequenas propriedades. Nas maiores, o trabalho escravo foi predominante. A quantidade de cativos nessas propriedades estava relacionada ao perfil econômico do dono, mas em todas elas, a posse do cativo tomou grandes proporções. Possuir um escravo significou *status*, renda, herança, dote e reserva de capital.

A escravidão atendeu aos interesses de diferentes segmentos sociais e sustentou as atividades econômicas da região. O trabalho cativo possibilitou a Caetité atender a demanda de gêneros alimentícios do mercado da região e adjacências e fornecer às localidades mais distantes na Província, ou para fora dela, carne, animais cavалares e algodão.

A agricultura serviu também para alimentar a família livre e para fornecer os elementos básicos à subsistência do cativo, um bem estimado e caro. Isso não faz supor uma leitura de que o senhor amparou o escravo, o alimentou com largueza, o socorreu na velhice e na doença ou lhe ofereceu oportunidades de acesso social, mas que houve a possibilidade de que escravos tivessem acesso a lotes de terra para o cultivo do seu próprio alimento, de que utilizassem os produtos produzidos nas fazendas e criassem animais. De que desfrutassem de uma certa mobilidade espacial, instituíssem família, protegessem os seus parentes de investidas do mercado, negociassem a alforria ou se rebelassem, negando-se a servir.

Os custos com a alimentação, as condições geográficas da região e as negociações dos cativos, possivelmente, criaram as condições para essa “economia própria”, que era importante para a propriedade e para sua dinâmica econômica, assim como era para os cativos e seus

projetos³⁸⁸. Como observou Robert Slenes, essas condições foram capazes de proporcionar uma alimentação mais variada para os escravos e suas famílias, além de oportunizar o pecúlio. Essa margem de autonomia permitiu uma economia independente, fruto da luta do escravo, mas também oportuna aos interesses dos senhores³⁸⁹.

Nessa mão dupla de uma convivência voltada para a subsistência e para os mercados, ora o pêndulo direcionou-se para a ampliação de chances para os cativos, ora para sua exploração máxima ou sua venda. Se, num primeiro momento, o escravo foi crucial para a manutenção da propriedade como força de trabalho adicional ou principal com relação ao familiar, num outro, foi visto como o maior bem a dispor na iminência da necessidade. Nessa circunstância, nas pequenas ou maiores posses, a relação entre senhores e escravos não esteve indiferente às peculiaridades da caatinga, que exigia braços, mas não negligenciava o número de bocas a serem alimentadas.

Para contrabalançar uma situação sentida pelas duas partes, o cativo e o livre, a relação esteve pautada nos artifícios de controle, como o castigo, e no exercício da autoridade imposta pelo lugar social dos dois grupos na sociedade escravista. No entanto, fez-se também com bases construídas que permitiram lealdade e o bom desempenho dos escravos no exercício de suas atividades e, do outro lado, na expansão de privilégios e conquistas³⁹⁰. Em Caetité, a disciplina não foi a única norteadora dessa relação entre senhores e escravos, assim como o matrimônio dos cativos não se resumiu na otimização do trabalho. A autoridade do senhor não compôs a única propulsora das relações e o paternalismo não se revelou em um agente exclusivo para a obtenção do lucro³⁹¹.

Nesse “jogo” entre senhores e escravos, alguns elementos foram importantes para os cativos da região em estudo: a) o tamanho das posses em pequenas e médias; b) a comunicação e o conhecimento da região e de seus moradores pelos escravos; c) o compadrio horizontal e vertical, incluindo, neste último, os proprietários; d) o exercício de ofícios especializados ou a execução de multitarefas; e) a construção da família legítima e consensual; f) a distância dos

³⁸⁸ Silva e Reis afirmam que os escravos lutaram para manter e ampliar as possibilidades do exercício de uma economia própria. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 62; SILVA; REIS, 1989, p. 31.

³⁸⁹ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p.143-160, mar/ago., 1988. Disponível em: http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3678 Acesso em: 10 marc. 2018. p.148.

³⁹⁰ Ver: PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003.

³⁹¹ FOGEL, R.W; ENGERMAN, S.L. *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston: Little Brown, 1974.

portos de entrada do tráfico e a reprodução endógena; (g) a permanência na região dos cativos após a liberdade.

Logo, Caetité foi um lugar onde homens, mulheres, adultos e crianças viveram as peculiaridades do cativeiro em uma sociedade marcada por relações permeadas por acordos costumeiros entre proprietários e escravos, parentes e amigos; por enlances consensuais reconhecidos em que as “crias” dos senhores, ou os filhos dos escravos, ampliavam as margens de lucro, mantinham as posses e, conseqüentemente, a instituição da escravidão. Esses mesmos enlances alimentavam a luta dos escravos pela liberdade, pelas margens de autonomia ou por melhorias no cativeiro.

Meninos e meninas, gerados nos sítios, fazendas ou centro urbano, foram identificados na documentação cartorial e eclesiástica desse sertão como “crias” de seus senhores, mas também como “filhos” de seus pais. Mães e pais estiveram presentes em várias fases da vida de seus filhos, e para isso acionaram diferentes estratégias para mantê-los ao seu lado.

Os pequenos e jovens cativos, filhos de pais brasileiros, ou de brasileiros com africanos, foram identificados como mulatos, pardos, cabras, mestiços ou crioulos. As categorias de qualificação existiram e foram acionadas em vários momentos da vida, embora, necessariamente, não apresentassem um padrão capaz de precisá-las com maior segurança. A “qualidade” foi o critério de classificação, de identificação e de distinção das pessoas fora e dentro do cativeiro, embora para o último, a variedade de termos empregados tenha sido mais recorrente³⁹².

As crianças compuseram a parcela majoritária nos assentos de batismo e foram percentuais importantes na composição das posses, nas alforrias e no comércio de escravos. Houve, evidentemente, um crescimento vegetativo relevante, bem superior ao número de escravos ingressos por compra, situação propiciada provavelmente pelo fim do tráfico internacional e por um cenário ainda não comprometido pelo tráfico interno³⁹³. Acrescentam-se a essa situação as possibilidades de instituição de laços afetivos que permitiram gerar filhos por decisão e salvaguarda dos privilégios e possibilidades criadas pelos próprios cativos, ou firmados em negociações com os senhores.

³⁹² Segundo Eduardo Paiva: As “qualidades” “diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir de um conjunto de aspectos (ascendência familiar, proveniência, origem religiosa, traços fenotípicos, tais como cor da pele, o tipo de cabelo e o formato de nariz e boca), pelo menos quando isso era possível.” PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.32

³⁹³ No quinto capítulo da tese foram apresentados os números e análise dos dados que comprovam essa realidade de mais escravos gerados nas posses do que ingressos por compra.

Essas crianças foram protagonistas nos cerimoniais católicos, complementavam os núcleos familiares no cativo, ampliavam as posses, atendiam ao mercado de cativos. Batizadas e sepultadas, desfrutaram atenção da sociedade em que estavam inseridas e indicaram dados sobre esses rituais naquele lugar.

No batismo expuseram, nos seus assentos, os perfis das uniões consensuais e legítimas de seus pais, os padrões dos batizados, a geografia da região com a identificação dos lugares de morada e as redes de compadrio instituídas. Foram protagonistas das alforrias concedidas com o batismo. Neste caso, um privilégio àquelas identificadas como “crias” das posses locais. Eram escravos crioulos, filhos legítimos ou naturais, em tenra idade, e na maioria das vezes, pardos.

Assim como as cartas registradas em tabelionato, as liberdades conferidas na pia batismal apresentaram condições ou justificativas para as respectivas emissões. As cartas de liberdade foram outorgadas de forma onerosa ou gratuita. Algumas vezes, as concessões sem ônus estiveram associadas a algumas cláusulas como tempo de serviço ou morte do proprietário. “A vontade do senhor” foi a expressão mais comum usada para a concessão da liberdade, mas não sintetiza a concessão da alforria. Os perfis das posses, as relações interpessoais entre os sujeitos livres e cativos, associadas ao novo cenário do fim do tráfico internacional de escravos, e as crises econômicas fizeram com que as alforrias fossem trilhadas por negociações e atendessem aos interesses de cativos e senhores.

Do batismo ao luto, os pequenos escravos demarcaram espaços, foram assistidos pelos seus e deixaram rastros de sua breve existência quando a morte precoce insistiu em chegar. De mortalha, sem caixão, com flores e velório, a morte da criança cativa no Alto Sertão causou dores às famílias, perdas às posses escravistas. Não significou anonimato e desprezo pela sua breve existência. O pequeno cativo foi registrado no livro de óbito, sepultado com ou sem os maiores detalhes ritualísticos, na maioria das vezes, sem mortalha especial e sempre sem túmulo projetado de “grades acima”. Familiares, amigos e, talvez, proprietários o velaram na hora do adeus.

Outra faceta da experiência da criança cativa no sertão de Caetité esteve relacionada às investidas do tráfico interno de escravos. O comércio de escravos foi um dos principais ramos de negócio em Caetité. Escravos muito jovens, alguns lactentes, vendidos com as mães, ou separadamente, foram negociados para comerciantes tradicionais de escravos que os revenderam na região do Alto Sertão ou em outras províncias. Um comércio de escravos que não respondeu, exclusivamente, aos interesses dos cafeicultores do Sudeste, porque também estava assentado em um mercado local/regional. A venda de crianças, que se mostrou expressiva, alimentou o tráfico, abasteceu proprietários menos abastados com novos cativos,

preservou os adultos nas posses por um tempo maior, realimentou a necessidade de reprodução, desintegrou famílias e fomentou a subida vertiginosa de preço do cativo.

Portanto, falar de escravidão em Caetité, no Alto Sertão da Bahia, é necessariamente falar de crianças e jovens no cativeiro: inocentes, párvulos, crioulinhos, mulatinhos, cabrinhas e moleques – crias e filhos. Trazê-los à luz da pesquisa significa tirá-los do anonimato das estatísticas e da premissa da produtividade adulta. E, embora a brincadeira não tenha aportado nos limites das possibilidades documentais, em que o “adestramento” nos pareceu mais nítido, acreditamos que a presença contínua de parentes, em algumas fases da infância, lhes permitiu sopros de aconchego, afeto e cuidados.

FONTES

Fontes Manuscritas -Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Anna de Caetité-Bahia

CAETITTE. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1833/1849.

_____. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1831/1840.

_____. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1837/1876.

_____. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1841/1850.

_____. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1833/1844.

_____. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1837-1855.

_____. Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana. *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Sant'Anna*. Caetité: Arquivo da Cúria da Igreja de Sant'Ana, 1841/1846.

Arquivo público de Caetité- APMC

CAETIÉ. Câmara Municipal. *Atas*. Maço 1. Caetité: APMC, 1838,1842.

_____. Fundo Câmara- Junta de Qualificação. *Séries Atas eleitorais*. Caetité: APMC, 1849-1853.

_____. Fundo Câmara. *Atas de sessões*, maço 1, cx 1. Caetité: APMC, 1840.

_____. Fundo Câmara. *Atas de sessões*, maço 1, cx 1. Caetité: APMC, 1841.

_____. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831/1848.

_____. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité, maço 01, cx 11. Caetité: APMC,1877.

_____. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1831/1848.

_____. Subsérie Fotografia/ Dossiê Diversa. cx. 43, 47. Caetité: APMC, s/d.

_____. Livro de Óbitos e Batizados da Freguesia de Senhora Sant'Anna de Caetité. Caetité: APMC, 1836.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB

BRASIL. Arquivo Metropolitano de Salvador. *Dispensa de Impedimentos Matrimoniais*
BRASIL: Arquivo Metropolitano de Salvador, 1865.

SALVADOR. Registro de Compra e Venda. *Livro de Tabelionato nº11*. Salvador: APEB, 1847.

_____. Seção de Arquivos Colonial/Provincial. *Ofício 21*. Governo da Província. Salvador: APEB, 1872.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *João Borges de Carvalho*. Classificação: 02/564/1016/06. Salvador: APEB, 1854.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Maria Inácia Antônia Pereira de Jesus*. Classificação: 02/568/1020/04. Salvador: APEB, 1929/1836.

_____. Série Judiciário. Testamento. ID *Francisco Rodrigues Dias*. Classificação: 02/564/1016/03. Salvador: APEB, 1851/6.

_____. Série Judiciário. Testamento: *José Joaquim Ribeiro*. Classificação: 02/589/1041/06. Salvador: APEB, 1834.

_____. Inventário. Classificação: 1/1201/1670/12. Salvador: APEB, 1849.

_____. Inventário. *Jose da Costa Teixeira*. Classificação: 03/1234/1703/01. Salvador: Salvador, 1856.

_____. Provincial, maço 1214. Salvador: APEB, 1835/1839.

_____. Provincial. *Ofício 3*. Maço 1276. Salvador: APEB. 1842.

_____. Registros de Compra e Venda. *Caetitê, 1841 a 1848*. Salvador: APB, 1841/1848.

_____. Relatórios do Governo da Província. *Ofício 21.27/11/1872*. Salvador: APEB, 1872.

_____. Seção de Arquivo colonial e provincial. *Ofício 12*. Governo Providencial, maço, Salvador: APEB, 276.

_____. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. Governo da Provincial, maço 1276. Salvador: APEB, 1833.

_____. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 11*. Governo da Provincial, maço 1275. Salvador: APEB, 1846.

_____. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 13*. Governo da Província. 1845-1863, maço 1275. Salvador: APEB, 1845.

_____. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 2*. Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1858.

_____. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *Ofício 8*. Governo da Província, maço 1276, Salvador: APEB, 1866.

_____. Seção de Arquivo Colonial/ Provincial. *ofício 8*; Governo da Província, maço 1275. Salvador: APEB, 1866.

_____. Seção de Arquivos Colonial/Provincial. *Ofício 12*. Governo da Província, maço1275. Salvador: APEB.1847/ 1849.

_____. Seção de Arquivos Colonial/Provincial. *Ofício 13*. Governo da Província, maço1276, postura 7/8/1869. Salvador: APEB, 1833,1872.

_____. Seção Judiciária. Série Inventários. *Ana Francisca Leal*. Classificação: 03/896/1365/02. Salvador: APEB.

_____. Seção Judiciária. Série Inventários. *Ana Tereza de Jesus Cardoso*. Classificação: 186508/3505/03. Salvador: APEB.

_____. Seção Judiciária. Série Inventários. *Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim*. Classificação: 08/3505/07. Salvador: APEB, 1838.

_____. Seção Judiciária. Séries Inventário. *Ângelo Custódio Vilas Boas*. Classificação: 01/1201/1670/12. Salvador: APEB,1849.

_____. Seção Judiciária. Testamento. *Feliciana das Mercês*. Classificação: 1822/1836 02/584/1036/10. Salvador: APEB,1836.

_____. Seção Judiciária. Testamento. ID: Ana Francisca Leal. Classificação: 03/896/1365/02. Salvador: APEB,1843.

_____. Seção Judiciária. Testamento. ID: *Domingos Soares dos Santos Barbalho*. Classificação: 02.0882.1351.21. Salvador: APEB.

_____. Seção Judiciária. Testamentos. *Caetitê, 1830-1870*. Salvador: APEB, 1830/1870.

_____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 10*. Salvador: APEB, 1844.

_____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 10*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1843.

_____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 11*. Série cartas de liberdade Salvador: APEB, 1847.

_____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 12*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1851.

_____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 12*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1849.

_____. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabeliona n. 14, 1855, Livro de notas, n 14.

- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 14*. Salvador: APEB, 1855.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 14*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1852.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 15*. Salvador: APEB, 1858.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 15*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1830/1858.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 15*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1854.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 4*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1831.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 6*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1838.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 6*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1839.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n. 6*. Série cartas de liberdade. Salvador: APEB, 1840.
- _____. Seção Judiciário. Livro de Notas de Tabeliona n. Livro 15, 1858.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n.11*. Salvador: APEB.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabeliona n.14*. Salvador: APEB, 1853.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabelionato n. 04*. Salvador: APEB, 1831.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabelionato n. 12*. Salvador: APEB, 1850.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas de Tabelionato n.12*. Salvador: APEB, 1850.
- _____. Seção Judiciário. *Livro de Notas do Tabelionato n °10*. Salvador: APEB, 1843/1845.
- _____. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Joaquim Inácio de Sousa Barrem*. Classificação: 1834-45. 02.557.1064.04. Salvador: APEB, 1834.
- _____. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Joaquim José da Silva*. Classificação: 02.10896.166501. Salvador: APEB, 1843.
- _____. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *José Joaquim Ribeiro*. Classificação: 02.589.1041.06. Salvador: APEB, 1834.

_____. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Lucio Barbosa da Cunha*. Classificação: 184502.562.1013.05. Salvador: APEB.

_____. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Manoel Rodrigues Ladeira*. Classificação: 03/1191/1660/03. Salvador: APEB.

_____. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *Nasária Borges de Carvalho*. Classificação: 02/0589/1041/14. Salvador: APEB, 1823.

_____. Série Judiciário. Séries Inventários. *João Antônio Pinheiro de Azevedo*. Classificação: 02.870.133906. Salvador: APEB, 1876.

_____. Série Judiciário. Séries Inventários. ID: *José da Costa Teixeira*. Classificação: 03/1234/1703/0. Salvador: APEB, 1856.

_____. Série Judiciário. Séries Testamento. ID: *Francisco Jose Lisboa*. Classificação 02/567/1019/08. Salvador: APEB, 1826/1836.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Maria Simoa de Jesus*. Classificação. 03/1210/1679/13. Salvador: APEB, 1873.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Martiniana Maria de Jesus*. Classificação: 08/3391/10. Salvador: APEB, 1879.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Ana Efigênia de Albuquerque*. Classificação: 02/558/1008/03. Salvador: APEB, 1841.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Ana Francisca*. Abaixo assinado dos cidadãos do centro da província”. Ano I. Salvador: APEB, 1860.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Ana Maria da Conceição*. Classificação: 09/3702/05. Salvador: APEB, 1843.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Antônio de Almeida e Souza*. Classificação: 02/868/1337/27. Salvador: APEB, 1858.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Domingos dos Santos Barbalho*. Classificação: 08/3505/10. Salvador: APEB, 1871.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Francisca Rodrigues de Souza*. Classificação: 02/575/1027/03. Salvador: APEB, 1837.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Helena Maria de Jesus*. Classificação: 02/568/1020/03. Salvador: APEB, 1827/1849.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Inácia Antônia Pereira de Jesus*. Classificação: 02/568/1020/04. Salvador: APEB, 1836.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Joana Gomes do Amaral*, 1847-1848, Classificação: 03/1179/1648/11. Salvador: APEB, 1848.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Manoel da Silva Pereira*, 09/3847/08. Salvador: APEB, 1837.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Maria Moreira de Jesus*. Classificação: 02/868/1337/30. Salvador: APEB, 1858.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Martiniana Maria de Jesus*. Classificação: 08/3391/10. Salvador: APEB, 1879.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Ana Ribeiro da Rocha*. Classificação: 02/572/1024/03. Salvador: APEB, 1842.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Helena Maria de Jesus*. Classificação: 02/568/1020/03. Salvador: APEB, 1827/1849.

_____. Série Judiciário. Séries Testamentos. ID: *Maria Simoa de Jesus*. Classificação: 03/1210/1679/13. Salvador: APEB, 1873.

GAZETA Médica da Bahia n. 12-25 de dezembro. Associação de Facultativos, 1867. Hemeroteca Digital. Acesso em: 19 ago. 2017.

Fontes na internet -CD

ENCICLOPÉDIA. Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra64789/casa-de-negros>. Acesso em: 16 mar. 2018. Verbete da Enciclopédia.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Municípios. Censo. Disponível em: <http://www.ibge.br>. Acesso em: 23 mai. 2013.

PUNTONI, Pedro (coord.). Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São Paulo: CEBRAP, 2004. CD-ROM.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em: <<http://www.nphe.cedeplar.ufmg.br/pop72>> Acesso em: 23 mai. 2013.

Fontes Impressas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7 ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*. Com a declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

CASAL, Aires de Casal. *Corografia Brasílica* Tomo 02. (Fac-simile da edição de 1817).

Coleção obras raras. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. s. d.

Debret, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. v. 3. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Lisboa, 1945.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2. ed. Salvador: Progresso, 1938.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 58, p. 89-294, 1932.

SPIX, Johann Baptiste Von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp Von. *Através da Bahia*. Excertos da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. v. 3, Salvador: Itapoã, 1969.

REFERÊNCIAS

Livro

ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias nas minas do Rio de Contas setecentista. In: CASTILLO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Orgs.) *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014.

AMORIM, Maria Noberta. Demografia Histórica e Família. Uma Proposta Metodológica. *Stud. his.,H. amod*, 18. Ediciones Universidad de Salamanca, 1983, p.29-54.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARCELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (org). *Escravidão e a Invenção da liberdade*. Estudos sobre os negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp, 73-86.

BOUCHER, François. *História do vestuário no Ocidente*. Cosac Naify, São Paulo, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, José Carlos da Silva. Enredos da vida: a organização das famílias porto-alegrenses por meio da justiça (início do século XX). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi. et al. *História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

CARVALHO, José Jorge. Prefácio. In: _____(Org). *O Quilombo do Rio das Rãs*. Histórias, Tradições, Lutas. Salvador: EDUFBA, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil- 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORTÊS, Maria Inês de Oliveira. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988. p.99.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed.São Paulo: UNESP,1997.

COSTA, Iraci del Nero da Costa; KLEIN, Herbert S. LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP, 2009

CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: _____ *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DEL PRIORE, Mary. *História da gente brasileira: Império*. São Paulo: Le Ya, 2016. v.2.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013

DOUGLAS, Cole Libby. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas, 2003.

FALCI, Miridan Britto Knox. A escravidão nas áreas pecuaristas do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.255-271.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Editora Ática, 1978 2 v.

FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto: Campo das Letras, 2006.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: _____ *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOGEL, R.W; ENGERMAN, S.L. *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston: Little Brown, 1974.

FRAGA FILHO, Valter. *Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1919)*. Campinas: UNICAMP, 2006.

FRAGOSO, João L. R. “O Império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que plantation escravista-exportadora”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FREITAS, Marcos Cezar (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, São Paulo, 2009.

GENOVESE, Eugene D. *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. New York: Vintage, 1976.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica do estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988

GINZBURG, Carlo. “*Sinais: raízes de um paradigma indiciário*”. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

GOMES, F. dos S. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp, 2005.

GRADEN, Dale T; JESUS, Paulo Cesar Oliveira de. Bella Miquellina: tráfico de africanos, tensões, medos e luta por liberdade nas águas da Baía de Todos-os-Santos em 1848. In: CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. (Org). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014.

GRAHAM, Maria. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1956.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

KIPLE, Kenneth F. *The Caribbean Slave: A Biological History*. Cambridge: University Press, 1984.

KINDER, Danile Parish. *Reminiscências de viagens e permanência nas Províncias do sul do Brasil*: Rio de Janeiro, São Paulo, compreendendo notícias histórica e geográficas do Império e das diversas províncias. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria das cores: representações na MG dos séculos XVIII e XIX. IN: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Orgs). *Escravidão, mestiçagens e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: UFMG, 2010.

LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. (Org). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo Annablume, 2008.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Cacilda da Silva. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992

_____. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades*. Salvador: UFBA, 1979.

_____. "O filho da escrava". In: Del Priore, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: PRIORE, Del, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

MOTT, Maria de Lúcia. *Submissão e resistência: A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Annablume, 1999.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

_____. *Escravidão, pecuária e policultura Alto Sertão da Bahia, séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

_____. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

_____; MIGUEL, Antonietta (orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões baianos*. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.

PAIVA, Eduardo França, FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (orgs.) *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos - escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

_____. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____; IVO, Isnara Pereira. (Org). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008. p.37.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009

_____. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

REIS, João José Reis. *Domingos Sodré- um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: companhia das Letras, 2008.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. Campinas: Unicamp, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SÁ, Eliane Garcindo de. *Mestiço: entre o mito, a utopia e a História - reflexões sobre a mestiçagem*. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”*. São Paulo: Humanitas.

SAMPAIO, Teodoro Dr. *O Rio S. Francisco – trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina. 1879-80*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

SCARANO, Julita. Criança esquecida da Minas Gerais. In: PRIORE, Del Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Vida nos engenhos e vida dos escravos. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. et al. *História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 264-290.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.35-52.

_____. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: companhia das Letras, 1997. v. 2.

SOARES, Márcio. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c. 1750 –c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOUZA, Daniele Santos. Nos caminhos do cativo, na esquina com a liberdade: alforrias, resistência e trajetórias individuais na Bahia setecentista. In: CASTILHO, Lisa Earl;

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* São Paulo: Alameda, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico interprovincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Lima (org.) *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (org.) Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001,

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Papyrus, 1999.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia, 1853.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

Artigos/ Dissertações e Teses

ABRAMOWICZ, Anete et al. Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 263-293, jan./jun. 2011.

AISSAR, Aparecida da Glória; CASTRO, Jeanne Berrance de; SCARANO, Júlia Maria Leonor. A mortalidade entre os filhos de trabalhadores pretos e brancos estrangeiros numa região cafeeira paulista: 1875-1930. *Revista de História*. USP.Vol.46 n.94, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132018>.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, 4, (1): 93-104, 1998.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. O trabalho de criança e jovem no Brasil Imperial: Minas Gerais, 1831-1832. *História Questões & Debates*. V.39. n.2, p.191-202.2003.

COSTA, Alex Andrade. *Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www.caetite.ba.gov.br/a-historia/>. Acesso em: 10 fev.2018.

GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 35, p. 83-141, jan-jun, 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21127>. Acesso em: 09 mar. 2018.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.17, n. 1/2, jan./dez., p.17-46, 2000. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/download/354/pdf_331/. Acesso em: 16 mar. 2018.

LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 – c. 1830)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. “O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, p. 37-55, mar./ago., 1988. Disponível em: http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3674 Acesso em: 08 mar. 2018.

MIRANDA, Figueiredo Rosângela. “*Em diligência de se libertar*”: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia - termo de Monte Alto (1810 1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MOTT, Maria Lúcia Barros. A criança escrava na literatura de viagem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 57-68, 1979. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1665>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MOTT, Maria Lúcia Barros; NEVES, Maria de Fátima; VENANCIO, Renato Pinto. A escravidão e a criança negra. Negros brasileiros. *Ciência Hoje*, Brasília, v. 8, n.48, 1998.

MUAZE, Mariana Ferreira de Aguiar. *A descoberta da infância: a construção de habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p.97-128, 2000.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. *Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX*. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Famílias Escravas no “Certam de Sima”*: Experiências Cotidianas de Escravos nas Fazendas Setecentistas da Freguesia de Santo Antonio 'Orubu de Sima' (1730-1790). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

NOGUEÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. A infância como categoria histórica: reflexões metodológicas. *Revista de Educação em Questão*. 69 (2): 220-248. Jul./dez.:1996.

ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia: Caetitê (1830-1860)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar criança: a história de políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/ Universidade Santa Úrsula/ Amais Editora, 1995.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888”. *Afro- Ásia*, Salvador, n. 32, p. 159-183, 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21091/13682>. Acesso em: 10 mar. 2018.p. 173.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Travessias a caminho – tráfico interprovincial de escravos, Bahia e São Paulo (1850-1880). *Revista África*, v. 4, n. 08, p. 63-78, jul/dez, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/4390/2767> Acesso em: 10 mar. 2018.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RIZZINI, Irene (org). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: USU/Amais, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

SANTANA, Napoliana Pereira. *O destino de escravos na herança senhorial: Fazendas Curalinho e Rio das Rãs – Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1850 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Tese (Doutorado em História) –Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A não- infância: crianças como mão-de-obra em Mariana*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TONDING Kern, et al. *A moda infantil no século XX: Representações imagéticas na revista do globo (1929-1967)*. *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 14, núm. 2, p. 406, 2010.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escrava em Angra dos Reis, 1801-1888*. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, Marcia Cristina de. *O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX)*. *Afro-Ásia*, n.28, p.147-178, 2002.

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. *Produzindo alforrias no Rio de Janeiro no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.